

Novembro de 2015

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de Notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços Basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, O PAÍS, República, Expansão, Grandes Notícias Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como: ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucuo e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Protecção social obrigatória	7
1.2 Kwanza está entre 10% e 30% mais forte do que devia	7
1.3 Dados internacionais são falsos	8
1.4 Apenas 20% dos trabalhadores estão inscritos no INSS dos 5 milhões existentes no país	9
1.5 Aumento mensal do custo de vida atingiu máximo de cinco anos em Outubro	9
1.6 Classe média angolana atinge 5 milhões	10
1.7 Indicadores de desenvolvimento ou de crescimento? O que estamos a medir?	10
1.8 INE prevê entrevistar 16 mil agregados para IIMS 2015	11
1.9 INE protesta dados internacionais falsos	12
1.10 Sindicatos exigem criação de subsídios de desemprego	13
1.11 Economia paralela em Angola representa 60% do valor total	14
2. MICROFINANÇAS	16
2.1 "Angola Investe" aprova projectos	16
2.2 Recuperação de crédito desafia gestores da banca	16
2.3 Bancarização 'dispara' para 47% em 2014	17
2.4 BDA reconhece debilidades no apoio empresarial	18
2.5 IPU reforça base tributária	19
2.6 "O IPU é uma fonte de receitas para o Estado"	19
2.7 Um tributo ainda longe da realidade	21
3. MERCADO INFORMAL	22
3.1 Protecção social obrigatória	22
3.2 Vila de Tomboco tira das estradas venda ambulante	22
3.3 Crise 'enxota' mamadou	22
3.4 Rotas longas de táxis dão mais lucros	23
3.5 Fiscalização do Cazenga	24
3.6 Kwanza está entre 10% e 30% mais forte do que devia	25
3.7 Úteis no combate ao trânsito da baixa	25
3.8 Apenas 20% dos trabalhadores estão inscritos no INSS dos 5 milhões existentes no país	27
3.9 Peso da economia informal tem níveis muito elevados	28
3.10 Carpintarias geram renda	29
3.11 Informalidade da economia nacional continua a apresentar taxas elevadas	30
3.12 Só um terço das empresas registadas no INE estavam activas em 2014	30
3.13 Angola quer criar brigadas fiscais para cobrar impostos ao domicílio	31
3.14 Candongueiros (Taxistas informais) também fazem o seu "ganha-pão"	32
3.15 Chineses tornaram-se os melhores compradores de diamantes por causa da escassez do dólar	32
3.16 Economia paralela em Angola representa 60% do valor total	32
3.17 Fiscais cobram avultadas somas para devolver mercadorias das vendedoras	33
3.18 Praça dos congolenses substitui "Roque Santeiro"	33
3.19 Perda Para o Estado	34
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	35
4.1 OGE para 2016 aprovado em Conselho de Ministros	35

4.2	Deputados discutem proposta do OGE	35
4.3	Ânimos exaltados	36
4.4	Cobertura da despesa conforta contas públicas	36
4.5	Defendida reorientação da política agrícola	37
4.6	OGE 2016 tudo como dantes	37
4.7	Orçamento Geral do Estado aponta família como prioridade	39
4.8	Orçamento Geral do Estado aprovado pela maioria	40
4.9	Peso de Luanda no investimento público caiu para metade em quatro anos	42
4.10	Proposta do OGE 2016 contém zonas cinzentas	42
4.11	Executivo' não divulga verbas para a construção de bases militares	43
4.12	Medidas de austeridade apenas para o Zé Povinho	44
4.13	OGE 2015 atingiu 176 mil milhões de kwanzas	45
4.14	OGE para 2016 aprovado em Conselho de Ministros	45

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 47

5.1	Estado cria as bases para as autarquias	47
5.2	Pais aconselhados a vigiar utilização das redes sociais	48
5.3	Executivo estuda formas de regular actuação das ONG	48
5.4	Luanda enfrentava vários desafios	49
5.5	OGE 2015 atingiu 176 mil milhões de kwanzas	50

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 51

6.1	Plano Director de Luanda é divulgado	51
6.2	Defendida planificação urbana	52
6.3	Crescimento das cidades	52
6.4	Cidades planificadas criam oportunidades	53
6.5	Execução das rodovias para o BRT a 53%	54
6.6	“O BRT não vem dar solução completa ao sistema de transportes”	56
6.7	Toda a mentira do BRT em Angola	57
6.8	Plano metropolitano aprovado	58
6.9	Construção em áreas de risco é sancionada	58
6.10	Crescimento das cidades	59
6.11	Jovens recebem casas sociais	60
6.12	CFM distribui residências	61
6.13	Escritório que respondem por Luanda	62
6.14	O drama de quem vende à céu aberta	63
6.15	Cidadãos realizam o sonho da casa própria	64
6.16	IPU reforça base tributária	65
6.17	“O IPU é uma fonte de receitas para o Estado”	66
6.18	Tese de doutoramento investigou a "cidade imprevisível" de Luanda	67
6.19	Turismo assinala grandes avanços	68
6.20	Um tributo ainda longe da realidade	69
6.21	Governador Provincial entrega de casas sociais	70
6.22	Centralidade do Sequele terá novos serviços em 2016	71
6.23	Centralidades de Luanda ganham serviços sociais	72
6.24	Novas agências bancárias abrem nas centralidades	73
6.25	Património imobiliário começa a ser registado	74
6.26	Jovens recebem espaços para construção	75
6.27	Três empresas chinesas vão construir mais de 4.500 casas sociais	75

7. TERRA 77

7.1	Fazendas na Conda redimensionadas	77
-----	-----------------------------------	----

7.2	Conflitos de terras reflectidos em comunidade	77
7.3	Disputa por terreno causa três mortos	77
7.4	"Interesses alimentam conflitos"	78
7.5	População tem acesso a terrenos	79
7.6	Cerco a ocupações ilegais em Luanda	79
7.7	Fiscais vão travar transgressões	80
7.8	Bié prevê aumentar a produção	81
7.9	Camponeses "atacam" autoridades depois da visita do PR à Quiminha	81
7.10	Tiroteios em conflito de terra	83
7.11	Governo regulariza ocupação de terras	83
7.12	Património imobiliário começa a ser registado	84
7.13	Construção em áreas de risco é sancionada	84
7.14	Jovens recebem espaços para construção	85

8. SERVIÇOS BÁSICOS 87

8.1	Criados conselhos comunitários nos bairros	87
8.2	Cercados pelo próprio lixo	87
8.3	Razões financeiras e sentido patriótico	88
8.4	Luanda toma medidas de prevenção	88
8.5	Tractores e camiões de recolha de lixo provocam acidentes em Luanda	89
8.6	Empresários apostam no reaproveitamento do lixo	89
8.7	Província de Luanda sem casos de cólera	90
8.8	Aterro sanitário é insuficiente	91
8.9	Fiscais vão travar transgressões	91
8.10	Operadoras voltam a criar buracos e a destruir passeios	92
8.11	Tratamento do lixo: a lição de Laúca	92
8.12	Lixo é outro dos cartões-de-visita do Bairro	93
8.13	Cercados pelo próprio lixo	93
8.14	Governo desperta para o fisco na economia informal	94
8.15	População pede transferência	95
8.16	Sambizanga em situação precária	95
8.17	Milhares de pessoas beneficiam de água	96
8.18	Aumenta fornecimento de água e energia	96
8.19	Água e energia electricidade chegam a mais famílias	97
8.20	Benguela sem água durante cinco dias	98
8.21	Dipanda leva água a zonas carenciadas	99
8.22	Habitantes já consomem água potável	100
8.23	Água chega a localidades do Cuanza Norte	100
8.24	Água potável para milhões de pessoas em todo o país	101
8.25	Água representa riqueza para os projectos na Huíla	102
8.26	Zenza-do-Itombe, Dange-Ya-Menha e Massangano O fim do calvário	105
8.27	Aumenta água potável no Bié	106
8.28	A água que consumimos	106
8.29	Água potável chega à periferia	107
8.30	Distribuição de água potável chega a mais pessoas no país	107

9. GÉNERO E VIOLENCIA 109

9.1	Inquérito vai apresentar indicadores	109
9.2	Erradicar a violência contra a mulher	109
9.3	Ministro do Interior preocupado com o aumento de violações sexuais	110
9.4	Procuradoria-geral tira partido e defende polícias	111
9.5	Marginais aterrorizam zona verde no bairro Benfica	112
9.6	Criminalidade preocupa moradores	113
9.7	A luta contra a criminalidade em Angola	114

9.8	Forte combate aos crimes violento	115
9.9	Pastoral da criança no combate à delinquência	116
9.10	Oposição à criminalidade	117

10. AMBIENTE 119

10.1	Zonas verdes do Lubango reforçadas	119
10.2	Seca provoca desistência escolar a muitas crianças	119
10.3	Seca provoca deslocações	120
10.4	Província de Luanda sem casos de cólera	120
10.5	Centenas de habitações derrubadas pelas chuvas	121
10.6	Angola apresenta propostas para o novo acordo climático	121
10.7	Desafios ambientais	122
10.8	Árvores são abatidas sem controlo	123
10.9	Acordo com Inamet vai avançar	124
10.10	Novos espaços verdes	124
10.11	Seca afecta população e gado em Olupale	125
10.12	Luanda responde a calamidades naturais	126
10.13	Chuvas deixam ao relento 40 famílias na província da Huíla	127
10.14	Mudanças climáticas mitigadas	128
10.15	Um olhar sobre um "bairro de tropas" na cidade do Lobito	128
10.16	Ausência de chuvas dificulta abertura da campanha agrícola	129
10.17	Construção em áreas de risco é sancionada	131

11. MIGRAÇÃO 133

11.1	Imigrantes ilegais expulsos no Zaire	133
11.2	Mais angolanos regressam da Zâmbia	133
11.3	Crise 'enxota' mamadou	133
11.4	Onde de sequestros preocupa comunidade chinesa em Luanda	134
11.5	Chineses vítimas de raptos escrevem ao Presidente	136
11.6	Decresce comércio com a China	136

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 138

12.1	Mais fiscalização trava exploração ilegal de inertes	138
12.2	Plano aumenta reservas de pedras preciosas	138
12.3	Com nova presidência	138
12.4	País com prestação positiva no processo kimberley	139
12.5	Diamantes são apostados no aumento da receita	140
12.6	Namibe com novas técnicas na exploração de mineiros	141
12.7	Uns pretendem que o processo kimberley perca credibilidade	142
12.8	Chineses tornaram-se os melhores compradores de diamantes por causa da escassez do dólar	144
12.9	Líder sindical processado por antigos colegas	144

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Protecção social obrigatória

Jornal Manchete

20 De Novembro de 2015

A Protecção Social Obrigatória é gerida pelo Instituto Nacional de Segurança Social e financiada, fundamentalmente, pelas contribuições dos trabalhadores e empregadores, destina-se a dar protecção aos trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem e suas famílias, em situações de falta ou diminuição da capacidade de trabalho, maternidade, acidente de trabalho e doenças profissionais, desemprego, velhice e morte, bem como nas situações de agravamento dos encargos familiares.

No âmbito da Protecção Social Obrigatória, os funcionários públicos são protegidos por regime próprio. Entretanto, enquanto não for estabelecida a necessária regulamentação específica, estão, transitoriamente, abrangidos pelo regime dos trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem, sem prejuízo do Sistema de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas.

I.2 Kwana está entre 10% e 30% mais forte do que devia

Jornal Expansão

13 De Novembro de 2015

Texto: Carlos Rosado De Carvalho

O dólar devia valer entre 150 Kz e 175 Kz, de acordo com cálculos do Expansão a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) constantes do relatório do corpo técnico da instituição sobre as consultas de 2015 ao abrigo do artigo IV.

"Os modelos empíricos sugerem que a taxa de câmbio efectiva real poderia estar sobrevalorizada em 10%-30%", lê-se no documento. "Embora a taxa de câmbio oficial do kwana face ao dólar americano tenha diminuído quase 30% desde Setembro de 2014, os desequilíbrios do mercado cambial persistem", garantem os técnicos do Fundo.

Em Setembro de 2014, a taxa de câmbio média de referência do Banco Nacional de Angola (BNA) era de 98,3 Kz por USD, e a 14 de Outubro de 2015, data do relatório, ascendia a 135,3 Kz, uma desvalorização de 27,3% da moeda nacional face à nota 'verde', que terá ficado aquém do desejado.

Considerando a taxa de câmbio de 135 Kz por USD, uma sobrevalorização do Kz de 10% significaria que a taxa de câmbio deveria ser de 148,8 Kz por USD. Caso o kwana estivesse 30% mais forte do que devia, a taxa certa seria de 175,9 Kz por USD.

Segundo o FMI, "o BNA utilizou as reservas internacionais a um ritmo controlado para atenuar a desvalorização e adoptou uma lista prioritária para o acesso a moeda estrangeira à taxa oficial, dando uma maior prioridade às importações de géneros alimentícios, medicamentos, matérias-primas para a agricultura e a indústria e o sector do petróleo".

Entre Setembro de 2014 e o mesmo mês deste ano, as reservas internacionais líquidas recuaram 12%, de 27 mil milhões USD para 23,8 mil milhões USD.

"O mercado cambial permanece desequilibrado com diferenciais entre taxas de câmbio no mercado paralelo e oficial a aumentarem de cerca de 15%, em Setembro de 2014, para aproximadamente 65%, no início de Outubro de 2015", reforça a instituição de Washington.

De acordo com dados recolhidos pelo Expansão, em Outubro de 2014 a taxa de câmbio média do dólar situava-se nos 115 Kz nas kinguilas, 15,5% acima dos 99,6 Kz praticados pelo BNAIIO de Novembro último, a nota 'verde' valia 230 Kz nas kinguilas e apenas 136 Kz no BNA, um diferencial de quase 70%.

Para chegar à conclusão que o kwana está entre 10% e 30% sobrevalorizado, o FMI utiliza três metodologias.

A abordagem de sustentabilidade externa do CGER, acrónimo inglês de grupo consultivo para as taxas de câmbio, sugere que o kwana necessitaria de uma depreciação de cerca de 21% até 2020 para estabilizar a posição dos activos estrangeiros líquidos de Angola ao nível de final de 2014.

A abordagem de taxa de câmbio efectiva real de equilíbrio também do CGER sugere que a taxa de câmbio efectiva real necessitaria de uma depreciação de 10% para colocar o saldo da balança corrente projectado até 2020 dentro da norma.

A abordagem do equilíbrio macroeconómico, ainda do CGER, estima que a taxa de câmbio efectiva real

necessitaria de uma depreciação de cerca de 31% para colocar a balança corrente dentro da norma.

Finalmente, a metodologia EBA, acrónimo inglês de avaliação da balança externa, sugere uma sobrevalorização da taxa de câmbio entre 21% e 46% dependendo do preço do petróleo admitido, de 74 USD o barril e 53 USD, respectivamente.

Os intervalos de confiança dos resultados obtidos através das diferentes abordagens são, em geral, grandes e não pode descartar -se a possibilidade de subvalorização do kwanza face ao dólar, reconhece o fundo. "Ainda assim, as estimativas pontuais das três abordagens indicam sobrevalorização", ressalva a instituição, salientando que "os indicadores de competitividade não relacionados aos preços, tais como o Índice de Facilidade de Fazer Negócio do Banco Mundial, apoiam a conclusão de sobrevalorização".

1.3 Dados internacionais são falsos

Jornal de Angola
19 De Novembro de 2015
Texto: Edna Dala

O Instituto Nacional de Estatística (INE) contestou ontem em Luanda os dados internacionais que apontam Angola como um país com indicadores demográficos débeis no que toca à mortalidade infanto-juvenil, infantil e materna.

Ao falar ontem em conferência de imprensa sobre o Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) que decorre desde 19 de Outubro o director do INE, Camilo Ceita, esclareceu que este tipo de indicadores não podem ser calculados de forma leviana, nem com informações anuais, mas através de inquéritos realizados com intervalos de cinco em cinco anos.

Angola, disse o director do INE, realizou o último inquérito de indicadores múltiplos em 2006, associado ao Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP).

"Desde aquela data, até ao momento, não se realizou nenhum inquérito, e não tínhamos como calcular nenhum desses indicadores", frisou Camilo Ceita. Depois deste inquérito, acrescentou, o Instituto está em condições de calcular estes outros indicadores.

Camilo Ceita recordou que ontem foi assinalado o Dia Africano da Estatística sob o lema "Dados Melhores para uma Vida Melhor", aproveitando a

tecnologia moderna para melhorar os sistemas estatísticos nacionais. A este propósito, Ceita destacou o facto de o Instituto Nacional de Estatística estar a utilizar, pela primeira vez, um novo modelo para a recolha de dados no Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS), através de um sistema biométrico que permite uma melhor qualidade de informação e uma disponibilidade dos dados de forma mais rápida. No novo modelo, a informação não é feita em papel, mas através de computadores portáteis. a (IIMS) vai responder a 106 indicadores, com destaque para o sector da saúde, a prevalência da violência doméstica, indicadores sócio-demográficos, a saúde reprodutiva, a taxa de natalidade, entre outros.

De acordo com o INE, todos os cuidados são assegurados em termos de confidencialidade dos dados obtidos, a recolha das gotas de sangue para saber a prevalência da malária, da anemia e do VIH/Sida.

A recolha do sangue, disse Camilo Ceita, não associa as pessoas, pois o objectivo é apenas para a contagem estatística. a inquérito está a ser feito dentro das normas internacionais e com a Comissão de Ética do Ministério da Saúde, sublinhou o director.

O processo, que termina no final de Fevereiro do próximo ano, vai entrevistar cerca de 16 mil agregados familiares que foram seleccionados com base na cartografia realizada no ano passado.

Para a realização da actividade, estão mobilizados 224 técnicos, divididos por equipas formadas por um supervisor, quatro inquiridores, um cartógrafo, um técnico de saúde e um motorista, que vão contar com o apoio de guias locais e sobas das províncias.

O Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) está orçamentado em 9,141 milhões de dólares e conta com a ajuda de parceiros internacionais como o Banco Mundial, a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) e a UNICEF. a director do INE adiantou que no valor orçamentado o Governo angolano participou com 2,3 milhões, a UNICEF com 2,1 milhões, a USAID com 15 milhões de dólares e o Banco Mundial com o restante.

I.4 Apenas 20% dos trabalhadores estão inscritos no INSS dos 5 milhões existentes no país

Jornal Manchete

20 De Novembro de 2015

Texto: *Moreira Mário*

Apenas 20 por cento da população, economicamente activa do país, está inscrita no Sistema da Segurança Social. Um número que o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), considera bastante reduzido tendo em conta o universo de pessoas nessa condição, que abrange cerca de 5 milhões.

As explicações são do coordenador do plano de sustentabilidade e gestão de Segurança Social, Manuel Moreira, quando falava aos jornalistas à margem do seminário técnico sobre "Instituições do Conselho Nacional de Protecção Social", realizado nesta segunda-feira, 16, pelo INSS.

O responsável disse ainda para melhorar a racionalização dos fundos disponíveis pelo Orçamento Geral do Estado (OGE), o INSS vai criar um órgão que vai congrega todas as políticas de âmbito social de todos os ministérios.

"Este regimento terá como finalidade, obter o sistema social de todas as prestações a nível das instituições ministeriais, no sentido de melhorar a racionalização dos fundos disponíveis pelo OGE", garantiu Manuel Moreira, acrescentando por outro lado, que o Governo disponibiliza cerca de 13 por cento da riqueza do Produto Interno Bruto (PIB) para prestações sociais.

Reforço ao trabalho da protecção social

Por seu turno, o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, António Pitra Neto, considerou por ocasião da abertura do encontro ser necessário que se reforce o trabalho da protecção social, no sentido de alargar e fomentar o espaço de intervenção na economia social.

Este reforço passa pela colaboração e participação mais activa de instituições e entidades, individuais ou CIO lectivas, de carácter filantrópico, religioso, CIVICO, comunitário e de solidariedade social nas tarefas de acção social.

"É sabido que é na robustez e no crescimento da economia que assenta, de forma segura, a sustentabilidade e a expansão dos níveis de cobertura da protecção social", exprimiu Pitra Neto,

acrescentando que a institucionalização do Sistema de Segurança Social, em 1990, determinou o sentido evolutivo na assumpção das distintas modalidades.

Em 2004, lembrou o ministro, o Estado angolano aprovou a Lei de Bases da Protecção Social (Lei nº7/04), como um instrumento de apoio ao estabelecimento de uma política de protecção social que auxilie a redistribuição dos rendimentos, de forma a contribuir para eliminar a precariedade e reduzir as consequências sociais negativas.

Os números

No entanto, o responsável lembrou que actualmente a gestão da protecção social obrigatória é de âmbito geral da responsabilidade do INSS, pois atende a catorze prestações, dentre imediatas e deferidas, subdivididas em pensões, bónus e subsídios, num universo de 1.411.983 segurados, 109.418 contribuintes e 108.988 pensionistas, e com um volume anual de despesas em 2014 de 8.657 milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil e trezentos kwanzas e noventa e oito cêntimos. No encontro que participaram responsáveis do INSS, teve como objectivo a solidariedade nacional, financeira através do imposto, o bem-estar das pessoas e a famílias da comunidade, sendo a redução progressiva das desigualdades sociais das assimetrias regionais, bem como a protecção dos trabalhadores, de acordo com o desenvolvimento económico e social, nas situações de falta ou diminuições das capacidades de ganho na maternidade.

I.5 Aumento mensal do custo de vida atingiu máximo de cinco anos em Outubro

Jornal de Expansão

20 De Novembro de 2015

O custo de vida em Luanda aumentou 1,4% em Outubro face a Setembro e 12,4% face ao mesmo mês do ano passado, revelou o Instituto Nacional de Estatística.

É preciso recuar mais de cinco anos, precisamente até Setembro de 2010, mês em que os preços aumentaram 2,4%, para encontrar uma taxa de inflação mensal tão alta.

Já a taxa de inflação está em máximos de mais de quatro anos. A última taxa mais elevada que a de Outubro foi registada em Agosto de 2011, quando os preços aumentaram 13,7% face a Agosto de 2010.

Depois de ter atingido um mínimo de 6,9% em Junho de 2014, o ritmo de crescimento dos preços

não parou de acelerar, com excepção dos meses de Novembro e Dezembro de 2014, em que se manteve nos 7,5%, e Janeiro de 2015, em que registou um ligeiro recuo, de 7,5% para 7,4%.

Após várias revisões em alta, a meta do Governo para a inflação homóloga em Dezembro de 2015 está actualmente estabelecida nos 13,8%.

Depois de ter passado praticamente incólume às três subidas dos preços dos combustíveis, a taxa de inflação em Luanda não resistiu à escassez de divisas e consequente desvalorização do kwanza, como assinala o Banco Nacional de Angola (BNA) no relatório de inflação do I trimestre de 2015, publicado em 1 de Julho de 2015. Desde esta data que o banco central não divulga na sua página da Internet relatórios de inflação.

"A recente depreciação cambial que ficou evidente a partir de Junho de 2014 (. ..) contribuiu para pressionar os preços no sentido ascendente desde então", lê-se no documento. No mercado oficial, o kwanza desvalorizou quase 30%, enquanto no mercado informal perdeu cerca de 50%. A classe de bens e serviços diversos foi a que mais encareceu em Outubro, com um aumento de preços da ordem dos 2% face ao mês anterior, seguida das classes de lazer, recreação e cultura e da habitação, água, electricidade e combustíveis, ambas com 1,9%.

Além de Luanda, que ainda serve como referência para a inflação em Angola, o INE publica desde Janeiro de 2015 os dados de inflação mensal referentes às restantes 17 províncias. Luanda, com os referidos 1,4%, é a província onde os preços mais aumentaram em Outubro face a Setembro, enquanto Cabinda, Zaire e Bengo surgem no extremo oposto, com 'apenas' 0,7%.

Em termos nacionais, o custo de vida aumentou 1,2% em Junho face a Maio.

1.6 Classe média angolana atinge 5 milhões

Jornal O PAÍS

20 De Novembro de 2015

A classe média e classe média emergente angolana, com rendimentos acima de USD 4 por dia! percapita, ultrapassa já os cinco milhões de habitantes, conclui

um estudo elaborado pelo Observatório Angola, realizado através da combinação de vários contributos, designadamente incursões etnográficas e entrevistas a 2.058 indivíduos.

A consolidação de uma classe média com poder de compra contempla um enorme mercado de consumo e representa um agente de mudança social e económico que é urgente reconhecer.

Assim, a amostra representativa do universo de inquiridos indica que 92% já tem telemóvel, 60% tem computador, 61% tem acesso internet através do telemóvel, 80% tem conta bancária, 40% utiliza o cartão Multicaixa regularmente, 41% tem automóvel e 74% tem uma televisão de ecrã plano. Sinais mais do que evidentes da consolidação crescente de uma classe média angolana com poder de compra.

Estes são dados que revelam o patamar de qualidade de vida e de infra-estruturação destes indivíduos. O telemóvel, seguido de arca congeladora e do forno, figuram como os equipamentos que se reconhece terem trazido maior qualidade de vida e facilitação do quotidiano.

Constata-se igualmente a ligação destes indivíduos a um mundo que é global. Quando questionados sobre os destinos que escolheriam para uma próxima viagem, caso lhes fosse possível fazê-la, o primeiro país a ser indicado é o Brasil, seguido do Dubai e, apenas em terceiro lugar, referem Portugal, a par com os EUA.

Contudo, o estudo não se fica por uma mera fotografia desta população. Unindo uma equipa que combina competências multidisciplinares, como sociólogos, psicólogos, economistas e a componente estratégica, o estudo levanta um conjunto de questões sobre como se processa o fenómeno de ascensão social e que modelos procuram os angolanos para as suas vidas e para o futuro dos seus filhos.

1.7 Indicadores de desenvolvimento ou de crescimento? O que estamos a medir?

Novo Jornal

20 De Novembro de 2015

UMA DAS FORMAS mais clássicas de se medir o grau de desenvolvimento económico de um país, município ou região seja através do seu produto interno bruto, abreviadamente PIB. Algumas pessoas já estabelecem a distinção entre crescimento do PIE e desenvolvimento.

Enquanto o primeiro se refere a todas as actividades económicas existentes numa dada localidade, o desenvolvimento é um conceito que envolve outros aspectos relacionados com o bem-estar, tais como os

indicadores de Educação, Saúde, garantia de direitos e liberdades, entre outros indicadores.

Embora seja difícil afirmar que a situação de bem-estar numa determinada localidade do país seja preferível a uma outra, apenas porque a primeira possui um PIE per capita mais elevado. Porque razão se confunde frequentemente desenvolvimento com crescimento económico?

Em que sentido o município do Soyo, onde se explora grandes quantidades de petróleo, é mais desenvolvido do que o município da Caála? Ou o Kuango, rico em diamantes, mais do que o Negage, ou o Lukapa mais do que o Sambizanga?

Uma possível explicação é o facto de que, para alguns políticos e economistas, fica muito mais cómodo apresentar o aumento do PIB per capita como sendo um indicador fácil de quantificar, ao invés de falar de aspectos importantes, tais como os níveis de distribuição do rendimento entre as pessoas que vivem nestas localidades, entre os diferentes municípios do país, etc.

Pode-se até acreditar que o aumento do PIB per capita nacional, tenha possibilitado a resolução de muitos dos problemas sociais e políticos existentes no país ao longo dos últimos anos. Mas a experiência da última década, diz-nos que esta crença de que o mesmo se aplica, quando a nossa referência é um município, parece bastante ingénua.

Municípios há, em que as constantes e permanentes dificuldades económicas e sociais existem, independentemente de qualquer que seja a dinâmica de crescimento económico do país. Pode-se constatar esta realidade tanto em municípios onde o aumento do PIB tem sido acelerado, como aqueles em que tal não se tem verificado.

De facto, quando alguém tenta medir o grau de desenvolvimento ocorrido num dado município olhando apenas os níveis de crescimento do PIE, comete dois erros muito básicos de análise.

O primeiro tem a ver com o facto de ignorar as evidências, segundo as quais, o crescimento económico pode falhar na resolução das dificuldades e de problemas sociais e políticos. Inclusive, certos tipos de crescimento podem mesmo estar na origem dessas dificuldades. Que o digam aqueles munícipes que vivem em regiões do país onde aumentou a actividade económica e simultaneamente os conflitos de terra, a pressão sobre os recursos naturais e a alteração em sentido negativo das pautas, comportamentos e valores culturais.

O segundo erro é o facto de se ignorar a verdade segundo a qual a complexidade dos problemas do desenvolvimento faz com que, a utilização apenas de um indicador como o PIB, esconde mais do que mostra sobre a situação de um dado município.

Temos a impressão que se recorre unicamente ao valor do PIB, para demonstrar o nível de desenvolvimento de uma dada localidade, em parte porque se prefere evitar ter o reconhecimento de que a distribuição poderia ter sido mais bem feita, mas também com o facto de se ter de encarar os verdadeiros problemas que obstaculizam o desenvolvimento económico local.

Ao discutir os desafios com que agora nos deparamos, temos de dissipar o nevoeiro que envolve a palavra desenvolvimento e definir mais rigorosamente o significado deste conceito entre nós. Só depois será possível pensar em objectivos e melhorar a formulação de políticas públicas de desenvolvimento, cuja implementação poderá ser medida através de indicadores mais apropriados, tanto ao nível nacional, como ao nível local.

Dizer que o município A ou B se desenvolveu, ou não, olhando apenas para os aumentos ou recuos que se possam verificar em relação ao PIE, é o mesmo que emitir apenas um juízo de valor.

Porque lá bem no fundo, todos nos sabemos que o desenvolvimento é, inevitavelmente, um conceito associado a melhorias visíveis e reais nas condições de vida das pessoas de uma dada localidade. Pretender que assim não seja é apenas esconder as nossas mazelas, sem pretender repará-las.

1.8 INE prevê entrevistar 16 mil agregados para IIMS 2015

Jornal Manchete

20 De Novembro de 2015

Cerca de dezasseis mil agregados familiares serão entrevistados até o final do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS 2015), que se realiza desde Outubro deste ano em todo país, adiantou quarta-feira, em Luanda, o director-geral do Instituto Nacional de Estatística INE, Carnilo Ceita.

Carnilo Ceita prestou esta informação durante uma conferência de imprensa realizada, na sede da instituição que dirige, tendo sublinhado que IIMS 2015 está a ser levado a cabo em parceria com o Ministério da Saúde e conta com a participação de cerca de 250 técnicos que estão a trabalhar em todo

país com equipas associadas à Inquiridores do INE e de técnicos do Ministério da Saúde.

De acordo com o responsável do INE, há condições criadas para o sucesso do inquérito que acontece, pela primeira vez, no país.

"Este inquérito tem a particularidade de ser pela primeira vez recolhido num suporte novo, que o INE está a implementar ou seja a recolha da informação não é feita em papel é feita através de computadores portáteis, que vai permitir melhor qualidade da informação e uma disponibilidade dos dados muito rapidamente", disse. Acrescentou que este tipo de inquérito tem uma particularidade que é a recolha dos dados biométricos, que vai permitir poder definitivamente e de forma segura ter a incidência do HIV/ Sida, malária e anemia no país. Segundo o responsável, este inquérito é de extrema importância, apelando

Os órgão de comunicação social no sentido de divulgar o inquérito para que as taxas de recusa dos agregados familiares sejam mínimas possíveis, "porque estamos a resistir de alguma forma que quando se chega numa de terminada residência, informamos que para além das respostas que ele tem de prestar é necessário fazer uma recolha de sangue, o que parece algo estranho mas é normal", adiantou. Em termos de confidencialidade dos dados, Camilo Ceita garante que todos os cuidados estão assegurados, porque a recolha de sangue para saber a prevalência da malária e VIH é feita de tal forma que não associa os dados da pessoa, pois os dados fornecidos são confidenciais e servirão unicamente para o direccionamento das acções do Governo em benefício da saúde, educação e bem-estar da população.

"Todo o inquérito está a ser feito dentro das normas internacionais, respeitando igualmente a comissão de ética do ministério da saúde", garante.

O IIMS 2015 tem um custo de 9 milhões de dólares, financiados pelo Governo de Angola e outros parceiros internacionais como Banco Mundial e UNICEF.

As equipas são constituídas por um supervisor, quatro inquiridores, um cartógrafo, um técnico de saúde e um motorista, todos devidamente uniformizados.

Para este inquérito, as crianças, dos 0 a 5 anos, são medidas e pesadas e recolhido o sangue no intuito de exames de anemia e malária.

Aos homens, de 15 a 54 anos de idade, e mulheres, de 15 a 49 anos de idade, também serão recolhidas

amostras de sangue para testar o HIV, através de uma picada no dedo, havendo igualmente perguntas sobre a qualidade da água, planeamento familiar e métodos contraceptivos.

No fim do Inquérito, os dados recolhidos serão utilizados para ilustrar a situação do país quanto as enfermidades de má nutrição e anemia, malária, HIV/Sida, entre outros aspectos ligados à saúde.

O IIMS servirá de base para avaliar o grau de progresso do país na concretização dos compromissos nacionais e internacionais no domínio da saúde, relativos ao Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 e aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

1.9 INE protesta dados internacionais falsos

Jornal Grandes Notícias
21 De Novembro de 2015
Texto: Licínio Adriano

De acordo com o director do INE, Camilo Ceita, este tipo de indicadores não podem ser calculados de "forma leviana" nem com informações anuais, mas através de inquéritos realizados com intervalos de cinco em cinco anos.

Esta explicação foi dada pelo responsável angolano, quando falava numa conferência de imprensa, realizada esta semana em Luanda, sobre o Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) que decorre no país desde 19 de Outubro passado. Camilo Ceita lembrou que Angola realizou o seu último inquérito de indicadores múltiplos em 2006, associado ao Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP). "Desde aquela data, até ao momento, não se realizou nenhum inquérito, e não tínhamos como calcular nenhum desses indicadores" frisou. Ele destacou o facto de o INE estar a utilizar, pela primeira vez, um novo modelo para a recolha de dados no IIMS, através de um sistema biométrico que permite uma melhor qualidade de informação e uma disponibilidade dos dados de forma mais rápida. Depois deste inquérito, acrescentou, o Instituto está em condições de calcular estes e outros indicadores.

No novo modelo, a informação não é feita em papel, mas através de computadores portáteis e o IIMS vai responder a 106 indicadores, com destaque para o sector da saúde, a violência doméstica, indicadores sócio-demográficos, a saúde reprodutiva, a taxa de natalidade, entre outros. De acordo com o INE,

todos os cuidados são assegurados em termos de confidencialidade dos dados obtidos, a recolha das gotas de sangue para saber a prevalência da malária, da anemia e do HIV / Sida. A recolha do sangue não associa as pessoas, pois o objectivo é apenas para a contagem estatística, disse Camilo Ceita, notando que o inquérito está a ser feito dentro das normas internacionais e com a Comissão de Ética do Ministério da Saúde. O processo, que termina no final de Fevereiro próximo, vai entrevistar cerca de 16 mil agregados familiares seleccionados com base na cartografia realizada no ano passado. Para esta actividade, estão mobilizados 224 técnicos, divididos por equipas formadas por um supervisor, quatro inquiridores, um cartógrafo, um técnico de saúde e um motorista, que vão contar com o apoio de guias locais e sobas das províncias. O IIMS está orçamentado em nove milhões e 141 mil dólares americanos e conta com a ajuda de parceiros internacionais como o Banco Mundial, a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) e o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

Deste valor, adiantou o director do INE, o Governo angolano participou com dois milhões e 300 mil dólares, o UNICEF com dois milhões e 100 mil, a USAID com quatro milhões e 500 mil dólares e o Banco Mundial com o restante.

1.10 Sindicatos exigem criação de subsídios de desemprego

Jornal A Capital

21 De Novembro de 2015

Texto: Presbítero Lundange

Dados avançados pela segunda maior central sindical do país situam em cerca de 20 mil o universo de trabalhadores despedidos desde meados de 2014, altura em que despoletou a crise que se apossa na economia angolana, em razão da queda abrupta dos daquilo que é a principal fonte de receitas angolanas.

Uma alusão ao petróleo cujos preços caíram da casa dos 100 dólares para situar-se actualmente em tomo dos 40.

E as consequências sobre uma economia como a de Angola, grandemente dependente dessa commodity, começam a ser cada vez mais acentuadas, com realce para o que se assiste no mercado de emprego, atingido com ondas de despedimentos sem precedentes.

Os números não deixam de preocupar a CGSILA, que, ao olhar para as implicações de tal crise sobre o

emprego, considera ser hora do Governo instituir um subsídio a favor das pessoas que acabam sem os seus postos de trabalho.

"Nós pensamos que o Governo deve ter o bom senso de o mais rápido possível possa estabelecer esses subsídios de desemprego", defendeu o presidente daquela central sindical, Avelino Miguel, justificando a tese com a necessidade de "atenuar as preocupações daquelas pessoas que por motivos de conjuntura caem no desemprego".

Para o líder sindical, a aprovação de tal subsídio é um imperativo que, na sua óptica, acautelaria a ocorrência de problemas sociais que resultam da falta de emprego no mercado, nomeadamente delinquência juvenil e prostituição.

Para além da necessidade de um subsídio de desemprego, a CGSILA exige ainda um ajustamento urgente dos salários na função pública, pedindo igualmente um incremento do salário mínimo nacional, em razão da degradação acentuada do poder aquisitivo dos ordenados.

"É de consenso nacional que o salário mínimo é muito baixo", lembrou o sindicalista, tomando isso como razão que sustenta as exigências daquela organização.

"Eu acho que o custo de vida que nós vivemos no país, já não podemos sustentar esse salário mínimo", acrescentou, advogando para tal um valor não abaixo do equivalente a 500 dólares.

Tal posição consta, aliás, de um memorando que a CGSILA diz ter endereçado no passado mês de Agosto ao chefe do Executivo angolano e a quem pede resposta urgente à uma série de questões ligadas à situação social dos seus filiados, que já admitem a possibilidade de recurso a uma greve geral.

Segundo aquela organização sindical, o recurso à greve depende daquilo que será a reacção do Executivo, de quem a CGSILA espera que tenha o bom senso em relação as preocupações apresentadas pelos trabalhadores.

"Caso nós nos próximos dias não recebermos a resposta e sentirmos que não há o devido tratamento pelo Executivo das questões apresentadas, abrimos a possibilidade de um caderno reivindicativo", advertiu.

Tal hipótese foi admitida recentemente em Luanda, num encontro convocado com o propósito de analisar o estado actual do mercado de emprego em Angola, marcado, como concluiu a CGSILA, por onda crescente de despedimento em vários sector da actividade económica, organização insta também o

Executivo a persuadir os empregadores dos sectores, tanto público como privado, a respeitarem a legislação laboral vigente no país, dando acento a manutenção dos postos de trabalhos e das respectiva remuneração.

A maior preocupação daquela organização no actual momento recai sobre o sector da construção civil, onde, como revela a UNTA-CS, os empregadores condicionam a manutenção dos postos de trabalho aos pagamentos de obras a si confiadas pelo Estado.

Fora os despedimentos, o mercado confronta-se ainda com problemas de atrasos salariais, uma situação que já se torna numa endemia que, nos últimos tempos, enferma mais as empresas do sector empresarial privado, de onde advém o maior volume de queixas nesse sentido, ao contrário da função pública que, pelas informações obtidas, dificilmente transita. Aliás, a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA - Confederação Sindical) já previa este cenário logo no início da crise, tendo, na altura, sugerido a necessidade de se ter os esforços virados para a preservação dos postos de trabalho existentes.

A maior central sindical do país defendia tal necessidade por entender que uma das consequências da crise não deixaria de ser o que está a acontecer: despedimentos colectivos.

Por este facto, a UNTA, na pessoa do seu secretário-geral Manuel Viage, diz estar a trabalhar na mobilização dos seus filiados no sentido de assumirem uma nova atitude perante as suas obrigações laborais. Ou seja, consciencializar os funcionários, para que tenham "um maior engajamento e disciplina no processo produtivo".

No âmbito desse mesmo esforço, a com o salário para o mês seguinte.

Pelo mesmo é assim ao nível da Saúde e da Educação, dois sectores com a maior fatia do universo de funcionários empregues na função pública.

Em muitas empresas do privado, tal disciplina ainda é um sonho, o que, para entidades como o economista Antero Van-Dúnem, explica a preferência que as pessoas têm de obterem um lugar no Estado.

Não é por mero acas que João Baptista nunca se cansa de consultar as páginas do Jornal de Angola sempre que sai de casa para o serviço. Diz que o grande propósito da sua consulta diária àquela publicação é o de encontrar algum anúncio sobre concurso para admissão no funcionalismo público, por revelar-se exausto com as desonestidades do seu empregador.

I.11 Economia paralela em Angola representa 60% do valor total

Jornal República

28 De Novembro de 2015

Segundo a secretária de Estado das Finanças, Valentina Filipe, que discursava na abertura da Conferência Internacional sobre Tributação, importa inverter a situação, para o que é necessário reforçar as iniciativas de formalização da economia nacional em curso.

A governante sublinhou o papel preponderante da Administração Geral Tributária para a formalização da economia, destacando o aumento em 198% do número de contribuintes nos últimos quatro anos.

"Esta cifra mostra, de uma forma inequívoca, que estamos a caminho a percorrer para atingirmos uma percentagem de contribuintes cadastrados que possamos considerar aceitável e sustentável, é ainda longo", disse Valentina Filipe.

O Impacto Negativo da Informalidade na Receita Tributária foi um dos temas da conferência, apresentado pelo sul-africano Acha Leque da consultora McKinsey and Company.

Em declarações à agência Lusa, o conferencista disse que a informalidade - ou economia paralela, sem contribuições fiscais ou outras - é um problema que afecta 50% das economias dos países africanos, salientando tornar fácil o acesso à formalidade tem sido uma das estratégias adoptadas para se reverter o quadro.

"A realização de campanhas de sensibilização é uma das iniciativas também, seguida do seu cadastramento e facilitação desse processo, a implementação de amnistias fiscais é também outra medida que vários países estão adoptar e a África do Sul é um exemplo claro disso", disse Acha Leque, frisando que o desafio é a execução dessas medidas.

Segundo a secretária de Estado angolana, o esforço de cadastramento será uma constante, perspectivando-se o alargamento da base tributária, com campanhas de sensibilização para a população sobre a sua importância.

A execução de um sistema tributário simples, mas eficaz, e de uma justiça tributária célere e eficiente foram também apontados por Valentina Filipe como pilares para a arrecadação de receitas para o Estado.

A secretária de Estado realçou que a receita tributária não petrolífera representa já 44% do total de receita

do Estado, e a tendência deverá continuar a verificar-se no próximo ano.

"Poder-se-ia dizer que o peso da receita não petrolífera aumentou porque o valor do petróleo está em baixa e por essa via diminuiu o peso da arrecadação tributária petrolífera.

No entanto, facto é que, de 2010 a 2014, o valor da arrecadação tributária não petrolífera registou um aumento de 80%", frisou Valentina Filipe.

A conferência, que termina na terça-feira, vai abordar temas sobre os Fluxos Financeiros ilícitos - Subtributação e Preços de Transferência, Estratégias de Diversificação da economia e os seus Efeitos na Arrecadação da Receita Tributária.

2. MICROFINANÇAS

2.1 "Angola Investe" aprova projectos

Jornal de Angola
10 De Novembro de 2015

O Programa "Angola Investe" aprovou este ano, na província do Cunene, catorze projectos de empresários, que apenas aguardam pela cabimentação do financiamento, anunciou ontem, na cidade de Ondjiva, a directora do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

Teresa de Jesus falava sobre o funcionamento da instituição na província do Cunene e considerou a aprovação destes projectos ligados ao sector agro-pecuário um grande passo, na medida em que desperta o interesse de outros empresários em aderir ao Programa "Angola Investe".

O Programa "Angola Investe", sob a égide do Executivo, tem como objectivo criar uma classe empresarial nacional forte, através do programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas.

A directora do INAPEM no Cunene esclareceu que uma das condições para adesão ao Angola Investe e outros créditos bancários bonificados sob iniciativa do Executivo é a certificação das empresas e actividade realizada por esta instituição. De 2012 a esta data foram já certificadas 1.007 empresas na província.

O "Angola Investe", criado em Setembro de 2012, conta com o suporte financeiro de 22 bancos comerciais angolanos, com o objectivo de criar uma classe empresarial nacional forte, através do Programa de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas. O Programa "Angola Investe" já aprovou e financiou, em todo o país, 445 projectos de investimento.

2.2 Recuperação de crédito desafia gestores da banca

Jornal Economia e Finanças
20 De Novembro de 2015
Texto: Isaque Lourenço

O crédito malparado na banca angolana sobe. De mansinho e aos poucos vai atingindo números que já sinalizam o laranja (11,3 por cento em 2013 e 14,5 em 2014). O desafio é no curto prazo, os gestores

conseguirem métodos de recuperação eficientes, para que não se penalize um sector bastante dinâmico e que tem sido um grande impulsionador do crescimento económico.

Esta leitura que fica bastante clara nas entrelinhas dos depoimentos colhidos pelo mais recente estudo sobre o sector bancário em Angola da consultora KPMG.

Segundo o relatório, o crescimento malparado em Angola, de 41,6 por cento em 2014, ano que fechou com a banca angolana a registar um volume de crédito vencido de 14,5 do total, preocupa.

A taxa de crédito malparado de 14,5 por cento em 2014 compara com uma percentagem de 11,3 no ano anterior, mas há também "uma grande concentração de risco" nos empréstimos feitos. O crédito global concedido pela banca angolana ultrapassa os 2,8 triliões de kwanzas.

Indicadores

O estudo da KPMG concluiu que sector bancário angolano viu valor de activos crescer 7,3 por cento de 2013 para 2014, para 7,105 mil milhões de kwanzas, enquanto os depósitos e recursos dos clientes subiram 15,1, abaixo de taxas em anos anteriores.

"Na generalidade dos bancos, os vinte principais clientes significam qualquer coisa como 60 ou 70 por cento da carteira de crédito. Obviamente que isto não é desejável, basta que um desses clientes entre em dificuldades para trazer transtornos maiores aos bancos", reconheceu o responsável da KPMG, identificando a necessidade de os bancos "diversificarem" o crédito.

No estudo apresentado, recentemente, a consultora identifica igualmente a gestão dos riscos de mercado, das operações cambiais ou a recuperação do crédito vencido como desafios do sector bancário angolano a curto prazo.

Foi ainda enfatizado o facto de os bancos angolanos estarem a ver contas que possuem em bancos estrangeiros encerradas, devido às exigências internacionais de requisitos sobre o controlo de actividades e combate ao branqueamento de capitais, o que continuará a agravar as dificuldades de transferência para o estrangeiro.

Fusões

A consultora KPMG prevê como "incontornáveis" novas fusões na banca angolana em 2016, à semelhança da anunciada recentemente entre os bancos Millennium Angola e Atlântico, para rentabilizar a actividade.

A posição foi assumida pelo responsável da KPMG em Angola, Victor Ribeirinho, na apresentação, em Luanda, do estudo anual (2014) da consultora internacional sobre a banca angolana, recordando que nesta altura estão licenciadas para operar no sector, no país 29 entidades.

"É praticamente incontornável que os movimentos de concentração do sector tenham em 2016 maiores desenvolvimentos", apontou Victor Ribeirinho, dando como exemplo a fusão do banco detido em Angola pelo português Millennium BCP e o Atlântico, anunciada em Outubro.

"Revela visão estratégica destes dois bancos e dos seus accionistas, o que é desejável. Disse que têm consciência que há dificuldades que podem ser ultrapassadas mais facilmente se estiverem juntos", comentou o responsável da KPMG em Angola.

Com uma taxa de utilização de serviços bancários que em 2014 chegou aos 47 por cento da população, Victor Ribeirinho assume que em Angola já foi "ultrapassada a fase da maturidade" da banca, que agora enfrenta cenários de fusão.

O relatório da KPMG identifica que a banca angolana atingiu em 2014, pela primeira vez, os 20 mil trabalhadores, enquanto a rentabilidade média que os bancos representaram para os accionistas desceu para 4,96 por cento.

2.3 Bancarização 'dispara' para 47% em 2014

Jornal Expansão

13 De Novembro de 2015

Texto: Osvaldo Manuel

A taxa de bancarização fixou-se em 47% em 2014, um crescimento face aos 30% de 2013 devido, sobretudo, às contas 'Bankita' à ordem, que no mesmo período avançaram 36,8% em termos de adesões, revela o estudo Análise ao Sector Bancário Angolano, divulgado pela KPMG na semana passada, em Luanda.

No evento, Victor Ribeirinho, chefe de serviços de auditoria e finanças do KPMG, alertou no entanto para o crescimento "preocupante" de 41,6% do crédito malparado no ano passado. O crédito vencido, segundo o estudo, que incidiu sobre 23 bancos a operar em Angola, ascendeu a 14,5% do total.

O crescimento do crédito malparado é preocupante, porque denota a conjuntura económica e a forma como as empresas estão a ter capacidade para responder, ou não, ao serviço da dívida", disse, explicando que "15 Kz em cada 100 concedidos de crédito estavam em situação de vencidos" no final de 2014.

Segundo o estudo, o sector bancário viu o valor de activos crescer 7,3%, para 7,1 biliões Kz, enquanto os depósitos e recursos de clientes avançaram 15,1%, abaixo do verificado em 2013 (16,8%).

Victor Ribeirinho manifestou-se igualmente preocupado com a concentração de crédito, lembrando que, "na generalidade dos bancos, os 20 principais clientes significam algo como 60% ou 70% da carteira de crédito".

"Obviamente que isto não é desejável, basta que um desses clientes entre em dificuldades para trazer dificuldades maiores aos bancos", sublinhou o responsável da KPMG, identificando a necessidade de os bancos "diversificarem" crédito.

O crédito cresceu 8,9%,3,9 p.p. abaixo do verificado em 2013 face a 2012 e 21,3% abaixo do registado em 2012 face a 2011, assinala o documento da KPMG.

Victor Ribeirinho sublinhou que o estudo identifica a gestão dos riscos de mercado, das operações cambiais ou a recuperação do crédito vencido como desafios do sector bancário em Angola no curto prazo.

Porém, as instituições financeiras estão a ser confrontadas com o encerramento das suas contas no estrangeiro, disse. As exigências internacionais de requisitos sobre o controlo de actividades e combate ao branqueamento de capitais vão também contribuir para o "agravamento das dificuldades de transferências para o estrangeiro", disse.

Entretanto, o produto bancário referente ao agregado do sector registou um acréscimo de aproximadamente 1,9%, uma inversão da tendência verificada até 2013, sendo a primeira desaceleração registada nos últimos quatro anos. O rácio cost-to-income fixou-se nos 50,9% em 2014, representando o melhor registo no período 2010-2014.

"A tendência de decréscimo na rentabilidade continuou a verificar-se em 2014. Tanto o Retorno dos Activos como o Retorno dos Fundos Próprios registaram valores inferiores aos de 2013", adiantou.

O estudo, elaborado com recurso à informação pública disponibilizada pelas diversas instituições do sistema financeiro, revela uma diminuição de 50,3% na rentabilidade do sector.

2.4 BDA reconhece debilidades no ápico empresarial

Novo Jornal

27 De Novembro de 2015

Texto: Hortêncio Sebastião

O BANCO de Desenvolvimento de Angola (BDA) reconheceu que, durante os seus nove anos de existência, não foi capaz de se assumir como líder no fomento da actividade não petrolífera, responsável pela diversificação da economia.

Este ponto de vista foi reiterado pelo presidente da instituição, Manuel Costa, durante uma conferência de imprensa realizada segunda-feira, 23, que serviu para anunciar a realização nesta quinta-feira, 26, de um fórum empresarial, tendo em vista imprimir uma nova dinâmica à actividade do banco.

"Existem uma série de constrangimentos que limitam o desenvolvimento da actividade económica", frisou Manuel Costa, quando questionado pelo NJ sobre o balanço da instituição ao longo dos nove anos.

Segundo ele, "há problemas burocráticos centrados no início e desenvolvimento da actividade económica, fundamentalmente, por exemplo, na constituição de empresas e na obtenção de licenças".

"Para o desenvolvimento da actividade económica, onde intervêm factores subjectivos, porque há alguns costumes reprováveis que se foram constituindo nas pessoas extraírem rendimentos nesses processos, pela sua intervenção administrativa", assinalou.

No entanto, referiu existirem exemplos de sucesso no sector empresarial privado que o BDA apoiou em termos de financiamento, o que a instituição pretende durante a realização do fórum.

Deu ainda a conhecer a existência de um campo grande de intervenção, a exemplo de algumas das instituições do Estado, que ainda são um grande consumidor e que por razões subjectivas prefere importar ao invés de contratar bens e serviços internos, o que não cria oportunidades nem mercado para os que pretendem investir.

"A crise a que hoje assistimos, é uma oportunidade para a viragem, porque com a falta de divisas para

importar, nós teremos que sobreviver e então aí está uma oportunidade na aposta no desenvolvimento da produção nacional", realçou.

O Banco de Desenvolvimento de Angola é um banco público responsável pela gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento, que entrou em funções em Dezembro de 2006, celebrando assim o seu nono ano de operações.

Dados disponíveis indicam que o BDA colocou este ano à disposição dos bancos comerciais que operam no País, quatro linhas de crédito avaliadas em 35 mil milhões de Kwanzas que se destinam ao financiamento de pequenas e médias empresas dos sectores da agricultura, pecuária e pescas, indústria transformadora, comércio, serviços e infra-estruturas, no quadro da estratégia de diversificação da economia nacional.

Para os sectores da agricultura, pecuária e pescas estão disponíveis cerca de 12,5 mil milhões de Kwanzas, infra-estruturas 10 mil milhões, enquanto para a indústria transformadora foram cabimentadas 7,5 mil milhões e comércio e serviços cinco mil milhões Kz.

Nesse sentido, o presidente do BDA considerou a necessidade de se tomarem medidas de forma a prevenir a degradação da carteira de crédito do banco, considerando elevado o nível do crédito malparado, juntamente com o nível de provisões, que também decorre da má qualidade dessa carteira.

O fórum empresarial do BDA teve por objectivo trocar experiências entre os intervenientes no desenvolvimento da actividade económica não petrolífera particularmente no domínio do investimento produtivo, identificar os pontos fracos e traçar estratégias para o êxito dos programas estabelecidos.

O BDA pretendeu igualmente promover o "networking", a criação de oportunidades de negócios e o estabelecimento de novas parcerias para os clientes, realizando um simpósio subordinado ao tema: "Desafios ao Desenvolvimento da Actividade Económica Produtiva - As Experiências de Clientes do BDA" e uma mesa redonda sob o tema: "Medidas para a melhoria do ambiente para o sucesso do investimento produtivo", a par da exposição em que 25 clientes do banco exibiram os seus produtos como resultado da acção financiadora do BDA.

2.5 IPU reforça base tributária

Novo Jornal

13 De Novembro de 2015

O SISTEMA FISCAL angolano caracteriza-se pela sua base cedular e, no que concerne à tributação sobre o património, destaca-se a tributação sobre o rendimento proveniente de situações estáticas do património.

No domínio destas situações do património e que são gerados rendimentos, recai o Imposto Predial Urbano (IPU).

O imposto predial urbano é um imposto que recai sobre os rendimentos prediais. Este imposto é resultado da reforma fiscal de 1967-70 do século passado, tendo sofrido à posterior algumas alterações consideráveis, sendo a mais recente pela Lei n.ºs 18/11, de 21 de Abril, no âmbito da reforma tributária.

Este imposto, tem como base de incidência objectiva, os rendimentos dos prédios urbanos situados em Angola, quando estejam arrendados ou sobre a sua detenção quando não o estejam.

Importa referir que os prédios que estejam arrendados, o imposto incide sobre o valor da renda, expressa em moeda corrente e, quando os prédios não estejam arrendados, o imposto incide sobre o valor patrimonial.

Por conseguinte, a incidência subjectiva no caso dos prédios arrendados, o imposto é devido pelos titulares do direito aos rendimentos dos prédios, presumindo-se enquanto tal, as pessoas em nome de quem esses rendimentos se encontram inscritos na matriz.

Constituem sujeitos passivos deste imposto, de acordo com o artigo 4.º, os proprietários, usufrutuários ou beneficiários do direito de superfície relativos ao prédio no caso de prédios não arrendados.

Estão isentos deste imposto, o Estado, Institutos Públicos e Associações que gozem de estatuto de utilidade pública, Estados estrangeiros, quando aos imóveis destinados às respectivas representações diplomáticas ou consulares, quando haja reciprocidade e, também, as instituições religiosas legalizadas quanto aos imóveis destinados exclusivamente ao culto.

O quid do imposto predial urbano segue um regime diferenciado, consoante se trate de prédios arrendados ou não arrendados.

Segundo os dados públicos apresentados pelos representantes da Administração Geral Tributária AGT, regista-se um crescimento considerado do valor do IPU desde o ano de 2010, sem olvidar, que existe uma margem de progressão em comparação com a média africana, que é de 1,8 por cento.

A taxa do IPU para prédios arrendados é de 25% e este imposto, após a aplicação desta taxa, nunca pode ser inferior a 1% do valor patrimonial do imóvel. Relativamente a prédios não arrendados, é determinada de acordo com factores de ponderação, tendo em conta o valor patrimonial.

Todavia, em respeito das garantias dos contribuintes previstas a nível constitucional e legal, o diploma prevê a reclamação e o recurso, em caso de violação das mesmas.

2.6 “O IPU é uma fonte de receitas para o Estado”

Novo Jornal

13 De Novembro de 2015

Quem deve pagar o Imposto Predial Urbano (IPU)?

O imposto predial urbano deve ser pago pelos cidadãos nacionais e estrangeiros que detêm imóveis. Este imposto subdivide-se em duas vertentes: O IPU sobre a propriedade e o IPU sobre a renda. O IPU sobre propriedade é o que é pago pelas pessoas que têm um imóvel e este imóvel é utilizado para efeitos de habitação. No entanto, este pagamento só é obrigatório para os imóveis avaliados ao equivalente a mais de 50 mil dólares. Os imóveis abaixo deste preço são considerados de habitação social e não pagam IPU. Para os pagamentos aplica-se uma taxa de 0,5 por cento sobre o valor acima dos 50 mil dólares, ou seja, sobre a diferença. E o valor que se encontrar é que será pago. O pagamento do IPU sobre renda é calculado sobre 15 por cento do valor efectivo da renda recebida pelo proprietário do imóvel.

Como é que a Administração Geral Tributária (AGT) confirma o valor declarado pelo contribuinte nos casos dos imóveis arrendados?

Os contratos de arrendamento de imóveis devem ser depositados na repartição fiscal da situação do imóvel e fica registado. Partimos do princípio de que o contribuinte é um indivíduo digno de confiança e de boa-fé. Por isso, acreditamos que o que foi declarado corresponde à realidade.

O pagamento do IPU é condicionado pela localização do imóvel?

Sim. Criou-se um modelo de avaliação dos imóveis na perspectiva fiscal e neste modelo de avaliação constam um conjunto de parâmetros associados à área de construção, localização, acesso a água potável, luz eléctrica, saneamento básico... Todos esses parâmetros concorrem para o aumento ou redução do valor do imposto. Por exemplo, um imóvel localizado no Rangel não paga o mesmo que um imóvel localizado no Miramar.

E os apartamentos das centralidades no regime de renda resolúvel e não só também pagam IPU?

Sim. Até 2010 o código fiscal previa que apenas os proprietários de imóveis com escritura e título de propriedade pagavam este tipo de imposto. Mas houve uma alteração legislativa e determinou que o IPU não apenas para aquele que tem a titularidade do imóvel mas também aquele que tem o usufruto do imóvel. Aquele que tira benefícios sobre o imóvel. Basta tirar benefício do imóvel é obrigado a pagar o imposto predial urbano.

A isenção do pagamento do IPU é apenas para os imóveis avaliados em menos de 50 mil dólares?

O Estado, as igrejas, locais de cultos, embaixadas, desde que exista reciprocidade, também não pagam o imposto predial urbano.

Desde quando é que se deve pagar o IPU?

Houve um perdão fiscal que perdoou as dívidas neste segmento até 2012. Ou seja, até ao ano de 2012, todos os contribuintes que não pagaram este imposto, foram perdoados. Isto quer dizer que a partir de 2013 todos os proprietários de imóveis devem ter a sua situação fiscal regularizada. Os imóveis construídos recentemente, são considerados a partir da data em que foi emitida a licença de utilização.

Há penalizações por falta de pagamento desta obrigatoriedade?

Sim. As penalizações remetem-nos ao código geral tributário e vão desde o pagamento de multas a juros demora.

Como é que o contribuinte fica saber o valor real a pagar pelo seu imóvel?

O contribuinte deve dirigir-se à repartição fiscal na área do património e aí obterá toda a informação, desde a forma como inscrever o imóvel, documentação necessária... até o cálculo do valor patrimonial do imóvel, que dará lugar ao cálculo do imposto a ser pago.

O imóvel tem que estar registado nas finanças?

Claro. Todos os imóveis devem estar inscritos e devem ser avaliados. Não importa se são antigos ou novos, porque, por exemplo, muitos imóveis antigos, da era colonial, sofreram remodelações e valorizaram-se ou não. É importante fazer a actualização da informação junto ao fisco para que o imóvel seja avaliado de acordo com a informação recente.

Quem avalia o imóvel?

Quem avalia o imóvel somos nós. Existe uma fórmula para a avaliação do imóvel na perspectiva fiscal. Mas também o contribuinte pode efectuar uma avaliação do seu imóvel.

Porque o Decreto que faz referência, à alteração legislativa sobre o imposto predial urbano tem um anexo que fala do modelo de avaliação do imóvel na perspectiva fiscal e aí aparece a fórmula com todos os parâmetros necessários para o cálculo do valor do IPU. O contribuinte tem sempre a possibilidade de fazer um comparativo da avaliação que o fisco faz e da sua avaliação mediante a mesma fórmula.

Em caso de conflito entre o contribuinte e a AGT, por discordância do valor a pagar da avaliação feita, quem resolve?

Este conflito pode ser dirimido na esfera da administração tributária. Isto, é, o contribuinte pode solicitar uma segunda avaliação ou reavaliação do imóvel. Depois de apresentada a reclamação enviamos um especialista para avaliar a reclamação do contribuinte que, tendo razão, ser-lhe-á apresentado um novo valor de acordo com os novos elementos obtidos. Se o contribuinte ainda assim sentir que a reavaliação feita não está de acordo com o que esperava, pode sempre recorrer ao responsável máximo da repartição fiscal, remetendo um recurso hierárquico ao presidente do conselho de administração da AGT. E se ainda assim, o fisco continua a não atender os seus interesses, então pode recorrer ao tribunal e apresentar uma oposição que caberá depois à justiça decidir a seu favor ou não. Dificilmente iremos encontrar grandes conflitos porque até os elementos para o cálculo dos impostos, são apresentados pelo próprio contribuinte.

Para o caso dos imóveis não registados, existe algum programa da AGI para registá-los?

Está a decorrer a campanha de cobrança de IPU ao domicílio. Temos brigadas que estão a andar pelas cidades a registarem os imóveis. Temos um outro grupo que está a proceder à fiscalização dos imóveis não registados e que não tem a situação fiscal regularizada.

É importante o contribuinte ganhar consciência e confiança na necessidade do pagamento de impostos. O imposto predial urbano é uma grande fonte de receitas para o Estado. Mas, precisa da colaboração do cidadão.

2.7 Um tributo ainda longe da realidade

Novo Jornal

13 De Novembro de 2015

Texto Faustino Diogo e Hortêncio

Sebastião

L. F. é a abreviatura do nome de um dos entrevistados do NJ que questionado sobre o tema afirmou que não paga esta contribuição, uma vez que nunca foi incomodado pelas autoridades a respeito da liquidação do IPU.

"Habito há mais de 30 anos numa residência antes pertença do Estado, mas há cerca de 20 anos que a adquiri. Embora nos primeiros anos após a aquisição pagasse o Imposto de Sisa, o que deixei de fazer há já algum tempo", referiu L.F, demonstrando absoluto desconhecimento sobre o IPU.

Outro cidadão, João Artur, disse ter construído a sua própria moradia no bairro do Benfica, mas até agora não possui o direito de superfície sobre o terreno, o que o impede também de pagar quaisquer emolumentos ao Estado.

"Desloquei-me várias vezes à administração municipal de Belas para solicitar o direito de superfície. Os funcionários que me atenderam, remeteram a questão para posterior solução, pelo que até hoje não tenho qualquer documento que comprove a titularidade do espaço onde resido e por isso como terei a obrigação de ressarcir ao Estado o que eventualmente devo", questionou o nosso interlocutor.

Já Teresa Campos, também moradora do município do Sambizanga, diz que paga anualmente a guia de

imposto junto da repartição de Finanças daquela circunscrição, mas nos últimos tempos não tem cumprido com essa obrigação, porquanto não sente qualquer benefício do Estado a seu favor, como sendo o melhoramento da estrada que circunda a sua residência e arredores e até mesmo a falta de drenagem para as águas residuais.

"Tenho a minha casa alugada a um terceiro, do qual recebo com regularidade o valor do arrendamento. Porém, falta que o Estado também faça a sua parte, no sentido de contribuir para a melhoria da vida dos cidadãos", defende-se Teresa Campos.

Numa altura em que o País enfrenta uma crise económica e financeira, torna-se evidente que o IPU serve de fonte de receitas para o Estado, já que milhares de habitações existem, sem que os proprietários cumpram com essa obrigação tributária, desconhecida por muitos cidadãos.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Protecção social obrigatória

Jornal Manchete
20 De Novembro de 2015

A Protecção Social Obrigatória é gerida pelo Instituto Nacional de Segurança Social e financiada, fundamentalmente, pelas contribuições dos trabalhadores e empregadores, destina-se a dar protecção aos trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem e suas famílias, em situações de falta ou diminuição da capacidade de trabalho, maternidade, acidente de trabalho e doenças profissionais, desemprego, velhice e morte, bem como nas situações de agravamento dos encargos familiares.

No âmbito da Protecção Social Obrigatória, os funcionários públicos são protegidos por regime próprio. Entretanto, enquanto não for estabelecida a necessária regulamentação específica, estão, transitoriamente, abrangidos pelo regime dos trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem, sem prejuízo do Sistema de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas.

3.2 Vila de Tomboco tira das estradas venda ambulante

Jornal de Angola
4 De Janeiro de 2015

Os vendedores que exercem a actividade à beira da Estrada Nacional 210, no município do Tomboco, província do Zaire, vão ser brevemente transferidos para um local que oferece mais segurança.

Esta é uma das recomendações saídas da reunião do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social, realizado ontem, que considera a medida oportuna para se prevenir eventuais acidentes de viação que podem pôr em risco vidas humanas.

O administrador municipal, António Cavungo, disse, no final do encontro, que o novo espaço indicado está localizado na aldeia de Kiowa, a cinco quilómetros da vila e assegurou que as obras de construção do mercado estão em fase bastante

adiantada, devendo cotar com bancadas, armazéns e latrinas.

Centro de hemoterapia

Dezenas de bolsas de sangue foram doadas segunda-feira ao Centro de Hemoterapia do Hospital Municipal de Mbanza Congo, por jovens do grupo teatral "Amigos da paz".

O responsável do grupo, Pedro Vicente, disse que o gesto visa minimizar a carência de sangue naquela unidade hospitalar localizada no bairro 11 de Novembro, o mais populoso de Mbanza Congo. "Viemos dar sangue a quem necessita para salvarmos vidas", disse, acrescentando que a iniciativa surge como resposta às constantes reclamações de carência de sangue por pacientes que ali ocorrem.

3.3 Crise 'enxota' mamadou

Jornal O PAÍS
06 De Novembro de 2015
Texto: Afrodite Zumba

A dificuldade de acesso ao dólar americano, tem levado aos cidadãos estrangeiros provenientes essencialmente da África Ocidental, nomeadamente do Mali, Serra Leoa, Guiné Conacri, Senegal, Líbano entre outros, a encerrarem os armazéns e cantinas do qual são proprietários.

O PAÍS visitou algumas das zonas de maior confluência desses negociantes' também conhecidos por "mamadou", onde mantivemos conversa com alguns deles bem como os consumidores.

Nas imediações do mercado dos "Kwanzas", o cidadão libanês que falou sob anonimato, disse que há mais de quatro anos abandonou o seu país à busca de melhores oportunidades de negócios em Angola, está senda, abriu três armazéns, duas lojas, devidamente legalizadas, comprou quatro carrinhas para o transporte de mercadorias e estes empreendimentos garantiam o sustento de mais de cinco famílias.

No entanto, a fonte salientou que com a desvalorização do Kwanza face ao Dólar, cenário que caracteriza a economia angolana nos últimos meses, os seus negócios não têm rendido os lucros esperados.

Nesta vertente, afirmou que viu-se obrigado a fechar os três armazéns e uma loja, assim como a estacionar duas carrinhas e a dispensar três funcionários porquanto não tem capacidade para pagar os seus

salários. Argumentando que "trava uma guerra para manter a única loja que lhe resta aberta".

O comerciante ressaltou ainda que as constantes visitas dos agentes da Polícia Nacional dificulta muito mais o seu trabalho. Pois que, apesar de apresentar os seus documentos e o Alvará Comercial, frequentemente é "convidado" a subir no carro de patrulhamento para oferecer dinheiro vulgo "gasosa". Acrescentando que os agentes cobram de acordo com a aparência do dono do armazém. " Olham para nossa roupa e telefones, depois estipulam os preços. Está difícil trabalhar em Angola", lamentou.

Por sua vez, Idrissa Jallot, proveniente da Serra Leoa, disse a O PAÍS que encontra-se em Angola há oito anos, e durante esse período sempre dedicou-se à actividades comercial.

Explicando ainda que era proprietário de dois armazéns, nomeadamente, um onde comercializava alimentos não perecíveis e produtos de higiene a grosso e a retalho e outro só de roupas provenientes da Síria.

"Está tudo muito caro. Há seis meses atrás, por dia, vendia mercadorias no valor de 400 mil Kwanzas. Actualmente, vendo apenas no valor de 150 mil Kwanzas, com muita dificuldade". Idrissa Jallot afirmou que já pensou em regressar ao seu país, tal como os inúmeros conterrâneos, que desfizeram-se dos armazéns e respectivas cantinas.

Por outro lado, um comerciante maliano residente em Talatona enfatizou que não lhe resta outra alternativa a não ser mudar de negócio. "Vou viajar para os Estados Unidos da América e para o Dubai para comprar telefones. Em meses anteriores com 100 mil kwanzas enchia um hiace com mercadorias, que abastecia a cantina para o mês todo. Agora nem com 200 mil Kwanzas é possível", declarou.

Preços "desmotivam"

O actual quadro económico do país não desmotiva apenas os negociantes' como também os consumidores, tal como apuramos nos arredores do bairro do Tchinguari, no Benfica. De acordo com dona Alice, moradora na zona há quatro anos, é preocupante a "onda" de encerramento dos armazéns, uma vez que é neles onde compra grande parte dos produtos alimentares.

Disse ainda que lamenta a galopante subida de preços que se registam nos poucos estabelecimentos de proximidade que ainda se mantêm abertos. Por outro lado, Vina Ventura, vendedora de pinchos na rua dos

armazéns disse a OPAÍS que sentia-se muito satisfeita por tê-los próximo de sua casa. Todavia os preços da caixa de carne já não produz lucros.

"Uma caixa de 10 quilogramas de entrecostos custava 3750 kwanzas, agora compro-a por 5000 kwanzas. Os clientes não aceitam comprar o pincho ao preço de ISO kwanzas", destacou. Concluiu dizendo que estas unidades comerciais fazem falta. Entretanto, anseia que os produtos voltem a ser comercializados nos preços antigos.

3.4 Rotas longas de táxis dão mais lucros

Jornal O PAÍS

6 De Novembro de 2015

Texto: André Mussamo

Numa manhã de dia de trabalho ouve-se na paragem de táxi: Congolenses de 100. O anúncio pronunciado alto e em bom som é do cobrador de um táxi que repete o pregão ao mesmo tempo que procura embarcar alguns passageiros que se aproximam.

Estes atónitos, hesitam, mas a repetição enérgica do anúncio dissipa todas as dúvidas. Numa outra paragem, desta feita a da Vila de Viana, repete-se o refrão: Golfo 2 de 100 Kwanzas, estou a ir embora.

Pela viagem vila de Viana - mercado dos Congolenses até à pouco os passageiros desembolsavam entre 300 a 400 kwanzas. Era prática dos taxistas encurtarem as rotas para amealhar mais. Agora, com tanta oferta a balança tende à favor dos passageiros. Fazer rotas longas pelo melhor preço tem sido a alternativa para muitos operadores do serviço de táxi em Luanda, tal é a abundância de 'azuis e brancos' no mercado.

Para muitos cobradores a grande luta é completar o valor diário a entregar ao patrão e depois lutar por fazer a conhecida "mícha" que serve para dividir com o motorista e abastecer o veículo.

"É preciso ser arrojado e batalhador para completar a conta do patrão" revela outro cobrador que encontramos na paragem do Futungo. O taxista diz que em algumas alturas arrisca fazer a longa rota até a Mutamba por 100kwanzas.

Conta que até à pouco o truque era "colar uma fotografia de um defunto e combinar com os passageiros para fingirem que seguem para um óbito e fazer a viagem inter-provincial" mas a Polícia já terá se apercebido do truque e nos últimos tempos voltou a impedir tais viagens.

Assim, todos os carros estão literalmente "entulhados" em Luanda, mercado onde já operam as centenas ou milhares de motorizadas de duas rodas, outras tantas de 3 rodas e ainda os pequenos veículos ligeiros, os conhecidos "turismos".

Contam os cobradores abordados pela nossa reportagem que actualmente os clientes até escolhem carros, mas não tarda que comece a chover a sério e as aí pressageiam "as coisas vão inverter-se a nosso favor".

Veículos novos e modernos de marca Toyota Hiace apelidados por 'quadrinhos' climatizados e adquiridos para as rotas inter-provinciais, tidas antes como as mais lucrativas, agora têm de disputar mercado numa Luanda bastante concorrida. Para piorar a situação, tais veículos não são apropriados para as novas rotas abertas na periferia da cidade abertas depois do surgimento de novos focos residenciais.

"Não podemos operar fora do asfalto, estes carros são muito frágeis e bastante velozes, por isso nos viramos para a cidade" diz o taxista Carlos Matoso que antes da proibição operava na rota Luanda - Malange.

Viagens nas províncias eram mais rentáveis

Segundo Matoso, as rotas inter-provinciais era mais flexíveis e rentáveis porque permitiam múltiplas opções.

"Quando não tivéssemos passageiros suficientes para Malange podiam embarcar os de Ndalatando e preencher as vagas". Conta que em função da disponibilidade, às vezes a partir de Malanje era possível carregar gente com destino ao Saurimo ou ao Luena e assim, revela "tínhamos o dinheiro do patrão completo sem chatices e sobrava a nossa micha. Hoje tudo mudou. Lutamos pelos mesmos passageiros com os autocarros, as motas e os turismos", revela.

Os condutores de táxis de até 12 lugares têm a obrigação de entregar ao proprietário do veículo de 12 a 14 mil kuanzas por dia.

Trabalham cinco dias para o proprietário do carro, um dia para eles e o sétimo dia da semana é dedicado a manutenção da viatura e descanso da equipa.

Nas equipas, alguns motoristas acordam um salário fixo para o cobrador, mas via de regra são pagos diariamente com recurso ao lucro depois de pagos outros custos com a viatura como o combustível, a lavagem e o estacionamento.

As rotas do musseque não são para todos

No meio dos musseques opera outro segmento de veículos, nomeadamente os turismos resistentes e as motorizadas, as últimas preferencialmente as de 3 rodas.

No mercado de táxi o engenho e criatividade não é apenas para com as formas de arrecadar o valor monetário para cumprir os termos contratuais com os patrões. A imaginação vai até ao ponto de rebaptizar os carros. "Galinha rija, avo chegou, agarra esse bebé, hoje ou nunca", são alguns dos novos apelidos que os veículos ganham.

'Galinha rija' é a alcunha dada ao Toyota starlet, modelo antigo, pela sua robustez e facilidade de manutenção. 'Avô Chegou' é o nome pelo qual é conhecida a motorizada de 3 rodas pelo facto de se, comparada com a de duas, nela é mais confortável transportar pessoas da terceira idade. 'Hoje ou nunca' é alcunha que foi dada ao veículo de marca Suzuki por ser um dos mais acessíveis no mercado angolano. Dizem os autores, quem não consegue comprar um 'hoje ou nunca' não consegue outro.

Entretanto, deste leque de veículos os predilectos para as rotas em estradas de terra batida são os starlet e as motas de 3 rodas. Em algumas rotas as motos de 2 rodas são a preferência para quem tem pressa ou quer ficar o mais próximo possível do seu destino. Os preços em alguns casos baixam aos 50 kuanzas por corrida, quando as rotas são bastante curtas ou há escassez de passageiros. As motas de 2 rodas têm a variante de pelo preço de 500 kuanzas levarem o passageiro a destino à sua escolha.

3.5 Fiscalização do Cazenga

Semanário Angolense

13 De Novembro de 2015

Perante o incremento das práticas económicas designadas por «paralelas». Vamos assistindo a atitudes menos boas praticadas por agentes da fiscalização contra cidadãos, que não se coadunam com a postura de um país democrático e de direito. Os agentes da fiscalização da Administração Municipal do Cazenga, por exemplo, portam-se, em relação aos cidadãos de forma desrespeitosa e musculada no exercício das suas actividades. Aos infractores não são aplicadas sanções que passam por multas ou apreensão das mercadorias. Pelo contrário os fiscais levam as mercadorias para parte incerta e destroem o material de trabalho de mecânicos, recauchutagens entre outros. Assim não vale.

3.6 Kwanza está entre 10% e 30% mais forte do que devia

Jornal Expansão

13 De Novembro de 2015

Texto: Carlos Rosado De Carvalho

O dólar devia valer entre 150 Kz e 175 Kz, de acordo com cálculos do Expansão a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) constantes do relatório do corpo técnico da instituição sobre as consultas de 2015 ao abrigo do artigo IV.

"Os modelos empíricos sugerem que a taxa de câmbio efectiva real poderia estar sobrevalorizada em 10%-30%", lê-se no documento. "Embora a taxa de câmbio oficial do kwanza face ao dólar americano tenha diminuído quase 30% desde Setembro de 2014, os desequilíbrios do mercado cambial persistem", garantem os técnicos do Fundo.

Em Setembro de 2014, a taxa de câmbio média de referência do Banco Nacional de Angola (BNA) era de 98,3 Kz por USD, e a 14 de Outubro de 2015, data do relatório, ascendia a 135,3 Kz, uma desvalorização de 27,3% da moeda nacional face à nota 'verde', que terá ficado aquém do desejado.

Considerando a taxa de câmbio de 135 Kz por USD, uma sobrevalorização do Kz de 10% significaria que a taxa de câmbio deveria ser de 148,8 Kz por USD. Caso o kwanza estivesse 30% mais forte do que devia, a taxa certa seria de 175,9 Kz por USD.

Segundo o FMI, "o BNA utilizou as reservas internacionais a um ritmo controlado para atenuar a desvalorização e adoptou uma lista prioritária para o acesso a moeda estrangeira à taxa oficial, dando uma maior prioridade às importações de géneros alimentícios, medicamentos, matérias-primas para a agricultura e a indústria e o sector do petróleo".

Entre Setembro de 2014 e o mesmo mês deste ano, as reservas internacionais líquidas recuaram 12%, de 27 mil milhões USD para 23,8 mil milhões USD.

"O mercado cambial permanece desequilibrado com diferenciais entre taxas de câmbio no mercado paralelo e oficial a aumentarem de cerca de 15%, em Setembro de 2014, para aproximadamente 65%, no início de Outubro de 2015", reforça a instituição de Washington.

De acordo com dados recolhidos pelo Expansão, em Outubro de 2014 a taxa de câmbio média do dólar situava-se nos 115 Kz nas kinguilas, 15,5% acima dos

99,6 Kz praticados pelo BNAIIO de Novembro último, a nota 'verde' valia 230 Kz nas kinguilas e apenas 136 Kz no BNA, um diferencial de quase 70%.

Para chegar à conclusão que o kwanza está entre 10% e 30% sobrevalorizado, o FMI utiliza três metodologias.

A abordagem de sustentabilidade externa do CGER, acrónimo inglês de grupo consultivo para as taxas de câmbio, sugere que o kwanza necessitaria de uma depreciação de cerca de 21% até 2020 para estabilizar a posição dos activos estrangeiros líquidos de Angola ao nível de final de 2014.

A abordagem de taxa de câmbio efectiva real de equilíbrio também do CGER sugere que a taxa de câmbio efectiva real necessitaria de uma depreciação de 10% para colocar o saldo da balança corrente projectado até 2020 dentro da norma.

A abordagem do equilíbrio macroeconómico, ainda do CGER, estima que a taxa de câmbio efectiva real necessitaria de uma depreciação de cerca de 31% para colocar a balança corrente dentro da norma.

Finalmente, a metodologia EBA, acrónimo inglês de avaliação da balança externa, sugere uma sobrevalorização da taxa de câmbio entre 21% e 46% dependendo do preço do petróleo admitido, de 74 USD o barril e 53 USD, respectivamente.

Os intervalos de confiança dos resultados obtidos através das diferentes abordagens são, em geral, grandes e não pode descartar -se a possibilidade de subvalorização do kwanza face ao dólar, reconhece o fundo. "Ainda assim, as estimativas pontuais das três abordagens indicam sobrevalorização", ressalva a instituição, salientando que "os indicadores de competitividade não relacionados aos preços, tais como o Índice de Facilidade de Fazer Negócio do Banco Mundial, apoiam a conclusão de sobrevalorização".

3.7 Úteis no combate ao trânsito da baixa

Novo Jornal

13 De Novembro de 2015

Texto: Ernesto Gouveia

NÃO PASSAM despercebidos pelos cidadãos que acorrem ao centro da cidade para tratar de documentos, assuntos de ordem administrativa ou questões pessoais. Do aeroporto à Mutamba,

passando pelo Guichet Único de Empresa ou na intercessão entra a antiga livraria Lelo e a Sé Catedral, estão eles ali, prontos a servir. Os moto-taxistas da zona urbana surgiram como uma forma de desafogar a pressão de quem tem o tempo cronometrado para a resolução dos seus problemas.

Um misto de confusão feita pelos candongueiros "azuis e brancos" que concorrem com as viaturas ligeiras, do tipo Starlet, ambos tendo como destino a ilha de Luanda, mas que não são um óbice para os motociclistas.

O engarrafamento que a cidade oferece, em que por vezes um automobilista pode levar trinta minutos para chegar a um destino que, em condições normais, demoraria apenas cinco minutos, é uma das razões. A rapidez na chegada ao destino confere às motorizadas uma utilidade que supera as viaturas que ali se transformam em inúteis meios para os seus utentes. Juntando a isso a absoluta impossibilidade de estacionamento, que é para todos mais uma grande dor de cabeça.

Em dias de chuva miúda, a que diariamente humedece o asfalto acastanhado e a mistura que se junta à terra depositada na berma, sempre à espera da remoção das operadoras de recolha de lixo, dá lugar a uma camada de lama que incomoda quem circula a pé naquele espaço da cidade, conhecido também pelo número centralizado de instituições públicas em excesso. O dia cinzento não incomoda os rapazes, muitos deles chefes de família, que recorrem ao roncar dos motores de um cilindro para sustento das suas famílias, como é o caso de Miguel que, no dia em que com ele cruzámos, trabalhava em frente a Sé Catedral.

"Preciso de pagar a faculdade" é a surpreendente resposta dada pelo jovem Keny. O morador de Cacuo e estudante do ISKA, localizado no município onde vive, diz que não tem vergonha do que faz, porque é ali onde encontra o dinheiro para cobrir outras necessidades além da escola. Órfão de mãe, numa relação pouco saudável com o pai, entendeu que tinha que dar um jeito na vida. Com um semblante natural, e como que a respirar de alívio depois de algumas aflições, disse que um amigo lhe deu a oportunidade de poder trabalhar, comprando uma motorizada para o efeito, desde que no final de cada mês prestasse contas.

Por mais curta que seja, a viagem custa 500 kwanzas. "Menos que isso só mesmo negociando", afirma o jovem Dito, de 24 anos de idade, cuidadoso na vestimenta, mostrando até alguma vaidade. O jovem que, diariamente, à semelhança de muitos outros, chega ao centro da cidade por volta das sete horas,

vive no Catambor mas, segundo ele, está mais próximo em relação aos outros colegas. " Há alguns que vivem em Viana, Cacuo, Benfica ou Zango".

Durante a conversa, aproxima-se outro jovem que, longe de pensar que a conversa servia para recolha de mais dados sobre a realidade do seu dia-a-dia, com uma marcada simpatia, reforçou junto do colega que muitos acham que é fácil o trabalho que ali fazem, esquecendo-se de que o esforço feito é apenas para no final de cada dia levarem no bolso três mil kwanzas.

" As motos não são nossas, têm proprietários que, ao final de cada mês, recebem cem mil kwanzas", disse. "Quanto é que vocês ganham?" Esta pergunta traz ao Dito um semblante sorridente, afirmando que ganha trinta mil e que há outros a ganharem muito menos. Enquanto decorre a conversa, num dos passeios da avenida Rainha Njinga, outro dos rapazes, um pouco distanciado do grupo, "conquistava" um cliente que, sem hesitar, se lançou ao lugar vago na moto para deslocar-se às cercanias do Porto de Luanda, uma viagem que poderá levar, dependendo da velocidade, 10 minutos.

As dificuldades nunca deixam de ser apontadas por aqueles jovens que, apesar da utilidade dos seus serviços, têm nos agentes da Polícia o seu maior entrave, principalmente se não tiverem os documentos em dia.

A vez da polícia agir

O alvo era todas as motorizadas encontradas estacionadas por cima dos passeios. Os agentes da

polícia recolhiam-nas e colocavam-nas por cima de um atrelado. A cena acontecia em frente às instalações destruídas do Teatro Avenida. Testemunhámos então, a conversa entre um agente e um cidadão que viu a sua motorizada ser recolhida depois de ter sido encontrada estacionada no passeio, debaixo do escritório onde trabalha. A maneira humilde como o estafeta se dirigiu ao agente da ordem não foi suficiente para reduzir a arrogância do fiscal que insistia em colocar a moto por cima do atrelado.

Episódios iguais pudemos ver, ao mesmo tempo em que os moto-taxistas se recolhiam, para não se verem distantes dos seus meios de trabalho. A recuperação desse importante meio para as suas economias é feita mediante uma " gasosa" , confessou um deles, que avançou ainda que o importante é não deixar que a moto chegue à unidade onde o procedimento se torna ainda mais complicado.

Na ordem das apreensões está a documentação incompleta ou o não uso do capacete, assim como a suspeita de roubo de que têm sido vítimas muitos dos jovens que fazem uso das motorizadas como meio de trabalho.

Cidadãos elogiam

Não obstante os obstáculos de ordem legal que precisam de ser vistos para que os taxistas de duas rodas trabalhem sem qualquer preocupação, os utentes consideram muito importante o trabalho destes jovens. Marcelina Sousa, responsável administrativa de uma empresa que funciona na Avenida do 10 Congresso, afirma que estes têm uma intervenção satisfatória nos trabalhos que fazem e devem, sim, ser levados em conta e valorizados pelo que fazem. "Eles ajudam em muitas coisas que faço fora do escritório" disse.

Rebello Simão, funcionário público, afirma que é o meio que usa no centro da cidade, visto que considera ser impossível a locomoção com uma viatura pelo tempo que leva.

Salomão Luvenal, morador da Ilha, afirma que todos os dias, desde que tenha dinheiro no bolso, não sente peso nenhum em circular pela cidade.

Grande parte dos inquiridos consideram ser importante haver uma atenção quanto aos preços praticados, tanto dos motoqueiros que trabalham nas entradas de embarque e desembarque do terminal dos voos internacionais do aeroporto como aqueles que circulam pelo centro da cidade.

Intervenção da AMOTRANG Questionados sobre a legalização para desenvolverem esta actividade, nenhum dos moto-taxistas assumiu estar com a documentação incompleta. Mas foi possível reparar que lhes falta um documento semelhante à licença de aluguer ou o cadastro na Associação dos Moto-taxistas de Angola (AMOTRANG). Aliás, a esta pergunta responderam que esta instituição é destinada apenas aos motoqueiros que circulam nas zonas suburbanas. Em defesa da referida entidade, o presidente daquela organização associativa disse não ser verdade e que cada moto-taxista deverá estar cadastrado, a exemplo de alguns que já o fizeram. O fado de aparecerem alguns novos indivíduos a exercerem a actividade faz com que estes estejam desorientados quanto aos procedimentos que deverão seguir para que estejam devidamente legalizados.

Bento Rafael aproveitou ainda para chamar atenção aos governos provinciais, no sentido de haver uma atenção imediata quanto à legislação dessa actividade, permitindo assim que sejam definidas paragens e um

preço a ser taxado para cada viagem, na intenção de pôr fim a irregularidade que se regista nos preços praticados em vários pontos de Luanda.

Quanto aos 500 kwanzas cobrados pelos indivíduos, entre associados e não associados da organização que dirige, o responsável disse que isto resulta da falta de documentos legais para o exercício linear desta actividade. Tocando ainda na figura dos governos provinciais, Bento Rafael disse ainda que cabe a estes definirem as coisas para que a polícia não apareça apenas a bater ou a apreender as motorizadas, exigindo destes pagamentos de multas que vão de 70 a 90 mil kwanzas o que, segundo ele, não está escrito em nenhum documento, uma vez que estes estão ainda a ser analisados pelas entidades como o Ministério dos Transportes. A morosidade no tempo das aprovações é a grande preocupação manifestada pelo chefe da Associação.

3.8 Apenas 20% dos trabalhadores estão inscritos no INSS dos 5 milhões existentes no país

Jornal Manchete

20 De Novembro de 2015

Texto: Moreira Mário

Apenas 20 por cento da população, economicamente activa do país, está inscrita no Sistema da Segurança Social. Um número que o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), considera bastante reduzido tendo em conta o universo de pessoas nessa condição, que abrange cerca de 5 milhões.

As explicações são do coordenador do plano de sustentabilidade e gestão de Segurança Social, Manuel Moreira, quando falava aos jornalistas à margem do seminário técnico sobre "Instituições do Conselho Nacional de Protecção Social", realizado nesta segunda-feira, 16, pelo INSS.

O responsável disse ainda para melhorar a racionalização dos fundos disponíveis pelo Orçamento Geral do Estado (OGE), o INSS vai criar um órgão que vai congrega todas as políticas de âmbito social de todos os ministérios.

"Este regimento terá como finalidade, obter o sistema social de todas as prestações a nível das instituições ministeriais, no sentido de melhorar a racionalização dos fundos disponíveis pelo OGE", garantiu Manuel Moreira, acrescentando por outro lado, que o Governo disponibiliza cerca de 13 por

cento da riqueza do Produto Interno Bruto (PIB) para prestações sociais.

Reforço ao trabalho da protecção social

Por seu turno, o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, António Pitra Neto, considerou por ocasião da abertura do encontro ser necessário que se reforce o trabalho da protecção social, no sentido de alargar e fomentar o espaço de intervenção na economia social.

Este reforço passa pela colaboração e participação mais activa de instituições e entidades, individuais ou CIO lectivas, de carácter filantrópico, religioso, CIVICO, comunitário e de solidariedade social nas tarefas de acção social.

"É sabido que é na robustez e no crescimento da economia que assenta, de forma segura, a sustentabilidade e a expansão dos níveis de cobertura da protecção social", exprimiu Pitra Neto, acrescentando que a institucionalização do Sistema de Segurança Social, em 1990, determinou o sentido evolutivo na assumpção das distintas modalidades.

Em 2004, lembrou o ministro, o Estado angolano aprovou a Lei de Bases da Protecção Social (Lei nº7/04), como um instrumento de apoio ao estabelecimento de uma política de protecção social que auxilie a redistribuição dos rendimentos, de forma a contribuir para eliminar a precariedade e reduzir as consequências sociais negativas.

Os números

No entanto, o responsável lembrou que actualmente a gestão da protecção social obrigatória é de âmbito geral da responsabilidade do INSS, pois atende a catorze prestações, dentre imediatas e deferidas, subdivididas em pensões, bónus e subsídios, num universo de 1.411.983 segurados, 109.418 contribuintes e 108.988 pensionistas, e com um volume anual de despesas em 2014 de 8.657 milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil e trezentos kwanzas e noventa e oito cêntimos. No encontro que participaram responsáveis do INSS, teve como objectivo a solidariedade nacional, financeira através do imposto, o bem-estar das pessoas e a famílias da comunidade, sendo a redução progressiva das desigualdades sociais das assimetrias regionais, bem como a protecção dos trabalhadores, de acordo com o desenvolvimento económico e social, nas situações de falta ou diminuições das capacidades de ganho na maternidade.

3.9 Peso da economia informal tem níveis muito elevados

Jornal de Angola

24 De Novembro de 2015

O peso da economia paralela em Angola de 60 por cento, valor que coloca o país na lista do que registam os níveis mais elevados na África subsaariana, disse ontem em Luanda a secretária de Estado da Finança, Valentina Filipe, na abertura da Conferência Internacional sobre Tributação.

Valentina Filipe disse que é preciso inverter o actual quadro, para o que é necessário reforçar as iniciativas de formalização da economia nacional em curso.

A secretária de Estado das finanças sublinhou o papel preponderante da Administração Geral Tributária (AGT) no processo de formalização da economia, destacando o aumento em 198 por cento do número de contribuinte no últimos quatro anos.

"Esta cifra mostra, de uma forma inequívoca, que estamos a caminhar na direcção certa. O caminho a percorrer para atingirmos uma percentagem de contribuintes cadastrado que possamos considerar aceitável e sustentável, é ainda longo", disse Valentina Filipe.

"O Impacto negativo da Informalidade na Receita Tributária" foi um dos temas da conferência, apresentado pelo Sul-africano Acha Leque, da consultora McKinsey and Company. O conferencista disse que a informalidade - ou economia paralela, sem contribuições fiscais ou outra - é um problema que afecta 50 por cento das economias dos países africanos, salientando tomar fácil o acesso à formalidade tem sido uma das estratégias adoptada para e reverter o quadro.

"A realização de campanha de sensibilização é também uma da iniciativa, seguida do seu cadastramento e facilitação desse processo. A implementação de amnistias fiscal é outra medida que vários países estão a adoptar e a África do Sul é um exemplo claro disso", disse Acha Leque, frisando que o desafio é a execução dessas medidas.

Segundo a secretária de Estado, o esforço de cadastramento vai ser uma constante, perspectivando-se o alargamento da base tributária, com campanhas de sensibilização para a população sobre a sua importância. '

A execução de um sistema tributário simples, mas eficaz, e de uma justiça tributária célere e eficiente foi também apontada por Valentina Filipe como pilar para a arrecadação de receitas pelo Estado. A receita tributária não petrolífera representa já 44 por cento do total de receitas do Estado e a tendência deve continuar a verificar-se no próximo ano.

"Poder- e-ia dizer que o peso da receita não petrolífera aumentou porque o valor do petróleo está em baixa e por essa via diminuiu o peso da arrecadação tributária petrolífera. No entanto, facto é que, de 20 1 O a 20 14, o valor da arrecadação tributária não petrolífera registou um aumento de 80 por cento", frisou Valentina Filipe.

A Conferência Internacional sobre Tributação; que termina hoje, aborda tema sobre o Fluxo Financeiros Ilícitos Subtributação e Preços de Transferência, Estratégias de Diversificação da Economia e os seus Efeitos na Arrecadação da Receita Tributária para os cofres do Estado.

3.10 Carpintarias geram renda

Jornal Economia e Finanças
27 De Novembro de 2015

O ofício de carpintaria constitui fonte de renda para muitas famílias luandenses. A informação foi confirmada por Zacarias da Silva, carpinteiro a há oito anos.

Durante a ronda realizada pelo JE, Zacarias da Silva, confirmou, que hoje sustenta a sua família com dinheiro.

Segundo contou, a facturação mensal varia de acordo os indicadores do mercado. "Oscila entre 100 e 500 mil kwanzas por mês", disse.

Estes ganhos são distribuídos de várias formas. Desde o pagamento dos salários para os funcionários, aquisição de matéria-prima, renovação de ferramentas e manutenção das instalações.

Nesta oficina, trabalham sete mestres, entre angolanos e guineenses. "O responsável da oficina é guineense", indica o mestre Zacarias com um sorriso nos lábios.

Produção

Diariamente a oficina produz, diferentes tipos de mobília, desde camas, mesas, cadeiras, armários de sala e cozinha.

Os preços variam de acordo com o produto e serviço solicitado pelo cliente entre 30 a 120 mil kwanzas cada. Ao passo que as portas lisas e janelas rondam os 15 mil, cada. Já as portas almofadadas custam até 50 mil kwanzas.

De acordo com o mestre Zacarias da Silva, as janelas, portas e camas estão entre os produtos mais solicitados.

Depois de várias decepções nas camas importadas, Cesário Paulo, procurou pelos serviços de Zacarias da Silva, comprou uma cama onde repousa há mais de um ano sem qualquer dificuldade. "Estas camas são bonitas e resistentes", confirmou o cliente.

Já o mestre Amoroso Alex revelou ao JE, que a sua oficina existe há sete anos. Além de fabricar janelas, portas e camas, presta serviços ao domicílio.

Com o dinheiro que ganha, sustenta a sua família constituída por sete membros.

Segundo contou, a última cama que sua oficina vendeu rendeu pouco mais de 120 mil kwanzas. "Muitos clientes foram unânimes em afirmar que a cama era importada", disse.

Confirmou, que sua pequena oficina constitui a sua principal fonte de renda. Ali, os salários dos funcionários oscilam entre os 30 e 40 mil kwanzas. Além do salário mensal, cada funcionário, auferem subsídios para alimentação que ronda os mil kwanza dia. Este valor é entregue aos trabalhadores, de segunda à sexta-feira.

Já o mestre Franque Manuel sublinhou, que o país não tem tanta necessidade de importar alguns produtos, pois os carpinteiros nacionais tudo estão a fazer para garantir a qualidade.

Matéria-prima

Zacarias Mateus disse, que a sua oficina conta com apoio de uma equipa de fornecedores de madeira da província do Uíge. "Mensalmente deixam até 50 metros cúbicos de madeira para se pagar até o final do mês seguinte".

Para garantir a qualidade do produto, a oficina procura comprar, madeira com cinco centímetros de espessura e quarenta centímetros de largura e quatro metros de comprimento, respectivamente. Segundo contou, com estas características a madeira pode ser usada para fazer qualquer tipo de produto madeireiro, oficina constitui a sua principal fonte de renda. Ali, os salários dos funcionários, oscilam entre os 30 e 40 mil kwanzas. Além do salário mensal, cada funcionário,

aufere subsídio para alimentação que ronda os mil kwanzas dia.

3.11 Informalidade da economia nacional continua a apresentar taxas elevadas

Jornal Economia e Finanças
27 De Novembro de 2015

Angola continua, neste momento, a ser um dos países da África Subsaariana com maior nível de informalidade na economia, quadro que a Administração Geral Tributária tenta de forma preponderante reverter, disse esta semana, em Luanda, a secretária de Estado das Finanças, Valentina Filipe.

"O número de contribuintes cadastrados aumentou 198 por cento. Esta cifra mostra, de uma forma inequívoca, que estamos a caminhar na direcção certa. O caminho a percorrer ainda é longo, perspectivando-se o alargamento da base tributária", disse.

Concomitantemente assegurou a continuidade das campanhas de sensibilização da população para a importância do cadastramento dos contribuintes, bem como a relevância do pagamento dos impostos. A receita tributária não petrolífera representa já 44 por cento do total da receita do Estado, disse nesta segunda-feira, a secretária de Estado das Finanças, Valentina Filipe.

Na conferência internacional sobre a tributação, Valentina Filipe salientou que o peso da receita não petrolífera aumentou porque o valor do petróleo está em baixa, e por essa via diminuiu o peso da arrecadação tributária petrolífera.

No entanto, disse a secretária de Estado das Finanças, de 2010 a 2014, o valor da arrecadação tributária não petrolífera registou um aumento de 80 por cento e com tendência a continuar no próximo ano.

Segundo Valentina Filipe o caminho para a estabilização das fontes de receitas públicas deve continuar a ser seguido, reduzindo a dependência da receita petrolífera.

"O país deve evitar um ciclo de recessão e contracção da economia apenas por escassez de alternativas credíveis ao nível da exploração das suas principais matérias-primas que podem, quando

convenientemente exploradas, servir para financiar de forma consistente a despesa pública".

Contudo, a secretária de Estado frisou que a receita proveniente do sector petrolífero, continuará a ser importante na construção do país e na requalificação dos sectores-chave da nossa economia, sendo premente o reforço na aposta na diversificação da economia.

Relativamente ao papel da fiscalidade na promoção da economia, Valentina Filipe explicou que o mesmo passa pela aplicação de três princípios, nomeadamente a implementação de um sistema tributário simples, mas eficaz, bem como a justiça tributária célere e eficiente, e o reforço das iniciativas de formalização da economia nacional.

3.12 Só um terço das empresas registadas no INE estavam activas em 2014

Jornal Expansão
27 De Novembro de 2015

Apenas cerca de um terço das empresas registadas no Instituto Nacional de Estatística (INE) no final do ano passado estavam em actividade, revela um documento publicado no site da instituição. De acordo com as Estatísticas do Ficheiro de Unidades Empresariais (FUE), das 116.894 empresas registadas, 39.884 estavam activas (34,1% do total), enquanto a maior parte (64,4%) estava a aguardar início de actividade, ou seja, estavam constituídas no Registo Nacional de Pessoas Colectivas mas ainda 'paradas'. O documento indica ainda que 1.600 (1,4%) estavam suspensas (por danos de instalações ou outros motivos) e 139 (0,1%) tinham sido dissolvidas.

O documento do INE, referente ao período 2011-2014, revela ainda que, quanto à distribuição de empresas em actividade por províncias, no final do ano passado, Luanda 'detinha' 55% do total, seguida de Benguela (8,8%), Cuanza-Sul (5,2%), Huíla (4,3%), Huambo (3,9%) e Cabinda (3,6%).

Em termos de ramos de actividade, indica o FUE, mais de metade (52,2%) das empresas era de 'comércio'. Na categoria 'alojamento, restauração, actividade imobiliária' estavam 10% das empresas, enquanto nos sectores de 'indústrias transformadoras', 'construção', 'agricultura, produção animal e silvicultura' estavam 8,2%, 7,4%, 5,4% e 3,9%, respectivamente.

Quanto à forma jurídica, ou seja, propriedade das empresas, destacavam-se as 'sociedades por quotas' (60,6% do total), seguidas das 'empresas em nome individual', com 36,7%.

Nos sectores institucionais, as 'sociedades não financeiras privadas nacionais' e as 'famílias' predominavam, com 60% e 39,5%, respectivamente, explica o documento do INE.

Segundo a instituição, esta publicação "baseia-se na compilação de dados do Inquérito de Actualização do FUE, do Inquérito Anual Harmonizado às Empresas e noutros inquéritos económicos realizados pelo INE". Estão também incluídos "os dados obtidos do Registo Geral de Empresas, realizado no INE, em várias Unidades do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SAI), Guihé Único da Empresa (GUE) e do Balcão Único do Empreendedor (BUE) alargado para todo o País".

O INE explica que o FUE não inclui "informações sobre volumes de emprego e negócios das empresas", uma vez que estes dados estão "integrados noutra publicação que aborda especificamente a parte contabilística" das firmas, para evitar a "duplicação de esforços".

3.13 Angola quer criar brigadas fiscais para cobrar impostos ao domicílio

Jornal República

28 De Novembro de 2015

As medidas constam da proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016, que volta a ser discutido pelas comissões de especialidade do parlamento angolano e que prevê arrecadar, fora do petróleo, impostos no valor de 1,545 biliões de kwanzas.

Para atingir este valor, o Governo propõe-se, por exemplo, a avançar com "mecanismos de troca de informações que permitam melhorar a identificação de contribuintes incumpridores das respectivas obrigações fiscais" ou "dinamizar os mecanismos de execução fiscal das dívidas dos contribuintes". "Implementar as brigadas fiscais para a cobrança domiciliar", refere ainda a proposta de OGE para 2016, aprovada na generalidade na Assembleia Nacional e que regressa ao mesmo órgão, para votação final, no dia 11 de Dezembro. Angola enfrenta uma forte crise económica e financeira, também com consequências cambiais,

devido à quebra para metade das receitas com a exportação de petróleo, em função da descida da cotação internacional do barril de crude. Em 2016, o Governo prevê arrecadar 1,689 biliões de kwanzas em impostos provenientes do sector petrolífero, equivalente a 11,9% do Produto Interno Bruto (PIB), peso que em 2014 foi de 23,8% e em 2013 de 30,1%.

No sentido inverso, os impostos cobrados fora do sector petrolífero estão a aumentar desde 2013, quando rondaram os 972,2 mil milhões de kwanzas e tinham então um peso de 8,1 % do PIB.

Nas contas de 2016, esse peso deverá subir para 10,9% do PIB o que, a concretizar-se, seria um aumento superior a 28% às receitas com impostos não petrolíferos realmente angariados em 2014, que rondaram os 1,128 biliões de kwanzas, equivalente a 9,1 % do PIB. Entre outras medidas fiscais que o Governo angolano prevê em termos de política orçamental para 2016 prevê-se o reforço dos mecanismos de actuação da Administração Geral Tributária (AGT), "alguns adoptados no âmbito da

reforma tributária, para manutenção do ritmo de crescimento das receitas não petrolíferas", lê-se no OGE.

Continuar o "processo de fiscalização dos contribuintes que beneficiaram de incentivos e benefícios fiscais" e "reforçar e acelerar" a cobrança do Imposto Predial Urbano ou apoiar a "fiscal idade verde, para evidenciar a tributação latente no sector do ambiente" são medidas preconizadas pelo Governo para aplicar em 2016.

Na mensagem que dirigiu, Terça-feira, ao parlamento, o Presidente angolano apelou aos governantes para terem "muita atenção" na execução do OGE de 2016, que tem um défice de 5,5% do PIB, para caso seja necessário serem feitos "em tempo oportuno" os devidos ajustamentos.

A proposta de OGE comporta para o próximo ano receitas estimadas em 6.429.287.906.777 de kwanzas e despesas em igual montante.

José Eduardo dos Santos sublinhou, na mesma mensagem, que os riscos que acerbam o OGE do próximo ano poderão advir das flutuações do preço do petróleo, do volume da produção nacional de petróleo, da evolução da taxa de câmbio ou da colocação da Emissão de Títulos do Tesouro em mercados financeiros internacionais.

3.14 Candongueiros (Taxistas informais) também fazem o seu “ganha-pão”

Jornal Grandes Notícias
28 De Novembro de 2015

Estes também não escapam aos reguladores de trânsito (Policias), que chegam a cobrar o equivalente a dez (10) viagens curtas por cada infracção cometida

Os "candongueiros (taxistas angolanos informais), são outro dos utentes da área da Terra - nova. Estes começam a fazer o seu "ganha - pão": logo pela manhã, no trajecto muito concorrido, entre o término da passagem de nível (ponte) e o Hospital Américo Boavida, localizado entre os arredores do Bairro Rangel e o Marçal.

Este tipo de "vendedores de serviço": encontram, igualmente o seu calvário, noutro tipo de fiscais, nomeadamente, os reguladores de trânsito (da Polícia Nacional Angolana), que neste e noutros locais de forte concentração populacional, estão subordinadas as esquadras moveis ai colocadas.

O Taxista que tiver o azar de ser intersectado por um agente da Policia, com alguma "irregularidade de trânsito", corre o risco de perder quase todo o lucro, equivalente a dez (10) viagens curtas, que cobra Cem Kuanzas (Kzs. 100,00), cada.

3.15 Chineses tornaram-se os melhores compradores de diamantes por causa da escassez do dólar

Jornal República
28 De Novembro de 2015

Muitos Cidadãos Chineses, empresários com negócios diversificados em Angola, com bastante "cash flow" e grande acúmulo de moeda Nacional (Kwanza), sem poderem cambiar e transferir dólares para o exterior (concretamente para a China), oportunamente estarão a traficar diamantes, levando-os para a China, de maneiras a conseguirem tirar o maior proveito da situação.

Deste modo, os Chineses tornaram-se os maiores compradores de diamantes em Angola, criando alternativa ao dólar com a compra destas pedras preciosas, que alterna a possibilidade de exportação de capital.

Deste momento, em Angola, todo o tráfico de diamantes está a ser praticado com a participação dos Chineses, devido, para além do valor intrínseco que as pedras de diamante representam, à fácil mobilidade que as pedras proporcionam, transformando-se na "principal" moeda de troca nas transacções, em substituição da moeda americana (Dólar).

O Jornal A REPÚBLICA sabe que outros bens também estão a ser envolvidos como moeda de troca, rubis, água-marinha, chifres de rinocerontes, peças em marfim, algumas espécies raras de aves, madeiras exóticas, etc., etc.

A par desta situação, vários Angolanos estão a optar por este bem de troca, comprando diamantes no valor em kwanza, levando-os para a China, de onde importam mercadorias em vários contentores, para posteriormente venderem, e assim sucessivamente, sem nunca precisarem da moeda americana (Dólar), que, ao que tudo indica, será cada vez mais difícil de obter, devido à dificuldade que o Governo Angolano encontra na sua compra.

3.16 Economia paralela em Angola representa 60% do valor total

Jornal República
28 De Novembro de 2015

Segundo a secretária de Estado das Finanças, Valentina Filipe, que discursava na abertura da Conferência Internacional sobre Tributação, importa inverter a situação, para o que é necessário reforçar as iniciativas de formalização da economia nacional em curso.

A governante sublinhou o papel preponderante da Administração Geral Tributária para a formalização da economia, destacando o aumento em 198% do número de contribuintes nos últimos quatro anos.

"Esta cifra mostra, de uma forma inequívoca, que estamos a caminho a percorrer para atingirmos uma percentagem de contribuintes cadastrados que possamos considerar aceitável e sustentável, é ainda longo", disse Valentina Filipe.

O Impacto Negativo da Informalidade na Receita Tributária foi um dos temas da conferência, apresentado pelo sul-africano Acha Leque da consultora McKinsey and Company.

Em declarações à agência Lusa, o conferencista disse que a informalidade - ou economia paralela, sem contribuições fiscais ou outras - é um problema que

afecta 50% das economias dos países africanos, salientando tornar fácil o acesso à formalidade tem sido uma das estratégias adoptadas para se reverter o quadro.

"A realização de campanhas de sensibilização é uma das iniciativas também, seguida do seu cadastramento e facilitação desse processo, a implementação de amnistias fiscais é também outra medida que vários países estão adoptar e a África do Sul é um exemplo claro disso", disse Acha Leque, frisando que o desafio é a execução dessas medidas.

Segundo a secretária de Estado angolana, o esforço de cadastramento será uma constante, perspectivando-se o alargamento da base tributária, com campanhas de sensibilização para a população sobre a sua importância.

A execução de um sistema tributário simples, mas eficaz, e de uma justiça tributária célere e eficiente foram também apontados por Valentina Filipe como pilares para a arrecadação de receitas para o Estado.

A secretária de Estado realçou que a receita tributária não petrolífera representa já 44% do total de receita do Estado, e a tendência deverá continuar a verificar-se no próximo ano.

"Poder-se-ia dizer que o peso da receita não petrolífera aumentou porque o valor do petróleo está em baixa e por essa via diminuiu o peso da arrecadação tributária petrolífera.

No entanto, facto é que, de 2010 a 2014, o valor da arrecadação tributária não petrolífera registou um aumento de 80%", frisou Valentina Filipe.

A conferência, que termina na terça-feira, vai abordar temas sobre os Fluxos Financeiros ilícitos - Subtributação e Preços de Transferência, Estratégias de Diversificação da economia e os seus Efeitos na Arrecadação da Receita Tributária.

3.17 Fiscais cobram avultadas somas para devolver mercadorias das vendedoras

Jornal Grandes Notícias
28 De Novembro de 2015

Muzumbeta" (lábio muito expressivo) é o fiscal mais temido pelas vendedoras da Terra-Nova Os locais, fora da Praça dos Congolenses, onde se concentram vendedoras, também tem servido para enriquecimento ilícito de muitos, que a custo do suor

de outros, cobram somas avultadas para devolver as mercadorias que apreendem das pacatas cidadãs. Tratam-se dos fiscais, uns que a paisana, outros em viaturas, fazem daqueles locais preferidos, que chegam a cobrar qualquer coisa como três mil Kuanzas (Kzs. 3.000,00) para devolver as trouxas que recebem, das vende douras.

Tratam-se de fiscais, supostamente colocados pelo Governo de Luanda, que pelos vistos cobram aquelas " multas", sem o conhecimento do Governador Domingos Graciano, que em termos oficiais, apenas anunciou que a partir do próximo ano, será cobrada uma comparticipação aos populares em relação a recolha do lixo. Em, relação a estes verdadeiros "cipaios" do tempo da Democracia em Angola, as vendedoras, encarregarem-se já de apelidá-los em função da sua fisionomia; e, o "Muzumbeta" (por ter os lábios (muzumbo), muito expressivo, é o mais activo e, localiza-se quase todos os dias no eixo, que sai da passagem de nível (ponte) e desemboca na praça dos Congolenses.

3.18 Praça dos congolenses substitui "Roque Santeiro"

Jornal Grandes Notícias
28 De Novembro de 2015

Mercado nos arredores da Terra Nova, está a "rebentar as costuras" e as vendedoras já recorrem as estradas principais das imediações para venderem os seus produtos, muitos das vezes pagando "pesadas " multas aos fiscais, colocados pelo Governo de Luanda, que chegam a cobrar três Mil Kuanzas (3.000,00) para a recuperação das trouxas que estes recolhem ilegalmente às pacatas cidadãs. O desmantelamento do ex-mercado "Roque Santeiro" , nos arredores do Bairro do Sambizanga, para dar origem a alguns dos Mega projetos do Governo Angolano, pode estar na origem da super-lotação dos outros mercados da capital Angolana, como o Mercado dos Congolenses, no Bairro da Terra-Nova. Todos estão e devem estar bem recordados, que um dos motivos que levou a exoneração do ex - Governador de Luanda Iob Capapinha, foi o facto do Mercado dos Congolenses, remodelado e feito as exigências, que na altura se impunham, devia ter dois pisos, até fora orçamentado para este efeito, mas acabou por manter a estrutura apenas com os rés-do-chãos.

De facto, a estrutura com dois pisos, seria para manter a demanda que já se fazia sentir e que aumentou com o desaparecimento do "Roque

Santeiro, que na altura já era considerado um dos maiores mercados de África, onde inclusive, muitos empresários angolanos aí recorriam para fazer sobreviver os seus projetos, que o diga o empresário Norberto de Castro. Norberto de Castro, que na altura chegou a vir ao público, confessando que, com o desaparecimento daquela praça, deixou de ter um dos seus principais recursos financeiros para suportar a sua Escola do mesmo Nome (Norberto de Escola) localizada na Viana.

Mercado transborda até às estradas

As consequências de não ser aumentado a capacidade de acolhimento das vendedoras no Mercado dos Congolenses, estão agora mais visíveis do que nunca: Ela(e)s (vendedoras), na sua maioria, mulheres. Os homens, são mais "roboteiros" (aqueles que transportam as mercadorias das vendedoras de um lugar para outro) já tomaram de assalto, as estradas, os lancis, entre outros locais dos arredores, muitas vezes mesmo, chegando a impedir as vias de passagens dos peões. Quem pela manhã, sai do Bairro Neves Bendinha (ex-Bairro Popular), do outro lado, dividido apenas pela Estrada Deolinda Rodrigues (antiga Estrada de Catete) e, passa pela passagem de nível (ponte) aí colocada, facilmente se depara com este e outros constrangimentos do percurso. Os prédios e, os arredores do Bairro do Kaputo (antigo Bairro dos Saiotes), também já fazem parte do prolongamento da Praça dos Congolenses e, onde se vende quase tudo e, também se pode fazer uma "boa" refeição.

3.19 Perda Para o Estado

Jornal A Capital
20 De Novembro de 2015

O comércio informal é, na visão de especialistas, uma actividade sem resultados para o e rário público.

"Uma economia não se faz com mercados informais erguidos por aí ou por acolá, mas sim com instituições formais credíveis capazes de gerar mais-valia para a economia tanto em impostos como em qualidade de produtos", sublinhou o economista Alcides Gomes em análise produzida a propósito do fenómeno.

Segundo ele, os mercados informais propiciam a circulação de enormes quantidades de dinheiro fora do circuito normal da economia, o que, no seu entender, "pode ser um meio fácil para esquemas de lavagem de dinheiro ou de branqueamento de

capitais, de financiamento ao terrorismo e até mesmo de desestabilização do Estado".

Todavia, é o sector informal que entre nós garante a sobrevivência de muitas famílias angolanas, a olhar para a ainda elevada taxa de desemprego no país.

Em função disso, o empresário Mário Tavares acredita que o mercado informal vai continuar a ter

um peso significativo na economia angolana, sobretudo naquilo que tem a ver com a absorção da mão-de-obra desocupada.

Dados do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) indicam que o sector informal angolano abrange 93 por cento da população activa rural e 51 por cento daquela que vive em zonas urbanas.

Só em Luanda, as actividades económicas realizadas fora do sector formal garantem a sobrevivência à cerca de 73 por cento da população nesta cidade, representando uma redução do peso do sector estruturado da economia, de acordo com tais dados.

Angola continua, por isso, a ser um dos países da África Subsariana com maior nível de informalidade económica.

Dados avançados esta semana situam em 60% o peso da economia paralela, cenário que o Executivo pretende inverter, por via da formalização de toda a actividade geradora de renda.

É que, segundo a Administração Geral Tributária (AGT), a economia paralela pouco ou nada contribui em termos de receitas fiscais não petrolíferas, numa altura em que o país regista uma queda acentuada das receitas petrolíferas, provocada pela queda do preço do petróleo no mercado internacional.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 OGE para 2016 aprovado em Conselho de Ministros

Jornal A Verdade

3 De Novembro de 2015

De acordo com o ministro Armando Manuel, este OGE "vai cumprir a cobertura das necessidades básicas do Estado" num ano onde ainda se farão sentir as consequências da queda do preço do petróleo nos mercados internacionais.

No Conselho de Ministros foi ainda aprovado, por decreto presidencial, a instauração de um "serviço interno encarregue das funções de elaboração, implementação, coordenação e monitorização da política de comunicação institucional e de imprensa do governo" extensível aos órgãos auxiliares da presidência e serviços de administração central.

o mesmo documento informa ainda que foram concedidos os "direitos mineiros para o desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos" dos blocos 16/15 e 20/15 à petrolífera estatal Sonangol.

Na reunião foram também aprovados novos regimes jurídicos nas áreas de restauração, exploração e funcionamento de empreendimentos turísticos e actividade marítima turística.

No sector do comércio o Conselho de Ministro criou o Centro Integrado de Desenvolvimento das Actividades Comerciais (CIDAC), órgão responsável pelo licenciamento de actividades comerciais.

4.2 Deputados discutem proposta do OGE

Jornal de Angola

7 De Novembro de 2015

Texto: Adelina Inácio

A Assembleia Nacional discute e vota, no próximo dia 17, na generalidade, a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2016. O assunto consta da agenda aprovada ontem na reunião dos presidentes dos

grupos parlamentares, orientada pelo Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos. No encontro estiveram presentes representantes do MPLA, UNI-TA, CASA-CE, PRS e FNLA.

A porta-voz da Assembleia Nacional, Emília Carlota Dias, disse que os presidentes dos grupos parlamentares agendaram a discussão e votação na generalidade da proposta do OGE. A sessão é marcada pela apresentação de declarações políticas dos presidentes dos grupos parlamentares do MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA.

A Proposta do Orçamento, avaliada em 6,3 triliões de kwanzas, foi elaborada com um preço de 45 dó I ares como referência para o barril de petróleo e uma produção média diária de 1,8 milhões de barris.

O OGE para o próximo ano comporta a previsão de receitas a arrecadar e as despesas dos órgãos da Administração Central e Local do Estado, dos Institutos Públicos, Serviços e Fundos Autónomos, da Segurança Social, bem como os resultados e transferências a realizar para as Empresas Públicas e demais Instituições.

Na proposta entregue à Assembleia Nacional, o Executivo justifica que, em relação ao preço do barril do petróleo, se optou por um preço conservador e realista, uma vez que a média, neste momento, está acima dos 50 dólares e as projecções indicam que no próximo ano se situe acima do valor avançado. O Orçamento para o próximo ano continua a dar prioridade ao sector social que consome cerca de 43 por cento do total.

Parlamento Europeu

Os deputados discutem e votam no dia 18 uma resolução sobre as medidas constantes na Resolução adoptada pelo Parlamento Europeu, de 10 de Setembro, sobre a República de Angola. Os presidentes dos grupos parlamentares preparam ainda as agendas para as plenárias dos dias 9 e 27 de Novembro. A primeira sessão é especial, por ocasião da visita do Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, e é marcada com discursos do Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, e do Chefe de Estado moçambicano. Para a plenária do dia 27, a primeira extraordinária desta Legislatura, os deputados aprovaram uma agenda de 13 pontos, com destaque para discussão e votação final e global do projecto de Lei de alteração a Lei nº 14/11, de 18 de Março, Lei do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Projecto de Lei de alteração à Lei nº 13/1 O de 9 de Julho, Lei Orgânica e do processo do Tribunal de Contas, a Lei da

Nacionalidade e a Lei Orgânica dos Tribunais da Relação.

Os deputados discutem e votam quatro convenções nos domínios da Defesa, Estabilidade e Desenvolvimento na região dos Grandes Lagos. Está ainda prevista a discussão e votação da composição dos membros das comissões provinciais eleitorais e municipais. Os deputados analisam também o plano de trabalho das comissões especializadas da Assembleia Nacional.

4.3 Ânimos exaltados

Jornal Manchete

20 De Novembro de 2015

O debate e votação, na generalidade, do Orçamento Geral do Estado (OGE), contou com a presença de 169 deputados e durou cerca de cinco horas. Houve 19 intervenções. A deputada da UNITA, Micaela Weba, usou da palavra para ofender o Titular do Poder Executivo e os órgãos de Defesa e Segurança.

"Esse orçamento belisca a Constituição da República, porque não tem fatia para as autarquias, nem para melhorar a vida dos angolanos. Por isso, vão dizer ao vosso Chefe que não vamos votar", afirmou.

Essas palavras levaram o deputado João Pinto, do MPLA, a pedir um ponto de ordem para chamar a atenção à colega sobre o respeito que se deve ter às instituições do Estado. Fez-lhe recordar que o Parlamento não é lugar para "meninas de papá"

4.4 Cobertura da despesa conforta contas públicas

Jornal Economia e Finanças

20 De Novembro de 2015

Texto: Ismael Botelho

O aumento da despesa no presente OGE vai servir para confortar as contas públicas e permitir um moderado crescimento da economia em 2016. Esta garantia foi dada pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, durante a apresentação, esta semana, na Assembleia Nacional, da proposta do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2016, submetida pelo Titular do Poder Executivo e aprovada na generalidade, pela casa das leis.

O Ano Legislativo foi aberto a 15 de Outubro e marcado com a transmissão da mensagem à Nação, do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Já o OGE-2016 foi aprovado pelo Conselho de Ministros, a 21 de Outubro do corrente ano, em sessão orientada pelo Presidente da República e entregue ao Parlamento no dia 29 de Outubro.

, Segundo o ministro das Finanças, o OGE 2016 foi elaborado, tendo como base uma taxa de crescimento real do PIB global de 3,3 por cento, um preço médio do barril de petróleo bruto de USD 45 e foi estipulado com base numa perspectiva de produção petrolífera a nua I de 689.4 milhões de barris de petróleo, uma taxa de inflação de 11 por cento, além de um défice de 5.5 do PIB.

Stock da dívida

Armando Manuel referiu também que o incremento do "stock" total da dívida será de 8,2 por cento do PIB, enquanto o "stock" total de dívida governamental revisto deve ser de 49,7 por cento do PIB. Nesta perspectiva, do total de receitas previstas, estimadas em três triliões, 429 mil milhões, 287 milhões e 407 mil kwanzas; três triliões, 513 mil milhões, 825 milhões e 717 mil kwanzas correspondem às receitas correntes e dois triliões, 295 mil milhões, 881 milhões e 829 mil kwanzas às receitas tributárias, contra um trilião, 973 mil milhões, 715 milhões e 617 mil kwanzas de impostos. Quanto às despesas, prevê-se para as correntes três triliões, 390 mil milhões, 092 milhões e 219 mil kwanzas, para as com pessoal um trilião, 420 mil milhões, 451 milhões e 843 mil kwanzas, e 781 mil milhões, 354 milhões, 489 mil kwanzas de vencimentos e remuneração permanente do pessoal civil.

Projeções de crescimento

O ministro da Finanças avançou as projecções que apontam que este ano a taxa de crescimento do PIB real será de quatro por cento, com o sector petrolífero a crescer 7,8 em consequência do aumento da produção e o não petrolífero 2,4, reflectindo os níveis de crescimento da agricultura (2,5 por cento), da indústria transformadora (2,6) e dos serviços mercantis (2,2). Já o sector de energia deverá crescer 12, o da construção civil e obras públicas 3,5, enquanto que o dos diamantes (2,2).

A receita, de acordo com o ministro, deverá crescer numa perspectiva moderada, na ordem de 1.5 por cento em relação à programação financeira de 2015, enquanto os fluxos petrolíferos patrimoniais deverão manter a consignação de 60. "Os riscos prevalecem, mas o crescimento económico continua em 2016,

devendo ser dada maior atenção ao sector social", concluiu.

4.5 Defendida reorientação da política agrícola

Novo Jornal

20 De Novembro de 2015

Texto: Hortêncio Sebastião

A ACCÇÃO para o Desenvolvimento Rural de Angola (ADRA) defendeu esta semana em Luanda a necessidade da valorização e estímulo da economia não petrolífera, com predominância para a necessária reorientação da política agrícola.

Este ponto de vista consta do comunicado final do Conselho Directivo da ADRA, que analisou o projecto de Orçamento Geral do Estado para o ano de 2016, ressaltando a difícil situação económica de Angola resultante da queda dos preços do petróleo no mercado internacional.

Nesse sentido, o documento constata a existência do risco dos pobres serem particularmente afectados pela crise.

A ADRA alertou para a necessidade de que os cortes nas despesas públicas e as políticas públicas em geral tenham a preocupação central de limitar o impacto negativo sobre as franjas da população mais carenciadas. Segundo a ADRA, a nova situação económica do País torna mais premente, a necessidade de valorizar e estimular a economia não petrolífera, em particular a agricultura.

Com efeito, a necessária reorientação da política agrícola, tem de tomar em consideração a estrutura agrária do País, largamente dominada por pequenos produtores (camponeses e agricultores familiares), cujo papel na promoção da segurança alimentar e nutricional é inquestionável, merecendo, por isso, a devida atenção do ponto de vista da assistência técnica suportada pela investigação científica e das infra-estruturas de apoio à produção, sobretudo as vias secundárias e terciárias e do acesso aos mecanismos de financiamento.

De acordo com a ADRA, esta nova situação pode ser vista como uma oportunidade para a substituição de importações, embora tal desiderato seja geralmente um processo lento.

Ao recordar que Angola aparece classificada na posição 181, entre 189 paí- ses analisados, em termos do ambiente para realizar negócios (Doing Business 2016), o ainda desfavorável ambiente de negócios,

coloca uma enorme barreira a um rápido aproveitamento das oportunidades oferecidas pela nova situação.

"O combate à corrupção, que resulta em enormes perdas para a riqueza colectiva e para a eficácia dos investimentos públicos, o reforço das instituições de controlo e o encorajamento do controlo pelos cidadãos são fundamentais para esse combate", considera ainda a organização.

Sugere por outro lado, o aumento da eficiência da gestão do aparelho do Estado, diminuindo-se o desperdício e a melhoria do estabelecimento de prioridades conforme orientação dada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

"A concretização dessa orientação será mais difícil se não contar com os cidadãos como aliados desse esforço", indica, ainda o documento final da ADRA que aponta no sentido das organizações de cidadãos que se envolvem em monitoria do orçamento e da sua gestão, devam ser vistas como aliadas no esforço de melhoria de eficiência do aparelho do Estado.

"É previsível que a nova situação económica resulte num aumento da tensão política e da conflitualidade social", lê-se igualmente no texto.

Por isso, considera importante reconhecer a legitimidade da expressão de vários interesses e visões, ao mesmo tempo que adianta que todos devem contribuir para que essa diversidade se exprima no quadro da Lei, das instituições e do respeito pela tolerância e pelo pluralismo político.

"Assim sendo, os espaços e instituições que permitem a negociação de interesses e visões, são mais importantes do que nunca, pelo que as autoridades têm um papel central na criação desse ambiente de respeito pela diversidade e pela legalidade", refere.

A ADRA conclui ser inaceitável a transformação de cidadãos civis em alvos de ataques, como os que ocorreram em Paris, sendo que este crime deve servir para unir todos em torno do direito à vida

4.6 OGE 2016 tudo como dantes

Novo Jornal

20 De Novembro de 2015

AO CONTRÁRIO do que aconteceu até 2014, quando os Orçamentos Gerais do Estado (OGE) eram fortemente expansionistas, o do próximo ano será de maior contenção nos gastos apesar destes, crescerem 13,5% -, e mesmo assim vai registar um défice superior a 781 mil milhões de kwanzas. Para

financiar este défice, o país vai aumentar o endividamento externo. De acordo com alguns economistas, o rácio da dívida pública poderá aproximar-se do valor correspondente a 60% do PIB, limite imposto pela Lei-quadro do OGE.

Isto significa que a questão do endividamento deve passar a ser uma preocupação dos angolanos, Como de hábito, quando os governantes se referem ao endividamento, passam uma mensagem optimista sobre o seu controlo e sustentabilidade, que começa a parecer exagerada face a mudanças substanciais de contexto, como o preço internacional do petróleo, o menor crescimento do PIB e a taxa de câmbio.

A preocupação será ainda maior se considerarmos que para além de termos estado a consumir, de modo muito exagerado na minha opinião, um dos nossos recursos naturais mais preciosos, que muita falta fará às gerações vindouras, com o aumento do endividamento estamos a atirar para essa gerações o ónus da dívida que eles terão de pagar. Os maus exemplos de muitos países endividados, que levaram os seus povos para o desastre e perderam, ou quase perderam, a sua soberania, devia ser motivo para uma grande reflexão pelo conjunto da Nação.

Por tal razão, impõe-se o que várias instituições e analistas têm vindo a recomendar desde há muito: reformas estruturais. A mensagem do Presidente da República aos deputados por ocasião da apresentação do OGE 2026 diz o mesmo. A questão está na passagem das palavras aos actos.

De entre as grandes reformas estruturais esperadas, colhe farta unanimidade a inadiável diversificação da economia. Citando uma vez mais o prestigiado (mas quase ignorado pela maior parte dos responsáveis do Executivo) Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC), da Universidade Católica de Angola, do ponto de vista estrutural a nossa economia quase permanece como estava em 2003.

A análise do OGE para 2016, já aprovada na generalidade pela Assembleia Nacional, não permite vislumbrar uma tendência para a diversificação da economia, nem para a reforma estrutural mais geral. Há pelo menos três questões a considerar neste aspecto.

Desde logo, é de registar uma redução do investimento público, que perde, em relação ao OGE de 2015, 11 pontos percentuais, passando de cerca de 30% das despesas totais para 19%, o que corresponde a um valor equivalente superior a dois mil milhões de dólares. Para além do efeito directo na economia, tal redução poderá acarretar uma diminuição das expectativas dos presumíveis investidores, nacionais

ou estrangeiros, com consequências negativas para o desejado e imprescindível investimento privado. Logo, a diversificação será afectada.

A segunda questão diz respeito ao crescimento esperado para os diversos ramos da economia. Na apresentação da proposta do OGE para 2016, o Ministro das Finanças revelou que a agricultura e a indústria - os sectores que geram riqueza e emprego sustentáveis

- deverão crescer apenas pouco mais de 2% durante o ano, o que aliado ao crescimento similar esperado para 2015 (cito a mensagem sobre o estado da Nação), espelha bem que não podemos, para já, esperar grandes mudanças (o que revela também que o "robusto" crescimento da agricultura de que se tem falado nos últimos anos, entre os 10 e 12%, era uma falácia, como tantas vezes fiz notar sem que fosse ouvido, tendo até sido acusado de pessimista e fatalista).

Ainda no que respeita à agricultura, o aumento de mais de 10% da despesa em 2016 poderá ser, à primeira vista, uma boa notícia, tendo em conta que se vinha a registar uma tendência decrescente desde há vários anos. Porém, temos de perceber que o montante previsto (cerca de 35 mil milhões de kwanzas) representa apenas pouco mais de metade do valor inscrito para o sector no OGE de 2013 (67 mil milhões). Além disso, temos de ter em conta que a desvalorização do kwanza agrava ainda mais a situação.

Por outro lado, a agricultura tem outros questionamentos. A previsão de cerca de 35 milhões de dólares para irrigação em Capanda (deduz-se que para o cultivo de cana-de-açúcar que era suposto ser de sequeiro com base no projecto inicial e agora, como em tantos outros casos, se conclui que a suposição inicial estava errada, simplesmente porque o projecto não teve em conta o conhecimento endógeno anteriormente existente), representa uma continuada aposta em projectos de larga escala, que teimam em não apresentar benefícios proporcionais aos custos, em prejuízo de outros mais simples, mais adaptados às nossas condições e, sobretudo, muito mais baratos.

Pelo contrário, a necessidade de melhoria da assistência técnica aos pequenos agricultores continua a ser ignorada, com o simples e incompreensível argumento de que não se podem admitir mais trabalhadores. Sem assistência técnica, que nesta fase só pode ser garantida pelo Estado ou por projectos apoiados pelo Estado, como se fez ou se faz em quase todos os países nas mesmas circunstâncias, não se pode pensar em aumentos de produtividade e, logo, de produção. Irritantemente simples.

Uma terceira questão é a verba atribuída ao programa Angola Investe. À partida, trata-se de um dos bons programas governamentais, capaz de contribuir, a prazo, para a mudança estrutural da economia. Porém, não se compreende como as verbas atribuídas pelo OGE - supostamente para servirem de garantia aos empréstimos da banca comercial - vêm sendo reduzidas ao longo dos anos, passando de 30,5 mil milhões de kwanzas em 2013 para 18,9 em 2015 e 18,5 (menos de 250 milhões de dólares) em 2016. Em contrapartida, o Estado acabou de dar uma garantia de 200 milhões de dólares para um empréstimo à BIOCOCOM.

Interessante verificar que esta empresa possui cerca de três mil trabalhadores e os projectos financiados pelo Angola Investe criaram 65 mil postos de trabalho, dos 300 mil que era suposto criar até 2015 se tivesse sido implementado como esperado. Apesar de hoje se reconhecer que poderá ter havido demasiada ambição com o Angola Investe, não restam dúvidas sobre os "benefícios, pelo menos em relação ao emprego.

Assim sendo, porque não apoiar de forma consistente tal tipo de projectos, em vez de se apostar noutros incomparavelmente mais caros?

Finalmente, uma palavra sobre as verbas atribuídas ao sector da justiça. Numa altura em que tantos problemas se levantam, quer do ponto de vista do aumento da criminalidade, quer do aumento dos litígios no campo da economia, e mesmo dos direitos do cidadão, é difícil aceitar um corte de mais de 15% nas verbas para este sector. Isto significa que um dos elementos mais importantes que conformam o índice do "Doing Business", vital para atracção de investimento, principalmente externo, não está a merecer a devida atenção.

Não há, pois, razão para optimismo. Claro que se pode alterar o rumo, mas para isso são necessárias outras opções. A mais importante, ou a primeira, seria admitir o erro, para que ele que possa ser corrigido.

Depois disso será mais fácil encontrar os caminhos mais adequados para a reestruturação e desenvolvimento da economia angolana.

4.7 Orçamento Geral do Estado aponta família como prioridade

Jornal Economia e Finanças

21 De Novembro de 2015

Texto: Ismael Botelho

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, procedeu esta semana, em Luanda, à entrega da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016 ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

O orçamento, aprovado na generalidade, comporta receitas e despesas avaliadas em seis triliões, 429 mil milhões, 287 milhões e 407 mil kwanzas. A referida proposta, aprovada pelo Conselho de Ministros na última sessão realizada no dia 21 de Outubro deste ano, estipula os "45 dólares americanos como" referência do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

A sessão legislativa é a quarta da reunião plenária ordinária da 4a Legislatura, que teve como ponto único da agenda a apreciação, discussão e aprovação, na generalidade, da proposta do OGE. O documento teve votos favoráveis dos grupos parlamentares do MPLA e da FNLA (147). Já a UNITA, CASA-CE e PRS aparecem com 33 votos contra a proposta.

Prioridades do OGE

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, que leu a mensagem do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, sobre as linhas gerais da proposta do OGE/2016, referiu que o Executivo vai continuar a dar prioridade à política do sector social, assegurar a concretização de outros programas de valorização da família e das suas condições de vida, dos recursos humanos e da promoção e igualdade de género e a protecção do idoso e da criança.

Segundo Edeltrudes Costa, o cenário macroeconómico para 2016 prevê que a economia nacional cresça a um ritmo mais moderado, com

estagnação do sector público administrativo. Esse OGE, disse, prevê um aumento do PIS real de 3,3 por cento, 0,69 abaixo do crescimento estimado para 2015, cujas estimativas apontam para um crescimento de 4 por cento, em termos acumulados.

No caso, o crescimento do PIS, refere a mensagem lida, será sustentado pelo crescimento de 4,8 por cento previstos para a produção petrolífera, que registará uma subida para 1,89 milhões de barris/dia, contra 1,80 milhões este ano.

Sector não petrolífero

O OGE para 2016 prevê que o sector não petrolífero registre um reforço moderado, ao estimar um crescimento de 2,7, quando comparado com o de 2,4 por cento projectado para este ano. Para este período, afirmou, o quadro da política macroeconómica tem como objectivo assegurar a criação de condições estáveis para que a economia nacional atinja a meta de inflação de 11 por cento.

Já as estimativas para os fluxos globais do OGE 2016 indicam, tendo como base um preço médio do barril do petróleo confortável, para receitas fiscais projectadas em cerca de três mil milhões e 515 milhões de kwanzas e para as despesas fiscais fixadas em cerca de quatro mil milhões 296 milhões de kwanzas, o que corresponde a 24,7 e 30,2 por cento do PIB, prevendo-se um défice global de 781 mil milhões de kwanzas, correspondendo a cerca de 5,5.

Aplicação de recursos

Na nota do Presidente da República, lida por Edeltrudes Costa, os fluxos de origem e aplicação dos recursos, o orçamento o próximo ano apresenta um montante total de 429,29 mil milhões de kwanzas, com projecções a indicarem um incremento do stock da dívida total do Governo, na ordem dos 8,1 milhões de dólares, equivalente a 8,2 por cento do PIB. Já o stock de dívida governamental esperado é de aproximadamente 49,7 por cento.

Ricos eminentes

Segundo o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, a execução do OGE comporta riscos, a que se deve estar muito atento, para se introduzir, em tempo oportuno, os ajustamentos que sejam necessários, onde os riscos podem advir das flutuações do preço do petróleo, do volume da produção nacional de petróleo, da evolução da taxa de câmbio ou da colocação da emissão de Títulos do Tesouro em mercados financeiros internacionais. "O que vai exigir de todos nós maior contenção de gastos e racionalização na gestão dos recursos alocados aos diferentes sectores

do Estado e das empresas públicas para se alcançar os objectivos contidos no OGE 2016", alertou.

Quotas por sectores

No presente OGE, o sector social representa 43,2 por cento das despesas totais, seguindo-se os serviços públicos gerais, com 22,9. As funções de defesa, segurança e ordem pública e o sector económico ocupam 20,2 e 13,7, respectivamente.

O peso do sector social resulta da importância da operação e manutenção das instituições prestadoras de serviços público de saúde, educação e assistência social às crianças e idosos.

Em comparação ao ano transacto, as despesas com o sector social deverão crescer em 12 por cento este ano.

No tocante à despesa para 2016, está centrada maioritariamente na província de Luanda, estando de seguida as províncias de Benguela, Malanje e Huambo.

As despesas em províncias como Uíge, Cuanza Norte e Huíla ganham cada vez mais importância, o que espelha a dinâmica do Executivo na alocação de forma gradual de um volume cada vez maior de recursos às demais províncias.

A proposta do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2016, submetida pelo Titular do Poder Executivo, foi aprovada na generalidade, na terça-feira, pela Assembleia Nacional.

O texto, apreciado e aprovado durante a primeira reunião plenária ordinária da 4ª sessão legislativa da III Legislatura, segue agora para as comissões de especialidade, devendo ser aprovado, em definitivo, até 15 de Dezembro.

4.8 Orçamento Geral do Estado aprovado pela maioria

Jornal Manchete

20 De Novembro de 2015

Texto: Jorge Neto

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico 2016, submetida pela Titular do Poder Executivo, foi nesta terça-feira, 17, ontem aprovada na generalidade pela Assembleia Nacional, com 147 votos favoráveis do MPLA e FNLA e 33 contra da UNITA, CASA-CE e PRS.

O presidente da bancada parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, garantiu discussão

abrangente da proposta, assegurando que "há estabilidade, as instituições continuam inclusivas e está assegurada a competitividade política e económica".

Virgílio de Fontes Pereira realçou o facto de o Orçamento dar destaque a áreas como saúde, educação e protecção social, o que garante o bem-estar aos cidadãos.

O líder dos parlamentares do MPLA, realçou que o OGE, apresentado "é um orçamento realista, é um orçamento de rigor, é um orçamento que se ajusta a actual situação do país em que se exige uma melhor e mais expressiva qualidade da despesa".

Virgílio de Fontes Pereira, frisou que, estima-se que este ano a economia terá um crescimento de 4%, contra 4,8% verificados o ano passado, acrescentando que "Com esta taxa de crescimento positiva, foi cumprido um dos principais objectivos do OGE 2015 revisto que era o de assegurar a continuidade do crescimento da economia do país" disse quando fazia a leitura da declaração política do seu partido.

Fontes pereira realçou que "Com o crescimento económico, criam-se mais postos de trabalho, o que constitui um elemento fundamental para melhorar a distribuição do rendimento nacional no país".

O presidente da bancada da UNITA, Raul Danda, justificou por que votou contra o documento. "Trazem-nos aqui um Orçamento cheio de zonas cinzentas, com o mesmo cântico de sempre, como melhoria de qualidade de vida dos cidadãos e de preservação da unidade e coesão nacional, quando o país está num verdadeiro coma financeiro, as violações dos direitos humanos multiplicam-se e há cada vez mais presos políticos nas cadeias, num país democrático e de direito."

Para a CASA -CE, que também votou contra a aprovação do OGE, "Para se fazer um grande país, Angola carece de empresários engenhosos, que na falta de capital, recorrem aos Bancos, para se financiarem. Não é com acumuladores Primitivos de Capital, que o nosso país se vai desenvolver, disse André Mendes de Carvalho, acrescentando que "Precisamos de empresários e não de acumuladores primitivos de Capital, que vivem na calada da noite às extensas do erário público". O presidente da bancada parlamentar da CASA -CE, realçou que "Executivo tem de prestar mais atenção ao sector da saúde, principalmente no Hospital Sanatório e na Maternidade Lucrecia Paím".

A CASA-CE, não vêem no OGE, proposto verbas suficientes, que nos indiquem uma vontade séria, de

se erradicar o analfabetismo, "Ao fim de 40 anos, termos ainda, 35% da população analfabeta, é um autêntico insucesso", disse.

Benedito Daniel, responsável da bancada parlamentar do Partido de Renovação Social (PRS), precisou que o OGE, seja qual for a circunstância em que é elaborado, deve satisfazer alguns princípios básicos, como a garantia da estabilidade dos preços, o asseguramento do equilíbrio das contas externas e proporcionar a criação de emprego.

PR apela à contenção nos gastos

O Presidente da República afirma que o alcance dos objectivos contidos no Orçamento Geral do Estado aprovado ontem exige de todos maior contenção dos gastos e racionalização na gestão dos recursos alocados aos diferentes sectores do Estado e das empresas públicas. Por isso, pede o contributo dos deputados para a resolução dos múltiplos problemas que o país enfrenta.

José Eduardo dos Santos alertou também que a execução do OGE comporta riscos, que se deve estar atento, para introduzir em tempo oportuno os ajustamentos que sejam necessários. Esses riscos, acrescentou, podem advir das flutuações do preço do petróleo, do volume da produção nacional do petróleo, da evolução da taxa de câmbio ou da colocação da emissão de Títulos do Tesouro em mercados financeiros internacionais.

O ministro das Finanças, Armando Manuel, que apresentou a proposta aos deputados, disse que o Executivo adoptou uma política prudente na formação do preço do petróleo, considerando o facto de que os resultados da reforma tributária vão ser crescentes, apesar de débeis.

O Orçamento Geral do Estado está avaliado em 6,3 triliões de kwanzas e prevê-se um crescimento do PIB real de 3,3 por cento. O crescimento do PIB é sustentado pelo crescimento de 4,8 por cento previsto para a produção petrolífera, que no próximo ano regista uma aceleração para 1,89 milhões de barris/dia, contra os 1,80 milhões deste ano. Armando Manuel esclarece que as bases para a intensificação do processo de diversificação da economia estão a ser lançadas com programas e projectos estruturantes nos domínios da energia, águas, vias de comunicação e telecomunicações. O programa de diversificação da produção nacional para o próximo ano, explicou o ministro, é concretizada através de uma reforma estrutural na agricultura, dando maior amplitude à mecanização agrícola voltada para o aumento da produtividade e combate à pobreza.

4.9 Peso de Luanda no investimento público caiu para metade em quatro anos

Jornal Expansão

20 De Novembro de 2015

Texto: Carlos Rosado De Carvalho

O Programa de Investimentos Públicos (PIP) inscrito na proposta de OGE 2016 ascende a 704,4 mil milhões Kz para um investimento global de 815,6 mil milhões Kz previsto no documento aprovado na Assembleia Nacional na generalidade esta terça-feira, 17 de Novembro.

O OGE 2015 revisto previa um PIP de 598,3 mil milhões Kz para um investimento global de 622,1 mil milhões Kz.

Comparando os dois OGE, temos um aumento de 17,7% do PIP. Contudo, essa comparação tem de ser vista com cautela, porque a previsão de execução do investimento em 2015 aponta para 1,2 biliões Kz, praticamente o dobro do orçamentado. O Governo não dá dados sobre a execução do PIP, pelo que, apesar das cautelas, as únicas comparações possíveis do PIP 2016 são com o de 2015 orçamentado.

Dos Kz 707,4 mil milhões Kz inscritos no PIP 2016, 86,4% ou 610,4 mil milhões Kz, vão para províncias específicas, 4,3%, ou 30,6 mil milhões, referem-se a projectos inter-provinciais e os restantes 9%, ou 63,4 mil milhões Kz são investimentos da estrutura central.

Dos Kz 610,4 mil milhões de projectos destinados a províncias específicas, a maior fatia vai para Luanda, equivalente a 22,5% do total. No OGE 2015, a fatia da província capital era de 23,3%, mas em 2014 chegava aos 34,2%, e nos anos anteriores andou na 'casa' dos 40% - 41% em 2013 e 44,8% em 2012.

Em quatro anos, a fatia da província que alberga a capital angolana no PIP caiu praticamente para metade, precisamente 22,3 pp, de 44,8%, em 2012, para 22,5%, em 2016. A queda do peso de Luanda para metade sugere, pelo menos em termos quantitativos, que a distribuição do PIP está a ter mais em conta as assimetrias regionais, consideram analistas.

Depois de Luanda, a província com mais dinheiro para programas de investimento público é Malanje, com 57,4 mil milhões Kz, ou 9,4% do total, seguida do Cuanza Norte (53,2 mil milhões Kz; 7,1 %). Comparando com 2015, o peso de Malanje aumenta 6,3 pp e o do Cuanza Norte recua 10,3 pp.

O aumento do peso de Malanje está associado a investimentos no perímetro de irrigação de Capanda (5,2 mil milhões Kz) e à barragem de Laúca (23,4 mil milhões). A descida de Cuanza Norte também está relacionada com Laúca, neste caso menores investimentos.

Bengo (14,9 mil milhões Kz; 2,4% do total provincial), Namibe (15,6 mil milhões Kz; 2,6%) e Lunda Norte (18,6 mil milhões Kz; 3,1 %) são as províncias com menos investimentos públicos.

Ministérios gerem 74% do PIP

De destacar que 76,9% dos projectos de investimento público nas províncias são geridos centralmente, o que é o mesmo que dizer que apenas 23,1 % dos investimentos públicos são geridos pelos governos provinciais.

Um dado a merecer alguma reflexão, aconselham analistas, lembrando que quanto mais próximos os gestores orçamentais estiverem dos problemas, melhor.

Os ministérios gerem 520,6 mil milhões Kz cerca de 74% do PIP total. Sem surpresa, os maiores PIP geridos por ministérios são os da Energia e Águas, e da Construção.

Em 2016, o PIP do ministério tutelado por Baptista Borges, da Energia e das Águas, ascende a 213 mil milhões Kz dos quais 196,6 mil milhões são afectos às provinciais e o restante à estrutura central. O maior investimento, no valor de 38,6 mil milhões Kz, vai para a electrificação e ligações domiciliárias da cidade de Luanda.

Valdemar Pires, da Construção, gere um PIP de 145,8 mil milhões Kz, dos quais 132,8 mil milhões Kz afectos às provinciais. A reabilitação da estrada que liga Quipungo a Caconda, passando por Chicomba, na província da Huíla, é o maior projecta, com uma dotação de 6,6 mil milhões Kz.

4.10 Proposta do OGE 2016 contém zonas cinzentas

Novo Jornal

20 De Novembro de 2015

A UNITA, a CASA-CE e o PRS "chumbaram", terça-feira, em Luanda, a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) por conter "zonas cinzentas".

"Trazem-nos aqui um orçamento cheio de zonas cinzentas, com o mesmo cântico de sempre da

"melhoria de qualidade de vida dos cidadãos", da "preservação da unidade e coesão nacionais, entre outras coisas", argumentaram os três partidos ao votarem contra a proposta do OGE 2016.

Para a oposição, "continua a ser passado um cheque em branco ao titular do Poder Executivo para gerir dinheiro do povo sem uma transparente prestação de contas".

"Continua a ser permitido ao Presidente da República mexer no orçamento como quer, quando quer", reclama.

Segundo a UNITA, a CASA-CE e o PRS, "as verbas atribuídas à agricultura continuam a ser incipientes, o que denota incoerência com as sucessivas declarações do governo, segundo as quais a agricultura constitui uma prioridade central face ao seu potencial em termos de criação de emprego e, conseqüentemente, no combate à pobreza".

Reagindo às declarações da oposição, o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, afirmou que "em 2016 o país continuará a crescer, atingindo uma taxa de 3.3 por cento, com o sector petrolífero a crescer 4.8 por cento e o não petrolífero a crescer 2.7 por cento".

A seu ver, a proposta de Orçamento Geral do Estado 2016 vem dar continuidade ao esforço do Executivo iniciado em 2015, no sentido de ajustar a economia angolana a esta nova realidade de relativa escassez de recursos.

Acrescentou que será dada continuidade à tendência da diminuição da despesa pública, porém sempre com uma protecção ao sector social, que terá 42.2 por cento do total da despesa.

A Proposta do Orçamento Geral do Estado 2016 submetida pelo chefe do Governo foi aprovada na generalidade na terça-feira, pela Assembleia Nacional. O documento teve votos favoráveis dos grupos parlamentares do MPLA e da FNLA (147) e Votos contra da UNITA, CASA-CE e PRS (33 votos). O texto segue agora para as comissões de especialidade, devendo ser aprovada, em definitivo, até 15 de Dezembro.

4.11 Executivo' não divulga verbas para a construção de bases militares

Jornal de Angola

27 De Novembro de 2015

A OPOSIÇÃO não acolheu com satisfação a omissão de esclarecimento de rubricas não especificadas, no Orçamento Geral do Estado 2016 feita pelo Secretário de Estado do Orçamento Alcides Safeca.

Questionado pelos deputados das 5ª, 7ª e 8ª comissões especializadas do Parlamento, Alcides Safeca limitou-se a dizer que se trata de um assunto delicado.

Para o secretário de Estado, "as verbas que não aparecem no documento "têm a ver com infra-estruturas dos órgãos de defesa e segurança nacional".

"Achou-se por bem não divulgar onde estão a ser construídas as bases militares. Por isso é que todas as situações dessas aparecem no relatório como outros projectos", esclareceu.

Angola prevê gastar USD 6,1 mil milhões com a área da Defesa em 2016, equivalente a 13 por cento de toda a despesa pública, praticamente o mesmo que os sectores da Educação e da Saúde junto.

Os números resultam da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016, que prevê receitas e despesas de Kz 6.429.287.906.777 de (USD 47,4 mil milhões), incluindo um défice de 5,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) que obrigará a endividamento público.

Do total de despesas, 13 por cento correspondem directamente à Defesa, incluindo as componentes militar e civil, que representam Kz 833.785 milhões (USD 6,4 mil milhões).

Acrescem "serviços de Defesa não 'especificados", que valem Kz 1.737.477.009 (USD 12,7 milhões),

mas sem qualquer outra informação sobre esta despesa na proposta do OGE.

As Forças Armadas Angolanas integram, nos três ramos, cerca de 100.000 militares. D.F.

4.12 Medidas de austeridade apenas para o Zé Povinho

Jornal Correio do Sul
27 De Novembro

E de 2016 já foi aprovado na generalidade pela Assembleia Nacional. Contou no entanto com votos contra das bancadas da CASA-CE, PRS e da UNITA. Agora foi encaminhado para as comissões de especialidade mas não esperemos grandes mudanças.

De acordo ao que pudemos acompanhar, há a perspectiva de um aumento para todo o sector social que ronda os 12%, comparativamente ao valor orçado para o ano transato. Embora se possa desde já admitir que tal aumento possa representar um ponto de partida, no entanto, parece-me que, na prática não representará grandes mudanças no acesso e na qualidade dos serviços a prestarem-se à população. Mais claro fica ainda quando nos apercebemos que para o mesmo período orçamental estará previsto um aumento de cerca de 9% para a defesa e segurança nacional. No entanto, esse aumento de 12% do valor atribuído para o sector social pode, no entanto, não representar um aumento percentual efectivo em relação ao valor global do OGE, uma vez que este também foi acrescido. Significa dizer que houve um aumento de montante mas não representa um real aumento de fatia de todo o OGE

É portanto estranho que num período de ausência de guerra e com a crise que a maioria da população vive, que se continue a priorizar os sectores da defesa em detrimento da saúde, da educação e dos demais sectores sociais. Provocado de forma muito directa por falta destas políticas sociais e económicas realistas, temos vindo a acompanhar o agravamento da situação de fome e de seca na zona dos Gambos, por exemplo.

É importante salientar que a base das políticas económicas e sociais seja reflectida no OGE, no entanto, não podemos deixar de apontar as demais medidas que realmente poderiam reflectir na melhor gestão.

Só a nível de exemplo, fica pouco entendível quando acompanhamos pela média contratos fabulosos para a compra de material e equipamento militar como com a China, na ordem dos 40 milhões de Euros ou

como a compra de 6 helicópteros no valor de 88,1 milhões de Euros à empresa Agusta Westland.

No entanto, a nossa estupefacção não fica, infelizmente, por aqui. Também acompanhamos na média o escândalo que está a ser investigado em Espanha, referente à compra de equipamento para a nossa Polícia Nacional. Consta do processo o desvio de 54 milhões de dólares dum contrato de 169 milhões de dólares.

A preocupação não se prende apenas ao facto de ter desaparecido tão elevado montante mas também pelo facto de que tal contrato era desde logo prejudicial para Angola que permitia uma margem de lucro que variava entre os 200 e os 300%. Pior ainda é quando ouvimos que a PN desconhece este caso de fraude.

Se os factos já aqui relatados deveriam tirar-nos o sono a todos nós cidadãos, no entanto não ficam tão somente por aqui. Durante esta crise, a presidência da república continua a autorizar a compra de bens de luxo como é o caso do avião Bombardear Global 6000 (para apenas 13 pessoas), no valor de 62,5 milhões de dólares ou o caso da compra de 3 apartamentos de luxo para membros do governo, no valor de 4,4 milhões de dólares, a uma empresa de gestão de fundos e investimentos do antigo Banco Espírito Santo Angola (BESA).

Já em relação ao BESA, o presidente da República decidiu tapar o buraco feito por empréstimos não devolvidos quer a seus familiares como a membros do MPLA, com fundos públicos. É assim que injecta 5,7 mil milhões de dólares através de uma "garantia soberana irrevogável". Só para lembrar, o referido banco teria emprestado 800 milhões de dólares à irmã do presidente da república, Marta dos Santos. Mesmo Roberto de Almeida, de acordo à média, negou-se a devolver os 10 milhões de dólares que recebera já que pensava que era uma oferta!

Mas, ou porque temos memória curta ou porque realmente os procedimentos não são para ser mudados, voltamos a correr o mesmo risco. De acordo à empresa à consultora KPMG, o "crédito mal parado" em Angola aumentou de forma exponencial e adianta que, 20 dos principais clientes da banca nacional representam 60 a 70% da carteira de crédito.

Se pensamos que já vimos tudo, estamos redondamente enganados. O presidente da república, em despacho, autoriza a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) a comprar 40% da Winterfell Industries, sociedade liderada por Isabel dos Santos e que controla a Efacec Power Solutions. Com esta cartada fica formalizada a

justificação de que a Efacec venha a ser a empresa responsável pelo apetrechamento das barragens que se pretendem construir em Angola. Assim se organiza o monopólio.

Por outro lado, continuamos a não acompanhar medidas concretas de combate à corrupção e lavagem de dinheiros. Entre muitos e muitos escândalos que arrebatam da Europa à América, eis que agora veio ao décimo o escândalo de corrupção que envolve as relações de Angola com a China e que trouxe a detenção de Sam Pa, um dos principais intermediários nos negócios entre Angola e a China, a 15 de Outubro, pelo governo chinês. Usando como argumento o dito combate ao terrorismo e lavagem de dinheiro, os bancos iniciaram processos de limitação das movimentações das contas bancárias por parte de associações da sociedade civil. Com esta medida, na prática, pretende-se tão somente limitar o trabalho daqueles que em Angola têm precisamente o objectivo da construção de um país justo e democrático.

A outra medida que nos foi atirada agora nestes últimos tempos, tem a ver com a impossibilidade dos clientes dos bancos poderem levantar os seus depósitos em divisas sendo obrigados a fazê-los em moeda nacional ao câmbio do banco. Esta medida carrega uma carga enorme de injustiça e desrespeita o direito da propriedade e de livre escolha dos clientes.

Se todos conhecemos tão bem o nosso país, como realmente o conhecemos, já sabemos que estas medidas apenas serão aplicadas para alguns dos cidadãos, aqueles cidadãos comuns sem padrinho na cozinha, porque os outros, os ligados ou dentro do sistema, de certeza que continuarão a beneficiar-se à grande e à francesa de todo este estado de coisas. É só perguntarmos: Como está o caso do milhão de dólares encontrado num saco dentro dum avião da TAAG? Alguém ouviu falar mais sobre isso? Quem abastece o mercado informal de divisas?

Afinal, as medidas de austeridade são apenas para o Zé-povinho!

4.13 OGE 2015 atingiu 176 mil milhões de kwanzas

Jornal Manchete
27 De Novembro de 2015

O Orçamento Geral do Estado (OGE), para a província de Luanda, este ano, atingiu os 176 mil milhões de kwanzas, segundo informação do porta-

voz do Governo Provincial de Luanda, transmitindo aos jornalistas no final da reunião ordinária do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social que decorreu à porta fechada.

Sebastião José disse que o OGE 2015 para Luanda foi executado apenas em 61 por cento, isto, devido a cortes orçamentais nas dotações que o GPL foi recebendo.

Sobre proposta orçamental para 2016, segundo ele, atingiu cerca de 161 mil milhões de kwanzas, mas garante que esta proposta é apenas um processo que ainda não foi concluído.

O CPACS aprovou também a necessidade de o GPL, até ao próximo ano, criar uma taxa de resíduos sólidos urbanos. Para o efeito, será necessária a participação da população neste processo.

O porta-voz explica que Luanda enfrenta sérias dificuldades em implementar a 100 por cento o novo modelo de limpeza que entrou em vigor este ano. Tais dificuldades, disse, se deve portanto a cortes nas dotações orçamentais.

"Para sairmos deste impasse, o GPL tem duas vertentes, primeiro: potenciar em termos de equipamentos a ELISAL, visto que no período do sistema em que havia muitas empresas de recolha de lixo, a mesma não foi apetrechada. Outra vertente consiste em criar uma taxa para que a população possa participar financeiramente nos esforços do Governo da Província e do Governo Central", declarou, adiantando que o valor desta mesma taxa ainda não está decidido, mas pode ser aprovada até ao primeiro semestre de 2016. Sebastião José acrescentou que o valor da taxa será diferenciado de acordo com os vários poluidores nomeadamente residências, estabelecimentos comerciais, condomínios e hotéis, visto que cada um desses elementos tem níveis diferentes de produção de lixo.

4.14 OGE para 2016 aprovado em Conselho de Ministros

Jornal A Verdade
3 De Novembro de 2015

De acordo com o ministro Armando Manuel, este OGE "vai cumprir a cobertura das necessidades básicas do Estado" num ano onde ainda se farão sentir as consequências da queda do preço do petróleo nos mercados internacionais.

No Conselho de Ministros foi ainda aprovado, por decreto presidencial, a instauração de um "serviço interno encarregue das funções de elaboração, implementação, coordenação e monitorização da política de comunicação institucional e de imprensa do governo" extensível aos órgãos auxiliares da presidência e serviços de administração central.

o mesmo documento informa ainda que foram concedidos os "direitos mineiros para o desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos" dos blocos 16/15 e 20/15 à petrolífera estatal Sonangol.

Na reunião foram também aprovados novos regimes jurídicos nas áreas de restauração, exploração e funcionamento de empreendimentos turísticos e actividade marítima turística.

No sector do comércio o Conselho de Ministro criou o Centro Integrado de Desenvolvimento das Actividades Comerciais (CIDAC), órgão responsável pelo licenciamento de actividades comerciais.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Estado cria as bases para as autarquias

Jornal de Angola
6 De Novembro de 2015
Texto: Edna Dala

Os governos provinciais e administrações municipais têm disponíveis, a partir de ontem, materiais de estudo para a materialização dos programas constantes do Plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEARTE).

Os materiais de estudo, que constituem importantes instrumentos de trabalho para o plano, foram apresentados pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, na cerimónia de lançamento do livro "Angola dez anos de desconcentração e descentralização administrativa".

Na mesma cerimónia foi apresentado o "Relatório das necessidades de acompanhamento das administrações municipais de Angola", que inclui um estudo realizado em 56 municípios do país sobre as necessidades que as administrações têm no desempenho da sua actividade, e o manual de apoio à gestão de unidades urbanas.

Ao discursar na abertura, Bornito de Sousa explicou que os livros constituem importantes instrumentos de trabalho para a materialização do PLANEARTE, aprovado recentemente e que contém instrumentos adicionais para o alcance dos 17 Objectivos do Desenvolvimento Sustentável 2030.

No prefácio do livro, o ministro Bornito de Sousa escreve que "a necessidade generalizadamente reconhecida de se enveredar por um processo de diversificação sustentável da economia angolana reveste de maior significado e relevância o conjunto de iniciativas legislativas, regulamentares e processuais e de gestão a serem accionadas para consolidar a descentralização e iniciar, com bases sólidas, a transição para as autarquias locais".

Bornito de Sousa sublinha que "a descentralização efectiva da administração do território constitui um dos eixos de intervenção do Estado que vai alavancar

o processo de diversificação da economia angolana e dela colher também benefícios".

Autarquias locais

Belizário dos Santos, um dos coordenadores do livro "Angola dez anos de desconcentração e descentralização administrativas", explicou que a obra se debruça sobre as autarquias locais, com um levantamento dos aspectos que constituem requisitos para uma instauração de autarquias mais consistentes no que toca a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

"No livro são levantadas questões sobre a importância da delimitação do território para efeitos de organização autárquica", precisou Belizário dos Santos, que defendeu a necessidade de se consciencializar os funcionários das administrações municipais sobre as autarquias e sua importância, porque precisam entrar num processo de aprendizagem sobre as ferramentas. "Estamos a criar bases que vão lançar a instauração das autarquias de forma segura, sobretudo porque elas estão investidas de expectativas pelos cidadãos".

"Os cidadãos olham para as autarquias como a solução de todos os problemas, daí a necessidade de se esclarecer que elas podem melhorar e facilitar na resolução de muitos problemas dos cidadãos que podem ser resolvidos a partir da sua própria participação e processos decisórios a nível local", disse Belizário dos Santos, que acrescentou: "É preciso que todo um quadro jurídico-legal e administrativo e até financeiro esteja criado, porque de nada vale ter autarquias se não houver capacidade de arrecadação fiscal a nível local para se resolver os problemas que são identificados".

Sobre a arrecadação fiscal, Belizário dos Santos explicou que o livro analisa o actual regime financeiro, esclarecendo que a desconcentração profunda que foi introduzida na província de Luanda mostra que as funções têm de ser transferidas e seguidas de recursos financeiros suficientes para que os novos órgãos para os quais estão a ser transferidas novas responsabilidades consigam corresponder às expectativas dos cidadãos e dos órgãos centrais.

Belizário dos Santos disse que o processo de transferência de tarefas é muito sensível, por envolver a transferência de responsabilidades sobre o controlo de recursos. "Em qualquer parte do mundo onde se implementa o processo de descentralização, a relação entre os níveis de governação é sempre tensa", concluiu.

5.2 Pais aconselhados a vigiar utilização das redes sociais

Jornal de Angola

24 De Novembro de 2015

Texto: Marcelo Manuel

O vice-governador provincial do Cuanza-Norte para o sector político e Social, José Alberto Kipungo, defendeu no domingo a necessidade dos pais e encarregados de educação vigiarem o uso das redes sociais e outras tecnologias de informação.

Alberto Kipungo chamou a atenção para o risco da utilização de ses meios por menores, sob pena de adquirirem maus hábitos e desestruturarem o núcleo familiar.

O vice-governador provincial, que falava a propósito do Dia do Educador, ressaltou que a má utilização das redes sociais por arte de menores pode comprometer os valores morais e cívicos. Alberto Kipungo sublinhou a necessidade das famílias unirem esforços com os professores e outros educadores sociais, para elevarem o nível de formação das novas gerações.

O Governo reconhece o papel do educador como elemento fundamental para o desenvolvimento da juventude, disse Alberto Kipungo, que acrescentou que nos últimos anos, foram construídas e reabilitadas várias escolas, o que permitiu a redução de crianças fora do sistema normal de ensino e aprendizagem, e proporcionou o acesso as universidades e a participação de adultos nas aulas de alfabetização.

O director provincial da Educação do Cuanza Norte, Abel Sebastião, revelou que, no presente ano lectivo, estão matriculados 132.592 alunos, dos quais 11.547 no ensino pré-escolar, 85.517 no ensino primário, 24,525 no primeiro ciclo e 11.336 no ensino secundário.

O processo de alfabetização e aceleração escolar, implementado em 2007, registou 122.173 alunos, segundo o director provincial da Educação.

No âmbito da inspecção escolar, Abel Sebastião anunciou a formação de 16 inspectores colocados em oito dos dez municípios da província.

O sector da Educação exige o desenvolvimento de acções de formação contínua, para a elevação das competências dos professores, de modo a responderem com eficácia aos desafios do futuro, conclui Abel Sebastião.

Durante a referida cerimônia, foram entregues prémios aos professores mais destacados nos últimos anos.

O Dia Nacional do Educador foi instituído a 22 de Novembro de 1976 pelo primeiro Presidente da República, Agostinho Neto, durante a realização de uma visita às turmas de alfabetização da empresa industrial Textang II, em Luanda. Naquela fábrica de tecidos, localizada na província do Bengo, Agostinho Neto instituiu uma campanha generalizada de alfabetização no país.

5.3 Executivo estuda formas de regular actuação das ONG

Jornal de Angola

25 De Novembro de 2015

Texto: Adelina Inácio

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Mangureira, defendeu ontem em Luanda a regulamentação das actividades das organizações não governamentais nacionais e estrangeiras que actuam no país.

O ministro respondia aos deputados da Assembleia Nacional durante o debate na especialidade sobre o Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, que terminou ontem depois de seis dias de análises por cada sector.

A actuação de algumas organizações não governamentais muitas vezes é contrária aos fins para as quais foram criadas e legalizadas pelo Estado angolano, disse Rui Mangureira, que esclareceu os deputados de que a situação dos direitos humanos em Angola "não está mal como se quer fazer crer. O ministro recordou que o relatório nacional sobre a situação dos direitos humanos foi aprovado por unanimidade em Março pelas Nações Unidas. O relatório, explicou Rui Mangureira, incluiu questões sobre os direitos civis e políticos, económicos, sociais e culturais dos cidadãos. Rui Mangureira sublinhou ainda que a questão dos direitos humanos em Angola foi, também analisada ainda este mês a nível da Comissão Africana dos Direitos dos Homens e dos Povos sem alguma preocupação.

Em relação ao julgamento dos 17 acusados de actos de rebelião, o ministro esclareceu os deputados de que os prazos de prisão preventiva foram respeitados.

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos disse que a Lei de Medidas Cautelares em Processo Penal prevê que as autoridades têm 48 horas para apresentar um cidadão detido ao Ministério Público

(Procuradoria), para efeito de interrogação e de aplicação ou não de uma medida de coacção.

Qualquer cidadão, alegado criminoso, que tiver sobre si aplicada uma medida de coacção tem o direito, por via do seu advogado, de recorrer a um juiz, para este reapreciar esta decisão aplicada pelo Ministério Público, referiu Rui Manguera, que esclareceu que deixa de ser unicamente um procurador a decidir sobre a vida de um cidadão detido e passa a ser tarefa de duas entidades (procurador e juiz), estando o procurador sujeito à fiscalização do juiz.

"A nova Lei clarifica a diferença entre a detenção e a prisão preventiva, sendo a detenção uma figura que representa a privação da liberdade quando um agente detém um cidadão na rua, em flagrante delito. Esta detenção não é ainda prisão preventiva nem é uma outra medida de coacção pessoal ou medida cautelar".

5.4 Luanda enfrentava vários desafios

Jornal Manchete

27 De Novembro de 2015

Texto: Moreira Mário

A província de Luanda enfrenta vários desafios de reconstrução e reconstituição, e o mais prioritário prende-se com o saneamento do meio, do qual sobressai a recolha de resíduos sólidos urbanos. Apesar das dificuldades financeiras que o país vive, nota-se o empenho na prestação desse serviço, e o quadro vem melhorando gradualmente.

A informação foi prestada pelo governador Graciano Domingos, quando falava, recentemente, na abertura da reunião ordinária do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social (CPACS) que juntou responsáveis das administrações municipais e distritais, o segundo comandante da Polícia de Luanda e directores provinciais de várias instituições públicas.

A reunião serviu para apreciação do relatório preliminar das actividades desenvolvidas até ao terceiro trimestre de 2015 na província de Luanda, e ainda o balanço do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015, bem como a apresentação da proposta do orçamento de 2016.

Foi igualmente apreciado a proposta da institucionalização da taxa de resíduos sólidos urbanos, o ponto de situação da criminalidade, eixo viários e transgressões administrativas. De acordo com Graciano Domingos, a contribuição e o engajamento da população na limpeza urbana tem sido significativa.

O governante agradeceu as igrejas a quem pediu que se juntassem ao esforço do Governo Provincial, na limpeza urbana pela forma empenhada como responderam ao pedido deste órgão máximo.

Quanto ao estado da criminalidade, segundo o governador, assiste-se nos últimos tempos o cometimento de crimes horrendos, sobretudo a violência contra mulheres e crianças, considerando assustadora.

"É fundamental que as famílias vigiem e protejam as crianças da violência na família, na escola e dos abusos dos adultos. A violência doméstica é hoje na nossa lei jurídica um crime público, por isso, qualquer cidadão que tenha conhecimento de crimes contra as crianças, como a violência física, prostituição infantil, trabalho infantil e pedofilia, deve denunciar a qualquer agente de autoridade", apelou.

O governador pediu ao Comando Provincial da Polícia Nacional para que continue a aperfeiçoar os seus agentes no combate a este tipo de crimes, ponderando que a criminalidade constitui um perigo para o crescimento económico da província. "Quanto mais aumenta a criminalidade, os investidores privados nacionais e estrangeiros tenderão a contornar a nossa província e instalarão os seus investimentos ali onde haja segurança e ordem", disse, sublinhando ser necessário o empenho de toda sociedade no combate ao fenómeno.

Mobilidade urbana

o governador da província de Luanda diz que a mobilidade urbana continua a constituir-se em preocupação fundamental para os luandenses. Para isso, o seu pelouro continuará a intervir no melhoramento das vias à medida que os recursos financeiros permitirem.

Neste momento já foram recuperadas parte considerável do centro da cidade e revela que em todos os municípios existem acções de recuperação das vias secundárias e terciárias, bem como de melhoria do saneamento.

"Estamos convencidos de que o Governo da Província de Luanda, as administrações municipais e de centralidades não dispõem ainda de capacidade suficiente para por si só resolverem todos os problemas que afectam as comunidades", argumentou, reconhecendo que há problemas que podem ser resolvidos com recurso a soluções criativas locais.

Falou também da lei das transgressões Administrativas e sugeriu que deve merecer maior

divulgação, para que o luandense conheça os direitos e deveres na vida em sociedade.

5.5 OGE 2015 atingiu 176 mil milhões de kwanzas

Jornal Manchete

27 De Novembro de 2015

O Orçamento Geral do Estado (OGE), para a província de Luanda, este ano, atingiu os 176 mil milhões de kwanzas, segundo informação do porta-voz do Governo Provincial de Luanda, transmitindo aos jornalistas no final da reunião ordinária do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social que decorreu à porta fechada.

Sebastião José disse que o OGE 2015 para Luanda foi executado apenas em 61 por cento, isto, devido a cortes orçamentais nas dotações que o GPL foi recebendo.

Sobre proposta orçamental para 2016, segundo ele, atingiu cerca de 161 mil milhões de kwanzas, mas garante que esta proposta é apenas um processo que ainda não foi concluído.

O CPACS aprovou também a necessidade de o GPL, até ao próximo ano, criar uma taxa de resíduos sólidos urbanos. Para o efeito, será necessária a participação da população neste processo.

O porta-voz explica que Luanda enfrenta sérias dificuldades em implementar a 100 por cento o novo modelo de limpeza que entrou em vigor este ano. Tais dificuldades, disse, se deve portanto a cortes nas dotações orçamentais.

"Para sairmos deste impasse, o GPL tem duas vertentes, primeiro: potenciar em termos de equipamentos a ELISAL, visto que no período do sistema em que havia muitas empresas de recolha de lixo, a mesma não foi apetrechada. Outra vertente consiste em criar uma taxa para que a população possa participar financeiramente nos esforços do Governo da Província e do Governo Central", declarou, adiantando que o valor desta mesma taxa ainda não está decidido, mas pode ser aprovada até ao primeiro semestre de 2016.

Sebastião José acrescentou que o valor da taxa será diferenciado de acordo com os vários poluidores nomeadamente residências, estabelecimentos comerciais, condomínios e hotéis, visto que cada um desses elementos tem níveis diferentes de produção de lixo.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Plano Director de Luanda é divulgado

Jornal de Angola

1 De Novembro de 2015

Texto: Victorino Joaquim

O Plano Director Geral Metropolitano da Província de Luanda vai ser oficialmente apresentado ao público na segunda quinzena de Dezembro, anunciou ontem em Luanda a coordenadora do projecto, engenheira Neusa Inglês.

Numa palestra realizada no âmbito das comemorações alusivas ao Dia Mundial das Cidades, assinalado ontem, Neusa Inglês disse que o Plano Director Geral Metropolitano da Província de Luanda vai ser lançado em livros e através da Internet.

O Plano Director Geral Metropolitano da Província de Luanda vai ser executado em 15 anos, divididos em quatro fases e com acções que visam dar resposta aos principais problemas dos municípios, tornar a capital do país numa cidade moderna e com qualidade de vida, garantindo o desenvolvimento sustentável da própria província.

O plano prevê um crescimento populacional de 6,5 para 12,9 milhões de habitantes. Para atender ao crescimento populacional e enquadrar de forma organizada o elevado número de habitantes, o plano foi fundado em três pilares fundamentais, que são: tornar Luanda mais habitável, bonita e internacional.

Luanda mais habitável refere-se à implementação de equipamentos e serviços essenciais, infra-estruturas como escolas, hospitais, parques e outros equipamentos comunitários, para que se possa ter cidadãos mais felizes, engajados no desenvolvimento da província e satisfazer as necessidades e expectativas do povo. Luanda bonita tem ver com a preservação do ambiente natural, o património cultural da província, bem como o seu carácter urbano e a sua identidade, e Luanda internacional vai tornar a cidade como um futuro pólo económico para a Africa-Austral.

No desenvolvimento do Plano, frisou, foi tido em conta as expectativas dos cidadãos e soluções integradas, tendo em atenção as políticas do Governo e as necessidades dos municípios.

Melhor uso das áreas

O Plano vai dar resposta aos problemas de mobilidade, implementação de uma rede de serviços sociais, saneamento, esgoto, energia telecomunicações, água e o tratamento do lixo. O Plano pretende igualmente dar resposta ao melhor uso dos solos, com áreas específicas para residências, indústrias, protecção do ambiente, desenvolvimento rural, requalificação urbana e melhor habitabilidade para as pessoas, principalmente nas zonas de risco, devido às inundações e deslizamentos de terras. O Plano prevê ainda o incentivo ao investimento, emprego e conta com o envolvimento do sector público e privado nacional ou estrangeiro e do próprio Estado.

A engenheira Neusa Inglês referiu que foi um trabalho realizado em 48 meses por uma equipa multisectorial, coordenada pela empresa URBINVEST. A equipa teve de realizar 400 reuniões de trabalho, vários encontros com entidades tradicionais, ministros, estudantes universitários, directores nacionais, comunidades urbanas e rurais e analisou 20mil documentos. O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, referiu que 62 por cento da população vive nos centros urbanos, e a área metropolitana de Luanda concentra um quarto dos 24 milhões de habitantes do território nacional.

Angola realiza um conjunto de instrumentos de governação, programas e acções de âmbito nacional, regional e internacional, visando o desenvolvimento das cidades. Angola prevê participar este ano na Feira Africities-2015, no final deste mês de Novembro, em Joanesburgo, África do Sul. O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, referiu que Angola vai continuar a promover a criação de centralidades e sub-centralidades urbanas, assegurando a curto e médio prazos o acesso à urbanidade e à cidade, e potenciar de forma sustentada um programa de regularização das ocupações de terrenos nos bairros periféricos.

As Nações Unidas estabeleceram 31 de Outubro como Dia Mundial das Cidades. O Dia promove de forma ampla o interesse da comunidade internacional pela urbanização global, estimula a cooperação entre países para que se encontrem oportunidades comuns e se faça frente aos desafios da urbanização, contribuindo para o desenvolvimento urbano sustentável em todo o mundo. Assim, disse o ministro, foi estabelecido o mês de Outubro como o mês urbano, "Outubro Urbano", que começa com a celebração do Dia Mundial do Habitat.

6.2 Defendida planificação urbana

Jornal de Angola

2 De Novembro de 2015

O vice-governador provincial para Serviços Técnicos e Infra-estruturas do Bengo defendeu sexta-feira, em Caxito, uma melhor planificação nas áreas urbanas, para o ideal de cidades 'sustentáveis e inclusivas.

José Armando Sebastião Campos Major, que falava no seminário promovido pelo Instituto de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (INOTU), sublinhou que a criação de cidades melhores exige uma conjugação de esforços por parte das entidades públicas, privadas e da sociedade em geral." As áreas urbanas são particularmente vulneráveis, incluindo os crescentes riscos associados às mudanças climáticas", referindo que os principais desafios que as cidades hoje enfrentam têm a ver com o desemprego, especialmente entre os jovens, as desigualdades sociais e económicas.

As cidades possuem espaços públicos que promovem coesão social, saúde, lazer e bem-estar, fomentam a cidadania e criatividade para o desenvolvimento económico.

6.3 Crescimento das cidades

Jornal de Angola

03 De Novembro de 2015

O processo de crescimento das cidades e urbanização dos espaços ganha velocidade e insta a todos, desde decisores públicos ao cidadão comum, a repensar o uso e exploração sustentável de terrenos. Trata-se de um fenómeno que sucede um pouco por todo o mundo e Angola não foge, a esta realidade que tende a impor-se como regra. Os desafios não se colocam tanto nos procedimentos para travar o fenómeno, mas nas políticas programas que garantam sustentabilidade e que assegurem a continuação, da vida em condições dignas.

Muitas cidades cresceram desordenadamente, acarretaram mais problemas que, por sua vez, adiaram as soluções. A busca de melhores oportunidades nas zonas urbanas continua a ser um facto, que está a merecer da parte das autoridades angolanas abordagens no sentido da preservação dos equilíbrios. Numerosos projectos ficam seriamente condicionado com a existência de povoamentos humanos compostos por construções anárquicas, bairros inacessíveis, apenas para citar estes. A

qualidade de vida das populações fica também afectada na medida em que o desordenamento urbano inviabiliza a implementação de projectos e equipamentos sociais. Ao longo de vários anos Angola ficou muito condicionada em matéria de formulação e implementação de uma política nacional de ordenamento do território e urbanismo. Os longos anos de guerra estorvaram completamente a possibilidade de um assentamento condigno e em conformidade com as regras básicas da ocupação dos espaços.

As cidades cresceram, mas cresceu sobretudo a periferia das sedes das cidades capitais das províncias do país, onde ocorreu uma espécie de "de suburbanização" com a predominância de construções anárquicas.

A chegada da paz e a estabilidade, que se consolidam todos os dias, permitiram à governação angolana reformular políticas habitacionais, aprovar a Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, em 2004, e embarcar numa campanha de urbanização planificada.

Numa altura em que assistimos a um crescimento das nossas cidades em que sobem os níveis de urbanização, Angola dá passos para que esse processo decorra de forma planificada, inclusiva e sustentada. O Executivo encara a melhoria das condições de habitabilidade das populações como prioridade, como revela o compromisso na geração de centralidades e subcentralidades urbanas, promovendo uma ocupação útil e legal de terrenos nos bairros periféricos.

Ao falar no encerramento das jornadas alusivas ao Dia Mundial das Cidades, assinalado no dia 31 de Outubro, o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Conceição Silva, disse que "a abordagem do desafio leva o Executivo a considerar, inevitavelmente, a noção do desenvolvimento urbano sustentável, determinando a necessidade de se definir estratégias conjugadas e harmonizar intervenções sectoriais e estruturantes".

Não temos muitas escolhas na medida em que, como provam as experiências mais recentes, trata-se da melhor forma para termos comunidades com boa qualidade de vida a todos os níveis. As zonas urbanas e urbanizadas são uma alternativa à anarquia urbanística e à regressão em termos de qualidade de vida das famílias. Hoje, as vantagens que resultam da vida em ambientes urbanos e urbanizados são completamente incomparáveis com o estado de coisas ainda predominante em muitas áreas.

O ministro do Urbanismo e Habitação disse que a "urbanização planificada maximiza a capacidade das cidades de gerar mais emprego, riqueza e promove a coesão social entre as diversidades classes, culturas, etnicidade e religiões". Precisamos todos de apoiar estas e outras iniciativas para que tenhamos cidades mais sustentáveis e com futuro assegurado em termos de continuidade. Numa economia de mercado como a que flore no país, não podemos dar-nos ao luxo de perpetuar o crescimento desregrado das cidades, sob pena do fornecimento de bens e serviços conhecer uma espiral incontrolável nos seus custos.

Não se pretende urbanizar a todo o custo, muito menos dar a ideia de que com o processo de urbanização se solucionam todos os problemas das comunidades. Pretende-se, acima de tudo, com a edificação de ambientes urbanos e urbanizados, assegurar sustentabilidade no uso dos espaços geográficos e abertura de diálogo permanente entre a administração pública, sector privado e a sociedade civil.

Com a participação dos seus parceiros, nomeadamente a UN Habitat, agência das Nações Unidas dedicada à promoção de cidades social e ambientalmente, o Executivo pretende seguir em frente na sua estratégia para dar dignidade às famílias. A habitação e um ambiente saudável constitui um passo sem o qual todos os outros desafios ficam condicionados. Os desafios não são poucos porque, ao ritmo de crescimento das cidades, há muito trabalho pela frente. Mas atendendo aos esforços do Executivo e os resultados que notamos um pouco por todo o país, temos razões mais do que suficientes para acreditar que o crescimento das cidades está a merecer o devido acompanhamento da parte do Executivo e dos órgãos auxiliares.

6.4 Cidades planificadas criam oportunidades

Jornal Economia e Finanças
6 De Novembro de 2016

O ministro do Urbanismo e Habitação, José da Conceição Silva, assegurou recentemente, em Luanda, que a urbanização planificada maximiza a capacidade das cidades de gerar mais emprego, riqueza e promove a coesão social entre as diversidades classes, culturas, etnicidade e religiões.

Ao falar no encerramento das jornadas alusivas ao Dia Mundial das Cidades, que se assinalou a 31 de Outubro, o governante adiantou que as cidades planificadas criam mais oportunidades e fomentam a

conexão e a interacção, bem como facilitam o uso sustentável dos recursos partilhados.

"A abordagem deste desafio leva-nos a considerar, inevitavelmente, a noção do desenvolvimento urbano sustentável, determinando a necessidade de se definir estratégias conjugadas e harmonizar intervenções sectoriais e estruturantes", disse.

Afirmou que no Dia Mundial das Cidades, o Ministério do Urbanismo e Habitação apela à reflexão de cada um e para a mobilização consciente para o resgate da dignidade humana.

Este desiderato, a alcançar a médio e longo prazo, no entender do ministro, requer antes à, e mais, o aprimoramento na elaboração sistemática de estudos de planeamento territorial e urbanístico, privilegiando a gestão participativa,

Disse que isso tem a ver com a abertura de espaços de diálogo permanente entre a administração pública, sector privado e a sociedade civil.

Neste sentido, de acordo com o governante, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ao criar o Comité Nacional de Habitat estabeleceu as condições jurídico-administrativas para que Angola possa envolver-se e responder ao apelo da ONU.

Reafirmou a vontade do Executivo angolano em continuar a promover a geração de centralidades e subcentralidades urbanas, assegurando a curto e médio prazos o acesso à urbanidade e a cidade, potenciar de forma sustentada um programa de regularização das ocupações de terrenos nos bairros periféricos.

Dia Mundial das Cidades

O Dia Mundial das Cidades foi instituído pelas Nações Unidas com objectivo de promover o interesse da comunidade internacional na urbanização em termos globais e encorajar a cooperação entre países na resolução de problemas e desafios colocados pela urbanização, com vista a um desenvolvimento urbano sustentável.

Em Angola a data foi marcada com a abertura do escritório da UN Habitat, agência das Nações Unidas dedicada à promoção de cidades social e ambientalmente sustentáveis, bem como apresentação do Plano Director Geral Metropolitana de Luanda (PDGML), projectada para albergar 12,9 milhões de habitantes até 2030.

Presenciaram o acto de apresentação, entre outras individualidades, os ministros do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição Silva, da

Administração do Território, Bornito de Sousa, o representante da ONU em Angola, Pier Paolo Balladelli e vice-governadora de Luanda para a Área Técnica e Infra-estruturas, Ludmila Pires de Carvalho.

UN Habitat

A cidade de Luanda conta agora com um escritório da UN Habitat, agência das Nações Unidas dedicada à promoção de cidades social e ambientalmente sustentáveis, aberto no quadro das comemorações do Dia Mundial das Cidades.

Na ocasião, o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Conceição Silva, destacou a abertura dos escritórios na implementação de acções ligadas ao sector de habitação no país.

"A abertura dos escritórios da UN Habitat representa muito mais do que a existência de um espaço de trabalho, porquanto corporiza, acima de tudo, a implementação de um programa de trabalho aprovado pelo Ministério do Urbanismo e Habitação", disse.

O objectivo principal de tal programa, segundo o governante, consistirá na prestação de assistência técnica qualificada pelo UN Habitat ao Ministério do Urbanismo e Habitação, com vista à formulação, de uma política nacional de ordenamento do território e urbanismo.

Indicou que os desafios actuais e futuros da urbanização, no quadro da "Nova agenda urbana", suscitam um processo de revisão legislativo em que só uma política nacional de ordenamento do território e urbanismo poderá promover, estabelecendo a necessária coordenação intersectorial que guiará o adequado desenvolvimento urbano e territorial nos próximos 20 e 30 anos.

Segundo o ministro, a elaboração desta política deverá ter em conta um conjunto de instrumento em vigor, nomeadamente o "Programa nacional do urbanismo e habitação", o "Relatório nacional para o habitat II", o "Relatório do estado do ordenamento do território", a "Lei de Terras", bem como o "Regulamento geral desedificações urbanas".

Para José Silva, apesar dos enormes desafios que se apresentam, Angola regista conquistas notáveis relativamente à organização espacial do território, com o surgimento de novas cidades e urbanizações, assim como projectos de requalificação urbana.

"A lei angolana é consistente com o articulado do pacto internacional de direitos económicos, sociais e culturais (PIDESC), de que Angola é parte,

assumindo dessa forma os seus compromissos com os princípios internacionais de direitos humanos", explicou.

Este pacto, de acordo com o governante, garante o direito à habitação, que no país é um direito constitucional, garantindo igualmente que, por força da expansão dos planos de desenvolvimento, as populações afectadas beneficiem de realojamento.

A conseguida eleição de Angola para preencher, a partir de Janeiro de 2016 por um período de quatro anos, um lugar no restrito grupo de membros do Conselho de Governação da UN Habitat, no entender do ministro, representa o reconhecimento dos Estados-membros da organização dos esforços do Executivo angolano nas questões da urbanização e dos assentamentos humanos, no enorme desafio para o estabelecimento das pontes e sinergias com outros países do continente, da região Austral e de expressão portuguesa em particular, na busca das melhores soluções que correspondam a agenda urbana africana.

6.5 Execução das rodovias para o BRT a 53%

Jornal Expansão

20 De Novembro de 2015

Texto: Francisco De Andrade

O sistema de Trânsito Rápido por Autocarro de Luanda, tecnicamente conhecido por BRT - do inglês Bus Rapid Transit, poderá estar operacional no segundo semestre de 2017. Neste momento, estão em curso as obras de construção das rodovias que irão suportar o sistema.

De acordo com a engenheira Laura Alfredo, coordenadora do projecto pelo Ministério da Construção, cerca de 47% de execução física da obra estão já cumpridos.

"Neste momento estamos a trabalhar no troço três. O um é o 11 de Novembro, o dois começa na Sapu e termina em Viana/Camama, depois temos o três, que vai dar à Estalagem. A plataforma até 'ao troço dois já está aberta, tendo já as expropriações feitas. O troço um está praticamente apenas à espera de receber o tapete", pontualizou. "Já temos feito toda a micro e a macrodrenagem", acrescentou.

Entretanto, segundo disse, a actual crise financeira e económica que o País atravessa, provocada pela queda do preço do petróleo no mercado internacional, está a afectar o ritmo de andamento das obras. Por este facto, Laura Alfredo mostrou-se céptica, quanto ao cumprimento dos prazos. As datas

apontavam para a conclusão dos trabalhos, que estão a ser desenvolvidos pela empreiteira Odebrecht, em finais de 2016.

Num seminário realizado, recentemente, sobre o sistema BRT, o ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, lembrou que ao longo das últimas décadas os países em desenvolvimento, de uma maneira geral, têm vindo a sentir os efeitos da acelerada expansão urbana, muito dependente do uso do automóvel, um padrão que, como disse, gerou uma ocupação dispersa, fragmentada e muitas vezes desordenada dos solos.

Acrescentou que, em paralelo, o transporte colectivo tem perdido também espaço no sistema viário, cada vez mais dedicado ao automóvel, os quais, na grande maioria, transportam um número reduzido de passageiros. "Os resultado dessa concentração são perversos, caracterizados por congestionamentos crónicos nas grandes cidades, desgaste excessivo do sistema viário, degradação de áreas urbanas, desperdício de tempo e de combustível, assim como num aumento da poluição ambiental", frisou.

De facto, uma das grandes consequências tem sido a redução acentuada da taxa de mobilidade, que compromete o exercício do papel social dos indivíduos, inibindo o crescimento das actividades socioeconómicas, contrapondo todos os esforços de melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento urbano.

Não há dúvidas de que o crescimento do número de auto-móveis nas cidades, em particular em Luanda, está a impactar negativamente na velocidade do transporte colectivo regular convencional, quando este disputa espaço no mesmo sistema viário e transfere passageiros para o transporte realizado por veículos menores, degradando o perfil de deslocamento dos indivíduos nas suas viagens.

De acordo com o ministro Augusto Tomás, foi para minimizar este tipo de situações que se projectou o sistema de transporte rápido para Luanda. Fez saber que o mesmo tem como propósito conceder prioridade àqueles cidadãos que dependem dos transportes públicos colectivos nos seus deslocamentos diários, conviver na maneira mais harmoniosa possível com o transporte motorizado individual, para deste modo procurar promover uma melhor mobilidade urbana e maior qualidade de vida das pessoas.

"Este desafio obriga-nos a repensar todo o sistema de deslocamentos da população, dando resposta à política defendida pelo Governo em relação à priorização do transporte colectivo, estruturado com

base nas directrizes do plano director-geral da região metropolitana de Luanda, focado numa futura rede integrada de transporte, que permita o aumento da mobilidade dos cidadãos, integrando os diversos modais, nomeadamente, o rodoviário, o ferroviário, o marítimo e os deslocamentos a pé", sublinhou o governante.

Fez saber que, com o sistema BRT, os veículos em Luanda irão numa via exclusiva para a sua circulação, com extensão total de 53 quilómetros, divididos em dois corredores com 24 estações. Adicionou que a frota inicial do sistema será composto por 240 autocarros, sendo 90 articulados, 50 biarticulados, 100 alimentadores convencionais, capazes de transportar em torno de 200 mil passageiros por dia ou 5 milhões mensalmente.

Explicou que o acesso ao sistema se dará através de modernas estações, que permitirão a operação de embarque e desembarque no mesmo nível dos autocarros, "de maneira rápida, eficiente e segura para os utentes".

Durante a fase de implementação do sistema BRT serão gerados, segundo Augusto Tomás, um mínimo de 4 mil empregos directos e, na fase de operação, à volta de 1.500 empregos permanentes.

"Estudaram-se experiências de outras cidades e países como, por exemplo, a rede integrada de transporte de Curitiba (Brasil), o transporte de Bogotá e Medellín (Colômbia), sistemas implementados de forma a considerar todos os conceitos que caracterizam o BRT", avançou.

Jorge Bengui, do Gabinete de Infra-estruturas e Serviços Técnicos do Governo da Província de Luanda, considera que a dimensão de Luanda hoje exige soluções em termos de mobilidade que vão ao encontro das reais necessidades da mobilidade e passam necessariamente por um sistema de transportes em massa multimodal.

"Por aquilo que nós sabemos o BRT é uma resposta para ir ao encontro dos reais problemas da mobilidade. Estamos com uma expectativa muito grande", disse.

O responsável solicitou, por isso, alguma manutenção em termos de prioridades ao sector dos transportes, sobretudo terrestres, para se continuar a ir em busca das respostas mais adequadas ao actual momento da circulação rodoviária e das necessidades de locomoção da população.

6.6 “O BRT não vem dar solução completa ao sistema de transportes”

Jornal Expansão

20 De Novembro de 2015

Texto: Francisco De Andrade

Em que consiste o projecto de Trânsito Rápido por Autocarro de Luanda, também conhecido como BRT?

O BRT é um sistema de transporte que funciona normalmente em zonas urbanas, em corredores específicos e exclusivos para este sistema de transporte, portanto ele pode albergar futuramente, se assim entendermos, um outro modo de transporte que poderá ser o metro ligeiro de superfície. Para o caso de Luanda, este sistema já está a ser pensado ao nível das infra-estruturas. Mas de momento a prioridade é mesmo para implementação do BRT.

Em que pé está esta implementação?

Neste momento estão a ser construídas infra-estruturas rodoviárias no troço, que vai da Estalagem até ao 11 de Novembro e vice-versa. Este troço é de cerca de 12,5 quilómetros, e estão a ser feitos todos os sistemas de drenagem e tudo aquilo que faz parte do próprio sistema de transporte. Dizer que essa parte da infra-estrutura corresponde ao ministro das Obras Públicas, portanto, o único que vos pode avançar mais detalhes.

No que tem que ver com o Ministério dos Transportes, o que pode detalhar?

Ao nível do Ministério dos Transportes podemos dizer que foram já feitos, há bem pouco tempo, os protótipos do sistema BRT e estamos a trabalhar no fabrico de outros equipamentos rodoviários. Estamos também a trabalhar no sistema de apoio, que consiste em todo o aparato tecnológico de bilhética e do centro de controlo operacional. Estes sistemas estão a ser desenvolvidos e adquiridos. A tecnologia é brasileira. Concretamente, está a ser desenvolvido o próprio software e outros elementos ligados ao sistema.

Em quanto está orçado o projecto?

Os equipamentos de apoio ao sistema de transporte colectivo BRT estão avaliados em mais de 96 milhões USD e comportam as estações de integração simples e duplas, hardwares e softwares para o funcionamento integral dos equipamentos do sistema de apoio de passageiro. Já para a aquisição dos autocarros serão investidos 108,8 milhões USD,

sendo que 90 serão articulados, 100 standard e 50 biarticulados.

Exactamente quando é que se deu início à Implementação do projecto, e para quando o término?

A implementação do projecto começou em véspera de Setembro de 2014, com toda a infra-estrutura rodoviária, e prevê-se que venha a estar concluído em 2017, entre os meses de Março e Julho.

Na prática, como irá funcionar o sistema?

Convém perceber que o BRT não vem dar a solução completa ao sistema de transporte público a nível de Luanda. É apenas um complemento dos outros sistemas, nomeadamente o ferroviário, marítimo, que tem já sido utilizado, e dos próprios alimentadores que são os táxis colectivos e personalizado, bem como das operadoras de transportes públicos de passageiros. Portanto, esse sistema vai funcionar na zona que acabei de referir entre a Estalagem e o 11 de Novembro, e os outros sistemas vão poder alimentar também o próprio sistema de BRT.

Quer ser mais explícito?

Por exemplo, há pessoas que poderão sair de determinado ponto de Viana até à Estalagem, onde poderão então pegar o BRT e descer nas imediações do Estádio 11 de Novembro. Outras vão poder pegar o comboio na estação do Bungo e descer na Estalagem. Isto para dizer que o sistema não irá funcionar de forma isolada.

Já se pensou como será feita esta articulação das diferentes componentes do sistema?

Naturalmente. Existe um plano director dos transportes e, aliás, a implementação desse sistema surge na sequência deste plano dos transportes a nível de Luanda. Por isso, já está desenvolvida. Dizer também que está em fase de aprovação o plano director metropolitano de Luanda, que virá dar também outras mais-valias ao melhor funcionamento do sistema.

Que ganhos o sistema BRT poderá agregar a Luanda? Este sistema, em termos sociais, vai garantir uma rápida mobilidade. O País está a atravessar um momento em que há necessidade de se reformular o sistema de transporte. As exigências são maiores. Embora nesta fase nós estejamos a atravessar um cenário económico menos bom, urge a necessidade de apresentarmos um sistema de transporte desenvolvido, e este sistema vai facilitar o transporte de pessoas em termos de rapidez, conforto e segurança. Quanto maior qualidade o transporte

público tiver, mais confiança as pessoas ganham. Isto irá trazer também maior produtividade nas empresas, o que é bom para a economia.

6.7 Toda a mentira do BRT em Angola

Jornal Manchete

20 De Novembro de 2015

Texto: Osvaldo dos Santos Van-Dúnen

O BRT (Bus Rapid Transit), ou Transporte Rápido por Autocarros, é um sistema de transporte colectivo de passageiros que proporciona mobilidade urbana rápida, confortável, segura e eficiente, por meio de infra-estrutura segregada com prioridade de ultrapassagem, operação rápida e frequente, excelência em marketing e serviço ao usuário, na República Federativa do Brasil.

O Jornal A REPÚBLICA foi investigar no terreno as obras do BRT, que servirão de modelo para as que estão sendo projectadas para Angola - Luanda, entre o Estádio 11 de Novembro e a Estalagem, estrada de Catete, em direcção ao Município de Viana.

A conclusão a que o Jornal A REPÚBLICA chegou, relativamente às referidas obras, é que as mesmas apresentam-se tendencialmente enganadoras, porque, pelo que pudemos constatar, do ponto de vista da objectividade, este sistema de transporte, tal como está a ser concebido, não vai ao encontro das necessidades das populações, principalmente do Zango e do Kilamba. Reparámos que um dos principais destinos destas populações é a Baixa da Cidade, onde se encontram concentrados todos os serviços, enquanto o destino do futuro BRT é levar as pessoas para o outro lado, ou seja, transportar as pessoas em direcção totalmente oposta ao destino mais concorrido das populações em causa, do Zango e Kilamba. De salientar que as populações do Zango que queiram deslocar-se à Viana, fazem-no geralmente sem passar pela estrada que dá acesso ao 11 de Novembro.

Embora se diga que esta representa apenas a primeira fase do projecto, ainda assim o BRT não deixa de ser, nesta dita primeira fase, subjectivo, parcial, arbitrário, com objectivos pouco concretos, irresolúveis e indirectos.

Este mesmo sistema de transporte que o Governo Angolano vai imitar e implementar, simplesmente percebe-se que é para fins eleitorais, com aproximadamente 20 quilómetros de estrada, num

valor de mais de 150 milhões de dólares. Estranho e triste é o projecto ter ao lado uma vala de drenagem a céu aberto em direcção à zona Urbana de Luanda. Ou seja, as águas pluviais sairão da Zona da Cidade do Kilamba, em direcção ao Camama, com uma largura de 12 metros paralelamente ao BRT, e, do outro lado, a via normal de veículos, situando-se no meio das duas faixas de rodagem.

Sendo assim, questiona-se: é normal ter uma vala de drenagem a céu aberto junto da propagandeada obra eleitoralista imitada a partir do Brasil, propriamente do município de Curitiba, Paraná?

Na nossa investigação, o BRT no Brasil não tem nenhuma vala de drenagem a céu aberto, porquê que o de Angola terá?

Será que os Angolanos não sabem imitar as coisas boas, sem errar?

Um verdadeiro sistema de BRT deve ter os seguintes elementos: Alinhamento no centro da via (para evitar atrasos típicos do lado do meio fio).

Estações com cobrança de tarifa fora do veículo (para reduzir o atraso do embarque e desembarque relacionado com o pagamento ao motorista)

Estações com o nível do piso do ônibus (para reduzir o atraso do embarque e desembarque causado por escadas).

Prioridade de ônibus nos cruzamentos (para evitar o atraso em intersecções rodoviárias).

O primeiro sistema de BRT foi a Rede Integrada de Transporte (RIT), no município de Curitiba, Paraná, Brasil, que entrou em operação em 1974. Este sistema inspirou muitos outros semelhantes em todo o Brasil e no mundo, como o TransMilenio, em Bogotá, Colômbia, inaugurado em 2000. Em Novembro de 2013, mais de 166 cidades tinham implementado sistemas BRT, respondendo por 4.336 quilómetros de corredores ônibus.

Junto ao BRT vieram projectos sociais inovadores, zonas de pedestres e espaços verdes, além disso, muitas outras cidades brasileiras seguiram o exemplo com sistemas básicos, como São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em Angola, teremos uma vala de drenagem a céu aberto, com cheiros nauseabundos e mosquitos, que certamente causarão doenças como malária, febre tifóide e outras.

6.8 Plano metropolitano aprovado

Jornal Economia e Finanças
27 De Novembro de 2015

O plano director geral metropolitano da província de Luanda foi aprovado na reunião desta quarta-feira (25), em Luanda, do Conselho de Ministro.

Na sua nona sessão ordinária, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o CM analisou ainda e deu parecer favorável a proposta de Lei das Acessibilidades.

Este diploma legal estabelece as normas gerais para a eliminação das barreiras urbanísticas, arquitectónicas, comunicacionais, inter-relacionais, bem como a facilitação do acesso às diversas instalações, serviços e meios de transporte, das pessoas com deficiência ou com mobilidade condicionada. Neste sentido, o CM recomendou o seu envio à Assembleia Nacional.

Plano metropolitano

De acordo com o comunicado final do encontro, o plano director geral metropolitano da província de Luanda é um instrumento de planeamento que integra o mapa de ordenamento, do crescimento e das transformações a realizar na capital do país. Pretende-se com este instrumento, de acordo com a nota saída da reunião do Conselho de Ministros, assegurar que futuros investimentos públicos e privados estejam em consonância com um objectivo comum.

O Plano vai ordenar as novas construções e os novos empreendimentos, de maneira a que estes tenham um efeito positivo na zona urbana e em toda a capital do país. Vai ainda determinar para cada município o uso dos terrenos disponíveis, das vias e equipamentos sociais, bem como as zonas verdes que devem ser protegidas e melhoradas.

Na implementação deste, além do Governo Central estarão engajados o Governo Provincial, as administrações municipais e instituições públicas privadas que, no âmbito de um padrão de desenvolvimento apropriado, elaborarão planos de acção com vista à criação de novas comunidades. Os mesmos visam, igualmente, a requalificação de áreas para novas urbanizações com escolas, serviços de saúde, infra-estruturas de água, energia eléctrica, telecomunicações, indústria e comércio, bem como transportes públicos e zonas verdes.

6.9 Construção em áreas de risco é sancionada

Jornal de Angola
30 De Novembro

O governo está a preparar legislação para responsabilizar os chefes de família que edificam habitações em zonas de risco, pondo em perigo a família e para se evitar situações menos boas que ocorrem sempre que chove, anunciou o governador de Luanda, Graciano Domingos.

Em entrevista à Angop, o governador reconheceu que não há fiscalização que seja suficiente para estar em todo lado e a toda hora para impedir as construções em zonas de risco. "Acho que uma das grandes apostas que devemos fazer é na educação e consciencialização das pessoas; não podemos agir como se fôssemos irracionais".

Para Graciano Domingos, existe uma anormalidade mental, "porque é inconcebível que um chefe de família, sabendo do risco que corre, erga a casa em área de risco, pondo em perigo toda a sua família".

"Tem de haver aqui a intervenção dos assistentes sociais e até mesmo de psicólogos", frisou, tendo anunciado a actualização anual do Plano Provincial de Contingência e o reforço na educação das populações no sentido de não construírem em áreas de risco.

Graciano Domingos disse que o Governo Provincial de Luanda tem um plano provincial de contingência, que é actualizado todos os anos.

"Nós actuamos em cadeia. Há responsabilidades municipais, provinciais e responsabilidades do nível central. Por exemplo, sempre que ocorrem chuvas, o primeiro a actuar é o município e se este se sentir incapacitado acciona a província e este, por sua vez, recorre ao Ministério do Interior", explicou.

Segundo o governador, no que diz respeito à prevenção de desastres, tem de se continuar a insistir na educação das populações no sentido de não construírem em áreas de risco.

Plano Director de Luanda

O Plano Director Geral de Luanda, que aborda de modo integrado o desenvolvimento da província, possui soluções técnicas para a situação dos

transportes na capital do país, disse o governador provincial, Graciano Domingos.

O governador adiantou que naturalmente que os recursos escasseiam para a sua implementação.

"Mas neste momento já existem obras a decorrer, como a questão do metro de superfície, a ligação ao novo aeroporto, a construção da via rápida para autocarros. Mas achamos que, para se melhorar a mobilidade em Luanda é necessário que se distribua a actividade económica por todo o território da província", esclareceu o governante. Segundo Graciano Domingos, neste momento, notam-se movimentos pendulares, onde de manhã todos saem da periferia para o centro e a tarde o inverso. A periferia pratica' mente desempenha a função de dormitório, o que faz com que todos tenham que se deslocar para o centro da cidade para resolvermos mais variados problemas.

O responsável adiantou que se existirem os serviços espalhado por toda província de Luanda não haverá necessidade de alguém que vive em Viana ter de vir ao centro para levantar dinheiro, pagar uma multa, procurar emprego ou trata: um bilhete de identidade.

"Logo, é necessário que haja investimento na periferia, pulverizemos o desenvolvimento pelo território e evitemos ao mínimo possível os movimentos pendulares que actualmente notamos na nossa vida quotidiana", referiu. Quanto à conclusão das vias de Estádio 11 de Novembro/Estalagem e Benfica/11 de Novembro, o governador acredita que os "timings" serão cumpridos. No entanto, como a obra está a ser dirigida, da pelo Ministério da Construção ela é a melhor propriedade para fazer referência a isto.

Falando sobre o número de acidentes e suas consequências, Graciano Domingos adiantou que existem em Luanda 6,5 milhões de habitantes num espaço bastante exíguo, é natural que quando acontece um acidente existam graves consequências, mas deve-se continuar a investir na prevenção rodoviária e na coo locação de mais agentes de fiscalização na via e evitar que pessoas alcoolizadas, desencartadas conduzem.

6.10 Crescimento das cidades

Jornal de Angola

03 De Novembro de 2015

o processo de crescimento das cidades e urbanização dos espaços ganha velocidade e insta a todos, desde decisores públicos ao cidadão comum, a repensar o uso e exploração sustentável de terrenos. Trata-se de

um fenómeno que sucede um pouco por todo o mundo e Angola não foge a esta realidade que tende a impor-se como regra. Os desafios não se colocam tanto nos procedimentos para travar o fenómeno, mas nas políticas e programas que garantam sustentabilidade e que assegurem a continuação da vida em condições dignas.

Muitas cidades cresceram desordenadamente, acarretaram mais problemas que, por sua vez, adiaram as soluções. A busca de melhores oportunidades nas zonas urbanas continua a ser um facto, que está a merecer da parte das autoridades angolanas abordagens DO sentido da preservação dos equilíbrios. Numerosos projectos ficam seriamente condicionados com a existência de povoamentos humanos compostos por construções anárquicas, bairros inacessíveis, apenas para citar estes. A qualidade de vida das populações fica também afectada na medida em que o desordenamento urbano inviabiliza a implementação de projectos e equipamentos sociais. Ao longo de vários anos Angola ficou muito condicionada em matéria de formulação e implementação de uma política nacional de ordenamento do território e urbanismo. Os longos anos de guerra estorvaram completamente a possibilidade de um assentamento condigno e em conformidade com as regras básicas da ocupação dos espaços.

As cidades cresceram, mas cresceu sobretudo a periferia das sedes das cidades capitais das províncias do país, onde ocorreu uma espécie de "desurbanização" com a predominância de construções anárquicas.

A chegada da paz e a estabilidade, que se consolidam todos os dias, permitiram à governação angolana reformular políticas habitacionais, aprovar a Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, em 2004, e embarcar numa campanha de urbanização planificada.

Numa altura em que assistimos a um crescimento das nossas cidades, em que sobem os níveis de urbanização, Angola dá passos para que esse processo decorra de forma planificada, inclusiva e sustentada. O Executivo encara a melhoria das condições de habitabilidade das populações como prioridade, como revela o compromisso na geração de centralidades e subcentralidades urbanas, promovendo uma ocupação útil e legal de terrenos nos bairros periféricos.

Ao falar no encerramento das jornadas alusivas ao Dia Mundial das Cidades, assinalado no dia 31 de Outubro, o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Conceição Silva, disse que "a abordagem do

desafio leva o Executivo a considerar, inevitavelmente, a noção do desenvolvimento urbano sustentável, determinando a necessidade de se definir estratégias conjugadas e harmonizar intervenções sectoriais e estruturantes".

Não temos muitas escolhas na medida em que, como provam a experiências mais recentes, trata-se da melhor forma para termos comunidades com boa qualidade de vida a todos os níveis. As zonas urbanas e urbanizadas são uma alternativa à anarquia urbanística e à regressão em termos de qualidade de vida das famílias. Hoje, as vantagens que resultam da vida em ambientes urbanos e urbanizados são completamente incomparáveis com o estado de coisas ainda predominante em muitas áreas.

O ministro do Urbanismo e Habitação disse que a "urbanização planificada maximiza a capacidade das cidades de gerar mais emprego, riqueza e promove a coesão social entre as diversidades classes, culturas, etnicidade e religiões". Precisamos todos de apoiar estas e outras iniciativas para que tenhamos cidades mais sustentáveis e com futuro assegurado em termos de continuidade. Numa economia de mercado como a que floresce no país, não podemos dar-nos ao luxo de perpetuar o crescimento desregrado das cidades, sob pena do fornecimento de bens e serviços conhecer uma espiral incontrolável nos seus custos.

Não se pretende urbanizar a todo o custo, muito menos dar a ideia de que com o processo de urbanização se solucionam todos os problemas das comunidades. Pretende-se, acima de tudo, com a edificação de ambientes urbanos e urbanizados, assegurar sustentabilidade no uso dos espaços geográficos e abertura de diálogo permanente entre a administração pública, sector privado e a sociedade civil.

Com a participação dos seus parceiros, nomeadamente a UN Habitat, agência das Nações Unidas dedicada à promoção de cidades social e ambientalmente, o Executivo pretende seguir em frente na sua estratégia para dar dignidade às famílias. A habitação e um ambiente saudável constitui um passo sem o qual todos os outros desafios ficam condicionados. Os desafios não são poucos porque, ao ritmo de crescimento das cidades, há muito trabalho pela frente. Mas atendendo aos esforços do Executivo e os resultados que notamos um pouco por todo o país, temos razões mais do que suficientes para acreditar que o crescimento das cidades está a merecer o devido acompanhamento da parte do Executivo e dos órgãos auxiliares.

6.11 Jovens recebem casas sociais

Jornal de Angola

3 De Novembro de 2015

Texto: Estanislau Costa

O Governo Provincial da Huíla entregou no final de semana aos jovens que asseguram o funcionamento dos serviços públicos e privados da vila da Chibia 40 casas do tipo T 3.

O governador provincial João Typinge, que falava durante o acto que marcou o 88º aniversário da Vila da Chibia, disse que os primeiros beneficiários já não têm razões para lamentar a falta de casas ou regressar à cidade do Lubango depois do cumprimento da actividade laboral.

"Acabam as preocupações com a falta de moradias para acomodar as família e a prioridade neste momento deve estar centrada na melhoria cada vez mais da prestação de serviço público, tornar eficiente e com qualidade a solução das situações apresentadas pelos cidadãos".

Apesar da crise provocada pela queda do preço do petróleo, disse João Typinge, o Governo continua a materializar projectos que visam solucionar os problemas das populações, construindo várias infra-estruturas de impacto socioeconómico nas zonas urbanas e rurais.

O Programa de Fomento Habitacional implementado pelo Executivo contempla para cada um dos 14 municípios da província da Huíla 200 casas do tipo T2 e T3, das quais 40 já estão prontas para serem habitadas, esclareceu João Typinge.

As moradias e outros imóveis entregues na Chibia, disse João Typinge, representam um dos ganhos dos 40 anos de independência e devem motivar os beneficiários a cuidar do património colocado à disposição.

A administradora municipal da Chibia, Otília Noloti Vianney, explicou que as casas custaram 200 milhões de kwanzas e representam uma mais-valia, por ser uma das vias para cativar mais quadros, materializar o crescimento da região e mudar a imagem da vila.

Otília Noloti Vianney destacou os avanços da circunscrição nos últimos 40 anos, reafirmando que no 58º aniversário da elevação da Chibia à categoria de vila, assinalado do passado dia 31, novas escolas, hospitais, estradas primárias de secundárias, bem com

sistemas de energia e água estão à disposição dos habitantes.

Satisfação dos jovens

Os jovens contemplados com as moradias, satisfeitos com o gesto, encorajaram o Governo a prosseguir o programa que visa a melhoria e aumento da oferta de serviços sociais básicos à população. José Capole, com esposa e três filhos, disse ser um homem feliz por juntar-se finalmente à família. "Ficava uma semana sem vê-los, porque as despesas de transporte eram onerosas. Tinha de fazer muitas poupanças para garantir o sustento dos filhos".

A jovem Iracelma Basto considera ser necessário atingir as 200 casas previstas para cada município, porque a criação de condições de acomodação "é fundamental" para atrair mais quadros para o interior.

"A questão das assimetrias pode ser rapidamente ultrapassada, quando houver condições básicas em cada localidade do nosso país", disse Iracelma Bastos, para reconhecer as acções já efectuadas até ao momento, que permitiram dar mais vida aos municípios.

O município da Chibia é o terceiro mais populoso da Huíla com 181.431 habitantes, a seguir ao Lubango e à Matala.

6.12 CFM distribui residências

Jornal Economia e Finanças

6 De Novembro de 2015

Texto: Domingos Mucuta

Os Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes (CFM) estão apostados na construção de várias infra-estruturas sociais, com realce para casas destinadas aos seus trabalhadores e escolas para atender as comunidades localizadas ao longo da linha férrea, no troço Namibe/ Lubango//Menongue.

A materialização destes projectos começou, recentemente, com a inauguração pelo ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, de complexos habitacionais para os trabalhadores dos CFM.

O maior condomínio habitacional com 10.3 apartamentos foi erguido na zona da Mukanka e "S outras residências construídas em edifícios de dois pisos e rés-do-chão, cada um com oito apartamentos, estão localizadas ao longo da via-férrea.

A direcção da empresa ferroviária informou que as residências construídas ao longo das estações ferroviárias do troço Namibe/Lubango/Menongue

constam do programa de reabilitação e modernização dos CFM e vão acolher funcionários.

Augusto Tomás referiu que o programa de incorporar os serviços sociais é nacional e uma orientação do Executivo angolano, no sentido de a empresa participar no programa através da aliança entre os sectores público e privado.

A estratégia de melhoria dos serviços abarca todas as empresas do sector e pode ser materializada em função da situação financeira e da magnitude dos projectos de cada conselho de administração.

Mais responsabilidade

Os alunos do bairro Joaquim Kapango têm uma nova escola primária e secundária do 1º ciclo, nº 1.359, com 16 salas de aula construídas de raiz com o financiamento dos Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes.

Construída no quadro da responsabilidade social do CFM, a escola inaugurada pelo ministro dos Transportes, Augusto Tomás, e pelo governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, vai acolher 1.800 alunos da iniciação à 9ª classe.

Os alunos de escola agradeceram, em mensagem colectiva, os esforços do Executivo angolano na construção de empreendimentos sociais, para concretização do sonho de estudar em salas de aula confortáveis.

A comunidade precisava destas escolas para crianças deste nível de ensino. A sua construção é prova inequívoca da vontade do Governo e de parceiros sociais na melhoria das condições sociais da população.

Os alunos e encarregados de educação prometeram cuidar e contribuir para a manutenção da escola oferecida pelos Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes.

O ministro dos Transportes, Augusto Tomás, disse que a nova escola "não resolve os problemas de escassez de salas de aula na totalidade, mas é um passo gigante no âmbito da solução dos problemas sociais".

Augusto Tomás disse aos moradores do bairro Joaquim Capango que a escola é resultado da estratégia do Executivo angolano, no sentido de as empresas repartirem os ganhos com os trabalhadores e com as comunidades.

A linha de responsabilidade social do CFM continua com a construção de mais escolas e mais de 80.0. residências ao longo das linhas férreas, sobretudo nas estações.

Satisfação

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyippinge, disse que a entrega da escola ao sector da educação na província acontece "num bom momento", em que o país comemora os 40 anos de independência e porque é necessária para preparação do futuro da nação.

A maior preocupação do Governo no sector da educação está virada para a qualidade de ensino.

Por esta razão, Marcelino Tyippinge exortou à direcção da escola para a organizar e controlar os processos de ensino e os professores, preparando as crianças para os níveis subsequentes.

6.13 Escritório que respondem por Luanda

Jornal Economia e Finanças

6 De Novembro de 2015

Texto: António Eugénio

O mercado de escritórios de Luanda deverá atingir o patamar de um milhão de metros quadrados em 2016, devido aos avultados investimentos que têm sido feitos neste segmento, nos últimos 13 anos.

Segundo um relatório de mercado imobiliário "Angola 2015", denominado "Zreport-Angola Property Market", realizado pela empresa Zenki Real Estate, a que o JE teve acesso, revela que a zona Baixa da cidade de Luanda vai ganhar um stock de 1.488.500 metros quadrados (m²) de escritórios, repartidos entre 248 mil m² na zona de Talatona e 2.24°.5°m² também em Luanda, onde se incluem 660 mil m² que resultam de um levantamento físico realizado em 2009.

Já os valores apurados pela empresa Abacus no relatório realizado em parceria com a JLL são bastante superiores, cifrando-se nos 1.553.000 m², contabilizando a entrada de 41 mil de novos escritórios concluídos no centro de Luanda e de 23.5°0 m² concluídos em Talatona.

Contrariamente ao que se verifica no final do ano passado a taxa média de disponibilidade (desocupação) no mercado de escritórios de Luanda situa-se em torno dos 8,15 por cento no final de 2014, havendo zonas como Talatona, onde este

indicador terá atingido os 23.74 por cento, de acordo com Abacus.

Em termos globais arrendar um escritório em Luanda terá ficado mais barato no ano passado, com uma descida média de 12,4 por cento nos valores a pagar o que se ficou a dever sobretudo a um aumento da oferta disponível.

Dando conta de um de um abrandamento mais ou menos generalizado nos das rendas em 2014, com excepção a zona da Praia do Bispo, a Zeneki explica esta situação com uma absorção mais lenta do produto imobiliário e um desfase sazonal entre a procura e a oferta de escritórios.

Segundo estes especialistas, na viragem do ano os preços para a venda de escritório rondariam os 12 mil dólares" na zona baixa a mais procurada, ao passo no caso do arrendamento os valores "prime" rondariam os 160 m² USD/mês.

Apesar deste ajustamento nos valores de mercado, Luanda continua a ser uma das cidades a nível mundial para se instalar escritórios.

Luanda do futuro

No próximo mês será lançado oficialmente, pelo Governo da Província de Luanda, o Plano Geral Metropolitano de Luanda, que terá uma execução de 15 anos, divididos em quatro fases e com acções que visam tornar a capita 1 do país uma cidade moderna, com desenvolvimento sustentável e boa qualidade de vida.

Dada a previsão do crescimento populacional, passando de habitantes de 6,5 para 12,9 milhões até 2030, o plano aponta a construção de 1,4 milhões de casas, além de 13 novos hospitais, 160 centros de saúde e de 1.500 escolas.

Para atender a demanda o plano foi definido em três pilares que consistem tornar Luanda mais habitável, bonita e internacional.

Com a implementação de equipamentos e serviços essenciais, infra-estruturais como escolas, parques, assim como a preservação do ambiente e o património cultural, bem como o carácter urbano e a sua identidade e torná-la numa cidade pólo económica para a África austral.

Melhorar a mobilidade, implementação de uma rede de serviços sociais, saneamento, esgotos, energia, telecomunicações, água e o tratamento do lixo.

O plano preconiza ainda o melhor uso e racional dos solos com áreas específicas para residências,

indústrias, protecção do ambiente, desenvolvimento rural, requalificação urbana e melhor habitabilidade para as pessoas, principalmente nas zonas de risco, devido as inundações e deslizamentos de terra.

O plano director prevê ainda o incentivo ao investimento, emprego e conta com o envolvimento do sector público/privado nacional ou estrangeiro.

Melhorar a mobilidade, implementação de uma rede de serviços sociais, saneamento, esgotos, energia, telecomunicações, água e o tratamento do lixo.

Face às dificuldades de mobilidade que se regista diariamente na capital, com longas filas de trânsito e reduzidas ofertas de transportes públicos como alternativa, este plano, de acordo com a responsável, prevê obras em 446 quilómetros de estradas primárias e 676 quilómetros de vias secundárias, um sistema de comboio suburbano com 210 quilómetros e 142 quilómetros de corredor para trânsito exclusiva, de transportes públicos.

A necessidade de fornecimento de electricidade é outra prioridade do plano de desenvolvimento para Luanda, que define a urgência de garantir uma potência de 5.600 MegaWatts (MW), contra os actuais disponíveis 1.7^o MW.

Esse acréscimo será garantido através de novas centrais hidroeléctricas e térmicas em construção e ainda com quatro linhas e 15 novas subestações de transporte.

6.14 O drama de quem vende à céu aberta

Jornal Economia e Finanças

6 De Novembro de 2015

Texto: António Eugénio

Em Angola, aos poucos, o cidadão está a concretizar o sonho da casa própria.

Há várias formas de atingir o objectivo. Construir ou aderir aos projectos habitacionais em execução pelo Governo.

Entre todas às opções construir contínua nos dias que correm "uma travessia no deserto". O preço do material de construção custa caro e regista uma subida que varia de 10 a 50 por cento.

Para medir à pulsação, o JE fez uma ronda por vários mercados e lojas de Luanda onde se comercializa material de construção. O périplo começou no mercado 11 de Novembro a céu aberto, localizado no bairro Sapu, município de Belas, em Luanda.

São 9H30, terça-feira (3), timidamente os comerciantes orientam os jovens na arrumação do material. Os corredores do mercado estão vazios, contrariamente ao passado onde o frenesim e engarrafamento coabitava com todos no mercado. A cada minuto o cepticismo toma conta dos vendedores.

Salta à vista uma senhora sentada com uma criança ao colo, e com a mão na "bochecha", Chama-se Judith Patrício. A expressão retrata o desespero do momento.

"Está mal já não há clientes, até agora não vendi nada, ontem só consegui mil kwanzas, não sei como será hoje, as crianças estão à espera de mim para comer", desabafa.

Vendedora de louça sanitária, onde uma caixa de mosaico que anteriormente custava 1.800 kwanzas vale hoje 2.500 kwanzas, a sanita custa 5 mil contra os 3 mil anteriores. A mais cara custa acima de 30 mil kwanzas. Com os preços em alta, e sem clientela, conta que está difícil aguentar a casa, onde mais 3 pessoas esperam dela o sustento.

Odeth Pinheiro é comerciante de materiais de construção civil há mais de oito anos. Lamenta os dias de hoje, recordando o passado, em que o negócio era muito mais rentável. "Já cheguei a vender duas toneladas de louça sanitária por dia", recordou. A factura diária chegava aos ~ mil dólares.

"Há vezes que vendo 1.500 kwanzas e retiro dali 500 para táxi e outra parte para pagar espaço do mercado", sublinha, angustiada.

Sentada com um grupo de comerciantes conta que a bonança faz parte do passado.

Um lavatório está a vender a 5 mil kwanzas contra os 3 mil anteriores, um bidé está cotado ao mesmo preço, um autoclismo de 4 unidades passou de 10.500 a 12.500 kwanzas.

Inês Joaquim Keta, vende ferro de proporção 40/80 um metro, que custa 700 kwanzas contra os 400 anteriores, tubo galvanizado 8 mil, contra os 5 mil dobradiça custa 400 contra os 200.

Uma chapa de zinco de seis metros está a ser comercializada a 3 mil contra os 1.300, já a lusalite de 3 metros custa 1.600 contra os 800 anteriores.

Segundo disse, houve uma fase que durante uma semana não conseguiu vender nada "tive que desistir da kixiquila e dever um dinheiro para me manter no negócio parecia que o céu tinha caído sobre mim",

depois de sublinhar que "está difícil o sustento dos pequenos em casa".

Baixa procura

O cenário se difere apenas dado que os dois mercados têm cobertura. De resto a história se repete. Os preços, o ritmo é o mesmo há também pouca venda por causa dos preços altos, nos mercados do Kifika e Madeira.

O "frenesim" já faz parte do passado. Algumas lojas mudaram o foco de negócio, outras fecharam porque na sua maioria eram arrendadas. O tempo é de contenção, diz um comerciante de origem indiana.

Nos três mercados, notamos que o preço do cimento subiu para 950 kwanzas, contudo, o bloco mantém a 60 e 70 kwanzas a tipologia define o preço.

Há fábricas que correm o risco de fechar porque estão há quase duas semanas sem clientes, o que condicionará o pagamento do ordenado dos trabalhadores.

Já em algumas lojas, a louça sanitária o interessado pagava acima de 250 mil ou mais por um jogo, tudo dependia da qualidade.

Isaac Ngonga trabalha na feitura de portas usando matéria-prima nacional, ao lado do seu irmão Germano Ngonga e Ernesto Correia, mestre há muitos anos.

Apuramos que cada porta de um metro e 80 centímetros custava 23 mil kwanzas, enquanto, a porta de alumínio na loja ao lado a 40 mil.

Um atado de ferro que custava 85 mil custam 115 mil, um andaime esteve orçado antigamente a 8 mil agora custa 15 mil.

Venda de Inertes

No segmento de venda de inertes, os comerciantes estão atentos aos "movimentos" dos eventuais clientes. Se antigamente era visível a presença de mais de 20 camiões estacionados e carregados de inertes, actualmente, o cenário é bem diferente. Naquele dia (terça-feira), apenas sete camiões estavam ali estacionados.

Anibal Pataca vende brita com um camião de 9 mil cúbicos, que custa 50 mil kwanzas, contra os 25 mil anteriores, uma subida na ordem de 100 por cento.

Antigamente, carregava este material, na localidade do Tombo, mas agora, existem britadeiras próximas, cujo custo é altíssimo" adquirindo a 22 mil.

José André Panzo, vende brita preta, juntamente com os seus colegas. Nove metros cúbicos custam 45 mil kwanzas contra os 22 mil anteriores.

Os interlocutores são unânimes em afirmar que a clientela baixou muito se comparado com a comercialização no período anterior a subida do dólar.

No outro lado, da estrada do bairro Sapu, um grupo de senhoras faz a venda de areia, pedras, a retalho onde o cliente pode comprar uma quantia de 25 kg ao preço de 300 kwanzas.

6.15 Cidadãos realizam o sonho da casa própria

Jornal Economia e Finanças

13 De Novembro de 2015

Texto: Adérito Veloso

Após a Independência Nacional, o sector imobiliário angolano sofreu uma estagnação, tendo começado a dar sinais de recuperação a partir de 2002, altura em que se alcançou a paz definitiva.

Fruto disso, Angola assistiu, ao longo dos últimos anos, a um desenvolvimento assinalável, com a construção de milhares de habitações, tendo o envolvimento de agentes públicos e privados, medida que visou responder à elevada procura e facilitou a realização do "sonho da casa própria".

Destaca-se a criação do novo fundo de activos para o desenvolvimento habitacional, que tem como parta do fundo impulsionar o sector, bem como criar um modelo de gestão mais eficiente e sustentável para o Estado em termos económicos e financeiros.

Grandes iniciativas

O projecto habitacional "Nova Vida", localizada em Luanda, teve inicio em 2003 e foi a "primeira" iniciativa do Executivo angolano concebida para minimizar o problema habitacional, principalmente na cidade de Luanda, com a construção de vivendas (T3 e T4) e apartamentos.

Devido a alguns constrangimentos, em 2009, o Governo angolano lançou a segunda fase do projecto "Nova Vida", tendo sido decidido o aumento do número de habitações de 1.862 para 2.562.

Programa habitacional

Em 2005, foi criada, pelo Executivo angolano, a política de fomento habitacional, destinada sobretudo aos funcionários públicos, antigos combatentes e

veteranos da pátria que, entre outros objectivos, ambicionava a qualidade de vida da classe média.

Além das centralidades, o realce recaiu também para a auto-construção dirigida, bem como a construção de 200 fogos por município. Durante 10 anos (2º5/2015), o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação conseguiu, em parte, colmatar o défice no sector, já que também tinha a intervenção directa de investidores privados.

Em Luanda, as centralidades do Kilamba, Cacucaco, Zango e Kapari começaram em 2012 a receber os primeiros "inquilinos", tornando o "sonho" em realidade, de muitos jovens da casa própria.

Por exemplo, no Kilamba, na primeira fase, foram construídos mais de 20.000 apartamentos, numa altura em que o projecto global foi concebido para se desenvolver em três fases, numa área de 54 quilómetros quadrados. Entre outras infra-estruturas, a primeira fase contempla lojas, creches, escolas, esquadra policial, centro de formação profissional e hospital. O plano director da cidade do Kilamba prevê a construção de cerca de 9º.000 fogos, em três fases, sendo que deverão beneficiar cerca de 108.000 pessoas.

Dados do Ministério do Urbanismo e Habitação indicam que foram construídos 44.926 fogos nas centralidades sob responsabilidade da Imogestim (que substituiu no processo de gestão e venda das habitações do Estado a Sonip) até 2015 e 16.466 nos projectos sob gestão da Kora-Angola. No quadro do projecto de 200 fogos/município, foram construídas e concluídas 10.514 casas e 161.495 hectares de reservas fundiárias.

O Executivo prevê até 2017 construir 213.000 casas distribuídas em 14 centralidades, em todo o país.

Neste período, foram elaboradas 79 estudos e projectos relativos às reservas fundiárias ao longo das 18 províncias, com uma média de execução de 79,9 por cento.

Cerca de 68 por cento do programa governamental estão assentes na auto-construção dirigida, que pressupõe que os cidadãos adquiram lotes já infra-estruturados pelo estado.

Já foi lançado o programa de urbanização de reservas fundiárias nas localidades de Saurimo (Lunda Sul), Uíge Negage e Menongue. Dados indicam que, em 2013, Angola tinha um défice 1,7 milhões de casas.

Parceria "

A empresa Kora-Angola, uma das maiores construtoras e promotoras imobiliárias no país estabeleceu uma parceria com o Governo, no quadro do projecto "Meu Sonho, Minha Casa", onde prevê comercializar 40.000 casas distribuídas em diversas centralidades nas províncias, sendo no Bié um total de 7.000, Huambo (12.000), Moxico (3.000), Cuanza Sul (5.000), Uíge (7.000) e Luanda (6.000). Segundo dados, do total das casas que a imobiliária está a construir, 15"000 já estão concluídas.

No início deste ano, a então Agência Nacional de Investimento Privado formalizou um contrato de investimento que prevê a construção de um dos maiores projectos imobiliários em Angola, que contempla a construção de 60.000 habitações sociais em 10 províncias, ao longo dos próximos 15 anos, nas províncias de Luanda, Bengo, Zaire, Malanje, Cuanza Sul, Lunda Sul, Moxico, Huambo, Huíla e Benguela, num investimento avaliado em 673,1 mil milhões de kuanzas (5 mil milhões de dólares), numa parceria de investidores de Angola, Estados Unidos da América, Canadá e Itália.

6.16 IPU reforça base tributária

Novo Jornal

13 De Novembro de 2015

O SISTEMA FISCAL angolano caracteriza-se pela sua base cedular e, no que concerne à tributação sobre o património, destaca-se a tributação sobre o rendimento proveniente de situações estáticas do património.

No domínio destas situações do património e que são gerados rendimentos, recai o Imposto Predial Urbano (IPU).

O imposto predial urbano é um imposto que recai sobre os rendimentos prediais. Este imposto é resultado da reforma fiscal de 1967-70 do século passado, tendo sofrido à posterior algumas alterações consideráveis, sendo a mais recente pela Lei nºs 18/11, de 21 de Abril, no âmbito da reforma tributária.

Este imposto, tem como base de incidência objectiva, os rendimentos dos prédios urbanos situados em Angola, quando estejam arrendados ou sobre a sua detenção quando não o estejam.

Importa referir que os prédios que estejam arrendados, o imposto incide sobre o valor da renda, expressa em moeda corrente e, quando os prédios não estejam arrendados, o imposto incide sobre o valor patrimonial.

Por conseguinte, a incidência subjectiva no caso dos prédios arrendados, o imposto é devido pelos titulares do direito aos rendimentos dos prédios, presumindo-se enquanto tal, as pessoas em nome de quem esses rendimentos se encontram inscritos na matriz.

Constituem sujeitos passivos deste imposto, de acordo com o artigo 4º, os proprietários, usufrutuários ou beneficiários do direito de superfície relativos ao prédio no caso de prédios não arrendados.

Estão isentos deste imposto, o Estado, Institutos Públicos e Associações que gozem de estatuto de utilidade pública, Estados estrangeiros, quando aos imóveis destinados às respectivas representações diplomáticas ou consulares, quando haja reciprocidade e, também, as instituições religiosas legalizadas quanto aos imóveis destinados exclusivamente ao culto.

O quid do imposto predial urbano segue um regime diferenciado, consoante se trate de prédios arrendados ou não arrendados.

Segundo os dados públicos apresentados pelos representantes da Administração Geral Tributária AGT, regista-se um crescimento considerado do valor do IPU desde o ano de 2010, sem olvidar, que existe uma margem de progressão em comparação com a média africana, que é de 1,8 por cento.

A taxa do IPU para prédios arrendados é de 25% e este imposto, após a aplicação desta taxa, nunca pode ser inferior a 1% do valor patrimonial do imóvel. Relativamente a prédios não arrendados, é determinada de acordo com factores de ponderação, tendo em conta o valor patrimonial.

Todavia, em respeito das garantias dos contribuintes previstas a nível constitucional e legal, o diploma prevê a reclamação e o recurso, em caso de violação das mesmas.

6.17 “O IPU é uma fonte de receitas para o Estado”

Novo Jornal

13 De Novembro de 2015

Quem deve pagar o Imposto Predial Urbano (IPU)?

O imposto predial urbano deve ser pago pelos cidadãos nacionais e estrangeiros que detêm imóveis. Este imposto subdivide-se em duas vertentes: O IPU sobre a propriedade e o IPU sobre a renda. O IPU sobre propriedade é o que é pago pelas pessoas que têm um imóvel e este imóvel é utilizado para efeitos de habitação. No entanto, este pagamento só é obrigatório para os imóveis avaliados ao equivalente a mais de 50 mil dólares. Os imóveis abaixo deste preço são considerados de habitação social e não pagam IPU. Para os pagamentos aplica-se uma taxa de 0,5 por cento sobre o valor acima dos 50 mil dólares, ou seja, sobre a diferença. E o valor que se encontrar é que será pago. O pagamento do IPU sobre renda é calculado sobre 15 por cento do valor efectivo da renda recebida pelo proprietário do imóvel.

Como é que a Administração Geral Tributária (AGT) confirma o valor declarado pelo contribuinte nos casos dos imóveis arrendados?

Os contratos de arrendamento de imóveis devem ser depositados na repartição fiscal da situação do imóvel e fica registado. Partimos do princípio de que o contribuinte é um indivíduo digno de confiança e de boa-fé. Por isso, acreditamos que o que foi declarado corresponde à realidade.

O pagamento do IPU é condicionado pela localização do imóvel?

Sim. Criou-se um modelo de avaliação dos imóveis na perspectiva fiscal e neste modelo de avaliação constam um conjunto de parâmetros associados à área de construção, localização, acesso a água potável, luz eléctrica, saneamento básico... Todos esses parâmetros concorrem para o aumento ou redução do valor do imposto. Por exemplo, um imóvel localizado no Rangel não paga o mesmo que um imóvel localizado no Miramar.

E os apartamentos das centralidades no regime de renda resolúvel e não só também pagam IPU?

Sim. Até 2010 o código fiscal previa que apenas os proprietários de imóveis com escritura e título de propriedade pagavam este tipo de imposto. Mas houve uma alteração legislativa e determinou que o IPU não apenas para aquele que tem a titularidade do imóvel mas também aquele que tem o usufruto do imóvel. Aquele que tira benefícios sobre o imóvel. Basta tirar benefício do imóvel é obrigado a pagar o imposto predial urbano.

A isenção do pagamento do IPU é apenas para os imóveis avaliados em menos de 50 mil dólares?

O Estado, as igrejas, locais de cultos, embaixadas, desde que exista reciprocidade, também não pagam o imposto predial urbano.

Desde quando é que se deve pagar o IPU?

Houve um perdão fiscal que perdoou as dívidas neste segmento até 2012. Ou seja, até ao ano de 2012, todos os contribuintes que não pagaram este imposto, foram perdoados. Isto quer dizer que a partir de 2013 todos os proprietários de imóveis devem ter a sua situação fiscal regularizada. Os imóveis construídos recentemente, são considerados a partir da data em que foi emitida a licença de utilização.

Há penalizações por falta de pagamento desta obrigatoriedade?

Sim. As penalizações remetem-nos ao código geral tributário e vão desde o pagamento de multas a juros demora.

Como é que o contribuinte fica saber o valor real a pagar pelo seu imóvel?

O contribuinte deve dirigir-se à repartição fiscal na área do património e aí obterá toda a informação, desde a forma como inscrever o imóvel, documentação necessária... até o cálculo do valor patrimonial do imóvel, que dará lugar ao cálculo do imposto a ser pago.

O imóvel tem que estar registado nas finanças?

Claro. Todos os imóveis devem estar inscritos e devem ser avaliados. Não importa se são antigos ou novos, porque, por exemplo, muitos imóveis antigos, da era colonial, sofreram remodelações e valorizaram-se ou não. É importante fazer a actualização da informação junto ao fisco para que o imóvel seja avaliado de acordo com a informação recente.

Quem avalia o imóvel?

Quem avalia o imóvel somos nós. Existe uma fórmula para a avaliação do imóvel na perspectiva fiscal. Mas também o contribuinte pode efectuar uma avaliação do seu imóvel.

Porque o Decreto que faz referência, à alteração legislativa sobre o imposto predial urbano tem um anexo que fala do modelo de avaliação do imóvel na perspectiva fiscal e aí aparece a fórmula com todos os parâmetros necessários para o cálculo do valor do IPU. O contribuinte tem sempre a possibilidade de fazer um comparativo da avaliação que o fisco faz e da sua avaliação mediante a mesma fórmula.

Em caso de conflito entre o contribuinte e a AGT, por discordância do valor a pagar da avaliação feita, quem resolve?

Este conflito pode ser dirimido na esfera da administração tributária. Isto, é, o contribuinte pode solicitar uma segunda avaliação ou reavaliação do imóvel. Depois de apresentada a reclamação enviamos um especialista para avaliar a reclamação do contribuinte que, tendo razão, ser-lhe-á apresentado um novo valor de acordo com os novos elementos obtidos. Se o contribuinte ainda assim sentir que a reavaliação feita não está de acordo com o que esperava, pode sempre recorrer ao responsável máximo da repartição fiscal, remetendo um recurso hierárquico ao presidente do conselho de administração da AGT. E se ainda assim, o fisco continua a não atender os seus interesses, então pode recorrer ao tribunal e apresentar uma oposição que caberá depois à justiça decidir a seu favor ou não. Dificilmente iremos encontrar grandes conflitos porque até os elementos para o cálculo dos impostos, são apresentados pelo próprio contribuinte.

Para o caso dos imóveis não registados, existe algum programa da AGI para registá-los?

Está a decorrer a campanha de cobrança de IPU ao domicílio. Temos brigadas que estão a andar pelas cidades a registarem os imóveis. Temos um outro grupo que está a proceder à fiscalização dos imóveis não registados e que não tem a situação fiscal regularizada.

É importante o contribuinte ganhar consciência e confiança na necessidade do pagamento de impostos. O imposto predial urbano é uma grande fonte de receitas para o Estado. Mas, precisa da colaboração do cidadão.

6.18 Tese de doutoramento investigou a "cidade imprevisível" de Luanda

Jornal República

13 De Novembro de 2015

A tese de doutoramento da arquitecta Sílvia Viegas sobre Luanda analisa a situação da habitação na capital angolana desde 2002, alertando para situações imprevisíveis provocadas pela forma como os musseques são intervencionados pelo Estado.

"A qualificação do musseque (bairro informal) é uma alegada intenção do Governo, mas na prática isso não existe", disse Sílvia Leiria Viegas, investigadora do Grupo de Estudos Sócio Territoriais, Urbanos e de Acção Local (GESTUAL) da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Para a elaboração da tese "Luanda Cidade (im)Previsível", a investigadora deslocou-se à capital angolana para perceber de que forma a cidade se está a consolidar em termos urbanos e habitacionais desde o início do novo milénio, coincidindo também com o fim da guerra civil (2002).

"Eu quis perceber o que é que o Governo angolano estava a fazer e quais os impactos no território. Quando reparei que havia uma determinada resistência da população, quis perceber essa dinâmica", explicou Sílvia Leiria Viegas, que vai apresentar a investigação no dia 04 de Novembro na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Segundo a arquitecta, a estratégia do executivo angolano consiste na construção das casas e na ideia de que através da dinamização da construção civil se vão criar empregos que podem fazer com que as pessoas ascendam à classe média. "Mas isto não acontece assim.

Tudo isto gera mais empobrecimento porque depois o Governo não tem capacidade de implementar as suas próprias políticas e acaba por limpar terrenos e expulsar as pessoas que se encontram em zonas mais centrais para a periferia, a 40 quilómetros, o que corresponde a quatro horas de carro. As pessoas gastam assim grande parte do seu mísero ordenado nos transportes e para chegar ao emprego", afirmou Sílvia Viegas, sublinhando que a nova construção está a prejudicar a população.

"As pessoas empobrecem sobejamente ao serem colocadas na periferia, em benefício dos interesses privados que querem construir em altura no centro da cidade", frisou a investigadora. A tese refere que as projecções oficiais de 2010 apontavam para quatro milhões e 700 mil habitantes a residir em Luanda, ocupando uma área de 350 quilómetros quadrados, sendo que 80 por cento dos quais habitam em musseques.

Por um lado, a tese refere que o Plano Nacional de Urbanismo e Habitação é vago sendo que a legislação sobre urbanismo atinge as populações mais desfavorecidas que acabam por ser expulsas para longe do centro.

"São processos muito violentos e o Governo não tem em conta as populações mais carenciadas. Em relação ao centro o que se quer é um novo Dubai. É a ideia da verticalização. Muita coisa tem sido demolida porque associada à modernidade há a ideia de uma cidade vertical", considerou, sublinhando que não existe qualquer tipo de monitorização sobre o que está acontecer.

Entre muitos casos, é referida a "nova cidade do Kilamba" que, segundo a tese, configura o mais expressivo caso de expansão urbana "mercantilizáveis" da capital mas que, na realidade, aponta para cenários de grande exclusão e fragmentação social.

O caso do conjunto habitacional do Panguila também é referido para ilustrar que as opções, apesar das casas disponibilizadas, "inibem o acesso" dos habitantes realojados a infra-estruturas básicas.

O estudo refere ainda o caso da destruição do musseque Iraque Bagdad, com despejo forçado e sem direito a reassentamento ou realojamentos, para no local serem construídos condomínios para grupos sociais de médio e alto rendimento.

"A questão desta tese tem que ver não só com o direito à casa mas sobretudo com o direito à cidade e com tudo o que isso implica de benefício para as populações", resumiu a arquitecta, acrescentando que Luanda é uma cidade imprevisível porque depende de dinâmicas complexas e das "forças" que estão por detrás: o Governo e a população.

"Como é que é possível controlar do ponto de vista urbanístico uma cidade que é incontrollável há mais de quarenta anos", questionou a autora da tese sobre os novos fenómenos habitacionais da cidade de Luanda.

6.19 Turismo assinala grandes avanços

Jornal Economia e Finanças

13 De Novembro de 2015

Texto: Adérito Veloso

Há 4º anos, o sector hoteleiro angolano contava apenas com pouco mais de uma dezena de unidades de qualidade.

Após a Independência Nacional, cerca de 80 por cento das unidades hoteleiras e de restauração passaram a pertencer ao Estado, situação que se estendeu até à década de 80, altura em que muitos desses empreendimentos foram cedidos a privados que acabaram por revelar incapacidade de gestão.

Segundo dados do Gabinete de Estatística e Planeamento do Ministério da Hotelaria e Turismo, a que o JE teve acesso, devido à fraca rentabilidade, as unidades viram o seu objecto social alterado, tornando-se casas de vendas de electrodomésticos ou agências funerárias, o que fez surgir a "hotelaria informal".

A fonte indica que em 1989 o país foi aceite como membro da Organização Mundial do Turismo, o que contribuiu para se fazer um diagnóstico da real situação hoteleira.

A partir de 2002, com a realização do Campeonato Africano das Nações (CAN de Andebol) e de outras actividades de vulto, o sector passou a merecer mais atenção, tanto do Estado como dos privados, tendo apostado com avultados investimentos.

Mas foi em 2009 que, de facto, se começou a ter uma "onda" de surgimento de várias unidades turísticas e hoteleiras, principalmente nas províncias de Luanda, Benguela, Huíla, Huambo e Cabinda.

Desempenho

O segmento do turismo contribui significativamente para arrecadação de receitas, Por exemplo, no período de 2006/2010, o fluxo do turismo receptor internacional apresentou reacções positivas no que diz respeito ao número de chegadas.

De acordo com o "compêndio de estatísticas do turismo", órgão afecto ao Ministério da Hotelaria e Turismo, no quinquénio em referência, o total de chegadas de turistas às fronteiras nacionais atingiu a cifra de 1,4 milhões.

No ano de 2009, as chegadas de turistas atingiram 365.784, em 2010 - 4.486; 2011 - 481.200; 2012 - 528.100; 2013 - 1,08 milhões e 2014 - 594.000

Quanto ao volume de negócios realizados pelo sector privados, atingiu o montante de 182,2 mil milhões de kwanzas no período 2006/2010. Em 2011, registou-se um volume de ~5 mil milhões de kwanzas; 2012 - 79.4 e em 2013 -119,1.

O impacto do sector sobre o emprego tem crescido consideravelmente, sendo que no período de 2006/2010 a força de trabalho situou-se em mais de 138.000 trabalhadores, em 2011- 6.697; 2012- 157.900 e em 2013-73.400.

Actualmente o cenário é bem diferente, sendo que os indicadores apontam para mais de 155 hotéis, espalhados por todo o território nacional. a mercado nacional conta com mais de 2.000 unidades de restauração e cerca de 300 agências de viagens e de turismo, números que segundo a fonte ainda estão "aquém" das necessidades do país.

Estratégia

O turismo de Angola apresenta, ainda, um défice de oferta a vários níveis, mas dispõe de um conjunto de

recursos e de um contexto favorável ao seu desenvolvimento futuro.

Para o horizonte de 2011/2020, o projecto do Executivo angolano para o sector prevê a optimização do turismo nacional, devendo o país posicionar-se como o destino de diversão e animação em África, alavancando o seu património cultural e natural, de praias e desportos.

O sector projecta atingir até 2020 rendimentos na faixa dos 632.7 mil milhões de kwanzas (4.7 mil milhões de dólares), o equivalente a uma participação de três por cento no produto interno bruto do país.

Pretende-se com esta medida que 60 por cento dos turistas sejam nacionais, sendo para isso, necessário diminuir os preços actualmente praticados nas diferentes unidades hoteleiras e turísticas.

6.20 Um tributo ainda longe da realidade

Novo Jornal

13 De Novembro de 2015

Texto Faustino Diogo e Hortêncio

Sebastião

L. F. é a abreviatura do nome de um dos entrevistados do NJ que questionado sobre o tema afirmou que não paga esta contribuição, uma vez que nunca foi incomodado pelas autoridades a respeito da liquidação do IPU.

"Habito há mais de 30 anos numa residência antes pertença do Estado, mas há cerca de 20 anos que a adquiri. Embora nos primeiros anos após a aquisição pagasse o Imposto de Sisa, o que deixei de fazer há já algum tempo", referiu L.F, demonstrando absoluto desconhecimento sobre o IPU.

Outro cidadão, João Artur, disse ter construído a sua própria moradia no bairro do Benfica, mas até agora não possui o direito de superfície sobre o terreno, o que o impede também de pagar quaisquer emolumentos ao Estado.

"Desloquei-me várias vezes à administração municipal de Belas para solicitar o direito de superfície. Os funcionários que me atenderam, remeteram a questão para posterior solução, pelo que até hoje não tenho qualquer documento que comprove a titularidade do espaço onde resido e por isso como terei a obrigação de ressarcir ao Estado o que eventualmente devo", questionou o nosso interlocutor.

Já Teresa Campos, também moradora do município do Sambizanga, diz que paga anualmente a guia de imposto junto da repartição de Finanças daquela circunscrição, mas nos últimos tempos não tem cumprido com essa obrigação, porquanto não sente qualquer benefício do Estado a seu favor, como sendo o melhoramento da estrada que circunda a sua residência e arredores e até mesmo a falta de drenagem para as águas residuais.

"Tenho a minha casa alugada a um terceiro, do qual recebo com regularidade o valor do arrendamento. Porém, falta que o Estado também faça a sua parte, no sentido de contribuir para a melhoria da vida dos cidadãos", defende-se Teresa Campos.

Numa altura em que o País enfrenta uma crise económica e financeira, torna-se evidente que o IPU serve de fonte de receitas para o Estado, já que milhares de habitações existem, sem que os proprietários cumpram com essa obrigação tributária, desconhecida por muitos cidadãos.

6.21 Governador Provincial entrega de casas sociais

Jornal de Angola
22 De Novembro de 2015
José Bule e Valter Gomes

Quando o governador provincial Paulo Pombolo procedeu à entrega de 57 casas sociais aos novos proprietários, no projecto habitacional do município do Songo, no Uíge, a alegria era visível no rosto do jovem Nunes Capitão Resolve, de 37 anos.

Depois de receber as chaves e os documentos da residência T3, o professor agradeceu ao Governo pela implementação de vários projectos habitacionais em curso em todas as localidades da província e do país.

"Sinto-me muito satisfeito por concretizar o sonho da casa própria. Antes vivia com a família numa casa arrendada. As dificuldades eram muitas e era difícil continuar a pagar rendas ao senhorio, mas, agora, alcancei um dos grandes objectivos da minha vida", disse. Na ocasião, o governador provincial entregou as chaves a 56 outros jovens cidadãos que foram unânimes em louvar os esforços e atenção que o Executivo tem vindo a prestar à juventude, na solução paulatina dos seus problemas.

As residências são pagas no sistema de renda resolúvel, durante um período de 25 anos, cujo valor mensal está fixado em 11 mil kwanzas.

O complexo habitacional do Songo, localizado a poucos metros da entrada da vila municipal, está devidamente urbanizado. Além das 57 residências já concluídas e entregues aos inquilinos, decorrem obras de construção de mais 143 residências.

Centro comunitário

No mesmo dia, o governador provincial entregou à juventude local um centro comunitário construído de raiz e devidamente apetrechado com meios técnicos e informáticos para facilitar a formação profissional e proporcionar momentos de recreação aos jovens residentes na localidade. O centro, construído num espaço de 400 metros quadrados, está localizado no bairro Baú II e possui, entre outras áreas, uma sala de informática com capacidade para 16 computadores, biblioteca, salão de beleza, área técnica, sala de reuniões, área administrativa, cozinha, refeitório e recepção. Mais de 15 jovens ganharam o seu primeiro trabalho no centro.

O presidente do Conselho Municipal da Juventude do Songo, Osvaldo Pedro Justo, elogiou o Governo pelo investimento feito para beneficiar a juventude. "É um espaço que vai ajudar a ocupar o tempo livre dos jovens." O governador provincial do Uíge inaugurou o novo Palácio da Administração Municipal do Songo, no âmbito das comemorações dos 40 anos da Independência Nacional.

Com quatro quartos, duas salas, casas de banho, varanda e um jango, o edifício foi construído de raiz num espaço com cerca de 300 metros quadrados e apetrechado com mobiliários de ponta, no quadro do programa da administração municipal que visa a melhorias condições de acomodação dos seus funcionários.

No Songo, as instalações do antigo comando municipal da Polícia Nacional sofreram obras de reabilitação, ampliação e modernização, a fim de proporcionar melhores condições de acomodação aos seus efectivos, bem como facilitar o seu desempenho nas operações que visam garantir a ordem e tranquilidade pública na região.

A nova infra-estrutura possui, entre outros compartimentos, casernas, salas de reuniões, gabinetes dos comandantes, secretaria, secções, armazém e espaços para a realização saradas militares.

Unidade e respeito mútuo

No acto de massas que juntou milhares de habitantes, entre autoridades tradicionais, eclesiásticas, juventude e população em geral, Paulo Pombolo apelou à unidade. Sem unidade dificilmente se atingem o desenvolvimento preconizado.

az que conquistamos em 2002 deve ser preservada, consolidada com a unidade e compreensão de todos, rumo ao desenvolvimento. Por isso os 40 anos da Independência devem servir de reflexão sobre a trajectória dos angolanos, os ganhos já alcançados e perspectivar o futuro que o país pretende", apelou.

"Foi graças à Independência Nacional, liberdade, paz e a unidade nacional que a população do Songo conseguiu ganhar os vários empreendimentos sociais que o Governo colocou à sua disposição, disse Adelina Figueiredo Pinto, que acrescentou: "Portanto, a independência, a paz e a reconciliação nacional não podem ser beliscadas, por isso devemos todos estar unidos para o desenvolvimento do país". -

Paulo Pombolo incentivou os camponeses da região no sentido de aumentarem os níveis de produção agrícola, para contribuírem de forma directa na diversificação da economia e melhorar os níveis de sustentabilidade das famílias.

"Cada um no seu local deve fazer o que sabe para o sustento das famílias. Temos a plena certeza que não é possível conseguirmos resolver tudo de uma só vez, vamos continuar a trabalhar paulatinamente, contando com o apoio da população, para que; seja possível alcançarmos os objectivos preconizados", disse.

A administradora municipal do Songo, Adelina Figueiredo Pinto, disse que a população está satisfeita com os ganhos alcançados nos últimos anos, que contribuem significativamente na melhoria das condições de vida das populações.

"A construção de escolas, hospital, postos e centros de saúde, sistemas de abastecimento de água potável e de fornecimento de energia eléctrica, e as acções de melhoria das vias de acesso são as principais obras que asseguram o crescimento equilibrado do Songo", concluiu Adelina Figueiredo Pinto.

6.22 Centralidade do Sequele terá novos serviços em 2016

Jornal Economia e Finanças

27 De Novembro de 2015

Texto: Francisco Inácio

A melhoria do sinal de telefonia móvel da Unitel, a abertura de inscrições para as creches, a entrada em funcionamento de um novo balcão do Banco de Comércio e Indústria (BCI) e a circulação regular de autocarros de transporte urbano, como os da Tcul e Macon, só para citar estes, são os mais recentes

serviços em funcionamento na Cidade do Sequele, vulgo, Centralidade de Cacucaco.

A funcionarem desde o início constam os serviços da Ende, Epal, o posto policial e mais tarde os serviços administrativos da cidade, que existe há pouco mais de sete meses. Ainda assim nota-se a falta de outros serviços públicos como serviços médicos, conservatória de registo civil e notariados, posto de emissão do bilhete de identidade, entre outros. Aliás, para alguns destes serviços já existem as respectivas infra-estruturas, tal é o caso do hospital e do posto de emissão de bilhetes.

Este último, aguarda apenas a reposição dos equipamentos electrónicos depois de ter sido alvo de um assalto.

O administrador da Cidade do Sequele, Domingos Cruz da Fonseca, garante que o órgão que dirige está a envidar esforços no sentido de resolver os principais problemas dos moradores da Cidade do Sequele e providir todos os serviços indispensáveis, apesar das limitações orçamentais. "Estamos atentos às necessidades dos moradores e esperamos dar a devida resposta à medida das possibilidades existentes" afirmou Domingos da Fonseca.

A implementação do primeiro estabelecimento bancário da referida cidade é um exemplo deste desiderato. A agência do SCI iniciou actividade a pouco mais de dois meses e dispõe de todos os serviços bancários, mas os moradores acorrem à essa agência principalmente para fazer uso dos "multicaixa", considerando que a agência ainda não possui muitos clientes.

Quanto à saúde, a Administração da Cidade e a Direcção Provincial de Saúde estão a envidar esforços para que seja aberto, ainda este ano, o hospital localizado defronte ao mercado local, apenas com serviços de urgência, numa primeira fase.

Em relação ao número de escolas, estão em funcionamento três, nomeadamente uma do ensino primário, do I e II ciclos, com um total de 101 salas de aula, onde estão matriculados cerca de oito mil alunos residentes na centralidade e arredores.

Entretanto, já no próximo ano vão também entrar em funcionamento novas creches, tuteladas pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) e geridas por entidades privadas. A fiscalização é da responsabilidade da Administração da Cidade, em coordenação com o Minars. As inscrições para o ingresso já decorrem em cada uma das creches.

Falta mais serviços

A nossa reportagem constatou que o abastecimento de energia eléctrica e água é regular, mas a recolha de lixo regista algumas irregularidades. Facto que faz com que existam um pouco por todo lado focos de lixo acumulado devido a ineficiência da operadora responsável pelo saneamento público da cidade.

Apesar de alguns serviços já estarem instalados, alguns moradores contactados pela nossa reportagem reclamam a existência de outros serviços igualmente importantes para uma cidade que se preze. Palmira Domingas, 21 anos, moradora do bloco cinco, afirma que sente a falta de ligações domiciliárias de internet e um serviço de táxi mais profissional, regular e que funcione 24 horas à semelhança do que acontece em grandes cidades.

"Às vezes chego tarde, por volta das 21 horas, e não consigo pegar um táxi porque eles param actividade pouco depois das 19 horas" disse em jeito de reclamação.

Já o senhor António, 45 anos, reclama da falta de estabelecimentos comerciais. A cidade dispõe de lojas em todas as ruas, mas a abertura e exploração comercial das mesmas está dependente da empresa Imogestin, conforme explicou uma fonte familiarizada com o assunto.

Os empresários e comerciantes aguardam ansiosos a abertura de concurso público para exploração das lojas, mas até aqui não há uma informação concreta da Imogestin" disse.

Por sua vez, o professor João Tadeu, da escola secundária Padre Inácio Tambu, sita nesta cidade, sente a falta de banca para compra de jornais. "Eu vejo noutras cidades quiosques de venda de jornais' e revistas, mas aqui não existe nada disso. Se eu quiser comprar o Jornal de Angola tenho de sair fora da cidade" reclamou.

Oportunidades de trabalho Lugares como as centralidades constituem, hoje, uma nova fonte de trabalho para milhares cidadãos, principalmente aqueles que vivem nos bairros periféricos que circundam essas cidades e que nasceram após a criação das mesmas, de forma desordenada e muito rapidamente feito cogumelos em solo fértil. Neste momento a área de expansão da cidade está comprometida pelas construções anárquicas à sua volta.

O jovem José, 26 anos, jardineiro oriundo de Benguela, veio a Luanda em busca de uma oportunidade de emprego. Mas a falta de qualificação técnica impediu-o de conseguir tal meta. A sorte

bateu-lhe a porta quando juntou-se como ajudante a um jardineiro profissional que cuida dos jardins e da limpeza de vários prédio do Sequele. "Aqui aprendi a jardinar e sonho um dia ter a minha empresa de jardinagem" revelou optimista.

Assim como' José, milhares de jovens e senhoras de média idade acorrem todas as manhãs à Cidade do Sequele em busca de uma oportunidade de trabalho, mesmo que seja temporária. Deste modo, as centralidades são uma fonte de emprego e garantia de rendimento para a subsistência de milhares de famílias.

6.23 Centralidades de Luanda ganham serviços sociais

Jornal Economia e Finanças

27 De Novembro de 2015

Texto: Gaspar Micoló

O nascimento das grandes centralidades, estrategicamente distribuídas pelas zonas mais adequadas, veio colmatar grande parte do problema da habitação. Kilamba, Sequele e Zango são nomes que entraram na linguagem diária dos angolanos e representam a realização do sonho da casa própria.

Resolvido o problema da habitação, os moradores destes novos projectos esperam agora por melhorias nos serviços destinados à população. A Centralidade do Kilamba, por exemplo, conta com serviços essenciais que melhoraram a vida dos seus habitantes, como distribuição de água potável e energia eléctrica, um centro de saúde de referência, enquanto se aguarda por novos projectos neste sector.

Segundo o seu presidente, Joaquim Israel, estilo em funcionamento 11 escolas, entre primárias e secundárias, e um centro de saúde de referência. "Não há problemas de água potável, energia eléctrica ou de saneamento básico. Os populares dizem que viver aqui é uma mais-valia", declara. As 17 escolas primárias e secundárias construídas têm todas capacidades para albergar 1.100 alunos por turno.

Entre as infra-estruturas para o ensino superior que se encontram a funcionar, contam-se os institutos Superior de Ciências da Educação (ISCED) e o de Educação Física e Desportos. Na Cidade do Kilamba, funcionam ainda os institutos Superior de Artes, o de Ciências da Comunicação, com apenas o curso de Ciências da Informação, e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo.

Dos 14 jardins-de-infância construídos, quase uma dezena já estão em funcionamento. O JE visitou duas

creches, a Pequenos Príncipes e a Kilambinhas, que já se encontram em funcionamento.

Os centros infantis têm todos uma estrutura física similar e recebem crianças dos três meses aos 5 anos, num máximo de 100. Estes centros dispõem de berçários com casas de banho, salas de aula, de leitura, de artes plásticas, enfermaria, refeitório, etc,

Considerado um dos maiores de projectos do género em África, a Cidade de Kilamba, inaugurada em Julho de 2011, conta já com 10.000 apartamentos construídos (de um total inicial previsto de 90.000), tem a maior parte das suas 198 lojas a funcionar. Em quase todos os quarteirões, nota-se o funcionamento normal de dezenas de lojas que prestam serviços em várias áreas, desde pastelaria, restauração, farmácias, cantinas e Salões de beleza, entre outros.

Tal não acontece na Centralidade de Sequele, onde as lojas ainda se encontram fechadas. "As lojas que se encontram inoperantes desde a sua construção estão a degradar-se aos poucos e têm-se tornado em zonas de vandalismo e práticas de actos delituosos", reclamou recentemente o administrador daquela cidade, Domingos Cruz da Fonseca, adiantando que a população local clama pelo funcionamento urgente das referidas lojas.

Quanto aos serviços sociais, as mais de 55 mil pessoas que, segundo a Administração da Cidade de Kilamba, vivem actualmente nesta centralidade, já beneficiam de vários serviços de apoio social, nomeadamente um centro de saúde com funcionamento 24 horas por dia.

Melhoria da mobilidade

Os moradores das centralidades do Kilamba e Zango, na província de Luanda, verão ainda a mobilidade urbana melhorada com a construção do primeiro dos sete corredores rodoviários Norte/Sul, destinado ao transporte público colectivo. O Bus Rapid Transit (BRT), um sistema de transporte sem interferência de outras vias, que faz parte do corredor Norte/Sul e que, segundo dados do Ministério da Construção, vai ligar entre os municípios de Belas e Viana.

A sua edificação em curso, desde Outubro de 2014, encontra-se na fase de criação do viaduto na zona do bairro da Sapu. Por baixo do viaduto, será feita uma rotunda para facilitar a circulação entre o estádio 11 de Novembro/Sapu e o bairro da Estalagem (Viana).

"Esta via vai facilitar a nossa vida visto que actualmente temos de levantar-nos muito cedo para chegarmos ao centro de Luanda", disse a moradora do Kilamba, Marisa Soares, 54 anos.

O futuro de Luanda

Entretanto, em Outubro passado, o coordenador do Programa Provincial de Habitação Social (PPHS), Marcos Pinho, assegurou que em termos de desenvolvimento urbano, em 2030, Luanda será uma cidade nova, mais moderna e com uma circulação rodoviária mais fluida e segura. De acordo com o arquitecto, o desenvolvimento da cidade assenta em três pilares fundamentais, nomeadamente, a habitabilidade, a estética e o crescimento sustentável. "A habitabilidade abarca o Saneamento, o abastecimento de água e energia e a existência de equipamentos sociais, enquanto a estética contempla a preservação da paisagem e da sua identidade", frisou.

O crescimento sustentável, acrescentou, visa fundamentalmente tornar a cidade mais compacta, com variedade de pólos económicos, por forma a assegurar emprego próximo dos lugares de residência, garantindo-se a ligação dinâmica com as centralidades.

6.24 Novas agências bancárias abrem nas centralidades

Jornal Economia e Finanças
27 De Novembro de 2015
Texto: Yola do Carmo

Vários estabelecimentos comerciais (lojas, supermercados), instituições públicas (conservatórias e registo civil), empresas de fornecimento de água e de luz eléctrica, agências bancárias, creches e escolas constituem, actualmente, o conjunto de diversos serviços a que os moradores da Centralidade do Kilamba têm acesso, segundo apurou o JE durante uma ronda efectuada recentemente.

Hoje, é também notório o surgimento de vários minimercados, restaurantes, lavandarias, farmácias e lojas de mobiliário, em qualquer esquina daquela cidade. "A cidade tem um movimento normal. Há muitos serviços actualmente, diferente da realidade que encontrei quando vim mora aqui", conta Gabriel Nunes, 39 anos, morador há três anos.

Há precisamente três anos, era raro ver lojas abertas. Actualmente, o surgimento de estabelecimentos comerciais melhorou a vida dos habitantes, pois já podem adquirir bens de primeira necessidade perto de casa.

Gabriel Nunes conta, por exemplo, que os moradores tinham apenas uma opção: recorrer ao

único supermercado da cadeia Kero, localizado logo à entrada da cidade.

"Hoje, fazemos as compras de quase tudo nas lojas perto de casa", assegura o morador Joaquim Pinto.

Um total de 26 restaurantes está em funcionamento naquela centralidade, dos quais oito oferecem atractivos ao fim-de-semana: música ao vivo, karaoke e jogos, entre outros, 34 minimercados, 9 lavandarias, etc.

Neste âmbito, à medida que o tempo passa, há inovações e todas direccionadas para facilitar o morador e criar novos postos de trabalho. Assim surge a feira de produtos agrícolas, que é realizada de quinta-feira a domingo, promovida pela administração local. Logo à saída da cidade, são visíveis os produtos frescos vindos do mercado informal 30, município de Viana, Catintón, bem como de algumas províncias, com preços acessíveis, que também facilitam e cobrem algumas necessidades dos cidadãos.

Entretanto, apesar do surgimento de estabelecimentos comerciais e serviços públicos, o sector da saúde é o que acolhe mais reclamações, pois a cidade conta apenas com um centro de saúde instalado na creche do quarteirão R, que funciona das 8h00 às 17, contando apenas com o hospital central do Camama. "Muitas das vezes temos de recorrer, ao Hospital Geral de Luanda, no Camama", conta Joaquim, para quem a ausência de uma maternidade na cidade é também uma preocupação.

A morar na cidade há três anos, Susana Valentim também se manifesta preocupada com a falta de unidades hospitalares, avançando que "a realidade é preocupante, pois, em situação de desespero, somos obrigados a recorrer às farmácias, que funcionam apenas até as 20h00".

Susana Valentim concorda igualmente que a maior centralidade do país precisa de uma maternidade, clínicas e postos de saúde em cada quarteirão.

Para Susana Valentim, a falta de concorrência em alguns serviços torna a situação muito mais complicada e explicou que os indivíduos que não têm possibilidade financeira ou meio de transporte para adquirir os fármacos fora da cidade, acorrem às unidades similares que se encontram na centralidade, o que nem sempre é alcançado com êxitos.

Um dos estabelecimentos muito concorrido na centralidade é o Pita Fixe, um minimercado que deu emprego a dez trabalhadores e fornece aos moradores da área vários produtos frescos.

Devido à sua variedade de bens e produtos, a loja recebe clientes de quase toda a centralidade, que já se tornaram assíduos.

Segundo o responsável do estabelecimento comercial, Genivaldo Lemos, é uma mais-valia para a centralidade o surgimento de vários serviços.

"Esta é uma cidade nova onde muitos querem morar e seria muito oportuno se tivesse todos os serviços de que uma centralidade precisa", disse o gestor, acrescentando que o seu estabelecimento comercial tem servido de apoio aos moradores de quase uma boa parte do Kilamba.

IA A nossa loja é abastecida com produtos do campo, frescos e conservas, um pouco daquilo que o cliente precisa de forma urgente e a um preço acessível, apesar da concorrência", explicou.

O responsável do Pita Fixe explicou ainda que o surgimento da feira de produtos agrícolas tem dificultado o seu negócio, pois, hoje, a feira fornece alguns produtos comercializados no estabelecimento comercial e o cliente acaba optando por ir lá. Genivaldo Lemos disse ser apologista de que se criem mais agências bancárias para facilitar as transacções comerciais, bem como alguns serviços em falta, como é o caso de uma piscina municipal, shopping, mais iluminação nas vias e maior reforço I v Polícia, sendo que o número de assaltos a moradores nos últimos meses tem aumentado.

A Centralidade do Kilamba conta neste momento com duas agências bancárias, designadamente do BIC e do BNI, já que o posto do BCI serve para atendimento dos serviços da centralidade e a agência do BPC, localizada nas imediações do hipermercado Kero, é apenas provisória.

Segundo apurou o JE, o BAI deverá inaugurar a sua primeira agência em Dezembro ou no início do próximo ano.

6.25 Património imobiliário começa a ser registado

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2015

Uma campanha de registo do património imobiliário do município de Luanda começa no dia 10 de Dezembro, na Ilha do Cabo, anunciou na sexta-feira a vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) para a Área Económica, Financeira, Orçamental e Modernização Administrativa, Amélia Rita.

Em conferência de imprensa, Amélia Rita disse que, para o efeito, 50 técnicos da GACL participam desde sexta-feira numa acção formativa.

A vice-presidente da CACL revelou que após a acção formativa, os especialistas entram em actividade para recolher informações relativas ao ano de construção do imóvel, número de compartimentos, acesso a água canalizada, sistema de saneamento e energia da rede eléctrica. A campanha é realizada por quatro equipas constituídas por igual número de elementos identificados que efectuem visitas ao domicílio e procedem ao preenchimento de questionários.

A Comissão Administrativa vai criar uma base de dados com estas informações, no intuito de apoiar outros órgãos do Estado. A campanha tem como objectivo determinar a quantidade e qualidade do património imobiliário. A iniciativa não tem objectivos de natureza fiscal, mas é meramente administrativa e estatística. O município de Luanda é constituído pelos distritos urbanos da Maianga, Ingombota, Rangel, Samba, Sambizanga e Kilamba-Kiixi.

6.26 Jovens recebem espaços para construção

Jornal de Angola
30 De Novembro de 2015
Texto Estanislau Costa

Um número considerável de jovens filiados em diversas associações do Lubango está a ser contemplado com terrenos loteados na nova zona urbana da Figueira, localizada nos arredores da cidade, para o fomento da auto-construção dirigida.

O topógrafo-chefe da administração municipal do Lubango, Ribeiro da Silva, que avançou ontem os dados ao Jornal de Angola, informou que foram distribuídos espaços de mil, 800 e 600 metros quadrados, favoráveis à implantação de qualquer projecto habitacional unifamiliar.

"Os jovens empreendedores ganharam espaços suficientes para a materialização do sonho da casa própria e criar ainda nos mesmos espaços condições para erguer pequenos estabelecimentos para prestação de diversos serviços, notadamente farmácia, cabeleireiro, entre outros.

Ribeiro da Silva explicou que o processo de urbanização e loteamento contempla a abertura de novas avenidas, ordenamento e classificação dos

aglomerados suburbanos e urbanos, reserva de espaços verdes e locais para o repovoamento de árvores, redes eléctricas, água e saneamento básico.

Esclareceu que a administração municipal do Lubango continua a desenvolver acções favoráveis a melhoria da comodidade e conforto das famílias, principalmente as que vivem em zonas consideradas de risco, criando para o efeito espaços mais seguros. O topógrafo-chefe argumentou que a maioria dos populares concentrados nas zonas de risco do Lubango vive em casebres erguidos próximo aos riachos, na montanha da Chela, que circunda a cidade, áreas de drenagem das águas das chuvas e de esgotos, razão que motiva as autoridades a encontrar soluções imediatas. Ribeiro da Silva anunciou que a futura zona habitacional da Figueira possui mais de mil e 600 hectares, sendo que o processo de loteamento e urbanização já feito permitiu distribuir 799 parcelas de terras, na primeira fase, 2.330, na segunda, e na terceira 1.200 lotes.

"Este processo, conduzido pelo administrador municipal do Lubango, Francisco Barros, vai culminar com a valorização da zona envolvente do Estádio da Tundavala, Estação Ferroviária e aeroporto internacional da Mukanka", disse Ribeiro da Silva.

Importa realçar que, com a implementação, há cinco anos, do programa de fomento habitacional e realojamento das famílias que residiam em zonas de risco, a cidade do Lubango começou a expandir-se para as zonas da Chavola, Mutundo, Eywa, Quilemba, onde está em curso a construção de 11 mil casas de vários tipos.

6.27 Três empresas chinesas vão construir mais de 4.500 casas sociais

<https://t5m.co/f0k7>

Três empresas chinesas garantiram empreitadas do Estado no valor de quase USD 299 milhões, para construir mais de 4.500 casas em cinco províncias, segundo despachos presidenciais a que a Lusa teve ontem acesso.

Os documentos justificam estes investimentos com a implementação do programa de alargamento da rede de equipamentos sociais e infraestruturas, prevendo o desalojamento de centenas de famílias e, desta forma, a construção de casas sociais em alternativa.

Assinados por José Eduardo dos Santos, estes despachos, autorizando a celebração dos respectivos

contratos pelo Ministério da Construção, esclarecem ainda que as empreitadas terão “enquadramento financeiro nas Linhas de Crédito da China” a Angola.

O novo empréstimo concedido pelo governo da China a Angola, que segue a linhas de apoio anteriores, prevê mais USD 6.000 milhões de financiamento a obras cuja execução estão programadas para 2016 e 2017, segundo informação anterior do governo.

O primeiro destes despachos prevê a construção de infraestruturas urbanas para 500 fogos habitacionais na província de Malange, e respectivos serviços de fiscalização, à empresa Guangxi Hydroelectric Construction Bureau, por USD 32,2 milhões.

A mesma empresa garante contrato idêntico, para mais 500 fogos, na província do Bié (igualmente USD 32 milhões), e outras 450 casas na província do Moxico, neste caso por USD 30 milhões.

Já a China Road and Bridge Corporation, segundo mais dois despachos presidenciais, vai construir 450 casas na província do Cunene, por USD 30 milhões, e mais 500 casas na província do Uíge, USD 32,2 milhões.

Na província de Luanda, a China Machinery Engineering Corporation avança com três projectos distintos, o primeiro dos quais prevendo a construção de 550 fogos habitacionais e respectiva fiscalização da empreitada por USD 36 milhões.

O segundo envolve a construção de 1.168 casas, igualmente em Luanda, por USD 59 milhões.

Um terceiro projecto prevê mais 450 fogos na província capital, por USD 47,5 milhões.

Entre construção e fiscalização destas seis empreitadas, incluídas no Programa de Investimento Público (PIP) e prevendo a construção total de 4.618 casas sociais, o negócio envolve cerca de USD 300 milhões.

7. TERRA

7.1 Fazendas na Conda redimensionadas

Jornal de Angola
10 De Novembro de 2015

A Administração Municipal da Conda está a proceder ao redimensionamento das terras cultiváveis tendo em conta a necessidade da reactivação de 63 fazendas que e encontram inoperantes, revelou ontem em comunicado a Administração Municipal.

Estio registada na região 106 fazendas agrícolas e 13 agro-pecuária, que perfazem uma área 21.926 hectares de terras aráveis, diz o comunicado que refere que várias fazendas encontram-se abandonadas e a maioria em funcionamento debilitado.

Para sanear a situação, a Administração realiza um processo de redimensionamento com vista a contribuição do sector agrícola no desenvolvimento da circunscrição e tomá-la cultivável e produtiva.

A agricultura é a principal actividade económica do município e a principal fonte de subsistência. Dentre as culturas adaptáveis da região destacam-se o milho, mandioca, feijão e a banana, O município da Conda conta com 271 Associações de camponeses e 15 cooperativas.

7.2 Conflitos de terras reflectidos em comunidade

Novo Jornal
14 De Novembro de 2014
Texto: Eduardo Gito

FOI DIFÍCIL falar com camponeses, porque a dor e a angústia estavam expressas nos seus olhos. Maria, de 56 anos, ainda chora pelo seu pedaço de terra que diz ter perdido na zona da Humpata, província da Huíla, localidade onde a ADRA juntou centenas de pessoas para abordar toda esta problemática.

Em poucas palavras expressas em um bundo, a cidadã pedia justiça no sentido de reaver a lavra que capinou por longos anos, entretanto desapropriada por militares que, abusivamente e utilizando o facto de terem uma farda, que deviam, de resto, ser os primeiros a respeitar, deixaram-na sem sustento. "Só queremos justiça, meu filho! É muito sofrimento...", reclamou a cidadã.

O mesmo cenário é igualmente vivido pelos camponeses do Cubal, na província de Benguela. O representante da cooperativa da zona, Alfredo Umbali presente no encontro, promovido pela ADRA, lembrou que a situação "vem desde 2013", altura em que muitos camponeses começaram a enfrentar a desapropriação forçada das suas terras por parte dos militares.

"Houve conflitos de terras entre militares e camponeses no município do Cubal. O espaço era da comunidade que trabalhava naquele recinto há dezenas de anos.

Os militares impuseram-se à força para instalar na zona de cultivo um campo militar. Pretendiam ainda construir residências para as suas famílias. Mas não deixámos. Lutámos com todas as nossas forças e agora estamos a ver restituídas as nossas terras", contou o representante da comunidade que, beneficia agora de 388 hectares de terra para cultivo.

"Os militares não vieram de forma pacífica, mas agressivamente graças à intervenção do nosso principal parceiro, a ADRA, conseguimos pôr fim o conflito entre camponeses e militares", finalizou.

Por sua vez, o director-geral da Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) Belarmino Jelembi, solidário com as reclamações dos camponeses, entende que a questão das terras no País continua ser um "grave" problema para os camponeses. A situação, segundo disse, tem desencadeado conflitos sobre os direitos de superfície. "A principal forma de resolver estes problemas é a aplicação da lei, através da qual as comunidades podem legalizar as suas terras", afirmou.

Por outro lado, Jelembi defendeu a necessidade contínua do diálogo e de levar mais informações aos homens da enxada por forma a terem cada vez mais noção dos seus direitos. "Esta é uma das maneiras de ajudarmos os cidadãos na resolução dos problemas das terras. Por isso, deve haver diálogo entre comunidades, fazendeiros e administrações municipais" defendeu.

7.3 Disputa por terreno causa três mortos

Semanário Angolense
13 De Novembro de 2015
Texto: Nauwick Tchilau

Três cidadãos com idades compreendidas entre 25 e 42 anos foram mortos na zona sudoeste, próximo à

praça nova, «4 de Abril», no decurso de uma ocupação de terreno num local adjacente ao bairro «Viva a Paz», na cidade de Benguela.

Segundo uma das testemunhas, tudo aconteceu no passado dia 30 de Outubro, quando alguns cidadãos faziam marcações e arruamentos no espaço, com a colocação de material de construção, designadamente, pedras e areia.

Continuando a citar a testemunha, no decurso da acção, os populares foram interceptados pela polícia e militares que tomavam conta do local, considerada «Reserva Fundiária do Estado».

Uma troca de palavras, ofensas verbais, tomaram conta do momento entre os cidadãos e as forças da ordem pública, acabando em agressão física contra os agentes que se encontravam no local.

Outra testemunha do ocorrido referiu que, na tentativa de dispersar os agressores que vinham em maior número para tomar conta do referido espaço, um dos elementos das forças da ordem efectuou disparos que acabaram por vitimar os três cidadãos.

A base do sucedido foi explicado pelo governo de Benguela, na pessoa do governador Isaac Maria dos Anjos, que exarou um comunicado tornado público pelos órgãos de imprensa estatal, referindo que os populares pretendiam ocupar o terreno e eram «um universo de mais de 100 cidadãos que traziam consigo facas, machados, catanas, enxadas, picaretas».

Estes invadiram uma das reservas fundiárias do Estado projectada para a futura ampliação da praça «4 de Abril», conhecida como antiga praça da Caponte, onde os cidadãos em causa têm tentado ocupar o referido terreno, acto que provocou uma intervenção da polícia, que ao tentar advertir os ocupantes, os mesmos partiram logo para a agressão física contra as autoridades, lê-se no comunicado

O mesmo documento acrescenta que as forças da ordem tentaram apenas repor a legalidade, mas os ocupantes mostraram resistência, entraram em confronto que provocou a necessidade das autoridades fazerem disparos e acabaram por atingir os 3 cidadãos.

No local registou-se também como consequências materiais a destruição total de 3 motorizadas pertencentes aos agentes da polícia que se encontravam em serviço, conclui o comunicado do governo de Benguela.

O advogado David Mendes desconsidera os dados apresentados pelos órgãos de direito a nível da província e sustentou, do ponto de vista jurídico,

«que a legítima defesa não é desproporcional aos fins da própria legítima defesa».

O jurista defende que os problemas de terreno não podem constituir causa de perda de vidas humanas e as alegações têm a ver com crime de desobediência. Para ele, é preciso que se abra com urgência um processo que visa a responsabilização dos autores e seus mandatários, porque uns cumpriram ordens e outros foram os mandatários.

O advogado disse que já manteve contacto com algumas testemunhas e familiares das vítimas que foram mortas, e clamam por justiça, facto que do seu lado, como quadro ligado ao sistema de justiça angolano, vai acompanhar até conclusão.

Segundo ele, isto demonstra claramente a degradação dos valores dos direitos humanos num país e a inoperância da lei, que aponta o país a caminhar para um abismo. Mas apesar de tudo, disse que confia na justiça perante o caso das mortes na reserva fundiária do Estado, assim como no resultado do processo que envolve os 18 jovens revolucionários do município do Lobito, que tentavam fazer uma manifestação a favor dos activistas detidos em Luanda.

David Mendes explicou que o julgamento estava previsto para a passada quinta-feira, 5 de Novembro, adiado para sexta-feira, dia 6 do mesmo mês e ano, actividade que não se efectuou por razões até à data desconhecida.

O Semanário Angolense (SA) tentou contactar a estrutura de justiça no município do Lobito, tal como o tribunal, para obter informações sobre os adiamentos do julgamento dos mesmos anteriormente previsto, mas não teve resultados satisfatórios.

Numa altura em que o país festeja 40 anos de independência, é preciso que a sociedade, os dirigentes e tantos outros tenham a capacidade de mudar de consciência, para não dizer apenas que os angolanos ganharam a sua liberdade com a independência.

7.4 "Interesses alimentam conflitos"

Novo Jornal

13 De Novembro de 2015

APESAR de reconhecer a existência de interesses que "alimentam os conflitos de terras no País", o director-geral da ADRA relatou alguns bons exemplos de sucessos na resolução dos problemas das comunidades rurais. Apontou o caso do município da

Humpata onde alguns camponeses, de acordo com Belarmino Jelembi, têm estado a ver solucionados os seus problemas de terra. "Isto acontece fruto da interacção entre a ADRA, os camponeses e o governo que têm concedido aos "lavradores" a titularidade das terras para a prática da agricultura", sustentou. I

O discurso do líder da ADRA foi apoiado pelo representante da Associação de Okulima, Zacaria Ambrósio, que apontou a experiência dos camponeses da Jamba II, município da Humpata, província da HU11a, que viram igualmente resolvidos os seus problemas. A principal forma de resolver os conflitos de terra foi na base da aplicação da lei, através da qual as comunidades podem agora legalizar as suas parcelas.

"Este é o caso da experiência dos camponeses da Jamba" elucidou o interlocutor.

Zacaria Ambrósio defendeu igualmente o diálogo para a resolução dos problemas de terras que envolvem comunidades, militares, polícias, fazendeiros e Administrações Municipais. "Isto tem estado a acontecer no município do Cubal, onde a Administração e a ADRA têm prestado apoio às comunidades na legalização das terras", concluiu.

Comentando o assunto ao Novo Jornal, a vice-governadora da Huíla para o sector político e social, presente no encontro das comunidades, reconheceu as "vicissitudes" que enfrentam os camponeses, tendo garantido na ocasião que o governo provincial tem estado já a trabalhar na legalização das suas terras. "Este é um assunto que está a ser visto pela direcção provincial da agricultura. Neste momento, já conseguimos conceder parcelas de terra a algumas comunidades. Mas, as comunidades devem organizar-se melhor", criticou.

7.5 População tem acesso a terrenos

Jornal de Angola
16 De Novembro de 2015
Texto: Jesus Silva

As autoridades de Benguela anunciaram a criação de condições para a venda de lotes de terrenos na Urbanização dos Cabrais, no município de Catumbela.

O governador de Benguela, Isaac dos Anjos, visitou sábado a localidade e concluiu que "estão criadas as condições para que os cidadãos possam começar a construir as suas casas com legalidade".

Isaac dos Anjos disse que o Governo já negociou o trespasse das terras e facilitou a realização de projectos topográficos, elaboração dos alvarás e croquis de loteamento e preparação da transferência da propriedade do Estado para propriedade privada.

Agora, a administração pública, disse Isaac dos Anjos, deve subcontratar empresas que vão intermediar a venda dos terrenos.

A urbanização, salientou, vai ter edifícios até seis andares para habitação, comércio e serviços, além de bairros para renda média, alta e altíssima.

As urbanizações do Biópio e Culango estão inseridas nos municípios da Catumbela e do Lobito, que contam actualmente com 4.500 lotes prontos para serem comercializados.

A urbanização dos Cabrais vai acolher entre 25 e 29 mil famílias.

O governador anunciou também que, em breve, vai ser instalado o departamento de venda de lotes para, numa primeira fase, incorporar cerca de 450 indústrias e, posteriormente, abrir mais três mil espaços para comércio e serviços. Isaac dos Anjos disse que o Biópio e o Culango vão ser transformadas em zonas económicas especiais, com espaços de expansão industrial compatíveis com o desenvolvimento futuro da região. "Com o Porto e o Caminho-de-Ferro de Benguela, vamos ter o minério vindo da República Democrática do Congo e da Zâmbia.

Temos que pensar em transformar parte desse minério localmente, o que permitiria o surgimento de novas indústrias vocacionadas para o efeito, ao invés de exportá-lo em bruto", salientou.

7.6 Cerco a ocupações ilegais em Luanda

Novo Jornal
20 De Novembro 2015
Texto: Álvaro Victória

A entrada em vigor do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML) trará medidas penais a quem proceder a ocupações e construções ilegais, garantiu o governador da província.

Em declarações recentes à RNA, Graciano Domingos avançou que está em curso o reforço da regulamentação da vida urbana de Luanda. "Há casos em que haverá responsabilidade penal, quanto à

ocupação e construção em áreas pertencentes do Estado", alertou.

O governante denunciou que muitas destas irregularidades são cometidas por cidadãos com alguma influência: "Existem pessoas com recursos que aliciam outras com menos recursos a construir casebres, para, quando houver uma compensação por parte do Estado, aparecerem a reclamar direitos", denunciou Graciano Domingos.

"Estamos a organizar a área de gestão urbana e o nosso compromisso é combater estes actos de promiscuidade entre o serviço público e os interesses particulares", afirmou.

Explicou que o PDGML tem como ideia básica coordenar a ocupação do solo na capital do País, segundo vocações específicas.

"Quando tiver que se construir uma escola, por exemplo, é necessário fazê-la na área vocacionada. As áreas estão devidamente mapeadas. E em alguns casos, existem já indicações em termos de desenvolvimento futuro. Existem pré-planos de urbanização a indicar como é que a ocupação do solo vai evoluir, pelo menos até 2030", salientou.

Quanto à entrada em funcionamento do Plano, o governador de Luanda referiu que, depois ter sido alvo de consultas públicas, o documento aguarda a aprovação definitiva pelo titular do poder Executivo.

Entretanto, assegurou que, apesar de ainda não estar em vigor em termos oficiais, o Plano "já vai fornecendo soluções" para os problemas urbanos de Luanda.

"A construção em curso da via rápida para autocarros; o licenciamento de novas obras; a conexão da cidade de Luanda com o novo aeroporto já obedecem ao referido Plano", esclareceu o governador.

7.7 Fiscais vão travar transgressões

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2015

Texto: Nilza Massango

O Governo da Província de Luanda vai trabalhar com o Ministério da Administração do Território para recrutar fiscais e dar início a um programa de formação com vista a actuarem no interior dos bairros e garantirem o cumprimento da Lei das

Transgressões Administrativas, anunciou o governador provincial de Luanda.

Graciano Domingos falava depois da visita, quarta-feira, ao município de Viana, para constatar o sistema municipal de limpeza, o programa de reabilitação das vias secundárias e terciárias, bem como o formato organizacional da administração local. A deficiência na recolha do lixo é um dos problemas centrais da actual governação, apelando mesmo à necessidade de se aprimorar a organização na prestação do serviço, quer da sociedade, das administrações municipais e do próprio Governo da província, admitiu Graciano Domingos.

Taxa de resíduos

o governador provincial de Luanda disse que a partir de Fevereiro do próximo ano a província de Luanda conta com um modelo de recolha de resíduos sólidos mais eficaz. "Está em preparação um modelo de actuação mais elaborado que vai determinar a eficácia no trabalho realizado pelas operadoras principais e pelas microempresas". Por enquanto, frisou, o Governo Provincial trabalha na proposta de taxa de resíduos sólidos.

Na proposta consta a cobrança de uma taxa por residência e estabelecimento comercial. O pagamento da taxa é mensal, semestral ou anual e cobrada pela administração municipal com apoio do Ministério das Finanças.

"Neste momento a limpeza urbana é um encargo exclusivo do Estado. O cidadão deve compartilhar, o que vai evitar, no futuro, as oscilações em termos orçamentais", explicou o governador, antes de advertir que quem não pagar a taxa fica sujeito a uma multa, além do pagamento da taxa, e acredita que com o pagamento da taxa vai haver maior exigência por parte da população relativamente ao serviço prestado pelas administrações municipais. "Vai haver legitimidade activa tanto da parte do cidadão que contribui como da parte da administração que presta o serviço". Graciano Domingos constatou que a população deixou de acumular lixo no interior dos bairros mas deposita-o na via pública e apelou às comissões de moradores para sensibilizarem a população, principalmente a que despeja o lixo na linha férrea.

Zonas de risco

Ainda no município de Viana, o governador provincial constatou as zonas de risco no bairro Caop B e Zango I, onde existem ravinas que tiram o sono aos moradores, principalmente em tempo de chuva, causando a inundação de muitas residências.

Acompanhado do director-geral da Unidade Técnica de Saneamento de Luanda, Graciano Domingos admitiu que as valas a céu aberto são grandes focos de doenças. Enquanto não se realizam as grandes obras, admitiu, é encontrar soluções imediatas que garantam algum conforto e segurança às populações.

Olhando para o município de Viana, o governador provincial disse haver ainda tarefas por executar em termos de organização do território. "Viana cresceu muito, o que significa que do ponto de vista da organização administrativa e do funcionamento administrativo tem de se fazer um grande esforço para dotar a administração de infra-estruturas e de mais quadros para responderem ao crescimento".

7.8 Bié prevê aumentar a produção

Jornal de Angola
23 De Novembro de 2015
Texto: Delfina Victorino

Para a campanha agrícola 2015/201 e no Bié, na qual participam mais de 200 famílias foram preparados 1.800 hectare, afirmou ontem, no Culto, o director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pesca.

Marcolino Sandemba disse que terra foi preparada com meios mecanizado, o que permite "um aumento substancial da produção" e contribuiu para a diversificação da economia.

O director provincial lembrou, que no Bié é possível plantar arroz, feijão manteiga, bata rena legume que podem ser vendidos com facilidade não apenas localmente, como noutras zonas do país e que estão a ser também preparada terras com recurso à tracção animal.

Marcolino Sandemba referiu que "a agricultura familiar tem o objectivo de garantir segurança alimentar" e que "os camponeses estão empenhados em aumentar a produção distribuição nas regiões menos favorecidas.

Segurança alimentar

O processo de higiene e segurança alimentar a nível dos mercados e lojas do Bié está a conhecer melhorias significativas este ano, após um grupo de cem operadores comerciais ter sido capacitado em matérias sobre referidas áreas.

A constatação foi feita ontem pelo director local do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), Filipe Baptista Viana, que referiu que as

valências foram adquiridas com realização de vários cursos sobre as áreas da higiene e segurança alimentares, promovidos pela Instituição. Filipe Viana esclareceu que, em relação à aproximação da quadra festiva, há a necessidade de o comerciante manterem os preços actuais no sentido de facilitarem o poder de compra das populações.

Quanto à especulação de preço, o director do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor no Bié disse que vão ser tomada toda as medidas para prevenir o fenómeno, que costuma ganhar contorno preocupante nesta época.

"Existem alguns comerciantes que procuram levar produtos deteriorados ao município, para angariar lucro fácil, a nossa instituição e os nossos parceiros estão atentos aos referidos comporta mente". Filipe Viana salientou que a população deve manter colaboração com as instituições de direito, com vista ajudar a manter os preços nos estabelecimentos comerciais.

"Lamento que muitos comerciantes, devido a situação económica aproveitem para subir o preço dos produtos, principalmente de primeira necessidade para obterem lucros com mais facilidade".

A Polícia Económica tem ajudado na fiscalização do preço estabelecido em várias unidades comerciais a nível da cidade do Culto, concluiu Filipe Viana.

7.9 Camponeses "atacam" autoridades depois da visita do PR à Quiminha

Jornal Manchete
27 De Novembro de 2015
Texto: Francisco Cabila

As autoridades administrativas do Icolo e Bengo desvalorizaram, na última quarta-feira, 25, as denúncias feitas por um grupo de camponeses que se apresentaram ao jornal Manchete como sendo membros das cooperativas agrícolas de Banza Yeto, Zona 5 e Côa Leite, respectivamente, dando conta de que um grupo de elementos pertencentes a administração municipal, Polícia Nacional, Ministério da Agricultura e das Forças Armadas Angolanas (Região Militar de Luanda) destruíram as suas residências e outros haveres, dias antes do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ter se deslocado, em visita de campo, ao Projecto Integrado de Desenvolvimento Agrícola da Quiminha.

De acordo com o administrador municipal do Icolo e Bengo, tratam-se de "casebres" que foram erguidos, à

revelia, pelos populares, em zonas que já haviam sido limpas pelas autoridades, com o objectivo de fazer parte deste grande projecto, ora visitado pelo Chefe do Executivo angolano, na última segunda-feira. Ainda de acordo com Adriano Mendes de Carvalho, muitos dos que se arrogam proprietários de parcelas de terrenos naquela zona, não possuem qualquer documentação e, sendo assim, não são legítimos proprietários.

No entanto, os camponeses em causa dizem que desenvolvem a sua actividade agrícola naquela área, há muitos anos, assim como não se opõe a edificação de qualquer projecto social na zona mas, que devem ser condignamente indemnizados.

Quanto às residências que foram destruídas pelas autoridades, disseram que a maioria das mesmas são de carácter definitivas e que foram deitadas por terra a baixou, para deixar uma impressão a caravana presidencial de que as coisas caminham bem naquelas paragens.

Terror

Os camponeses classificaram como sendo um clima de terror, o que se assistiu no passado sábado, 21, e domingo, 22, respectivamente, nas zonas onde estavam instalados, há muitos anos, os associados das cooperativas do Banza Yeto, Côa Leite e Zona 5. Tal como contaram, as máquinas e homens armados chegaram ao terreno na manhã de sábado e começaram a destruir tudo, incluindo os mantimentos da última colheita. Os populares, tal como afirmaram, foram apanhados desprevenidos. "Para não deixarem vestígios, os escombros das residências destruídas, assim como outros haveres foram enterrados em buracos abertos para o efeito", contaram, visivelmente desiludidos, acrescentando que quase que ninguém conseguiu "salvar" os seus bens, como roupa, dinheiro e mobiliários que se encontravam no interior das residências. "Alguns conseguiram aproveitar alguma coisa, não muito significativa, enquanto a maioria perdeu tudo, inclusive os currais dos animais foram destruídos, tendo estes se metido em debandada pela mata fora".

Os nossos interlocutores disseram, igualmente, que esta estratégia, que visou enterrar os escombros, deveu-se para que os visitantes encontrassem toda zona limpa, uma vez que já teriam comunicado aos Serviços de Apoio do Presidente da República que naquela zona já não existiam camponeses. "As autoridades ludibriaram o Presidente da República, porquanto ai, até dois dias antes da sua visita, residiam camponeses que foram barbaramente escorraçados das terras em que labutam, faz tempo".

No entanto, os mesmos, que se colocam na condição de lesados, pedem ao Presidente da República, no sentido de criar uma Comissão de Inquérito para apurar os factos no terreno, de como, alegadamente, terá sido ludibriado. "Nós os camponeses do Banza Yeto, Côa Leite e Zona 5 estamos dispostos a colaborar com a referida Comissão, no sentido de identificarem as áreas onde foram enterrados os escombros das residências demolidas e outros bens."

Ancião desmaiou

Na medida em foram sendo demolidas as casas, muitos que assistiam, não aguentaram encarar a realidade, como é o caso do ancião Diniz, de 80 anos, que desmaiou quando a sua era jogada num buraco. Incapaz de abrir, devido a presença de militares afectos ao Regimento de Luanda e efectivo da Polícia Nacional, o mesmo desmaiou no local, tendo sido

socorrido pelos demolidores e quando recuperou foi questionado pelo proprietário da empresa Tahall, israelita de nacionalidade, à quem lhe foi dada a responsabilidade para erguer o Projecto Integrado de Desenvolvimento Agrícola da Quiminha, nos seguintes termos: -ó velho, onde é que você saiu? Volta lá onde saíste".

Na mata sem, água nem comida

As fontes que temos vindo a citar, denunciaram, também, que depois da máquina demolidora ter feito seu trabalho, deixando "limpo" terreno, os camponeses que insistiram em se manter na zona, até a chegada da caravana presidencial, foram colocados, à força, em camiões e transportados para as matas onde terão permanecido, pelo menos até, a última quinta-feira, 26, altura em que procedíamos ao fecho da presente edição.

Os mesmos foram submetidos em condições desumanas, sem água, nem alimentação, tal como denunciaram as fontes do Manchete.

"Os governantes temiam que os camponeses fossem denunciar ao Presidente da República que estão a ser maltratados, por isso foram escondidos nas matas, enquanto o Presidente visitava a zona".

Ainda de acordo com as suas declarações, muitos dos populares que foram, forçosamente, colocados nas matas, não têm por onde ir, alegadamente, porque os seus únicos abrigos foram destruídos na investida de sábado e domingo passado. "Muitos não têm residência em Luanda ou outras áreas e não sabem o que fazer porque lhes foi destruído tudo o que possuíam".

"Não viviam lá"

No entanto, as autoridades administrativas do Icolo e Bengo, asseguraram ao Manchete que os populares em causa não vivem naquela área, mais sim, em algumas zonas de Luanda, como Central idade do Kilamba, Rangel, Cazenga, Viana, Cacuaco, entre outras e só se deslocam para lá no intuito de venderem terrenos.

Adiante lembrou que as entidades legais a quem compete ceder terrenos são o governador da Província, ministro do Urbanismo e o administrador municipal. Por essa razão é que muitos não possuem a titularidade de posse dos terrenos que dizem ser sua propriedade, por terem adquirido os mesmos por caminhos ínvios.

Por outro lado, está a ser dado como certo, pelas autoridades, que os camponeses denunciante terão sido mal aconselhados, razão porque tentaram afrontar as autoridades, mesmo sem possuírem qualquer titularidade de posse do terreno. Estes, porém, são aconselhados a seguir os trâmites legais para evitarem situações anómalas no futuro.

7.10 Tiroteios em conflito de terra

Jornal A Capital

28 De Novembro de 2015

Texto: Marcos António

Em menos de cinco dias, já depois da morte de três cidadãos em consequência de conflitos de terra, o bairro 'Viva a Paz', arredores da cidade de Benguela, registou dois tiroteios, com a Polícia a efectuar vários disparos para dispersar centenas de populares concentrados no espaço em litígio, soube o semanário A Capital.

Apesar do clima de tensão, a comunidade continua de pedra e cal no local, ao lado do novo mercado informal, num sinal de que o conflito não tem fim à vista. Nos dois momentos de pânico, segundo o relato de testemunhas, homens da Intervenção Rápida disparavam quase que "de forma ininterrupta", forçando a população a fugir para áreas seguras.

À hora do fecho desta edição, quinta-feira, a comunidade, estimada em mil cidadãos, continuava concentrada, como que a reforçar a convicção quanto à titularidade dos terrenos.

Há dois anos, segundo referem alguns populares, a Administração da Zona havia delimitado, ao ceder lotes a empresas, para efeitos comerciais, e a pessoas singulares, para a construção de casas.

Hoje, para o espanto das mesmas fontes, alguns trabalhadores administrativos, com Manuel Catumbela à cabeça, estarão a negociar a parte cedida a populares, procurando vender cada lote a 400 mil Kwanzas. "Não temos este dinheiro, mas queremos construir. Os senhores dizem que as terras são da reserva fundiária, não acreditamos", sustenta um popular.

Ainda condoídos devido à morte de "três irmãos", que foram a enterrar no início desta semana, membros da comunidade que se sente injustiçada prometem ir até às últimas consequências e reafirmam que a parcela da Administração já foi utilizada.

O Governo da província de Benguela continua em silêncio face a um cenário adverso à paz social, que está na origem de muitos apelos de segmentos da sociedade preocupados com o que se passa.

Sobre a morte dos cidadãos, o Executivo limitou-se a explicar que os agentes da Polícia agiram em legítima defesa, para o espanto do jurista David Mendes, advogado das famílias das vítimas. "O processo nem sequer tinha sido aberto", dizia o causídico, que defendia medidas que ajudassem a dar resposta a situações como as que agora se verificam no 'Viva a Paz'.

7.11 Governo regulariza ocupação de terras

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2015

Texto: Nilza Massango

O governador de Luanda, Graciano Domingos, anunciou que a província conta a partir de Dezembro com unidades de regularização fundiária. A Informação foi prestada sexta-feira no município de Belas, onde visitou projectos habitacionais, programas de reabilitação das vias secundárias e terciárias e o sistema de recolha de resíduos sólidos.

Graciano Domingos disse que as unidades vão ser instaladas em todos os municípios da província e atendem, os interessados em obter terrenos nestas áreas.

Os serviços tratam dos expedientes burocráticos relacionados com o direito de superfície, o registo fiscal e predial.

O governador de Luanda sublinhou que "a ocupação desordenada cria problemas ao Estado e provoca desperdício de recursos". Por isso, explicou, o Governo reforça a regularização jurídica da ocupação

fundiária e do acompanhamento da construção de habitações.

A Administração Municipal de Belas deve elaborar planos de urbanização a serem submetidos ao Governo Provincial, para haver uma gestão do solo mais ordenada.

Graciano Domingos visitou a Urbanização do Vitrona, Sossego, loteamento no Bairro dos Bitas, assim como os projectos de construção de casas evolutivas no Bita Tanque e na Sapú. "O município de Belas tem problemas de infra-estruturas e de organização.

O esforço do Governo Provincial de Luanda vai no sentido de concluir a organização do território de Belas e nomear as autoridades administrativas nas com unas e bairros, para que em todo o município se faça sentir a autoridade administrativa", disse na ocasião.

Lixo no Calemba 11

A Rua Direita do Calemba 11 continua a ter graves problemas de saneamento básico e higiene. O lixo ocupa grande parte da via, o que provoca transtornos à circulação de veículos e de pessoas, além de afectar a saúde pública.

Graciano Domingos disse que apesar das dificuldades financeiras, o Governo Provincial vai realizar no município de Belas uma grande campanha limpeza.

7.12 Património imobiliário começa a ser registado

Jornal de Angola
29 De Novembro de 2015

Uma campanha de registo do património imobiliário do município de Luanda começa no dia 10 de Dezembro, na Ilha do Cabo, anunciou na sexta-feira a vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) para a Área Económica, Financeira, Orçamental e Modernização Administrativa, Amélia Rita.

Em conferência de imprensa, Amélia Rita disse que, para o efeito, 50 técnicos da GACL participam desde sexta-feira numa acção formativa.

A vice-presidente da CACL revelou que após a acção formativa, os especialistas entram em actividade para recolher informações relativas ao ano de construção do imóvel, número de compartimentos, acesso a água canalizada, sistema de saneamento e energia da rede eléctrica. A campanha é realizada por quatro equipas

constituídas por igual número de elementos identificados que efectuam visitas ao domicílio e procedem ao preenchimento de questionários.

A Comissão Administrativa vai criar uma base de dados com estas informações, no intuito de apoiar outros órgãos do Estado. A campanha tem como objectivo determinar a quantidade e qualidade do património imobiliário. A iniciativa não tem objectivos de natureza fiscal, mas é meramente administrativa e estatística. O município de Luanda é constituído pelos distritos urbanos da Maianga, Ingombota, Rangel, Samba, Sambizanga e Kilamba-Kiayi.

7.13 Construção em áreas de risco é sancionada

Jornal de Angola
30 De Novembro

O governo está a preparar legislação para responsabilizar os chefes de família que edificam habitações em zonas de risco, pondo em perigo a família e para se evitar situações menos boas que ocorrem sempre que chove, anunciou o governador de Luanda, Graciano Domingos.

Em entrevista à Angop, o governador reconheceu que não há fiscalização que seja suficiente para estar em todo lado e a toda hora para impedir as construções em zonas de risco. "Acho que uma das grandes apostas que devemos fazer é na educação e consciencialização das pessoas; não podemos agir como se fôssemos irracionais".

Para Graciano Domingos, existe uma anormalidade mental, "porque é inconcebível que um chefe de família, sabendo do risco que corre, erga a casa em área de risco, pondo em perigo toda a sua família".

"Tem de haver aqui a intervenção dos assistentes sociais e até mesmo de psicólogos", frisou, tendo anunciado a actualização anual do Plano Provincial de Contingência e o reforço na educação das populações no sentido de não construírem em áreas de risco.

Graciano Domingos disse que o Governo Provincial de Luanda tem um plano provincial de contingência, que é actualizado todos os anos.

"Nós actuamos em cadeia. Há responsabilidades municipais, provinciais e responsabilidades do nível central. Por exemplo, sempre que ocorrem chuvas, o primeiro a actuar é o município e se este se sentir incapacitado acciona a província e este, por sua vez, recorre ao Ministério do Interior", explicou.

Segundo o governador, no que diz respeito à prevenção de desastres, tem de se continuar a insistir na educação das populações no sentido de não construírem em áreas de risco.

Plano Director de Luanda

O Plano Director Geral de Luanda, que aborda de modo integrado o desenvolvimento da província, possui soluções técnicas para a situação dos transportes na capital do país, disse o governador provincial, Graciano Domingos.

O governador adiantou que naturalmente que os recursos escasseiam para a sua implementação.

"Mas neste momento já existem obras a decorrer, como a questão do metro de superfície, a ligação ao novo aeroporto, a construção da via rápida para autocarros. Mas achamos que, para se melhorar a mobilidade em Luanda é necessário que se distribua a actividade económica por todo o território da província", esclareceu o governante. Segundo Graciano Domingos, neste momento, notam-se movimentos pendulares, onde de manhã todos saem da periferia para o centro e a tarde o inverso. A periferia pratica' mente desempenha a função de dormitório, o que faz com que todos tenham que se deslocar para o centro da cidade para resolvermos mais variados problemas.

O responsável adiantou que se existirem os serviços espalhado por toda província de Luanda não haverá necessidade de alguém que vive em Viana ter de vir ao centro para levantar dinheiro, pagar uma multa, procurar emprego ou trata: um bilhete de identidade.

"Logo, é necessário que haja investimento na periferia, pulverizemos o desenvolvimento pelo território e evitemos ao mínimo possível os movimentos pendulares que actualmente notamos na nossa vida quotidiana", referiu. Quanto à conclusão das vias de Estádio 11 de Novembro/Estalagem e Benfica/11 de Novembro, o governador acredita que os "timings" serão cumpridos. No entanto, como a obra está a ser dirigida pelo Ministério da Construção ela é a melhor propriedade para fazer referência a isto.

Falando sobre o número de acidentes e suas consequências, Graciano Domingos adiantou que existem em Luanda 6,5 milhões de habitantes num espaço bastante exíguo, é natural que quando acontece um acidente existam graves consequências, mas deve-se continuar a investir na prevenção rodoviária e na coo locação de mais agentes de fiscalização na via e evitar que pessoas alcoolizadas, desencartadas conduzem.

7.14 Jovens recebem espaços para construção

Jornal de Angola

30 De Novembro de 2015

Texto Estanislau Costa

Um número considerável de jovens filiados em diversas associações do Lubango está a ser contemplado com terrenos loteados na nova zona urbana da Figueira, localizada nos arredores da cidade, para o fomento da auto-construção dirigida.

O topógrafo-chefe da administração municipal do Lubango, Ribeiro da Silva, que avançou ontem os dados ao Jornal de Angola, informou que foram distribuídos espaços de mil, 800 e 600 metros quadrados, favoráveis à implantação de qualquer projecto habitacional unifamiliar.

"Os jovens empreendedores ganharam espaços suficientes para a materialização do sonho da casa própria e criar ainda nos mesmos espaços condições para erguer pequenos estabelecimentos para prestação de diversos serviços, notadamente farmácia, cabeleireiro, entre outros.

Ribeiro da Silva explicou que o processo de urbanização e loteamento contempla a abertura de novas avenidas, ordenamento e classificação dos aglomerados suburbanos e urbanos, reserva de espaços verdes e locais para o repovoamento de árvores, redes eléctricas, água e saneamento básico.

Esclareceu que a administração municipal do Lubango continua a desenvolver acções favoráveis a melhoria da comodidade e conforto das famílias, principalmente as que vivem em zonas consideradas de risco, criando para o efeito espaços mais seguros. O topógrafo-chefe argumentou que a maioria dos populares concentrados nas zonas de risco do Lubango vive em casebres erguidos próximo aos riachos, na montanha da Chela, que circunda a cidade, áreas de drenagem das águas das chuvas e de esgotos, razão que motiva as autoridades a encontrar soluções imediatas. Ribeiro da Silva anunciou que a futura zona habitacional da Figueira possui mais de mil e 600 hectares, sendo que o processo de loteamento e urbanização já feito permitiu distribuir 799 parcelas de terras, na primeira fase, 2.330, na segunda, e na terceira 1.200 lotes.

"Este processo, conduzido pelo administrador municipal do Lubango, Francisco Barros, vai culminar com a valorização da zona envolvente do Estádio da Tundavala, Estação Ferroviária e aeroporto internacional da Mukanka", disse Ribeiro da Silva.

Importa realçar que, com a implementação, há cinco anos, do programa de fomento habitacional e realojamento das famílias que residiam em zonas de risco, a cidade do Lubango começou a expandir-se para as zonas da Chavola, Mutundo, Eywa, Quilemba, onde está em curso a construção de 11 mil casas de vários tipos.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Criados conselhos comunitários nos bairros

Jornal de Angola

1 De Novembro de 2015

O director do Gabinete de Estudos e Regulamentação do Comando Geral da Polícia Nacional, comissário José Cunha da Piedade, disse sexta-feira que no âmbito da criação dos conselhos comunitários de segurança, os brigadistas da Amangola vão trabalhar com a corporação.

O oficial superior da Polícia Nacional, que falava à Angop à margem de uma palestra em Cacucaco sobre "A Importância e o Papel das Brigadas Comunitárias Bom Kamba", considerou como mais-valia o projecto da União das Associações Locais de Angola (Amangola) de melhoria da qualidade de vida nas comunidades e de participação destas na limpeza e recolha dos resíduos sólidos.

Segundo o comissário, a integração dos brigadistas vai permitir a identificação das causas que originam o sentimento de insegurança nos bairros e ajudar a Polícia na vigilância das infra-estruturas básicas, no âmbito do policiamento de proximidade.

A polícia está engajada não só no combate ao crime, mas também na demonstração do seu lado social junto das comunidades. A actuação dos brigadistas, em princípio, é voluntária. Inseridos nos seus bairros, afirmou, "estão em melhores condições de relatarem de forma realista os problemas de insegurança na zona e sugerirem a melhor forma de intervenção policial para o combate aos crimes".

Para o responsável do departamento de monitorização da Direcção de Operações e Fiscalização da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), Eduardo Zua, que dissertou sobre a "Participação das brigadas na limpeza e recolha de resíduos sólidos", a limpeza da capital do país deve ser da responsabilidade de todos os municípios e não apenas das brigadas comunitárias da Amangola.

Zua referiu-se ao novo modelo de recolha do lixo na cidade de Luanda e pediu paciência aos cidadãos. "As soluções são graduais, tendo em conta que o modelo é recente, daí que para que haja êxito todos os municípios devem participar, em particular as brigadas comunitárias."

O novo modelo "está a merecer todo o aprimoramento" e estão a ser colocados novos contentores para a deposição dos resíduos sólidos em vários pontos da cidade.

As Brigadas Comunitárias "Bom Kamba" são uma iniciativa da Amangola, constituída à luz do programa "Amar o Bairro". Estatutariamente deve ser integrada por cidadãos nacionais, membros ou não da agremiação, estando voltada para a execução de acções sociais.

A Amangola é uma instituição da sociedade civil com estatuto de utilidade pública, criada a 6 de Julho de 2013. A Amangola conta actualmente com delegações nas províncias de Luanda, Cabinda, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Bengo, Benguela, Huíla, Huambo, Malanje e Uíge.

8.2 Cercados pelo próprio lixo

Jornal A Verdade

3 De Novembro de 2015

Texto: Wilson Lourenço

O projecto tomou-se um nado-morto, deixando a população à mercê de doenças. Com as chuvas à porta, reza-se para que Deus ponha a mãos e nos livre de males maiores. Pobreza é crime!

Num ápice, como uma epidemia fora de controlo das autoridades, o lixo tomou conta da cidade grande.

As zonas periféricas são as mais afectadas, onde a convivência com os resíduos se tomou normal.

Numa ronda efectuada pelos Cacucaco, Sambizanga, Cazenga e Rangel, pudemos constatar amontoados de lixo nas ruas principais e passeios. Na rua da Petrangol, no sentido descendente para a Comarca de Luanda, a lixeira ocupa grande parte da estrada.

Para agravar a situação, os turismos que fazem serviços de táxis naquela zona param muitas vezes no meio da via, cortando aos demais, qualquer hipótese de circular.

Algumas situações registadas são de extrema gravidade, como o amontoado de lixo junto à porta de uma residência e de um posto de transformação de electricidade na rua que dá acesso ao Mercado dos Kwanzas, situação que pode terminar num incidente de grandes proporções, batando para tal que alguém resolva pôr fogo aos resíduos, prática que se tornou comum nos últimos dias.

"Já não aguentamos mais. Dormimos e acordamos com os vermes a entrarem pela casa adentro. Os meus netos deixaram de brincar aqui fora. Ainda por cima junto à cabine de electricidade. É um perigo para nós", desabafou a moradora.

Mais grave ainda é a lixeira formada junto à Refinaria de Luanda, onde outro PT está cercado pelo lixo. "Não sabemos se autoridades não estão preocupadas com esta situação. Se alguém decidir queimar o lixo, que o diabo seja surdo e mudo, será uma tragédia. A Refinaria está aqui bem perto. Nem quero imaginar", lamentou-se um vizinho.

Ainda na mesma - estrada do Mercado os Kwanzas, os passeios estão transformados em depósitos de lixo. Os transeuntes são forçados a circulantes entre as viaturas, correndo sérios riscos. A situação deixa intrigada dos os moradores da zona. "Todos os dias, os vendedores pagam uma senha. Aonde vai esse dinheiro, que não é possível contratar uma empresa para manter a limpeza da zona?", questionam.

A praga do lixo, que parece não ter fim à vista, é extensiva a outras artérias da cidade de Luanda. Do Cacucaco, passando pelo Sambizanga, Cazenga e Rangel, o filme em cartaz é o mesmo: "cercados pelo próprio lixo". O ar na periferia de Luanda está irrespirável.

8.3 Razões financeiras e sentido patriótico

Jornal A Verdade
3 De Novembro de 2015

O governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, tem reiterado que estão em curso a regularização, junto do Ministério das Finanças, das questões de ordem financeira, inerentes a suportar as despesas do novo modelo de recolha de resíduos sólidos.

O responsável máximo pela gestão da capital do país reconhece que problemas de natureza orçamental que estão na base do insucesso do novo modelo de recolha do lixo na cidade. "Houve problemas de natureza orçamental. O novo modelo entrou em funcionamento a 01 de Agosto mas não tivemos de imediato o desembolso financeiro que assegurasse a sustentabilidade do mesmo".

Graciano Domingos tem apelado, também, ao sentido patriótico dos empresários, instituições escolares e religiosas para fazerem emergir nos seus bairros ou distritos urbanos, lideranças para que se

encare a questão da limpeza como parte da cultura quotidiana de cada um.

O GPL, de acordo com Graciano Domingos, continuará a coordenar as campanhas massivas mensais de limpeza, enquanto as administrações municipais deverão realiza-las duas vezes por mês, com vista a se minimizar os grandes focos de lixo.

8.4 Luanda toma medidas de prevenção

Jornal de Angola
12 De Novembro de 2015

As autoridades sanitárias apelam à população para o reforço de medidas de prevenção contra a malária e outras doenças, como a cólera, muito frequente nesta época do ano em que as chuvas caem abundantemente.

A directora do Gabinete Provincial da Saúde de Luanda, Rosa Bessa, disse ontem à agência Angop, que nesta época do ano há proliferação de mosquitos, causadores de malária e doenças provocadas pela ingestão de água e alimentos contaminados com microorganismos. Para prevenir e tratar casos de cólera, as autoridades sanitárias estão a melhorar o funcionamento das unidades de tratamento nos municípios de Belas, Cazenga, Viana e Luanda. Rosa Bessa aconselha que, em caso de suspeita de cólera, as pessoas devem acorrer a uma unidade sanitária próxima da sua residência, mantendo o paciente hidratado, mediante a ingestão de água.

Embora Luanda não registe casos de cólera desde 2013, as medidas de prevenção devem ser reforçadas, melhorando as condições de higiene dentro de casa e no ambiente de trabalho.

Além disso, o lixo produzido nos lares e arredores deve ser colocado em sacos de plástico e, depois, depositado em contentores.

Rosa Bessa apelou para a observância dos cuidados básicos de higiene pessoal, como lavar as mãos antes de comer e depois de utilizar o quarto de banho ou latrinas, e evitar comer alimentos expostos ao ar livre ou sob suspeita de mau acondicionamento. A directora aconselhou ainda a lavar as frutas e verduras em água desinfectada com lixívia e deixá-las de molho, sendo dez gotas para cada litro de água. Recomendou também o consumo de água filtrada, ou fervida e desinfectada com cloro.

"É preciso evitar contacto directo com água de enchentes e alagamentos, uma vez que esta pode

provocar, além da cólera, outras enfermidades como hepatites e febre tifóide", referiu.

A cólera é uma doença causada pelo micro-organismo vibrião colérico, que tem capacidade de se multiplicar em grande velocidade dentro do intestino humano.

Provoca fortes reacções de fermentação dentro do aparelho digestivo e liberta uma toxina que desencadeia intensa diarreia.

O seu contágio dá-se, principalmente, através da água e de alimentos contaminados pelo vibrião colérico, tendo como principais sintomas a diarreia, vómitos, dores de barriga e calafrios, provocando uma enorme perda de água que, conseqüentemente, gera desidratação intensa e risco de morte, caso o paciente não seja socorrido com urgência. Por esta razão é preciso reforçar a prevenção

8.5 Tractores e camiões de recolha de lixo provocam acidentes em Luanda

Jornal República

13 De Novembro de 2015

Texto: Mwata Kalucango

As chuvas que caíram sobre a cidade capital, no passado dia 6 de Novembro, serviram apenas como demonstração daquilo que poderá vir a ser Luanda nos próximos dias. Ruas alagadas, casas inundadas, deslizamento de terras e estradas intransitáveis passarão, nas próximas semanas, a fazer parte do quotidiano dos luandenses.

Para além disso, há ainda os constrangimentos causados pelas empresas de recolha de lixo que actuam em Luanda. Ao que tudo indica, as mesmas elegeram o período nocturno para efectuar a recolha e o transporte de lixo e de resíduos sólidos.

No entanto, no decorrer das suas actividades, muitas vezes os operadores das mesmas empresas param os tractores e camiões nas faixas de rodagem, o que representa um perigo para os demais automobilistas (aumentando o número de acidentes), uma vez que a maior parte das vias de Luanda carece de iluminação pública.

8.6 Empresários apostam no reaproveitamento do lixo

Jornal A Capital

14 De Novembro de 2015

Texto: Mirene da Cruz

É de direito angolano e tem no negócio de reaproveitamento de resíduos sólidos o seu principal "core business. Estamos

a falar da empresa Karam Indústria, que, por via de um investimento de 9 milhões de dólares lançou mãos em algo que pouca gente entre nós ainda procura ignorar: a reciclagem do muito que vai parar ao lixo, fazendo, preferencialmente, reaproveitamento de produtos como o chumbo, alumínio e cobre, numa "aventura" iniciada desde 2014.

Hoje, com o longo tempo de trabalho, a empresa já estabeleceu contratos com as maiores empresas de automóveis estabelecidas no país, como é o caso da Toyota e da Hunday, a quem fornece lingottos, matéria-prima com finalidade variada.

Segundo o seu director executivo, Folito Diawará Gaspar, a primeira empresa a servir-se do produto da Karam Indústria foi a Toyota, a quem inicialmente forneceu cerca de 22 toneladas de lingottos produzidos com o alumínio recolhido, para depois elevar para 23 mil toneladas o volume de entrega do mesmo produto.

Nesta altura, conforme o responsável, a Hunday também demonstrou o devido interesse pelo produto daquela empresa.

"Com a segunda empresa, já queríamos produzir algo mais acabado, como uma peça específica", pontualizou o responsável, para quem a intenção não foi aprovada pela empresa de automóveis, uma vez que a preferência da empresa recaía mais nos lingottos.

Ainda assim, o interesse pelos produtos reaproveitados pela Karam Indústria cresceu, ao ponto de empresas como a Caterpillar ter, para além de contratar o fornecimento de lingottos, negociado a possibilidade da produção de peças de que necessita.

Em função das inúmeras solicitações, Folito Gaspar disse estar a empresa a dotar-se de condições técnicas para o efeito.

Revelou que neste momento está em processo de montagem mais uma fábrica, que inclui a balança industrial, para além da pavimentação de pelo menos um hectare de terra.

"Porém, o investimento ainda é muito elevado, pelo que é um projecto que vamos realizar a longo prazo", referiu.

Enquanto isso, outras indústrias não menos importantes, procuraram pelos serviços da empresa de reciclagem.

Entre os interessados está a Daixinjapan que manifesta interesse por tubos de cobre, produto direccionado para a indústria nuclear.

Segundo o director executivo Karam Indústria, a empresa só não iniciou a produção por falta de máquina, que já está a ser fabricada, cujo investimento está orçado em 5 milhões de dólares.

"Quanto ao cobre, temos recebido muito dos nossos fornecedores", tal como disse.

Mas a Daixin japan não é a única.

Quem, como ele, também quer os serviços da Karam Indústria é a Sheider Electric, que solicitou a produção de placas de chumbo para serem usadas nas máquinas de Raio X.

Uma mais-valia para o emprego

Uma das mais-valias proporcionadas por essa empresa de reciclagem reside nos postos de trabalho criados com o investimento no negócio de reaproveitamento das matérias-primas referidas.

Números avançados pela direcção da empresa apontam para cerca de 450 o universo de trabalhadores ao seu serviço.

Entre esse universo está Andrade Ferraz, supervisor dos trabalhadores, e Marcos Jacob, chefe de segurança interna, que estão na empresa desde a sua criação.

Mas a meta da empresa, segundo o seu director, é a de atingir os 600 funcionários, enquanto as demais máquinas estiverem inactivas.

"Porque depois de termos todas as máquinas funcionais, vão precisar de mais mão-de-obra", explicou, aludindo-se ao facto de uma máquina poder fazer o trabalho de 10 pessoas.

Por isso mesmo é que a empresa prima pelo reaproveitamento do pessoal, no sentido de dar continuidade ao que expatriado tem feito.

Esta é também uma das formas que a empresa encontrou para diminuir os custos, dado que, manter um estrangeiro em território nacional é, no entender de Folito Gaspar, bastante oneroso.

"Temos que pagar alimentação, residência, transporte", explicou Folito, que olha para isso como um encargo que pesa em demasia na estrutura de custo da empresa, assim como é também enorme os gastos com o combustível que assegura o funcionamento do grupo gerador.

É que, segundo aquele responsável, devido a deficiência no fornecimento de energia eléctrica o recurso aos geradores tem sido a alternativa da empresa.

"Esta situação torna as despesas muito elevadas, queixou-se.

8.7 Província de Luanda sem casos de cólera

Jornal de Angola

14 De Novembro de 2015

A directora do Gabinete Provincial da Saúde em Luanda pediu ontem à população para reforçar a prevenção contra a malária e doenças hídricas nesta época do ano, por haver proliferação de mosquitos e propensão para a ocorrência de problemas causados pela ingestão de água e alimentos contaminados com microrganismos.

A médica Rosa Bessa, que falava à agência Angop, garantiu que as autoridades sanitárias de Luanda estão a melhorar e a reforçar o funcionamento das unidades de tratamento criadas nos municípios.

A responsável pela saúde da população de Luanda alertou que, em caso de suspeita de cólera, os cidadãos devem acorrer a uma unidade próxima da sua residência e manter-se hidratada, mediante à ingestão de água ou outros líquidos.

Apesar de Luanda não registar casos de cólera desde 2013, as medidas de prevenção devem ser reforçadas, com a melhoria das condições de higiene dentro de casa e também no ambiente de trabalho, assim como a eficácia na recolha e tratamento do lixo.

A médica lembrou que devem ser adoptados cuidados básicos de higiene pessoal, como lavar as mãos antes de cada refeição e depois de utilizar o quarto de banho, e da abstenção de comer alimentos expostos ao ar livre ou sob suspeita de mau acondicionamento. Lavar as frutas e verduras em água desinfectada com lixívia (para cada litro de água 10 gotas) e deixá-las de molho, bem como a ingestão de água filtrada, fervida e desinfectada com cloro, são outras recomendações feitas por Rosa Bessa, para quem deve ser também evitado o contacto directo com água resultante de enchentes, por poder causar, além da cólera, outras enfermidades como hepatites e febre tifóide.

A cólera é uma doença causada pelo microrganismo "vibrião colérico", que tem a capacidade de multiplicar-se em grande velocidade dentro do intestino humano, provocando fortes reacções de fermentação dentro do aparelho digestivo e a libertação de uma toxina que provoca uma intensa diarreia. O contágio transmite-se, principalmente, através da água e de alimentos contaminados pelo vibrião colérico, tendo como principais sintomas a diarreia, vômitos, dores de barriga e calafrios, provocando uma enorme perda de água, que consequentemente gera desidratação intensa e risco de morte, caso a pessoa não seja socorrida com urgência por especialistas em saúde pública.

8.8 Aterro sanitário é insuficiente

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2015

A cidade de Luanda precisa de mais aterros sanitários para uma maior eficiência na recolha e tratamento de resíduos sólidos, defendeu ontem em Luanda a engenheira de minas Domingas da Encarnação Bezerra Júlio.

Em declarações a propósito do segundo período das defesas de dissertações de mestrados em engenharia do ambiente, que terminaram ontem na Universidade Agostinho Neto (UAN), a especialista argumentou que o único aterro sanitário existente na cidade recebe diariamente quantidades de lixo três vezes superiores ao programado.

Domingas Júlio defendeu a tese "da eficiência na recolha de resíduos urbanos na província de Luanda".

8.9 Fiscais vão travar transgressões

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2015

Texto: Nilza Massango

O Governo da Província de Luanda vai trabalhar com o Ministério da Administração do Território para recrutar fiscais e dar início a um programa de formação com vista a actuarem no interior dos bairros e garantirem o cumprimento da Lei das Transgressões Administrativas, anunciou o governador provincial de Luanda.

Graciano Domingos falava depois da visita, quarta-feira, ao município de Viana, para constatar o sistema municipal de limpeza, o programa de reabilitação das vias secundárias e terciárias, bem como o formato organizacional da administração local. A deficiência na recolha do lixo é um dos problemas centrais da actual governação, apelando mesmo à necessidade de se aprimorar a organização na prestação do serviço, quer da sociedade, das administrações municipais e do próprio Governo da província, admitiu Graciano Domingos.

Taxa de resíduos

o governador provincial de Luanda disse que a partir de Fevereiro do próximo ano a província de Luanda conta com um modelo de recolha de resíduos sólidos mais eficaz. "Está em preparação um modelo de actuação mais elaborado que vai determinar a eficácia no trabalho realizado pelas operadoras principais e pelas microempresas". Por enquanto, frisou, o Governo Provincial trabalha na proposta de taxa de resíduos sólidos. Na proposta consta a cobrança de uma taxa por residência e estabelecimento comercial. O pagamento da taxa é mensal, semestral ou anual e cobrada pela administração municipal com apoio do Ministério das Finanças.

"Neste momento a limpeza urbana é um encargo exclusivo do Estado. O cidadão deve participar, o que vai evitar, no futuro, as oscilações em termos orçamentais", explicou o governador, antes de advertir que quem não pagar a taxa fica sujeito a uma multa, além do pagamento da taxa, e acredita que com o pagamento da taxa vai haver maior exigência por parte da população relativamente ao serviço prestado pelas administrações municipais. "Vai haver legitimidade activa tanto da parte do cidadão que

contribui como da parte da administração que presta o serviço". Graciano Domingos constatou que a

população deixou de acumular lixo no interior dos bairros mas deposita-o na via pública e apelou às comissões de moradores para sensibilizarem a população, principalmente a que despeja o lixo na linha férrea.

Zonas de risco

Ainda no município de Viana, o governador provincial constatou as zonas de risco no bairro Caop B e Zango I, onde existem ravinas que tiram o sono aos moradores, principalmente em tempo de chuva, causando a inundação de muitas residências.

Acompanhado do director-geral da Unidade Técnica de Saneamento de Luanda, Graciano Domingos admitiu que as valas a céu aberto são grandes focos de doenças. Enquanto não se realizam as grandes obras, admitiu, é encontrar soluções imediatas que garantam algum conforto e segurança às populações.

Olhando para o município de Viana, o governador provincial disse haver ainda tarefas por executar em termos de organização do território. "Viana cresceu muito, o que significa que do ponto de vista da organização administrativa e do funcionamento administrativo tem de se fazer um grande esforço para dotar a administração de infra-estruturas e de mais quadros para responderem ao crescimento".

8.10 Operadoras voltam a criar buracos e a destruir passeios

Jornal Manchete

20 De Novembro de 2015

Testo: Moreira Mário

As operadoras de recolha de lixo em Luanda voltaram a criar grandes buracos e a destruir passeios e muros das casas ou instituições nos locais por onde têm feito a remoção dos resíduos, o que está a contribuir para a degradação da higiene nestas zonas.

Segundo constatou o Manchete, algumas operadoras ao usarem maquinarias pesadas na remoção do lixo, acabam por criar grandes buracos que com o tempo aumentam e impossibilitam o acesso ao local. Trata-se, porém, de uma prática que há muito terá sido já abandonada, fruto da proibição imposta pelas autoridades.

Entretanto, analisando o assunto, Jacinto de Almeida, professor de educação moral e cívica do ensino primário, é de opinião que deve se criar urgentemente programas de sensibilização, com vista a educar a população sobre as consequências que podem advir através do lixo. "Anteriormente já não se via tanto

lixo nas ruas porque as pessoas haviam adquirido uma certa consciência, quanto a desvantagem que este fenómeno pode provocar à saúde pública. Hoje as coisas mudaram tão bruscamente: mesmo estando a bordo de uma viatura joga-se objectos pela janela, o que não é benéfico para qualquer sociedade", comentou o académico ao Jornal Manchete. Quanto às operadoras de recolha de lixo, Jacinto de Almeida defende maior fiscalização das mesmas. Recomendou também o uso de medidas sólidas em relação a qualidade dos serviços prestados por de cada uma delas, acreditando que só assim poderia se evitar a destruição dos bens públicos.

8.11 Tratamento do lixo: a lição de Laúca

Jornal O PAÍS

20 De Novembro de 2015

Texto: André Mussamo

Laúca não é apenas este gigante que em 2017 vai gerar 2070 megawatts de electricidade, diminuindo em 30% o deficit de necessidades energéticas do país, é concomitantemente uma "cidade amiga do ambiente".

A obra do Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca gera e manda para o aterro sanitário 190 toneladas de resíduos industriais, dentre outros, sucata metálica, madeira residual, pneus, restos de betão, filtros de óleo e lubrificantes.

Outras 250 toneladas de resíduos industriais têm destinos diversos, como a madeira que é triturada e entra como ingrediente de compostagem, virando adubo orgânico; a sucata metálica e o papelão que são entregues a uma empresa de reciclagem e os resíduos contaminados com produtos oleosos que são incinerados.

O projecto, dotado de tecnologia de tratamento e reutilização de água para prover as suas necessidades e operacionalidade nos alojamentos, escritórios, cozinha e canteiro de obras, capta em média 240.000 m³ por mês de água bruta do leito do rio. Deste total, cerca de 30% é reusada, ou seja, cerca de 72.000m³ por mês de água, volume que representa o suprimento de água para uma cidade com 15.000 habitantes. O reuso dos efluentes tratados de fácil implantação possibilitou eliminar totalmente o lançamento de efluentes no rio, gerando ganhos ambientais.

A inevitável degradação da flora em consequência do movimento de maquinaria está prevenida através de um programa de reflorestamento que conta com a

participação das comunidades envolventes que reproduzem espécies locais para serem replantadas nas zonas degradadas. Neste momento, 35 hectares de áreas degradadas ao longo do perímetro toda a água passível de nova utilização segura, reduz ao mínimo a emissão de gases e poeiras através de um programa de controlo e fiscalização do impacto ambiental, por via de um programa específico que tem no seu ponto fulcral a zona do aterro sanitário.

"No aterro vêm parar todos os resíduos resultantes da obra e do dia-a-dia da sobrevivência das equipas. A título de exemplo, os restos de comida que sobram no refeitório, que serve mais de 20 mil refeições dia, que depois de separados viram adubo e fertilizante destinados a incrementar a produção agrícola e a jardinagem" revela o engenheiro Vicente Justino, responsável pelo departamento do ambiente em Laúca.

Portanto, em Laúca sobra o que não tem reuso, como, por exemplo, partes dos filtros automóveis, parte do plástico e da borracha dos pneus dos carros e máquinas. A indústria de reciclagem no país ainda ser incipiente como faz questão de sublinhar Vicente Justino.

Os responsáveis pelo saneamento e ambiente em Laúca têm como objectivo fulcral deixar o menor impacto possível quando a obra terminar. Os dejectos não reutilizados e que não podem ser incinerados são processados e acondicionados num verdadeiro aterro sanitário, que já começou a usar a terceira nave das 4 previstas. O aterro é construído observando padrões técnicos recomendados pela auditoria ambiental da obra.

8.12 Lixo é outro dos cartões-de-visita do Bairro

Jornal Grandes Notícias
21 De Novembro de 2015

As lixeiras que são agora o principal "cartão-de-visita" na área, são autênticos focos de doenças, particularmente para as crianças que no dia-a-dia, logo pela manhã deslocam-se das suas casas para a escola e vice-versa.

Na situação actual, para quem se desloca em viatura, no troço em que se duraria menos de quinze minutos para se chegar a estrada principal, agora gasta-se mais de trinta minutos... Noutro, ângulo, alguns conglomeradas habitacionais que se encontram nos morros da Boavista, depois de terem sido desocupados por se encontrarem em situação de

riscos, ao que tudo indica, voltarem a ser ocupados por populares.

A situação obrigará novamente as autoridades municipais, sob a égide do Governo de Luanda a evacuar novamente as populações para as áreas já localizadas, como os Zangos (1,2,3,4...).

8.13 Cercados pelo próprio lixo

Jornal A Verdade
27 De Outubro de 2015
Texto: Wilson Lourenço

O projecto tomou-se um nado-morto, deixando a população à mercê de doenças. Com as chuvas à porta, reza-se para que Deus ponha a mãos e nos livre de males maiores. Pobreza é crime!

Num ápice, como uma epidemia fora de controlo das autoridades, o lixo tomou conta da cidade grande.

As zonas periféricas são as mais afectadas, onde a convivência com os resíduos se tomou normal.

Numa ronda efectuada pelos Cacucos, Sambizanga, Cazenga e Rangel, pudemos constatar amontoados de lixo nas ruas principais e passeios. Na rua da Petrangol, no sentido descendente para a Comarca de Luanda, a lixeira ocupa grande parte da estrada.

Para agravar a situação, os turismos que fazem serviços de táxis naquela zona param muitas vezes no meio da via, cortando aos demais, qualquer hipótese de circular.

Algumas situações registadas são de extrema gravidade, como o amontoado de lixo junto à porta de uma residência e de um posto de transformação de electricidade na rua que dá acesso ao Mercado dos Kwanzas, situação que pode terminar num incidente de grandes proporções, batando para tal que alguém resolva pôr fogo aos resíduos, prática que se tornou comum nos últimos dias.

"Já não aguentamos mais. Dormimos e acordamos com os vermes a entrarem pela casa adentro. Os meus netos deixaram de brincar aqui fora. Ainda por cima junto à cabine de electricidade. É um perigo para nós", desabafou a moradora.

Mais grave ainda é a lixeira formada junto à Refinaria de Luanda, onde outro PT está cercado pelo lixo. "Não sabemos se autoridades não estão preocupadas com esta situação. Se alguém decidir queimar o lixo, que o diabo seja surdo e mudo, será uma tragédia. A Refinaria está aqui bem perto. Nem quero imaginar", lamentou-se um vizinho.

Ainda na mesma - estrada do Mercado os Kwanzas, os passeios estão transformados em depósitos de lixo. Os transeuntes são forçados a circulantes entre as viaturas, correndo sérios riscos. A situação deixa intrigada dos os moradores da zona. "Todos os dias, os vendedores pagam uma senha. Aonde vai esse dinheiro, que não é possível contratar uma empresa para manter a limpeza da zona?", questionam.

A praga do lixo, que parece não ter fim à vista, é extensiva a outras artérias da cidade de Luanda. Do Cacuaco, passando pelo Sambizanga, Cazenga e Rangel, o filme em cartaz é o mesmo: "cercados pelo próprio lixo". O ar na periferia de Luanda está irrespirável.

8.14 Governo desperta para o fisco na economia informal

Jornal A Capital

28 De Novembro de 2015

Texto: Presbítero Lundenge

Avelino A1meida diz não ser desejo seu sujeitar-se às condições como aquelas vividas por quem, para fazer face às necessidades do quotidiano, é obrigado a recorrer à venda informal.

As necessidades decorrentes da falta de emprego são, no seu caso particular, o factor que o força a diambular de um ponto para o outro comercializando tudo quanto é susceptível de dar algum dinheiro para complementar as despesas de casa e custear os seus estudos.

Ele, segundo revelou, gostaria ganhar esse dinheiro em lugar mais decente, à exemplo de um mercado apropriado, mas fá-lo por via da venda em ruas por não encontrar espaço livre nos mercados disponibilizados pela direcção de mercados e feiras do Governo de Luanda.

"Ainda não apareceu", disse, referindo-se à espaços nos mercados existentes. Clama, por isso, por quem o possa viabilizar o acesso a um desses mercados recentemente construídos, dado que a falta de lugar é o justificativo para a sua opção pela venda em ruas.

Uma razão que também levou pessoas como a senhora Nigeriete dos Santos a descaracterizarem o cenário nas imediações do mercado do São Paulo, onde ruas e passeios converteram-se em autênticas praças.

"Já tentei vender lá dentro", explicou Nigeriete, apontando para o referido mercado onde, segundo ela, "fomos impedidos de trabalhar", até que se viu

obrigada a montar o seu negócio em pleno passeio reservado à peões.

Tudo porque o interior do mercado não cabe para todo o mundo que tem na venda informal o seu ganha pão, como desabafou Angelina Paulo, colega de Nigeriete, que denuncia existirem pessoas com licença de ocupação de espaço, que, entretanto trespassaram-na a terceiros.

A ausência de espaços nos mercados não é a única razão da presença de venda em lugares impróprios, havendo quem, como júlia Mateus, justifique a preferência pelo mercado de rua com outros argumentos: "vender lá dentro não tem muitos clientes".

Foi desse argumento que ela se serviu para, há coisa de um ano, partir para aquilo que alguém considerou como concorrência desleal, "roubando" à boca do mercado os clientes de colegas instaladas no interior onde ela abandonou o espaço a favor de uma amiga.

O Executivo angolano vai avançar com medidas para disciplinar o exercício da actividade comercial em Angola e anuncia acções que visam a reconversão do comércio informal para o formal.

A medida visa, entre outras coisas, contribuir para o aumento das receitas tributárias não petrolíferas, por via de um programa que envolve os governos provinciais, naquilo que tem a ver com o levantamento das cantinas existentes nas respectivas áreas de jurisdição.

O propósito é o de viabilizar o processo de transferência dos operadores do comércio informal para galerias comerciais a serem criadas com tal finalidade. E a intenção não é nova, tendo sido, em tempos, avançada pelo secretário de Estado do Comércio, Álvaro Paixão júnior que, na altura, orientou igualmente os governos provinciais "a proibirem a transformação das residências em lojas".

O Ministério do Comércio vai, por isso, investir em galerias comerciais, para absorver os agentes do comércio informal, uma iniciativa que se enquadra no programa de reconversão do comércio informal para o formal.

O sector tutelado por Rosa Pacavira pretende, assim, pôr ordem no circo, implementando acções com o propósito de trazer também para a formalidade as pessoas que se dedicam à venda de produtos diversos um pouco por todas as ruas da cidade.

Com o mesmo propósito, o Executivo tem vindo já a servir-se de um programa denominado "Meu negócio minha vida", que prevê a criação de espaços infra-

estruturados para acolher os vendedores que alegam falta de lugares nos mercados disponíveis.

A iniciativa enquadra-se no processo de ordenamento da actividade comercial no país, que implicou a adopção de um novo regime de licenciamento, que torna a emissão do alvará num expediente mais célere e menos oneroso.

E é de oportunidades como estas que jovens como Paulo da Silva gostaria tanto de beneficiar para melhor exercer o seu trabalho de barbeiro, profissão que garante sustento a si e respectiva família.

Ocorre, entretanto, que o seu trabalho é exercido numa barraca precária montada na rua Ngola Kiluanji, ao Hoji-ya-Henda,

Só que dessa e várias outras actividades lucrativas exercidas no sector informal, o Estado pouco ou nada obtém como dividendo em forma de impostos.

8.15 População pede transferência

Jornal A Capital

28 De Novembro de 2015

Texto: Osvaldo de Nascimento

Moscas nos quintais, mau cheiro, fumo tóxico resultante da queima do Lixo, eis o cenário em que vivem os populares que residem nas cercanias do Aterro Sanitário, sob o risco de graves problemas de saúde.

"A recolha do lixo deveria ser uma prioridade, pois, ninguém gosta de viver ao lado de tanta sujidade", desabafou Florença Rafael, para quem, em condições normais, com o Aterro ali, "estaríamos mais confortáveis por termos a estrutura que trata do lixo nas proximidades".

Contudo, atestou, "parece que estão mais interessados em tirar o lixo do centro da cidade do que dos arredores".

Cristóvão Manuel Francisco, morador do Mulenvos de baixo, teme, igualmente, pela saúde dos seus filhos, aliás, já vai pensando em abandonar o local, caso a situação prevaleça.

"Estamos com níveis de poluição atmosférica muito elevados. Há muita gente a sofrer. Todas as manhãs e noites os camiões de lixo passam super carregados, deixando cair resíduos ao longo da estrada", não obstante haver residências por perto, pessoas a vender nas bermas da via bem como crianças a circular.

"Por não merecer a atenção das autoridades, a situação até já parece normal", lamentou o jovem morador, que é de opinião que quem de direito deveria projectar outro local para a deposição do lixo, antes que não se dê uma epidemia de cólera.

"De manhã há um cheiro nauseabundo que invade as nossas residências. A cólera e o paludismo vivem aqui. Há várias barracas de venda de alimentos junto ao Aterro Sanitário, onde pessoas, principalmente trabalhadores da mesma empresa, consomem, desconhecendo risco que correm", alertou.

Questionada sobre os problemas a que se arrisca ao confeccionar comida naquela zona, Vító Filomena, proprietária de uma das barracas, defendeu-se dizendo que nasceu lá, tem 40 anos de idade.

"A Recolixo já me encontrou com o meu negócio. Onde estão a depositar o lixo, hoje, antes tiravam areia vermelha para vender e arranjar as estradas"; arrogou-se, sugerindo que, em vez de pensarem em tirar apenas as pessoas que vivem próximo à empresa, como o cheiro abrange todo o bairro, "o que têm que fazer é retirar o aterro junto das pessoas".

Na verdade, os dados são oficiais, Aterro Sanitário dos Mulenvos, recebia, por dia, até Março do corrente ano, cerca de 7,2 mil toneladas de resíduos sólidos, contra as 2,5 mil previstas no início da sua concepção.

Predominam os resíduos domésticos, comerciais, hospitalares e industriais.

Para o tratamento do lixo, após a deposição dos resíduos, ocorre o processo de isolamento do gás metano (CH₄), que é 21 vezes mais prejudicial à saúde humana que o dióxido de carbono (CO₂).

O Aterro Sanitário dos Mulenvos é considerado o maior de África, por possuir uma área de 270 hectares e sete camadas com sete metros de altura. Conta com 225 funcionários, dos quais 210 nacionais. O seu tempo de vida útil está projectado para 2030.

8.16 Sambizanga em situação precária

Jornal República

28 De Novembro de 2015

Texto: Augusto Abias

Tal como pudemos testemunhar, os bairros enfrentam vários problemas, nomeadamente a falta de esgotos, a proliferação de águas paradas, péssimo serviço de recolha de lixo e de resíduos sólidos, falta de água canalizada, péssimo sistema de fornecimento de energia eléctrica e muitos outros problemas, que

acabam interferindo directamente na qualidade e expectativa de vida da população e no seu respectivo crescimento.

Segundo os moradores, "a falta de saneamento básico facilita a reprodução de insectos que transmitem várias doenças", sendo as crianças, em geral menores de cinco anos, as mais afectadas.

Os moradores acrescentaram ainda que, na época chuvosa, as ruas e avenidas tornam-se intransitáveis, as "pessoas são obrigadas a usar botas e outro tipo de protecção", devido à quantidade excessiva de águas paradas, lamas e buracos.

Quanto à circulação de viaturas, "apenas os 'Jeeps' conseguem circular, mas com grandes dificuldades, de contrário os proprietários vêm-se obrigados a estacionar em locais muito distantes de casa.

Face à esta recorrente e lastimável situação que enfrentam os bairros, os moradores apelam à Administração local, na pessoa do presidente da Comissão Administrativa do município de Luanda, José Tavares, para que redobre esforços, no sentido de dar maior e melhor qualidade de vida a população.

8.17 Milhares de pessoas beneficiam de água

Jornal de Angola
02 De Novembro de 2015

Cerca de 20 mil pessoas do município do Gulungo-Alto, província do Cuanza Norte, beneficiam do abastecimento de água potável, como resultado da implementação de programas governamentais na região, sublinha um relatório distribuído no sábado à imprensa.

O documento refere que âmbito da implementação do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, relativo ao período de 2010 até ao primeiro semestre deste ano, foi possível melhorar o abastecimento de água a milhares de habitantes da região.

O município regista, nos últimos anos, níveis de desenvolvimento aceitáveis, destacando a construção, no período em análise, de três sistemas de captação, tratamento e distribuição da água nas comunas de Carnudo, Cerca e de Kiluanji.

A abertura de seis furos equipados, com bombas manuais, de três pontos de água, em pequenos

sistemas, e a construção de 32 chafarizes, bem como de 28 lavandarias, fazem ainda parte das realizações.

No domínio do saneamento básico, o documento relata a edificação de dois balneários públicos, no mercado do Triângulo, e de dez latrinas, no bairro Limitada, adjacente à sede municipal.

Com uma área de 1.989 quilómetros quadrados, o município do Gulungo-Alto tem uma população de 29.259 habitantes. A sua sede, Golungo Alto, dista 54 quilómetros a Noroeste de Ndalatando, capital da província.

8.18 Aumenta fornecimento de água e energia

Jornal de Angola
7 De Outubro de 2015
Texto: Nicodemos Paulo

Mais de quatro mil habitantes de bairros da periferia da sede provincial do Uíge beneficiam desde ontem

de água potável, revelou ontem a presidente do conselho de administração da Empresa provincial de Águas e Saneamento.

Emília Dias Fernandes disse que os beneficiários são dos bairros Popular, Capote, Pedreira, Cemitério, Bem-vindo e Dunga, tendo assegurado que o projecto vai ser estendido a outras localidades, nos próximos tempos.

Ao falar numa reunião com as autoridades tradicionais e coordenadores das comissões de moradores dos respectivos bairros, a responsável disse que o programa foi alcançado fruto do melhoramento do sistema de produção e distribuição de água à população da província.

A presidente do conselho de administração solicitou maior colaboração da população no consumo racional da água. Daí ter esclarecido aos participantes sobre a necessidade de se mobilizar os consumidores para acabarem com os desperdícios do produto.

Emília Fernandes falou ainda do estado actual do projecto de distribuição de água e energia eléctrica.

Os técnicos canalizadores e da área comercial estão a proceder a visitas às residências das localidades indicadas, com o objectivo de supervisionarem o equipamento instalado para depois se celebrar os contractos. O projecto está dividido em duas fases, estando já a primeira concluída e contempla 9.400 ligações domiciliárias. Neste momento, estas são regularmente inspeccionadas para evitar

constrangimentos no processo de fornecimento da água.

A segunda fase contempla outras dez mil ligações, tendo ressaltado que os trabalhos só ficam concluídos em Fevereiro do próximo ano. Em cada uma das residências estão a ser instalados contadores para maior controlo da quantidade de água consumida pelas famílias durante um mês. "Logo nos primeiros meses faremos a leitura ao contador. Mas, os consumidores vão pagar apenas uma taxa mínima pré-estabelecida pela direcção da empresa e posteriormente, cada um deverá pagar mediante a quantidade de água consumida", disse.

Para explicar os custos de produção da água potável, a importância do pagamento da taxa de consumo e incentivar a colaboração na conservação e manutenção do contador e da torneira, a Empresa Provincial de Aguas e Saneamento do Uíge vai realizar campanhas de sensibilização nos bairros, mercados e igrejas. Além disso, vai ser colocado um terminal telefónico à disposição da população, para facilitar a interacção da direcção da empresa e os consumidores.

Fim dos cortes

O director provincial da Energia e Águas do Uíge, Mendes Domingos, referiu que a implementação do novo projecto de abastecimento tem conhecido pequenos interregnos, devido a algumas correcções pontuais que são feitas em alguns bairros.

As correcções são resultantes do crescimento de beneficiários e daí a empreiteira proceder a algumas mudanças no desenho inicial do projecto. Assim, a distribuição de água vai ser faseada e abrange 12 bairros periféricos do Uíge.

O director salientou que, apesar desta mudança, está tudo a correr dentro da normalidade, assegurando que em breve a população vai dispor de água em abundância.

Em relação à distribuição da corrente eléctrica, disse que está a depender apenas da instalação de novos postos de transformação, para que os bairros estejam cada vez mais iluminados.

Esforços estão a ser envidados para a colocação de contadores pré-pagos nos bairros que ainda não beneficiaram de energia eléctrica, concluiu Mendes Domingos.

8.19 Água e energia electricidade chegam a mais famílias

Jornal Economia e Finanças

13 De Novembro de 2015

Texto: Adérito Veloso

Angola foi, durante muitas décadas, afectada pela guerra, que destruiu a maior parte das infra-estruturas que existiam. Com o alcance da paz, o país encontrou-se perante dois desafios importantes, nomeadamente o da reabilitação das infra-estruturas eléctricas destruídas pela guerra e o da expansão do sistema eléctrico, de forma a atingir um dos objectivos fundamentais do Executivo angolano que é o de reduzir a pobreza, pela via do aumento dos serviços sociais básicos, entre os quais o acesso à energia eléctrica e água potável.

Estratégia

Face aos novos desafios que se apresentam e havendo a necessidade da participação de agente privados no sector eléctrico, fez-se necessária actualização de toda a legislação com especial atenção lei geral de electricidade e à lei de águas, com vista à sua adequação à realidade do país.

Detentor de um imenso potencial hídrico, explorado em apenas cinco por cento, o país está também atento aos recursos renováveis, para ajudar na produção energética e consequentemente atender aos grandes centros de consumo.

Neste particular, em Angola, a aposta nas energias renováveis, tiveram início no final da década de 80, de quando foram implementados, a título experimental, projectos de energia solar fotovoltaica, para iluminação de residências, para secagem de peixe e para bombagem de água, nas províncias do Bengo e Huíla.

Na década de 90, o país possuía um centro de investigação e pesquisa de tecnologia de energias renováveis na localidade de Onga Zanga (Bengo), onde eram realizadas experiências de medições da velocidade do vento, electrificação solar e produção de electricidade a partir do biogás.

Programa

O Executivo angolano estabelece programas de desenvolvimento do sector eléctrico para os períodos 2009-2012 e 2013-2017, com tarefas ingentes de electrificação do território nacional.

Estão a ser desenvolvidos projectos com base no aproveitamento dos recursos naturais nas diversas localidades do país, assente na racionalização de recursos e produção de energia de forma económica e ambientalmente sustentável e acessível a todos.

Não obstante esse elevado potencial, o nosso país tem uma baixa taxa de electrificação, de cerca de 30 por cento, e uma elevada concentração da população na zona litoral, sendo prioridade do Executivo, encorajar a fixação da população nas suas áreas de origem e assim nivelar o desenvolvimento do país.

Deste modo, os projectos em curso visam levar a energia eléctrica às áreas rurais e periurbanas, num amplo programa que integre todos os recursos energéticos disponíveis localmente e assegurando viabilidade das soluções a adoptar.

Esses recursos incluem também as novas energias renováveis, e estamos a falar particularmente das energias foto-voltaica, solar térmica, cólica e da biomassa florestal e residual.

Projectos estruturantes

No domínio da energia, está em curso a ampliação da barragem de Cambambe, a construção da de Laúca e da central do ciclo combinado do Soyo, o que permitirá aumentar a potência instalada dos cerca de dois mil 162 megawatts actuais para cerca de 5 mil até 2017. Dos 85 por cento previstos, 68 da população já beneficia do precioso líquido, resultante do programa "Água para Todos". Estão em curso projectos de construção de sistemas de abastecimento de água para 132 sedes de município.

No sector das águas, durante o ano de 2015 foram concluídas as obras que permitiram servir 257.851

habitantes, em resultado da construção de 463 pontos de água e 120 sistemas de abastecimento de água, no âmbito do programa "Água para Todos". Por isso, a taxa de cobertura da população rural servida com água cifra-se em 63 por cento.

O Executivo está atento aos projectos que visam a manutenção e reparação dos equipamentos a fim de se prolongar o seu tempo de vida útil. Foram realizadas igualmente acções de reabilitação e expansão das redes de distribuição nas principais cidades e municípios, tendo sido executadas 506.910 novas ligações.

No âmbito do Programa de Expansão da Capacidade de Produção e Transporte de Energia Eléctrica, foram instalados mais 533 megawatts em diversas províncias.

Um factor importante que pode contribuir para tornar realidade estas intenções é a conclusão, em 2016 e 2017, dos projectos estruturantes de energia que são, por um lado, o alteamento da Barragem de Cambambe; a conclusão da Central do Ciclo Combinado do Soyo e da hidroeléctrica de Laúca e, por outro, a construção das 81 centrais municipais de captação, tratamento e distribuição de água, assim como a das estradas identificadas.

8.20 Benguela sem água durante cinco dias

Jornal Correio do Sul

13 De Novembro de 2015

A água não jorra das torneiras da cidade de Benguela durante cinco dias. Muitos cidadãos foram obrigados a percorrer mais de oito quilómetros para ter água em casa. Foi o que aconteceu com a dona Leonor Filipe, que teve de ir buscar água ao rio Cavaco, mas primeiro teve de cavar na areia, metro atrás de metro, até a encontrar.

Água pouco limpa, que não está nas melhores condições para o consumo em casa. Porém, a única alternativa, diz.

As jovens Rita Sousa, Catarina Baeta e Maria Vanda também foram à água ao rio Cavaco, mas regressaram com as bacias e os bidons vazios. A água já estava demasiado suja, afirmam não dava para o consumo humano, nem mesmo para lavar a louça, e pode provocar cólera e outras doenças.

Mesmo assim, segundo a dona Marcelina Bimta, havia pessoas que estavam a tirar água do rio para beber. Bimta refere que é desesperante que, 40 anos depois da independência, a água ainda não seja um

bem acessível a todos. "Só Deus para nos ajudar", exclamou, confessando que não tem fé no governo de José Eduardo dos Santos.

Outra cidadã, Zeferina Cassova, pediu também ao executivo que olhe mais para o povo. "Sofremos com a crise da comida, os preços dos alimentos sobem todos os dias e falta dinheiro e agora é a água. É muito sofrimento", lamentou.

Mais de 80% dos cidadãos com quem o Correio do Sul (CS) conversou desconheciam o comunicado que a Empresa de Águas e Saneamento de Benguela (EASB) divulgou a 9 de Novembro, fazendo menção de que haveria uma interrupção do fornecimento no dia seguinte.

Os cidadãos com quem falámos, no dia 11 de Novembro de manhã, disseram que não tinham água há já cinco dias.

No mesmo dia, director de comunicação e imagem da EASB garantiu ao CS que o fornecimento foi restabelecido. Lilas Orlov disse ainda que a interrupção se deveu a trabalhos nas condutas que permitirão aumentar a quantidade de água distribuída entre Benguela e Baía Farta.

Orlov salientou que as equipas técnicas trabalharam dia e noite para reporem a normal distribuição de água, assegurado que a água voltaria a jorrar das torneiras da cidade assim que os reservatórios voltassem a estar cheios. Para informações adicionais, remeteu-nos para o pronunciamento do Presidente do Conselho de Administração da empresa, o engenheiro Jaime Alberto, que seria feito na rádio local pública. Até ao fecho desta edição não foi possível trazer as explicações do responsável da empresa pública de Águas de Benguela.

8.21 Dipanda leva água a zonas carenciadas

Jornal O PAÍS

14 De Novembro de 2015

Texto: André Mussamo

Zenza do Itombe, Cassualala e Caxissa, para além de serem conhecidas localidades do município de Cambambe, têm ambas outro denominador comum. É que são as áreas que mais ressentem da carência de água potável.

No passado ainda colonial chegou a ser equacionada a alternativa de transporte do precioso líquido via vagões dos Caminhos de Ferro de Luanda, CFL,

camiónes cisternas e mais tarde ainda por furos herzeizianos e cacimbas.

Nem uma nem outra alternativa reduziu a carência na região. Para a sobrevivência das comunidades, a alternativa sempre constitui em buscar água em longínquos cursos de água ou transporta -Ia com os meios possíveis.

Hoje, dizem as autoridades, foi encontrada uma solução definitiva com a inauguração do mais ambicioso e moderno sistema de captação' tratamento e armazenamento de água na província do Kwanza-Norte.

Pelo Programa Água Para Todos, pelouro de Henrique André Júnior, investiu a quantia de 45 milhões de dólares americanos, cuja primeira fatia, de 15 milhões, deu lugar ao surgimento de duas estações modernas que aproveitam o abundante caudal do rio Lucala para oferecer solução ao velho problema.

A primeira estação está situada na Lucala 3 e tem capacidade de aduzir 720 metros cúbicos/dia e

armazenar em 6 reservatórios 1 milhão e quinhentos mil litros de água potável. A estação providencia água a várias localidades das comunas do Zenza do Itombe e parte de Massangano, num universo estimados de mais de 30 mil consumidores.

Para responder à demanda, a empreitada executada por um período de 2 anos pela empresa chinesa Sinohidro, estendeu uma rede com mais 50 quilómetros que asseguram a chegada da água a uma 39 chafarizes comunitários e mais de uma centena de ligações domiciliárias.

A segunda estação está situada na ponte Lucala 2 e assegura água aos bairros da comuna do Zenza do Itombe localizada entre Dondo e Ndalatando (Estrada Nacional230) com destaque para a 10 ser capacitados. Nos primeiros 3 meses de actividade, as operações ainda serão assistidas pelo empreiteiro, que fundo o prazo retira-se deixando a gestão ao pessoal local. O equipamento tem urna garantia de 12 meses.

O empreiteiro recomenda a capacitação técnica contínua dos operadores e a manutenção regular.

Para a inauguração dos empreendimentos ocorrida no âmbito dos festejos do 40º aniversário da Independência Nacional de Angola, o governador da província do Kuanza Norte, Henrique Júnior, fez -se acompanhar do director nacional das águas e de membros da sua equipa de trabalho. Nas comunidades beneficiadas os populares agradecem o presente do dia da independência.

O Soba Grande da Comuna do Zenza do tombe, Adão Pedro referiu que desde a fundação da sua comuna em 1920, este é o maior projecto de impacto directo feito na vida das pessoas. "Estamos muito satisfeitos. Hoje a água chegou graças a independência", comentou o soba.

Dona Felismina, moradora do Cassualala, considera a chegada da água canalizada à localidade como a tradução dos ganhos da independência em benefícios reais para a população. "Hoje deixei de ir ao rio com balde à cabeça, tenho água em casa. Quem diria!" enfatizou, tendo apelado à população para cuidar das infra-estruturas inauguradas, por se tratarem de bens que vão servir os cidadãos.

8.22 Habitantes já consomem água potável

Jornal de Angola

16 De Novembro de 2015

Texto: Valter Gomes

Milhares de habitantes dos bairros Kuilamba-Kuiaxi, Pedreira e Popular, na periferia da cidade do Uíge, beneficiam de água potável desde sábado, no âmbito do projecto de melhoria e ampliação da rede de distribuição de água em curso na sede provincial.

O governador provincial do Uíge, Paulo Pombolo, procedeu à abertura da nova rede de distribuição do produto e reconheceu que a água é um bem precioso para a população, daí o empenho das autoridades na resolução deste problema que afectava a comunidade e evitar doença no seio das famílias.

Numa primeira fase foram contemplados os três bairros e posteriormente o projecto estende-se a outros para as populações poderem consumir água potável e o Governo Provincial trabalha para melhorias das condições de vida dos habitantes, disse Paulo Pombolo, que acrescentou: "No passado, víamos muitas senhoras nas ruas a vender água imprópria no centro da cidade, situação que nos deixava preocupados. Felizmente, hoje temos água na cidade do Uíge e nos arredores. Esperemos que os habitantes cuidem bem dos equipamentos instalados para não voltarmos a percorrer longas distâncias em busca deste produto."

O director provincial da Energia e Água no Uíge, Mendes Domingos, explicou que a primeira fase do projecto contempla 136 quilómetros e 560 metros lineares, o que permitiu

5.7 56 ligações domiciliárias nos três bairros, correspondente a 61, 4 por cento do total de 9.400 ligações.

O director da obra da TSE, responsável pela primeira fase do projecto de água, António Sanchez, assegurou que os trabalhos efectuados têm garantia até 2053.

Esclareceu que após a abertura da rede no bairro Quilamba Quiaxi, Pedreira e Popular, o projecto estende-se a outros bairros onde vão ser feitas 2.670 ligações. O soba do bairro Quilamba Quiaxi, Dias Lomba, disse que com a conclusão da primeira fase do projecto, o Governo Provincial deu um passo importante na resolução da água, que muito preocupa a comunidade, atendendo que no passado eram obrigados a consumir o líquido retirado nos rios, sem a mínima higiene.

"Prometemos manter a vigilância e sensibilizar à população a cuidarem bem dos equipamentos que o Governo Provincial colocou a nossa disposição", garantiu a autoridade tradicional.

O rege dor do bairro Pedreira, Samuel Esteves, reconheceu as acções do Governo Provincial na solução dos problemas, sobretudo da água. "O bairro Pedreira nunca beneficiou de água potável, por isso estamos satisfeitos, pois já não temos razões para caminhar longas distâncias, como no passado."

Os trabalhos de reabilitação e ampliação da rede de distribuição de água potável da cidade do Uíge e arredores começaram em 2013 e ficam concluídas em 2016.

8.23 Água chega a localidades do Cuanza Norte

Jornal de Angola

17 De Novembro de 2015

Texto: Manuel Fontoura

As populações das localidades de Dange ya Menha e Zenza do Itombe, no município de Cambambe, beneficiam Já de água potável a partir de novos sistemas de captação, tratamento e distribuição, disse ontem o director provincial de Estudos e Planeamento do Governo Provincial.

Gonçalo Ribeiro informou que os sistemas inaugurados são, na sua maioria, financiados pelas autoridades locais e foram construídos no âmbito do Programa "Água para Todos", desenvolvido pelo Executivo em todo o país.

A captação para o Zenza do Itombe, Cassualala e outras várias outras localidades é feita a partir do

rio Lucala III e o sistema dispõe de uma capacidade para tratar 15 mil litros de água por hora, armazenada num tanque de cerca de 25 mil litros. Vão ser construídos 39 chafarizes e 123 ligações domiciliárias, com uma rede de tubagem com cerca de 35 quilómetros, disse Gonçalo Ribeiro.

Além do Zenza do Itombe, o sistema beneficia as localidades da Aldeia Nova, Nova Cassualala, Calengue, Alto do Branze e mais sete aldeias que se encontram ao longo do traçado do projecto.

la a comuna de Dange ya Menha vai ser abastecida a partir de uma captação, a ser instalada no rio Lucala 11, com uma capacidade de bombear cerca de 10.500 litros de água a serem tratados num tanque de 225 mil litros e outros tanque intermédios. Até lá, vão estar disponíveis 11 chafarizes e 19 ligações domiciliárias, num total de 18 quilómetros de tubagem.

Novas rede

Nos municípios de Cazengo e de Cambambe foram construídas novas redes de distribuição de energia e foi construído o complexo turístico do Miradouro, todos inaugurados pelo governador provincial do Cuanza-Norte, Henrique André Júnior;

A província do Cuanza Norte atingiu já cerca de 80 por cento de cobertura, em termos de abastecimento de água, informou Gonçalo Ribeiro, que acrescentou que o somatório dos programas, quer o Municipal Integrado de Combate à Pobreza quer o de Investimentos Públicos, vão futuramente criar melhores condições para um melhor fornecimento de água. O abastecimento de água às populações destas localidades era feito através de duas cisternas da Administração Municipal de Cambambe.

Desde a existência da comuna do Zenza, as populações nunca tinha beneficiado de água potável produzida localmente. Esta região, desde 1975, era abastecida por comboio. O governador provincial Henrique Júnior inaugurou as novas redes de distribuição de energia dos municípios de Cazengo e Cambambe, completando assim a instalação de sistemas eléctricos de média e baixa tensão, incluindo quadros de distribuição de iluminação pública.

Em Ndalatando, foram instalados dez novos postos de transformação (PT), e cada um deles vai comportar redes de distribuição em baixa tensão, com uma potência total instalada de 454 KVA.

No Dondo, a nova rede de distribuição de energia vai ter dois pontos de alimentação distintos em 30 KVA, sendo um no Alto Dondo (.) outro no Dondo.

Com isso, embora as duas subestações estejam isoladas uma da outra, a redundância de pontos de alimentação em conjunto permite, em Caso de necessidade, ter um ponto de abastecimento a fornecer energia para as duas sub-redes,

Sobre esta nova rede de média tensão, implementada no Dondo e Alto Dondo, foram montados 21 novos PT, com cerca de 8.490 KVA de potência máxima, que vão transformar os 30 KVA de média tensão em 400Watts de baixa tensão.

Em seguida, é distribuída às zonas anexas de cada PT. Cada poste das redes de baixa tensão está equipado com uma luminária, com arranque automático e individual via onda crepuscular.

8.24 Água potável para milhões de pessoas em todo o país

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2015

Texto: Arão Martins

Mais de 350 mil pessoas passam a beneficiar de água potável, nos próximos tempos, no município do Lubango, no âmbito do Sistema Municipal de Abastecimento, anunciou ontem a responsável da área do ambiente da Direcção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas.

Alexandrina Pires, que falava durante a consulta pública, enquadrada na preparação do programa, referiu que o projecto para a cidade do Lubango prevê o aumento da rede de distribuição e da capacidade de armazenamento do produto tratado, o que facilita o abastecimento de mais de 350 mil novos consumidores. "Vão ser efectuadas em breve algumas ligações domiciliárias já existentes, mas que são consideradas precárias, abrangendo cerca de 42 mil pessoas".

O projecto perspectiva o aumento da capacidade nominal do sistema de produção de água tratada, instalação de método de telemetria, beneficiando a gestão, melhoria da tubagem de interligação do actual sistema de captação, o que permite uma optimização do sistema, explicou Alexandrina Pires.

Um total de 1.344.000 novas pessoas nas cidades do Lubango, Namibe, Dundo, Ndalatando, Uíge, Malanje, Cuito, Huambo e Luena são abrangidas pelo consumo de água potável, nos próximos tempos, com a implementação da segunda fase do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA), co-financiado pelo Banco Mundial e pelo Governo angolano.

A responsável da área do ambiente da Direcção Nacional de Águas informou que o referido projecto contempla a execução de mais de 1.220 quilómetros de rede e de 192 mil ligações.

Alexandrina Pires informou que a execução do projecto PDISA 11 é resultante da sequência do Projecto Um, que decorreu desde Fevereiro de 2010, envolvendo o apoio institucional, concepção e execução de sistemas de captação e abastecimento de água às cidades de Ndalatando, Malanje, Uíge, Huambo, Cuito, Luena e Lubango.

No âmbito deste projecto foram executados 643 quilómetros de rede e 132 mil ligações domiciliárias e o abastecimento de água a cerca de 924.000 pessoas, informou Alexandrina Pires, que explicou que no acordo de com financiamento entre o Governo de Angola e o Banco Mundial, uma das premissas é o cumprimento das políticas operacionais de salvaguardas ambientais e sociais.

Objectivos da consulta pública Representantes da sociedade civil e autoridades tradicionais participaram na consulta pública sobre a implementação do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas. Alexandrina Pires explicou que a consulta pública visa dar a conhecer o âmbito do projecto às comunidades e envolvê-las na sua execução. Identificar e prever os impactos ambientais e sociais do projecto (quer positivo, quer negativo), recolher e identificar medidas que evitem, minimizem ou até compensem os impactos negativos apontados, e valorização dos impactos positivos, constituem os pontos fortes da referida consulta pública, referiu Alexandrina Pires.

"Informar a comunidade sobre os mecanismos de ocorrências e reclamações é um dos motivos de consulta pública, que está a ser realizada em todo o país", concluiu Alexandrina Pires, a responsável da área do ambiente da Direcção Nacional de Águas.

8.25 Água representa riqueza para os projectos na Huíla

Jornal Economia e Finanças

20 De Novembro de 2015

Texto: Arão Martins

Com vista a proporcionar melhorias no sector agro-pecuário, o Governo da Província da Huíla projectou no seu Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo 2013-2017, um valor correspondente a 12 por cento do orçamento total previsto, para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e pescas. Em entrevista ao JE, o director provincial da Agricultura e

Desenvolvimento Rural, Pescas e Ambiente na Huíla, Lutero Campos, disse que o sector continua a crescer.

40 Anos da Independência. Já se pode falar de uma agricultura sustentável na província da Huíla?

Várias acções já constituem um facto e estão à vista de toda a gente. O sector da agricultura é das áreas que mais postos de emprego cria. Outro aspecto positivo é o facto de o cidadão ser o proprietário da sua própria parcela. Naturalmente, nos dias de hoje as comunidades já possuem título de concessão de terra. Os perímetros irrigados surgiram como ganhos aceitáveis na Huíla, como o das Ganjelas, Matala, Humpata e Neves, também na Humpata. São ganhos de vulto que permitem a produção de alimentos em grande escala, quer na área de cereais, hortícolas e frutícolas.

Tem havido programa de formação? A formação no sector da agricultura é outra mais-valia que se pode indicar como ganhos da Huíla. A funcionalidade do Instituto Médio Agrário do Tchivinguiro, que já formou milhares de jovens e o ingresso de jovens em distintas faculdades, para formação de especialistas em veterinária, engenharia, floresta e zootecnia. São vitórias conquistadas com a proclamação da independência. Durante esta fase, para as camadas mais desfavorecidas, começou a funcionar o crédito agrícola de campanha que, na Huíla, fez a primeira experiência em 2011 e actualmente vai-se numa segunda fase de implementação na campanha agrícola 2015/2016. Neste momento, o próprio agricultor também já se sente, não só como proprietário, mas também participe concreto do processo produtivo e da diversificação da economia. Tivemos outro ganho que é o Programa de Aquisição dos Produtos do Campo (PAPAGRO), que com os mercados de proximidade, o camponês sentiu-se motivado em produzir e comercializar o remanescente nestes pontos. Hoje, sentimos que em várias zonas rurais encontram-se muitos produtos agro-pecuários.

A cadeia de agro-indústria funciona?

Foram surgindo também as agro-indústrias. A Huíla dispõe de unidades de silo para poder produzir e conservar com maior segurança, as quais servem no período difícil de stock para alimentar as famílias. As infra-estruturas de apoio a produção estão montadas. Além das barragens e unidades de silo, a Huíla também já ganhou unidades de conservação a frio. O município da Humpata e Chibia já experimentaram o projecto Huíla-j. No município da Chibia está ainda em curso a implementação de uma unidade de frio com capacidade de armazenar mais de 2-400

toneladas de produtos diversos. Esta unidade vai entrar em funcionamento muito em breve. A unidade vai processar a conservação e a congelação dos produtos pecuários.

Actualmente, os investidores são direccionados em determinadas áreas, para exploração das diversas potencialidades. Temos estado a distribuir parcelas de terra em determinadas localidades onde as autoridades indicaram para se realizar o desenvolvimento de forma sustentável. Estamos a mentalizar as populações para uma convivência pacífica e sã, entre os camponeses, agricultores com os investidores.

Quais os benefícios que advêm destas iniciativas?

Este processo tem dois benefícios, que é de abertura de novos postos de trabalho e o outro é de fazer um melhor aproveitamento das terras nas áreas circunvizinhas por formas a que os beneficiários possam produzir e encontram o mercado de grande investidores, como é o caso do empresário, fazendeiro. Já se obtêm o "know-how", por formas a que os produtores possam melhorar os índices de produção e produtividade, para naturalmente se produz com maior qualidade, em conformidade da exigência do mercado.

Há dinamismo no porto logístico seco?

Todo apporto logístico está a ser de âmbito da criação de projecto e servir de benefício para o produtor singular e não só. O sector pesqueiro que está integrado na direcção provincial da Agricultura também regista avanços, já que antes eram pouco os meios para se obter melhorias na área do pescado. Ganhamos embarcações com ou sem motores, anzóis, redes, e outros equipamentos que facilitam realizar a actividade com maior segurança e nível desejado. Deu-se um passo qualitativo com o fomento da aquicultura. Temos que pensar que existem muitos recursos aquáticos e com essas bacias existentes tem que se melhorar na base dos recursos aquáticos e biológicos se melhorar a capacidade de intervenção. Vamos fazer com que a criação de pescado renda muito mais do que irmos ao rio sem sucesso. O processo da aquicultura quer ao nível municipal quer comunal prossegue em marcha de triunfo. Com a experiência e o potencial existente, já se conseguiu fazer um aproveitamento em seis meses, tirar mais de seis toneladas de pescado e: nesta altura, está-se na terceira fase de extracção. Isso tudo, são ganhos dos 40 anos de Independência Nacional. A Huíla dispõe de muitas albufeiras, rios, lagoas e que se pode fazer ali um bom aproveitamento.

A Huna é um potencial forte na produção de cereais e não só. Os níveis de produção já são satisfatórios. Quero dizer que estamos a bom passo. Para a campanha agrícola 2015/2016, as autoridades locais programaram cultivar 205 hectares de terra para a produção agrícola. Naturalmente que na primeira época estão a se produzir cereais, dentre os quais o milho, massango, massambala e até o próprio feijão. Aproveitamos ainda as zonas com maior quedas pluviométricas. Sabemos que hoje ainda se processa agricultura de sequeiros e aproveita-se as zonas do norte da Cacula, Caluquembe, Chicomba, Chipindo, Quipungo e Matala, fazer-se grandes produções de cereais, sem descorar noutras e depois nas zonas um pouco críticas efectuar entre Outubro a Janeiro. Na segunda época, finais de Janeiro até Março, fazer a cultura das leguminosas, como o feijão e depois pegar na terceira época que vai de finais de Abril a Julho para fazer hortícolas, principalmente a batata rena, pimento, cenoura e aproveitando sempre nas zonas baixas, entre Julho a Setembro, tirar maior aproveitamento da humidade para servir na pré-época que é das nakas, onde os agricultores lançam a semente para terem a massaroca em verde e terem uma mais-valia em termos de ganhos. Está fase toda, em termos de asseguramento, citada é que completa 605 hectares, Queremos também dizer que na zona leste da província, sobretudo no Cuvango, produzir muita mandioca. Estamos agora a preparar alguns programas para aproveitar a zona de meio entre montanhas e vales, para a produção do arroz e o trigo. Por isso, já se faz essa produção, mas que carece de maior divulgação dessa cultura para se poder aumentar.

São boas as previsões que se tem para isso e vamos fazer com que o arroz que é produzido na província do Cuando Cubango também se pode processar isso. Existe boas zonas para promover essa produção.

O sector pecuário está saudável?

Já se sabe que a parte pecuária é um ganho já conquistado na província, com maior solidez a existência do maior efectivo pecuário do país que ronda em gado bovino 1.200.000 cabeças, caprino um milhão e igual número para o gado caprino, suíno e ovino. Está ainda em curso o projecto de relançamento da produção avícola. É verdade que o governo da província está empenhado para a reconquista de ostentar do parque industrial avícola, com a produção de ovos em grande escala. De algum tempo a esta parte, houve anos em que registou-se baixa de aves e com pouca oferta. Foi virado o curso da história e conseguiu-se reconquistar o sector avícola no sector tradicional e tem que se introduzir o melhoramento conforme se assistiu até nos anos 90.

A área florestal está intacta?

Actualmente, ainda contamos com muitas áreas florestais e com polígonos florestais e alguns madeiros que extrai a madeira mas com uma visão ambiental um pouco fraca. Temos que efectuar a exploração de madeira mas com a devida reposição. Nem sempre todos compreendem esse facto, que as vezes têm uma implicação muito negativa forte. As alterações climáticas que se assistem aqui e acolá é fruto deste desastre ecológico que vai havendo. É preciso fazer o corte com reposição. O subsector ambiental tem estado a trabalhar nesta área. A província também tem produtos florestais não madeireiros. Fruto disso utiliza-se muita bebida. Na província já se faz o aproveitamento aceitável de mel em quantidade considerável nos municípios de Cuvango, Matala, Jamba e que este mel deve ser aproveitado e processado. Temos estado a efectuar o levantamento em conformidade com o programa do sector da Indústria, denominado Perfil, para que se faça o aproveitamento aceitável desses produtos. Vamos continuar a trabalhar por formas a que os ganhos sejam aceitáveis.

Os apicultores estão associados com representação na província e a nível nacional.

Fez referência do número de hectares anualmente. O número de famílias que 510 inseridas satisfaz? Estamos a trabalhar com o mínimo de 289 mil famílias que são assistidas normalmente, quer a nível do programa de extensão de desenvolvimento rural assim como do programa provincial do Governo e parceiros sociais, que são as Organizações Não Governamentais (ONG) e outros. É por isso, que com outros parceiros, como a União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA), tem se estado a efectuar um trabalho com vista a que se consiga ter um maior número de camponeses a serem assistidos e que os benefícios estão a ser bons. Hoje já se entrega inputs agrícolas, como sementes e os camponeses fazem o reembolso que é colocado avante a disposição de outros camponeses com carência de sementes. Este programa está a surtir efeito de algum tempo a esta parte. É neste universo que se assiste um grande número. Um outro aspecto importante é dentro deste campo que também estão os programas de crédito. Hoje os programas de crédito agrícola de campanha com a participação de três bancos, como Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco Sol e Banco de Comércio e Indústria (BCI), mas também há outros, programas de parceiros sociais, como a ADRA, que trabalha com o Banco BCI na Humpata e que apoia os agricultores e camponeses na área do crédito. Outro ganho é o aparecimento do crédito em várias vertentes.

A produção a nível dos perímetros irrigados da Matala. Ganjela e Neves é efectiva?

A produção ao longo do perímetro irrigado da Matala já transporta uma grande tradição. Neste âmbito é muito boa. Muitos dos agricultores confluem a produção nos mercados e são inundados com a produção. Ainda não se tem muita sagacidade de ir a procura dos mercados e colocar lá os produtos. Mas isso vai se fazendo paulatinamente. Sabemos que quando chega a altura da colheita da batata, encontra-se muita batata no mercado com baixo preço. Temos estado a assistir que há muita produção neste sentido. Hoje também vai se assistindo muita desistência ao longo dos perímetros irrigados. Ou porque alguns não têm muita disponibilidade de tempo para poderem estar ali e produzirem ou porque os mercados quando a produção é excessiva e não encontram na mesma altura no mercado e compensar os gastos feitos ou a projecção daquilo que o próprio produtor tinha feito, já que os encargos tende a ser incluído nos lucros. Vamos ter que fazer muitos contactos com vários mercados para que os produtos encontrem espaço. As feiras também são uma solução de promoção dos produtos. Isso tudo é uma organização que está a ser criada e profissionalizada e um dia poderemos encontrar solução de tudo que produzimos e vender.

A promoção da divulgação é efectiva?

O processo está a bom caminho e é preciso a participação de todos na divulgação de tudo que se produz, no chamariz dos compradores ou consumidores. A nível da nova legislação diz que só se importa aquilo que não se produz a nível interno e esse factor é motivador e incentivador para que a produção seja feita com maior fluidez e responsabilidade. O que está agendado a nível da província da Huíla e se for conseguido a breve trecho, fazer a conclusão das barragens a nível do Caculuar vamos encontrar outras albufeiras para se fazer o cultivo e produção de peixe. Vão se criar mais postos de emprego e das famílias. Unindo esses factos poderemos encontrar alguma solidez na população nos grandes programas que se tem. Está a ser afinada uma máquina que desemboca no sector ambiental.

A exploração do Parque Nacional do Bicuar pode constituir uma mais-valia na arrecadação de receitas?

O parque Nacional do Bicuar se brevemente conseguirmos fazer a exploração ecoturística naturalmente que vai ser um dos postos de arrecadação de receitas. Os vários estudos de impacto ambiental que muita dessas empresas que fazem a exploração, como as pedreiras, grandes máquinas que

se utilizam, e se estiverem convencionadas e não despejem grandes quantidades de dióxido de carbono á atmosfera há-de ser uma grande mais-valia, porque o futuro está destinado a menor capacidade de alterações climáticas. Se reduzirmos esse feito, naturalmente teremos muito mais ganho.

As estações Zootécnicas funcionam e a participação dos grandes agricultores na Huíla são salutares? Temos actualmente duas estações na província. Uma estação experimental agrícola e duas estações zootécnicas. A estação Zootécnica da Humpata e de Quilengues. Reconhecemos que essas estações foram se degradando a medida que o tempo foi passando e hoje estão a merecer a reabilitação, através do projecto da Linha de Israel, que está a ser implementado por uma empresa agrícola daquele país e o governo da Huíla. Hoje já se pode encontrar novas estações experimentais. Já temos novo ganho. Hoje as culturas já são regadas a nível de um pivô com uma central. Por isso, deu-se outro salto. A plantação de plantas já se vai efectuar nestes locais, o que é salutar e com maior profissionalismo e termos plantas melhoradas. Temos praticamente a nova estação zootécnica. Estamos repovoa-la com o gado de duplo propósito, gado de carne e de leite também. Este é outro salto e vamos voltar a ter uma estação que produz leite e labora os subprodutos de leite, como queijo e manteiga. Vamos ainda ter uma estação que vai produzir ovos e que depois sirvam para serem fornecidas no laboratório de produção de vacinação.

Os grandes diagnósticos já são feitos com segurança na Huíla?

Sim. Como é sabido, o Ministério da Agricultura colocou na comuna da Palanca, na Humpata, um Laboratório de veterinária regional, que está a ser capacitado com empresas internacionais por formas a que o laboratório possa funcionar alguns dos seus apêndices e fazer diagnóstico a medida daquilo que temos na província e no país a nível do factor alimentar de gado. Estamos também a ter a formação de quadros neste subsector por formas a que se possa dar conta da actividade que se impõe.

8.26 Zenza-do-Itombe, Dange-Ya-Menha e Massangano O fim do calvário

Novo Jornal

20 De Novembro de 2015

Texto: David Filipe

SANDRA KAMUEZI é uma cidadã feliz. Desde segunda-feira, que na torneira da sua casa jorra água potável.

Natural da comuna de Dange-Ya-Menha, município de Cambambe, província do Kuanza Norte, Sandra Kamuezi recorda que desde a era colonial nunca foi instalada na localidade nem sequer um sistema de abastecimento de água potável.

Na comuna, o governador da província Henrique Júnior, procedeu à inauguração de um sistema de captação e distribuição de água, com uma capacidade de 550 metros cúbicos e dotado de um reservatório de 250 metros cúbicos de água, instalado no rio Lucala, a 18 quilómetros da sede da circunscrição.

A qualidade da água também é aprovada pela população, com 87% de classificação entre óptimo ou bom. Ser limpa, transparente, potável, tratada e gostosa estão entre as principais características positivas mencionadas.

Desde a captação nas represas, passando pelo tratamento até a rede de distribuição nos bairros, a água recebe um rigoroso controlo.

"Desde a era colonial até a data presente, o abastecimento de água era feita através de cisternas", explica o ancião Mateus Sardinha.

"Hoje, agradeço muito a Deus e ao Governo Central por ter tirado essa preocupação", destacou governador provincial.

"Antes a realidade do bairro era outra. O Governo tinha que enviar caminhões para abastecer as moradias. Hoje já não é mais necessário esse tipo de serviço", acrescentou.

Fazem ainda parte do referido sistema dois reservatórios intermédios com capacidade de armazenamento de 350 e 180 metros cúbicos, respectivamente, uma conduta adutora de 18 quilómetros, 11 chafarizes e 19 ligações domiciliárias e vai beneficiar mais de mil populares da aldeia de Caxissa e da sede comunal do Dange-Ya-Menha.

Felizes também estão os habitantes da comuna de Massangano, onde foi igualmente inaugurado um sistema de captação e distribuição de água com a capacidade de 720 metros cúbicos, construído na localidade de Nova Cassoalala, no mesmo rio em que foi instalado primeiro.

O sistema compreende ainda três reservatórios aéreos, sendo dois de média altitude e uma outra de 20 metros de altura, para permitir o fornecimento de água até a sede comunal do Zenza-do-Itombe, a 34

quilómetros do empreendimento bem como as demais aldeias situadas ao longo do trajecto.

A infra-estrutura, que comporta ainda 40 chafarizes e 123 ligações domiciliárias, vai também abastecer as aldeias de Cassoalala e Calengue, beneficiando mais de 11 mil populares.

Orçados em cerca de 15 milhões de dólares americanos, financiados pelo governo da província do Kuanza Sul.

8.27 Aumenta água potável no Bié

Jornal de Angola
26 De Novembro de 2015
Texto: José Chaves

Mais de 200 mil pessoas do município do Andulo, na província o Bié, vão beneficiar em breve de água potável, com a instalação de um novo centro de captação, tratamento e distribuição, revelou ontem o director provincial da Energia e Águas.

Abel Guerra assegurou que a construção do novo sistema, inserido no programa "Água para Todos", vai ajudar em grande escala a responder às necessidades da população e contribuir para a diminuição dos cortes no fornecimento. O director provincial da Energia e Águas realçou que o projecto de construção do centro de captação, tratamento e distribuição contempla a construção de uma conduta de água bruta, com cerca de 500 metros de extensão, e uma estação elevatória de produto tratado.

A construção de um reservatório "RI", com capacidade de 18 mil metros cúbicos, incluindo a interligação aos reservatórios, está igualmente prevista no projecto de edificação do sistema.

o director provincial da Energia e Águas referiu que já há uma estrutura em operação, com um sistema de captação moderno e composto por dois poços, quatro filtros, que, por meio de processos químicos e físicos, fazem com que a água se tome potável. Abel Guerra disse que a actual infra-estrutura precisa de ser reforçada, tendo em conta o aumento das ligações domiciliárias feitas em vários pontos da cidade do Andulo.

Apesar disso, o director da Energia e Águas do Bié garantiu que o abastecimento do produto a nível do município do Andulo está salvaguardado, afirmando que os esforços para a expansão da rede à periferia vão continuar.

Os outros oito municípios da província do Bié também vão ser contemplados com novos sistemas de abastecimento de água potável, concluiu director provincial da Energia e Águas.

8.28 A água que consumimos

Jornal Economia e Finanças
27 De Novembro de 2015

Para combater a situação da falta de acesso à água e proporcionar condições de vida básicas às populações, que não coloquem em perigo a saúde e o dia-a-dia das famílias, urge a necessidade de investimento em sistemas de saneamento básico e de abastecimento de água.

Foi com base nesta premissa que o Executivo angolano desenvolveu o programa "Água para Todos", que visa implementar sistemas de abastecimento de água em várias zonas de Angola, de modo a levar este bem precioso até largos milhares de pessoas e saneamento básico canalizado, que muito contribui para a melhoria das condições de vida.

Estes projectos, cujo objectivo principal é fazer chegar água própria para consumo humano, e não só, consistem na implementação de captações subterrâneas (furos no solo) e na devida implementação dos mesmos de modo a garantir-se o fornecimento de água limpa e potável.

Após a instalação de todo o sistema necessário para a captação, é ainda precisa a acomodação de equipamentos de bombagem e de sistemas de tratamento e desinfecção, para acumulação e distribuição da água.

Neste particular, vale referenciar que o contributo dos parceiros do Executivo, nesse ambicioso projecto, tem em vista A satisfação do consumidor final.

Os projectos em curso nas mais variadas regiões do país visam tão-somente distribuir água potável a um maior número possível de angolanos.

Deste modo, assume-se o compromisso de continuar-se a trabalhar para que a existência de água potável e o seu acesso sejam cada vez mais uma realidade em todas as províncias do país.

Recentemente, durante o discurso do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, sobre o Estado da Nação, lido na Assembleia Nacional pelo Vice-Presidente, Manuel Vicente, ficou claro quanto aos avanços e o forte impacto junto das populações rurais do programa "Água para Todos".

No discurso, realça-se o facto de O sector das águas, durante o ano de 2015, ter concluído as obras que

permitiram servir 257 mil 851 habitantes, em resultado da construção de 463 pontos de água e 120 sistemas de abastecimento, no âmbito do programa "Água para Todos". A taxa de cobertura da população rural servida com água cifrou-se em 63 por cento.

E, como ressaltou o Vice-Presidente, na leitura do documento na Assembleia Nacional, deveremos todos, no entanto, continuar a prestar mais atenção à manutenção e reparação dos equipamentos a fim de prolongar-se o seu tempo de vida útil.

O programa "Água para Todos", iniciado em 2007, tem sido desenvolvido com sucesso, beneficiando milhões de angolanos com água potável. Nos cinco primeiros anos, isto entre 2007 e 2012, o programa assegurou o consumo de água potável a pelo menos 60 por cento da população rural.

O programa já havia duplicado a cobertura do abastecimento de água potável no meio rural de 22 para 44 por cento, em dois anos, isto entre 2009 e 2011.

8.29 Água potável chega à periferia

Jornal de Angola

27 De Novembro de 2015

Texto: Nicodemos Paulo

Mais de dois mil moradores dos bairros Bem-vindo, Candombe-velho e Cemitério beneficiam de água potável, desde terça-feira, no âmbito do projecto de melhoramento do sistema de captação, tratamento e distribuição às populações da sede provincial do Uíge, informou ontem o governador provincial do Uíge.

Paulo Pombolo, que inaugurou a nova rede de águas do bairro Bem-vindo, referiu que o sistema vai facilitar o acesso da população a um bem indispensável à saúde, tendo em conta que a água tratada evita a proliferação de doenças, como a cólera e diarreias agudas.

O projecto de ampliação da rede de distribuição de água à cidade e periferia contempla mais de 20 mil ligações domiciliárias, a serem efectuadas em duas fases.

Na primeira foram realizadas mais de nove mil ligações, que beneficiaram os moradores do centro da

cidade e dos bairros Popular, Pedreira, Quilamba-Quixi, Bem-vindo, Candombe Velho e Cemitério, enquanto outros 12 bairros serão contemplados gradualmente na segunda fase do projecto.

O Governo está a acompanhar minuciosamente os trabalhos, para que tão logo seja possível toda a gente possa ter água potável a jorrar nas torneiras das suas casas.

Queremos que pelo menos no princípio do próximo ano possamos levar água a mais 12 bairros periféricos da cidade do Uíge.

Apenas pedimos paciência e colaboração da população", disse Paulo Pombolo. No Uíge, a empresa local de águas e saneamento está a colocar torneiras no interior dos quintais, para responsabilizar as famílias a cuidarem dos contadores, evitando o consumo excessivo de água e assumirem o pagamento das facturas. "Cada família vai pagar pelo consumo feito.

A empresa de água e saneamento vai, no final de cada mês, passar de casa em casa e fazer a respectiva cobrança. "Esperamos que as famílias colaborem para a manutenção dos meios colocados à disposição", aconselhou o governador provincial, que sublinhou que, para além do projecto de águas, está em curso um outro de requalificação urbana dos bairros Pedreira e Candombe-Velho, onde estão a ser asfaltados mais de seis quilómetros de ruas, instalados postos de iluminação pública e melhorados os passeios.

"Aqui no Bem-vindo está em construção um posto de saúde e uma escola para atender a população local. E verdade que também temos de melhorar as ruas, iluminá-las e colocar aqui uma subunidade policial", referiu o governador provincial.

Paulo Pombolo disse que já orientou a Direcção Provincial de Energia e Água para que, junto da Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE), encontrem soluções com vista a ampliação da rede de consumidores nos bairros periféricos da cidade do Uíge e melhorar o sistema de cobranças aos consumidores.

8.30 Distribuição de água potável chega a mais pessoas no país

Jornal de Angola

27 De Novembro de 2015

Texto: Delfina Victorino

Mais de um milhão de pessoas de várias localidades do país vão beneficiar de água potável, depois da conclusão da segunda fase do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA), financiado pelo Governo e pelo Banco Mundial, disse ontem a consultora do Banco Mundial Alexandrina Pires.

Alexandrina Pires, que avançou a informação numa visita à província do Bié, disse que o financiamento reforça a rubrica do Ministério de Energia e Águas referente ao programa de investimentos públicos em capitais e zonas rurais de províncias seleccionadas.

Começo, da segunda fase está condicionado à conclusão de uma consulta pública e de recolha de dados ambientais nas sedes das províncias seleccionadas para uma eventual correcção do projecto, que é materializado desde Fevereiro de 2010. Até hoje, 130 mil ligações domiciliárias permitiram que 924 mil pessoas beneficiassem de água potável em zonas urbanas e periurbanas. As cidades do Namibe, Cuito, Lubango, Dundo, Malanje, Ndalatando, Uíge, Huambo e Luena estão integradas na segunda fase do projecto, acentuou Alexandrina Pires, igualmente técnica do Ministério da Energia e Aguas.

Alexandrina Pires salientou que o acordo existente entre o Governo e o Banco Mundial é resultante das políticas operacionais de salvaguardas ambientais e sociais do projecto de implementação e distribuição de água. O vice-governador provincial para a Área Técnica e de Infra-estruturas do Bié, José Tchatuvela, informou que a consulta pública sobre o projecto de desenvolvimento institucional do sector das Águas visa a recolha de informações para a implementação do programa.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Inquérito vai apresentar indicadores

Semanário Angolense
20 De Novembro de 2015

O Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS 2015), além da incidência do VIH/Sida, malária e anemia, vai apresentar, pela primeira vez, os indicadores de violência doméstica no país, adiantou na quarta-feira (18), em Luanda, a coordenadora geral adjunta da comissão de Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde, Paula Ana.

A responsável falava numa conferência de imprensa realizada no Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo sublinhado que o sucesso do inquérito depende do trabalho entre os diferentes sectores da sociedade.

Segundo a responsável, estes dados permitirão saber os indicadores de violência doméstica.

Paula Ana apela aos órgãos de comunicação social no sentido de divulgarem mais informações sobre o inquérito, de formas a facilitar a recepção das equipas de inquiridores que se deslocam às residências.

«Com este trabalho, pretendemos levar ao conhecimento de todos os dados biométricos que serão recolhidos do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde», disse.

O IIMS servirá de base para avaliar o grau de progresso do país na concretização dos compromissos nacionais e internacionais no domínio da saúde, relativos ao Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Cerca de dezasseis mil agregados familiares serão entrevistados até o final do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS 2015), que se realiza desde Outubro deste ano em todo país, adiantou o director-geral do Instituto Nacional de Estatística INE, Camilo Ceita.

Camilo Ceita adiantou esta informação durante uma conferência de imprensa, tendo sublinhado que o

IIMS 2015 está a ser levado a cabo em parceria com o Ministério da Saúde e conta com a participação de cerca de 250 técnicos que estão a trabalhar em todo país com equipas associadas à Inquiridores do INE e de técnicos do Ministério da Saúde.

De acordo com o responsável do INE, há condições criadas para o sucesso do inquérito que acontece, pela primeira vez, no país. O Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde em Angola (IIMS 2015) está a ser levado a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística em parceria com o Ministério da Saúde, desde Outubro deste ano, e tem um custo de 9 milhões de dólares, financiados pelo Governo de Angola e outros parceiros internacionais como o Banco Mundial e UNICEF.

Participaram da conferência membros da coordenação geral do IIMS e da comissão técnica.

9.2 Erradicar a violência contra a mulher

Semanário Angolense
27 De Novembro de 2015

O mundo celebrou na quarta-feira (25), o Dia Internacional de Combate à Violência Contra as Mulheres, instituído em 1999 pela Assembleia Geral da ONU.

As Nações Unidas proclamaram essa data para incentivar todos os governos e a sociedade civil a erradicar a violência que destrói a vida de milhares de mulheres no mundo.

A nota do Fundo das Nações Unidas para a População refere que todos os anos é lançada a «Campanha 16 Dias de Activismo: uma mobilização mundial pelo fim da violência do género», praticada por diversos actores da sociedade civil, governos e instituições internacionais, públicas e privadas.

A Campanha inicia a 25 de Novembro e vai até 10 de Dezembro, data em que se consagra o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Segundo o coordenador residente das Nações Unidas em Angola, Pier Paulo Ballofelli, uma em cada três mulheres no mundo sofreu violência física ou sexual, na maioria das vezes por um parceiro íntimo. Ao falar na terceira Conferência Nacional sobre «A Mulher e a Violência», Pier Paulo Ballofelli sublinhou que a violência priva as mulheres e as meninas dos seus direitos humanos para a saúde, a educação e a participação nos assuntos das suas comunidades e nações.

Apontou a gravidez forçada, o aborto inseguro, lesões físicas ao longo da vida e o trauma como efeitos na saúde causada pela violência.

De acordo com o representante das Nações Unidas, a violência contra as mulheres e as crianças inclui a violência doméstica e sexual, tráfico de seres humanos e práticas prejudiciais, como o casamento infantil e forçado, infanticídio, com base no género e mutilação genital feminina.

A este propósito e de acordo com dados avançados pela ministra da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado, em Angola foram notificados oito mil casos de violência doméstica, durante o ano de 2014, apontando para um aumento considerável em relação aos números de 2013 que mostraram quatro mil 140.

A governante afirmou que a violência continua a preocupar as autoridades, sobretudo aqueles casos que têm a ver com a fuga à paternidade, a prestação de alimentos e a expropriação das propriedades das famílias. Estes casos, realmente interferem muito e de forma negativa no gozo do exercício dos direitos das vítimas, quer sejam mulheres ou homens, apesar de que na perspectiva do género as mulheres são ainda as maiores vítimas.

Assim sendo, 'o problema da violência doméstica preocupa a nossa sociedade. Os inúmeros casos ocorridos no país devem mobilizar a sociedade, tem que haver mais campanhas de sensibilização destinadas a erradicar o mal que afecta muitos lares angolanos.

Organizações da sociedade civil e igrejas devem prestar um relevante serviço em prol da harmonia nos lares, quer por via da resolução de conflitos, quer apelando os membros dos agregados familiares, para o diálogo permanente e assim se diminuir pacificamente os problemas.

A gravidade dos casos de violência passou a ser de tal ordem, que os poderes públicos entenderam que a situação justificava a produção de uma lei específica que agravasse penalidades contra pessoas que participassem no lar.

A lei contra a violência doméstica, com 35 artigos, contém capítulos sobre matérias, cujo sentido e alcance devem ser percebidos pelos cidadãos, o que pode ajudar na prevenção de ilícitos crimes domésticos.

Apesar de tudo, o número de casos de violência continua preocupante, sendo necessário que se faça uma ampla divulgação da lei, ao mesmo tempo que se

deve promover a igualdade do género e o respeito pela dignidade da pessoa humana.

9.3 Ministro do Interior preocupado com o aumento de violações sexuais

Novo Jornal

27 De Novembro de 2015

Texto: Isabel João

O MINISTRO DO INTERIOR Ângelo da Veigas Tavares disse que o Ministério que dirige está preocupado com a onda de violações que tem assolado o País. Estas afirmações foram feitas na sessão de abertura do conselho consultivo alargado do MININT.

Ângelo da Veigas Tavares disse ainda que o assunto é muito mais grave porque, na maior parte das vezes, o indivíduo que tem a obrigação de proteger a menor é o violador. "São menores de tema idade, cujos autores são maioritariamente pessoas próximas ou conhecidas das vítimas.

É um assunto que vai merecer uma particular atenção dos órgãos do MI- NINT, pelo que apelamos à sociedade em geral repudiar, com veemência, práticas que podem colocar em causa o futuro das novas gerações". Acrescentou ainda que é imperioso que os pais e encarregados de educação exerçam um maior controlo e acompanhamento dos menores, com vista a que não sejam vítimas destes hediondos crimes.

O ministro afirmou também que os avanços tecnológicos que o país tem registado fizeram emergir novos paradigmas da criminalidade com o branqueamento de capitais, tráfico de seres humanos e crimes informáticos.

De acordo com o titular da pasta do Interior, a situação económica que o país atravessa impõe a necessidade de um maior rigor, controlo e disciplina das despesas públicas. "Exortamos aos gestores no sentido da observância de uma gestão transparente no exercício das vossas missões, com vista a continuarmos a desempenhar com dedicação e afinco a nossa nobre missão de garantia da ordem e segurança pública do País. Devemos envidar esforços para o aumento das receitas, dando igualmente um combate cerrado aos especuladores, com destaque para aqueles que importam produtos à taxa de câmbios estabelecidas pelo Banco Nacional de Angola, e que, na formação de preços, recorrem à taxa de câmbio do mercado informal".

O ministro disse ainda que, para ano que se avizinha, o órgão que dirige vai diversificar a produção de bens, que visam mitigar os efeitos da crise financeira que o País atravessa, e que se devem definir estratégias integradas.

Segundo o titular do Interior, o serviço penitenciário vai aprimorar as estratégias conducentes à melhoria do sistema de segurança nos estabelecimentos penitenciários, e desenvolver esforços no sentido da humanização dos serviços. "O sistema penitenciário tem um papel importante inserindo de forma mais incisiva a população penal no trabalho socialmente útil. devendo neste domínio contar com parcerias de organismos públicos e privados".

9.4 Procuradoria-geral tira partido e defende polícias

Jornal Grandes Notícias

14 De Novembro de 2015

Texto: António André

Segundo a fonte do Jornal Grandes Notícias revela que, o procurador-geral adjunto da República Domingos Salvador André Baxe, ignorou as posições do comandante da Região Militar Tenente - General Simão Carlitos Wala. No dossier enviado ao procurador foi enviado todo completo, mas as pessoas de má-fé arrancaram uma das folhas para imputar responsabilidade ao homem de Luanda, que conseguiu dismantelar muitos grupos de marginais em tão pouco tempo, coisa que a polícia nacional nunca conseguiu fazer, talvez por desleixo ou mesmo por estar mancomunado com alguns delinquentes. Ainda a fonte, a actuação dos efectivos da Região Militar Luanda nunca foi ilegal, mas estava legal, o que acontece é que quando se começou a realizar o patrulhamento conjunto havia sempre boicote por parte dos polícias, não aparecia nas acções combinadas, e se aparecia vinham tardiamente e, até alertava os marginais para fugirem dos seus locais de acção e, desde esta data os militares passaram a realizar as suas acções individual e os marginais eram enviados para os procuradores que legalizava a prisão e, se não houvesse matéria eram soltos e, «nunca agimos a margem da lei como eles referem». Na óptica de Domingos Baxe é que existe uma certa animosidade, ou pelo menos falta de diálogo, entre os titulares das duas instituições do Estado, clima que não é propício ao desenvolvimento de um trabalho

salutar eficiente e eficaz, que deveria e deve obrigatoriamente existir para o bem do cidadão e da justiça.

O procurador faz referência da informação da polícia nacional e, não baseou-se dos argumentos da Região Militar em que no dia 14 de Agosto do ano em curso, realizaram buscas, seguidas de apreensão de bens e instrumentos de crime e captura de oito cidadãos civis, fora de flagrante delito e sem os competentes mandados de captura. Mas a fonte foi mas longe, dizendo que, neste dia a população estava a fazer justiça por mãos próprias ou sejam estavam a queimar um dos meliantes do de marginais de prata que semeiam a dor na zona do Calemba dois.

A patrulha da Polícia Militar foi chamada e, foram socorrer o delincente e o mesmo mostrou a casa onde realizam as suas acções de criminalidade e, encontraram os outros elementos que foram levados e apresentados por um procurador que legalizou a sua prisão e, no dia seguinte foi solto por um outro procurador sem se informar primeiro do processo. «A acreditar que os efectivos da Região Militar Luanda, ao intervir na captura dos oito meliantes que, na madrugada do dia 14 de Agosto de 2015, assaltaram, empenhado duas armas de fogo do tipo AKM e uma pistola makarof, cantinas e residências, localizados no bairro Calemba II, não há dúvidas que contribuíram para a restauração da segurança, tranquilidade e ordem públicas», disse.

Mas apuramos através de fonte ligada a Região Militar Luanda, quando os militares apreendiam os meliantes estes mandavam para o procurador militar e, estes por sua vez mandavam para o procurador junto das esquadras e, eram estes quem soltavam e não os procuradores militares, mas a polícia ao escrever ao Procurador -Geral da República, esquece-se que os militares estavam apenas o auxiliar nos crimes violentos que vivem as zonas periféricas e que estão a voltar e sem solução dos homens da farda azul, que muitas vezes dão guarida a estes criminosos e, quem mata delinquentes não são os militares mas a polícia.

«Combate a criminalidade não é competência exclusiva da polícia nacional»

O procurador fez lembrar ao Comandante provincial da polícia de Luanda comissário António Maria Sita, que a garantia da ordem e tranquilidade públicas, o asseguramento e protecção das instituições, dos cidadãos e respectivos bens e dos seus direitos e liberdades fundamentais, contra a criminalidade violenta ou organizada e outro tipo de ameaças e riscos não é tarefa e competência exclusiva da polícia nacional, mas uma questão de Estado que deve ser exerci da conjuntamente e de forma articulada. Mas a

fonte ligada a Região Militar disse quando começaram com as patrulhas conjuntas, a polícia nacional sabotava as actividades ou seja, quando fossem para uma diligência comum, os homens da farda azul efectuavam tiros para afugentar os criminosos ou mesmo avisavam os mesmos e, quando fossem no terreno já não encontravam vestígios, por isso decidiram realizar sozinho e, conseguiram êxitos em tão pouco tempo, como é a ocupação de terrenos e os assaltos a bancos, mas que agora estão a regressar com mas intensidade. Para a fonte o delegado do ministério do Interior de Luanda em vez de trabalhar e, combater a criminalidade está mas preocupado em fazer carta contra o comandante da Região Militar Luanda que lhe auxiliou em muitos momentos críticos e, agora como demonstraram que são mesmo incompetentes ficam a fazer queixas e, a Procuradoria-Geral da República para além disto deveria ir para o terreno e, fazer um trabalho imparcial e apenas basear-se nos factos da polícia e perseguir alguns oficiais do general para deixar com que os marginais controlam novamente a periferia e, para além disto os crimes de raptos já estão a ganhar terreno na cidade capital.

Domingos Salvador André Baxe, sugeriu ao Chefe do Estado Maior General, ao Comandante Geral da Polícia Nacional e ao Ministro do Interior, respectivamente Geraldo Sachipengo Nunda, Ambrósio de Lemos e Ângelo da Veiga Tavares, que procurem encontrar os mecanismos mais expeditos para restabelecer a confiança e, aprimorar os sistemas de articulação e informação entre os vários sectores intervenientes para o bem da justiça e do cidadão.

O Jornal Grandes Noticias apurou de uma fonte ligada a polícia nacional de que não há interesse por parte dos homens de Ambrósio de Lemos o regresso do patrulhamento da Região Militar Luanda, visto que estes descobriram que existe oficiais superiores da polícia que controlam a criminalidade e até dão guarida aos marginais, «por isso é que muitos desses oficiais superiores aconselham o Comandante Geral para não aceitar o regresso destes homens», alerta a fonte.

9.5 Marginais aterrorizam zona verde no bairro Benfica

20 De Novembro de 2015

Texto: Isabel João

TERÇA-FEIRA, 24 de Novembro. 8h00. A equipa do Novo Jornal dirigiu-se ao município de Belas, bairro do Benfica, propriamente na zona verde, de onde recebemos, há alguns dias, relatos de moradores

sobre o aumento da criminalidade na zona, Uma hora depois, chegámos ao local.

Logo à entrada do bairro, na rua dos Ferros, encontrámos Ana Victória que, em conversa, nos disse que a situação no bairro é bastante crítica e que está a preocupar todos os moradores que receiam que piore.

"Já contactámos a polícia, já fizemos alguns pedidos de socorro. A polícia vem, mas a verdade é que, apesar das constantes operações levadas a cabo, a situação da criminalidade está a piorar aqui na zona, ou praticamente em todas as zonas do bairro Benfica".

A mulher, de 42 anos, que estava acompanhada pelos dois filhos, disse que, há duas semanas, a filha de 10 anos sobreviveu a uma violação e os marginais foram detidos pela polícia, mas foram soltos depois de três dias.

"Eram dois jovens até conhecidos que tentaram abusar da minha filha, apresentámos queixa, a polícia prendeu os jovens, mas recebemos informações de que os mesmos já estão em liberdade. Os dois marginais, há três dias, vieram à minha casa ameaçar o meu marido por este ter apresentado queixa contra eles e ameaçaram matar todos de casa". Acrescentou que os marginais já têm passagem pela polícia.

De acordo com Ana Victória, que vive no bairro há sete anos, os objectos que estão na mira dos marginais nos últimos dias são as botijas de gás e material de construção.

Já na rua 44, onde existe um posto policial, os moradores dizem não saber o porquê da existência do mesmo, porque quando há assaltos ou violações, os efectivos não aparecem, alegando muitas vezes falta de viaturas.

Populares da zona revelaram que os assaltos a residências, seguidos de violações, têm sido uma prática muito recorrente nos últimos tempos. Segundo as nossas fontes, habitualmente, os assaltos e roubos acontecem no período da noite. E pedem uma maior intervenção dos efectivos da divisão de Belas.

Ainda na mesma rua, junto ao colégio Kizemba, duas jovens foram raptadas por oito indivíduos na madrugada do dia 24. De acordo com a irmã da vítima, os marginais arrombaram a sua residência e levaram as duas irmãs, de 27 e 19 anos, respectivamente. "Chegaram por volta das 00h00, quando ouvimos a bater à porta. Quando entraram, exigiram dinheiro à minha irmã mais velha, ela disse

que não tinha, e um deles ameaçou matar a minha sobrinha de dois anos. E apontou uma arma à sua cabeça. Foi quando a minha mana deu os 17 mil Kz que tinha em casa".

De acordo com a irmã da vítima, Júlia Selma, de 15 anos, os marginais estavam fortemente armados com ferros, armas e martelos, e foram estes os meios usados para arrombar a porta de chapa.

Júlia Selma não confirma a informação avançada por alguns vizinhos de que as suas irmãs teriam sido abusadas sexualmente: "Elas passaram aqui em casa, mas não me disseram que tinham sido violadas".

Francisco Daniel, igualmente morador da zona verde, onde mora há 11 anos, teve a semelhante adversidade. Recentemente viu a sua casa assaltada por 11 homens armados que o espancaram quase até à morte.

"O que eles queriam era dinheiro que eu não tinha. Tudo aconteceu por volta da meia-noite, há três meses, quando comecei a sentir algo estranho no tecto, liguei para um amigo que é polícia mas o telefone estava desligado e o 113 não funcionava.

Segundo conta, os bandidos arrombaram a porta e fizeram das três filhas reféns, exigindo dinheiro. "Foi o dia mais difícil da minha vida, não sabia o que fazer. Exigiam dinheiro, eu não tinha dinheiro, disseram-me que tinha que escolher entre o dinheiro e a vida das minhas três filhas. Quando viram que não tinha dinheiro, começaram-me a bater.

Até agora estou com sinais em todo o corpo. E os marginais foram presos, mas já estão em liberdade".

Segundo Francisco Daniel, os meliantes apresentaram-se em sua casa munidos de armas de fogo, ferros, martelos e com uma viatura. A hora em que actuam é sempre no período depois da meia-noite. "Isso acontece quase todos os dias, e quando vêm para assaltar não é só uma residência, são quatro ou cinco. No mesmo dia, assaltaram mais três casas de vizinhos. Todas as coisas que roubaram estavam a ser colocadas numa carrinha de cor azul. O que mais me deixa triste é o facto de a polícia saber da situação e nada fazer, às vezes sinto que esses marginais colaboram com a polícia".

Em consequência do aumento da delinquência na zona verde, os moradores falam em fazer justiça pelas próprias mãos.

"Violam as nossas irmãs, batem nos homens e levam tudo o que uma pessoa comprou ao longo de muitos anos. Cansados de tudo isso, decidimos linchar estes meliantes.

É que a Polícia nada faz e nós não podemos continuar a viver neste ambiente", referiu.

Contactado por este jornal, Mateus Rodrigues, porta-voz do Comando Provincial da Polícia de Luanda, disse que alguns meses atrás aquela zona era considerada crítica." Mas, com a denúncia dos populares reforçamos o policiamento na zona, construímos uma esquadra e um posto policial".

Mateus Rodrigues avançou que a falta de energia eléctrica tem atrapalhado o trabalho dos efectivos da polícia nacional".

"É uma zona nova. Tem muitas construções inacabadas, e várias situações que dificultam o trabalho dos agentes da ordem pública. Vamos reforçar o policiamento de proximidade".

9.6 Criminalidade preocupa moradores

Jornal O Crime

21 De Novembro de 2015

Texto: António Neto

Em algumas áreas, segundo apurou a nossa equipa de reportagem, os prevaricadores têm como recurso as armas de fogo.

Os roubos de motorizadas e outros bens na via pública são algumas das situações que terminam em morte das vítimas. Apesar das constantes operações levadas a cabo pela Polícia Nacional com vista a neutralizar atitudes que atentam contra a ordem e segurança públicas, ainda assim não tem sido o suficiente para conter os índices elevados de criminalidade.

Por sua vez, a moradora do condomínio Patriota, a jornalista e jurista Patrícia Faria, falou que a criminalidade a nível da sua área residencial já esteve pior, mas que exige toda a atenção face a algumas ocorrências que têm registado naquele território.

"Foi graças as reuniões que a Polícia tem mantido com os moradores que me apercebi que realmente as coisas no Patriotas não iam nada bem, nós passamos o maior tempo fora de nossas casas e dificilmente temos a informação sobre o que acontece a nível do bairro ou do condomínio".

A jornalista reconheceu a atitude da Polícia em promover as reuniões com os moradores, foi possível tomar certas precauções que ajudam na sua segurança e bem, assim como da sua família.

"O retrato que nos foi passado pela Polícia sobre a criminalidade não foi das melhores, pois tivemos alguns testemunhos de vizinhos que foram vítimas de marginais".

Patrícia Faria apelou ainda aos moradores para maior colaboração com a Polícia no sentido de, em conjunto, fortalecerem a segurança a nível da área. "É necessário que todos os moradores participem nestas reuniões, no sentido de estarmos todos munidos de informações que nos ajudem a prevenir qualquer situação anormal quanto à criminalidade", aconselhou.

Já Elvira Soares alega que a criminalidade actualmente, na zona do Patriota, inspira muito cuidados, tendo em conta a existência de alguns grupos de jovens que têm "semeado" pânico na zona, bem como a existência de residências inabitadas a nível do condomínio, que serve de aposentos para malfeitores.

Para que se registe uma acalmia quanto à delinquência, na zona do Patriota, a moradora aponta como solução a vedação de toda a área afectada ao condomínio, no sentido de se haver um certo controlo de quem entra e sai. "Posso considerar que, actualmente, o Patriota é um bairro, e não um condomínio, porque existem vários pontos de entrada e saída, facto que tem sido bem aproveitado pelos meliantes", frisou.

9.7 A luta contra a criminalidade em Angola

Jornal de Angola
26 De Novembro de 2015
Texto: *Ángelo Feijó*

Todos os dias são relatados casos de crimes dos menores violentados aos mais cruéis, cometidos maioritariamente por jovens com idades compreendidas entre os 15 e 40 anos, contra propriedade e contra pessoas sobre os quais versa o presente artigo.

Todos os dias há inúmeros casos de roubo, furto, homicídio voluntário, violação sexual, burla, ofensas corporais e morais, posse e usos ilegais de arma de fogo, consumo de droga, crimes passionais, violência doméstica, etc., cometidos, não só, no interior dos domicílios e noutros recintos fechados, mas também em lugares públicos, mostrando certa liberdade de manobra dos malfeitores, ainda que, de forma geral, a segurança pública esteja assegurada.

Há uma discussão antiga sobre se há do ponto de vista biológico pessoas mais propensas que outras ao cometimento de crimes. São as razões sócias mais determinantes na tendência criminal? Os criminalistas interrogam-se: há que encontrar as causas da criminalidade no indivíduo ou na sociedade?

Não podemos ter a veleidade de responder a estas perguntas. Porém, corroboramos a ideia de que alguns traços de personalidade, carácter e temperamento, podem, em certas condições sociais, económicas e mesmo culturais, propiciar o cometimento do crime. Contudo, pensamos que a pobreza, as dificuldades materiais ou sociais, não explicam por si só, a tendência ao cometimento de crime, basta ver que nem todos os pobres aderem ao crime e comprometem-se com as boas normas de convivência social, enquanto que pessoas de classe social média ou alta também praticam crimes. Alguns diriam que os de origem pobre empreendem certo tipo de crimes, enquanto os de classe social média ou alta cometem geralmente outro tipo de crimes.

Tendo em conta a relação dialéctica existente entre a sociedade e o indivíduo, concordamos existir influência recíproca entre eles. Sói dizer-se que cada sociedade cria os seus próprios malfeitores, talvez, no sentido de que a conduta destes constitui uma reacção ao que eles julgam que a sociedade os reservou.

Diríamos que a sociedade cria os seus próprios delinquentes quando deixa demasiadas oportunidades de desenvolvimento da marginalidade, quando a moral pública não o condena suficientemente. Por exemplo, quando os próprios pais, amigos, vizinhos aceitam bens, rendimentos roubados ou de origem dos seus entes estão a estimulá-los.

Enfim, concordamos com a ideia de que a causa dos delitos encontramos no indivíduo que não acatou as normas como na sociedade que falhou na imposição das normas legais e morais. O aumento da criminalidade no país pode estar relacionado com excesso de adolescentes e jovens fora de controlo familiar, sem orientação nenhuma obre as normas sociais, os quais, desde muito cedo, precisariam aprender a respeitar a vida, das pessoas, bens alheios e a dizer a verdade; baixa influência da Igreja sobre o comportamento dos jovens; excesso de consumo de drogas e bebidas alcoólicas; desemprego que afecta jovens com baixa qualificação e escolaridade; excesso de armas de fogo fora do controlo policial, concorrendo com as armas brancas; existência de branda punição e ausência do medo por ela, basta analisar frases frequentes entre jovens com desvio comportamental, como "vou-te cumprir ..." e "cadeia para mim é hotel. .."; falta de autocontrolo da

impulsividade e agressividade sobretudo dos jovens. Alguns especialistas em crime e em psicologia, por exemplo, aconselham a observação de dez segundos de reflexão antes de aderir a uma acção violenta; demasiado d peito pela vida humana; impaciência e de intolerância nos conflito interpessoais.

Decorrente desta multiplicidade de causas de fórum social, económico, psicológico e psiquiátrico, o combate contra a criminalidade exige, entre outras acções o seguinte: além das medidas policiais preventivas e punitivas; acções educativas (moral, cívica e religiosa), económicas, sociais e culturais; a assumpção pela população do hábito de denuncia voluntária, gratuita e confidencial e de outras condutas que conformem a sua participação na sua própria segurança; a orientação pelos chefes de família do comportamento dos membros dos agregados familiares, mormente sobre o consumo de bebidas alcoólicas e de drogas que potenciam a perda da noção do perigo e das consequências dos próprios actos, pelo que amiúde estão associadas ao crime.

Impõe-se a redução do tempo de ócio dos jovens envolvendo-os nas suas comunidades, bairros, etc., em actividades desportivas, culturais rentáveis e mesmo filantrópicas. Recomenda-se também o agravamento das penalizações, sobretudo daquelas que não impliquem privação da liberdade.

A atribuição de nomes de avenidas, ruas, ruelas e becos e a numerar das residências concorrem também para a melhoria da segurança pública, porquanto facilitam a localização dos cidadãos e, de alguma forma, inibe a prática de crimes.

De resto, a Polícia Nacional e outras instituições afins certamente têm realizado estudos permanentes sobre o perfil dos delinquentes, nível de escolaridade, origens sociais, reincidência, o seu modo de operar e respectivas motivações, do que resulta informação preponderante para a análise profunda do fenómeno criminal no país e a tomada de medidas genéricas para a redução e a contenção de delitos.

Outra questão que importa frisar tem a ver com os custos decorrentes do suporte logístico da população penal, que são muito altos. Portanto, além dos prejuízos que os criminosos causam às suas vítimas, eles acarretam custos avultados ao Estado. Daí que se recomende, sempre em respeito pela humanização das prisões, envolver cada vez mais a população penal em actividades agrícolas. Pecuárias, avícolas e em pequenas industriais, sob orientação de técnicos especialistas, as quais ajudam no auto-abastecimento da logística e na sua reintegração social.

Associados às instituições prisionais talvez fosse bom continuar a construir, com o concurso de ONG, centros de recuperação e educação profissional de jovens delinquentes ou que tenham revelado tendências de desvio das normas.

Em suma, é preciso evitar a reprodução de delinquentes e a consolidação do sentimento de impunidade entre eles e evitar que os presidiários saiam pior do que entraram, mais agressivos, perigosos e revoltosos.

9.8 Forte combate aos crimes violento

Jornal de Angola

27 De Novembro de 2015

Texto: André Da Costa e Cláudia

Mubatili

o ministro do Interior defendeu ontem em Luanda a adopção de medidas para mitigar os efeitos perniciosos da criminalidade violenta e da sinistralidade rodoviária, que Interferem de forma directa e indirecta na segurança dos cidadãos.

Ángelo da Veiga Tavares, que fez esta declaração durante a abertura do Conselho Consultivo do Ministério do Interior, mostrou-se preocupado com a crescente onda de violações sexuais que tem assolado o país, sobretudo contra menores de tenra idade, cujos autores são maioritariamente pessoas próximas ou conhecidas das vítimas.

Os casos de violação sexual, disse, devem continuar a merecer particular atenção dos órgãos do Ministério do Interior, apelando à sociedade a repudiar com veemência tais práticas, que podem colocar em causa o futuro das novas gerações.

Para o ministro do Interior, é imperioso que os pais e encarregados de educação exerçam maior controlo e acompanhamento dos seus filhos e educandos, para evitar que sejam vítimas destes crimes hediondos, e não enveredem por condutas desviantes.

Os avanços tecnológicos que o país tem registado, acrescentou, fazem emergir novos paradigmas da criminalidade, com realce para o branqueamento de capitais, tráfico de seres humanos, crimes informáticos, colocando novos desafios aos órgãos do Interior. Um dos grandes desafios para o ano que se avizinha é a diversificação da produção de bens para mitigar os efeitos da crise financeira que o país atravessa. "O sistema penitenciário tem aqui um

importante papel a desempenhar, inserindo de forma mais incisiva a população penal no trabalho socialmente útil, devendo contar com parcerias de organismos públicos e privados", disse.

Para o ministro do Interior, a situação económica que o país atravessa impõe a necessidade de um maior rigor, controlo e disciplina na despesa pública, exortando a uma gestão transparente no exercício das funções de direcção e chefia, com vista a garantir ordem e segurança no país. "Devemos envidar

esforços para o aumento das receitas, dando igualmente um combate cerrado aos especuladores, com destaque para aqueles que importam produtos a taxas de câmbio estabelecidas pelo BNA na formação de preços para o consumidor, mas recorrem de forma ousada e oportunista a taxas de câmbio do mercado informal, o que agudiza a já difícil situação dos cidadãos", disse.

O ministro do Interior mostrou-se preocupado com informações e constatações sobre comportamentos indecorosos por parte de alguns membros dos órgãos executivos centrais e não só, com realce para os agentes da Polícia de Trânsito, que em sua opinião devem ser afastados do seio da corporação. Ângelo da Veiga Tavares exortou a área de Inspeção do Ministério do Interior e de outros órgãos a um maior controlo interno da actividade dos seus membros, sem descurar o papel disciplinador dos responsáveis a todos os níveis, que devem ser firmes na conduta dos seus efectivos.

O Ministério do Interior deve continuar a aprimorar os mecanismos de participação da população na denúncia de todas as práticas e comportamentos que não vão ao encontro das regras da disciplina e deontologia profissional que devem caracterizar os funcionários deste Ministério. Veiga Tavares defende ainda um maior controlo e rigor na fiscalização das empresas privadas de segurança.

O Serviço Penitenciário, segundo o ministro, deve aprimorar as estratégias conducentes à melhoria do sistema de segurança nos estabelecimentos prisionais, bem como desenvolver esforços no sentido da humanização dos serviços, em ordem a garantir a efectivação dos direitos fundamentais dos reclusos.

Em relação ao Serviço de Migração e Estrangeiros, Ângelo da Veiga Tavares afirmou que a imigração ilegal continua a constituir um problema que urge solucionar, equacionando estratégias mais incisivas e pragmáticas, devidamente coordenadas, no sentido de

desencorajar tal apetência. O ministro do Interior defendeu ainda a divulgação da lei e as consequências do auxílio à imigração ilegal, quer por parte de cidadãos nacionais quer estrangeiros, que de forma indecorosa proporcionam hospitalidade aos clandestinos.

9.9 Pastoral da criança no combate à delinquência

Jornal O PAÍS

27 De Novembro de 2015

Texto: Alberto Bambi

Segundo o prelado, a maior parte das famílias de hoje esquece-se de transmitir o devido afecto, baseado na comunicação constante com os filhos, sobretudo no período de gestação, conforme enfatizou o Bispo Emérito da Diocese de Benguela, que se dispôs rapidamente a contar um caso que considerou insólito.

"Uma vez, estava diante de uma senhora concebida e perguntei-lhe se conversava com o filho, e ela respondeu, sem poder evitar um sorriso, que o seu rebento ainda não conseguia ouvir nada", contou Dom Óscar Braga, tendo adiantado que algumas mulheres concebidas, de quando em quando, distraiam-se, ao ponto de discutirem com o parceiro, sem saber que o filho no ventre absorve tais ambientes, nascendo, depois, com algumas sequelas.

Por causa disso, e movidos pela passagem bíblica de São João, Capítulo 10 e Versículo 10 (Jo.10,10), de onde se pode ler «Eu vim para que tenha a vida e a tenha em abundância», todos os membros da igreja Católica envolvidos nessa missão infantil, principalmente sacerdotes, madres e leigos de compromisso assumido desenvolvem actividades que se cingem em bênçãos, medição de pesos das crianças, bem como acompanhamento minucioso das gestantes.

O Bispo emérito da Diocese de Benguela, recomendou os agentes e demais forças vivas de Angola, que levam a cabo a projectos que visam acabar com este grande mal, para adoptarem o exercício que a igreja católica realiza desde os anos noventa, altura em o prelado acabava de vir com a

28 De Novembro de 2015

ideia, resultante de experiências vistas e vividas no Brasil.

"Foi em Curitiba onde vi este movimento, que, por sinal estava a ser desencadeado por uma médica, a quem manifestei o desejo de ter o projecto em Benguela, para onde, no mesmo ano, a levei ao doutor", Recordou.

A pastoral da criança está presente em paróquias, centros e catequeses e não só, levando a cabo actividades que garantem saúde e boa disposição às crianças, soube O PAÍS de Dom Óscar Braga, para quem ainda havia certos problemas por parte das pessoas em perceber que o programa só abrangia as crianças com idades compreendidas entre zero e cinco anos.

Afecto fundamental durante a gestação

O caso narrado pelo Bispo Dom Óscar Braga sobre pais que discutem, principalmente em ocasiões em que a esposa se encontra concebida, preocupou a psicóloga clínica Suzana Manfuta, que sublinhou a necessidade de afecto nessa fase.

"O afecto nessa etapa é fundamental, porque aí a mulher é muito sensível, ao ponto de ficar constantemente sob pressão e viver todas emoções", explicou Suzana Manfuta, tendo adiantado que o novo ser absorve as mesmas perturbações.

De acordo com a psicóloga clínica, era bom que as pessoas comessem a entender que a vida começa com a concepção, para puderem evitar tais práticas.

Suzana Manfuta recordou também que era função da mente humana coordenar todas actividades, por isso, se esse papel não fosse cumprido, alguma coisa estava a correr mal.

"Nessas situações, costuma-se a cogitar as chamadas doenças psicossomática, que, normalmente, começam na mente e acabam no corpo", concluiu.

9.10 Oposição à criminalidade

Jornal de Angola

Terminou ontem em Luanda a reunião do Conselho Consultivo Alargado do Ministério do Interior, órgão que tutela sectores vitais para a manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas em todo o país. Embora o país esteja em paz e com estabilidade que permite a realização de numerosos projectos para o desenvolvimento, multiplicaram-se os desafios ao nível da ordem e segurança. Estamos todos preocupados com o aumento de casos de violação de menores e de menores em conflito com a lei, com a tendência para os crimes económicos, financeiros e informáticos, com a imigração ilegal, entre outras práticas lesivas à convivência social. É salutar saber que a disseminação rápida de informações relacionadas particularmente com a criminalidade, por via dos meios de comunicação social, contribuem para acelerar a intervenção dos órgãos de segurança.

O ministro do Interior, que interveio durante a sessão de abertura, aconselhou os encarregados de educação, tutores e pessoas que tenham sob o seu cuidado menores no sentido de um melhor acompanhamento. É preocupante quando grande parte dos crimes de natureza sexual, envolvendo menores, ocorram no seio das relações de proximidade e, não raras vezes, no seio familiar.

A criminalidade infanto-juvenil constitui igualmente uma preocupação permanente do Estado e das famílias, que devem redobrar o exercício da autoridade paternal, presença e acompanhamento dos menores. Muitas das condutas desviantes, demonstradas por muitos adolescentes, que resvalam quase sempre para a conflitualidade com as leis, nem sempre resultam de privações e carências. De outro modo, seríamos forçados a estabelecer erradamente uma relação de causa-efeito da criminalidade ou conflitualidade com as leis à carência e pobreza. Factores como a fuga à paternidade, ausência do exercício do papel paternal, a baixa escolaridade, casamentos precoces, entre outros males, podem também estar associados à criminalidade infanto-juvenil.

A criminalidade metamorfoseia-se todos os dias, surgindo tipologias novas que desafiam legisladores e recomendam a tomada de medidas preventivas e reactivas para contorná-la. As instituições do Estado, acuteladas sobre as mudanças que a criminalidade e infracções de natureza cível conhecem, têm realizado ao longo de vários anos importantes reformas para fazer face aos desafios. Numa altura em que, do ponto de vista económico, a actual conjuntura torna-se, cada vez mais, exigente para as famílias, as empresas e as instituições, urge elevar a colaboração

para com os órgãos que zelam pela ordem e tranquilidade públicas.

Como denunciou o ministro Ângelo Tavares "devemos envidar esforços para o aumento das receitas, dando igualmente um combate cerrado aos especuladores, com destaque para aqueles que importam produtos a taxas de câmbio estabelecidas pelo BNA na formação de preços para o consumidor, mas recorrem de forma ousada e oportunista a taxas de câmbio do mercado informal, o que agudiza a já difícil situação dos cidadãos".

Na verdade, não se trata de uma situação nova que, associada às práticas de contrabando, açambarcamento, falsificação de informações úteis ao consumidor, configuram práticas criminosas que deviam permanentemente merecer a denúncia incondicional dos cidadãos. Não se pode esperar que os consumidores, destinatários finais de bens e serviços, estejam como que coniventes com práticas que configurem crimes económicos. Durante o Conselho Consultivo do Ministério do Interior foi prestada igualmente atenção ao papel, nem sempre zeloso e digno, de numerosos agentes da Polícia Nacional, desde aos órgãos executivos centrais aos de base.

Num verdadeiro exercício de auto-crítica, Ângelo Tavares defendeu a necessidades dos órgãos que zelam pela ordem, segurança e tranquilidade públicas expulsarem do seu seio membros cuja conduta e cumprimento dos deveres contrariam profundamente os preceitos em que assentam a sua actuação. A responsabilidade, disciplina e rigor no cumprimento das atribuições, bem como firmeza na conduta e execução das funções confiadas inspiram confiança junto dos destinatários da acção policial.

Esperamos que as recomendações saídas da referida instituição sirvam para debelar situações que constituem ainda problemas sérios para a sociedade. Um deles é sem sombra de dúvidas a imigração ilegal, um mal que transcende o papel interventivo dos Serviços de Migração e Estrangeiros. Como sabemos todos e tal como alertado pelo ministro, dificilmente as instituições do Estado podem ser bem sucedidas no combate à imigração ilegal enquanto cidadãos nacionais, em grupos ou individuais, fizerem esforço em sentido inverso. O apoio à imigração clandestina e a concessão de hospitalidade constituem actos previstos e puníveis pelas leis angolanas. Em todo o caso, vale a pena continuar a investir em campanhas de sensibilização e divulgação da lei e as consequências do auxílio à imigração ilegal. Desde as reformas no sistema judicial, humanização dos serviços penitenciários, passando pelo incentivo às famílias para a colaboração e denúncia, a sociedade

evoluiu muito ao ponto de constituir-se hoje como uma verdadeira oposição à criminalidade.

10. AMBIENTE

10.1 Zonas verdes do Lubango reforçadas

Jornal de Angola

1 De Novembro de 2015

Texto: Arão Martins

As zonas verdes do município do Lubango estão a ser reforçadas, com a plantação de milhares de árvores ornamentais e frutíferas, uma acção que está a ser desenvolvida pelo Instituto Superior Politécnico da província da Huíla, em parceria com a administração municipal, no quadro das comemorações dos 40 anos da Independência Nacional, a 11 de Novembro.

O vice-decano para a área científica do Instituto Superior Politécnico da Huíla (ISPH), Rafael Chingachiwa, disse ontem ao Jornal de Angola que na plantação de árvores participam mil alunos e que estão a ser plantados eucaliptos, cedros e jácarandás. O projecto está a ser implementado sob o lema "Pensar verde, para uma vida saudável".

Rafael Chingachiwa informou que a plantação de árvores abrange as comunas da Arimba, Huíla e Hoque. O Gango, disse, resulta da Reunião de Auscultação e Concertação Social do Governo Provincial da Huíla, que recomenda aos cidadãos e instituições públicas e privadas pautarem pelo comportamento de preservar as plantações já existentes na região e ao mesmo tempo plantar novas árvores.

A par da plantação, acrescentou, está a ser desenvolvido um conjunto de palestras e encontros de esclarecimento sobre a importância de plantar e preservar as árvores. O surgimento do Instituto Superior Politécnico da Huíla, que está a promover cursos de ciências e engenharia, é um ganho resultante da contínua promoção do programa do Executivo de formação de quadros, afirmou o vice-decano.

A instituição promove a formação de engenheiros e técnicos de que o país está cada vez mais a precisar, tais como cursos de engenharia, geologia e minas, construção civil, arquitectura, mecânica, agronomia, zootecnia e informática e computação. A formação de quadros, disse, constitui uma prioridade do Executivo, que tem por objectivo criar competência e autonomia na interpretação dos fenómenos e dar solução às necessidades viradas para o desenvolvimento nacional, de forma sustentável.

O vice-decano disse que o Instituto Superior Politécnico da Huíla, aberto em 2012, por ser uma instituição de formação de quadros, aposta no capital humano. Os cursos ministrados pelo Instituto Superior Politécnico da Huíla, afecto à Universidade Mandume Ya Ndemufayo (UMN), vão muito de encontro àquilo que são as preocupações do Executivo, de diversificar a economia. Os primeiros licenciados pela instituição são colocados à disposição do mercado de trabalho em 2018, o que constitui uma mais-valia para aquilo que se pretende, tendo em conta a formação de quadros e valorização da mão-de-obra nacional.

" A formação está a ser feita por quadros capazes, muitos dos quais nacionais e estrangeiros (Cuba, Portugal). Embora seja um embrião, há certeza de que, com a dedicação e entrega, não só com os quadros ligados à Reitoria, Governo Provincial e Executivo, os resultados vão ser positivos.

Para este ano, mais de 1.800 al1r- nos frequentam aulas com normalidade, nos cursos de Engenharia, Agronomia, Computação, Construção Civil, Geologia, Informática, Mecânica, Minas e Zootecnia.

Construído de raiz e inaugurado em 2012, no quadro do programa de Expansão do Ensino Superior, a instituição está integrada na 6ª Região Académica da Universidade Mandume Ya Ndemufayo.

O Instituto Superior Politécnico da Huíla foi implantado numa - área de 10 hectares e dispõe de 23 salas, 20 gabinetes, um auditório" DI com capacidade para 120 pessoas, parque de estacionamento, campo polivalente, biblioteca central, ginásio e laboratório.

A par do número de salas existentes, tendo em conta a superfície existente, o Governo Provincial da Huíla promete construir mais 20 salas.

10.2 Seca provoca desistência escolar a muitas crianças

Jornal de Angola

4 De Novembro de 2015

A seca que assola a comuna da Canganda, município do Cuvélai, leva muitos alunos a desistir das aulas, alertou o chefe do sector da Educação na circunscrição.

Salomão Ndumbu indicou que actualmente regista-se um elevado índice de absentismo dos alunos nas salas de aula por estarem envolvidos nas tarefas de acarretar água e de levar o gado ao pasto, situação que deixa a direcção preocupada com o futuro das crianças. Dos cinco mil alunos matriculados, mais de

dois mil não assistem às aulas pois há famílias que estão a deslocar-se para zonas com maior segurança alimentar e com disponibilidade de água, sobretudo nas margens do rio Cunene, levando à desistência escolar de muitas crianças.

A comuna de Canganda, localizada a 341 quilómetros da cidade de Ondjiva, dispõe de 19 escolas, dos quais duas do segundo ciclo e 17 do ensino primário, e conta com 290 professores.

10.3 Seca provoca deslocações

Jornal de Angola

10 De Novembro de 2015

Texto: Adelaide Mualimusi

A população de algumas aldeias da comuna de Naulila, a 60 quilómetros de Xangongo, s de do município de Ombadja, na província do Cunene, começou, há duas semanas, a abandonar as suas residências por falta de água e alimentos, foi informado ontem pela população durante uma visita de deputados do círculo provincial.

A acentuada seca que se faz sentir na região está a obrigar as populações a percorrerem grandes distâncias à procura de água e comida, sobretudo para avizinhe Namíbia e outras localidades do Cunene. Os deputados à Assembleia Nacional cumpriram um programa de visitas de trabalho de cinco dias, ao município de Ombadja, com objectivo de avaliar as condições socioeconómicas das populações.

A coordenadora do grupo de deputados, Josefina Pandeinge, afirmou que os parlamentares têm estado a trabalhar junto da população para explicar às comunidades as dificuldades que o país atravessa face à queda do preço do retróleo no mercado internacional e também auscultar os problemas com que se debatem. António José Haídenga, habitante de Naulila, disse que, a par da seca que afecta a região, a localidade precisa de uma escola do segundo ciclo do ensino secundário.

Os parlamentares visitaram a cintura verde de Calueque, a 90 quilómetros de Xangongo, onde existe uma cooperativa agrícola, particularmente activa na produção de alimentos no âmbito da diversificação da economia.

10.4 Província de Luanda sem casos de cólera

Jornal de Angola

14 De Novembro de 2015

A directora do Gabinete Provincial da Saúde em Luanda pediu ontem à população para reforçar a prevenção contra a malária e doenças hídricas nesta época do ano, por haver proliferação de mosquitos e propensão para a ocorrência de problemas causados pela ingestão de água e alimentos contaminados com microrganismos.

A médica Rosa Bessa, que falava à agência Angop, garantiu que as autoridades sanitárias de Luanda estão a melhorar e a reforçar o funcionamento das unidades de tratamento criadas nos municípios.

A responsável pela saúde da população de Luanda alertou que, em caso de suspeita de cólera, os cidadãos devem acorrer a uma unidade próxima da sua residência e manter-se hidratada, mediante à ingestão de água ou outros líquidos.

Apesar de Luanda não registar casos de cólera desde 2013, as medidas de prevenção devem ser reforçadas, com a melhoria das condições de higiene dentro de casa e também no ambiente de trabalho, assim como a eficácia na recolha e tratamento do lixo.

A médica lembrou que devem ser adoptados cuidados básicos de higiene pessoal, como lavar as mãos antes de cada refeição e depois de utilizar o quarto de banho, e da abstenção de comer alimentos expostos ao ar livre ou sob suspeita de mau acondicionamento. Lavar as frutas e verduras em água desinfectada com lixívia (para cada litro de água 10 gotas) e deixá-las de molho, bem como a ingestão de água filtrada, fervida e desinfectada com cloro, são outras recomendações feitas por Rosa Bessa, para quem deve ser também evitado o contacto directo com água resultante de enchentes, por poder causar, além da cólera, outras enfermidades como hepatites e febre tifóide.

A cólera é uma doença causada pelo microrganismo "vibrião colérico", que tem a capacidade de multiplicar-se em grande velocidade dentro do intestino humano, provocando fortes reacções de

fermentação dentro do aparelho digestivo e a libertação de uma toxina que provoca uma intensa diarreia. O contágio transmite-se, principalmente, através da água e de alimentos contaminados pelo vibrião colérico, tendo como principais sintomas a diarreia, vômitos, dores de barriga e calafrios, provocando uma enorme perda de água, que consequentemente gera desidratação intensa e risco de morte, caso a pessoa não seja socorrida com urgência por especialistas em saúde pública.

10.5 Centenas de habitações derrubadas pelas chuvas

Jornal de Angola

18 De Novembro de 2015

Texto: Adriano Sapalo e Venâncio

Victor

Mais de duas mil pessoas ficaram desde o início do mês sem casa na província de Malanje devido à chuva constante, afirmou ontem ao *Jornal de Angola* o segundo-comandante dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

Miguel António, que referiu que as enxurradas destruíram 307 casas no município do Luguembo, 88 no Quirima, 35 em Calandula e sete no Quela, anunciou que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros entregou bens alimentares, chapas de zinco, roupa usada, material escolar, reservatórios e água e materiais de construção às vítimas da comuna do Quinje...

O administrador de Calandula, Pedro Dembué, declarou que no sector do Quinje as chuvas destruíram 35 casas particulares, deixando em abrigo 26 famílias, bem como duas igrejas e que decorrem acções de esclarecimento sobre os perigos de construir em zonas de risco.

Prejuízo e Chicomba

No município de Chicomba, Huíla, a chuva e o forte vento que a tem acompanhado, destruíram parcialmente 35 casas particulares, escolas, igrejas e estabelecimentos comerciais.

O administrador municipal adjunto confirmou à Angop que a chuva destruiu, na vila de Chicomba, duas escolas do ensino primário e outra do primeiro ciclo, bem o mercado municipal que devia ser inaugurado em Dezembro.

"Felizmente, não houve danos humanos, apenas uma criança foi ferida por uma chapa de zinco, mas sem gravidade", disse.

António Guerra declarou que algumas das vítimas vivem em casas de parentes e vizinhos, enquanto aguardam por apoios da Administração Municipal e que o relatório sobre a situação já foi entregue ao Governo Provincial e ao Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros. O município de Chicomba tem 127.273 habitantes, que se dedicam maioritariamente à agricultura e a pastorícia.

10.6 Angola apresenta propostas para o novo acordo climático

Jornal de Angola

19 De Novembro de 2015

Texto: Manuela Gomes

O Ministério do Ambiente apresentou, em Luanda, as propostas do país para o novo acordo climático que espera venham a ser adoptadas na Conferência Mundial sobre Alterações Climáticas (COP), que tem lugar no próximo mês na capital francesa, Paris.

Agrupadas sob a designação genérica "Contribuições que se pretendem determinar a nível nacional", as propostas de Angola têm como documentos orientadores a Estratégia Nacional para Implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o Protocolo de Kyoto, a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, a Estratégia de Longo.

Prazo para o Desenvolvimento de Angola 2025 e o Programa de Acção Nacional de Adaptação.

Presente na cerimónia, a ministra do Ambiente, Fátima Jardim, disse que Angola, sendo um país em vias de desenvolvimento, deve ter as suas posições alinhadas com as questões globais de desenvolvimento, tendo em conta as muitas imprevisibilidades.

"Aparte sul de Angola ainda regista um elevado nível de seca e desertificação", disse a ministra do Ambiente, salientando que as alterações climáticas constituem uma ameaça ao desenvolvimento sustentável.

"Precisamos de sentir neste acordo a justiça, equidade e transparência para que os países em vias de desenvolvimento, que trabalham e lutam para o bem-estar dos seus povos, possam sentir-se protegidos", disse Fátima Jardim.

Países como Angola, referiu, têm de ser financiados pela comunidade internacional, com vista à capacitação e realização de projectos para atenuar os

efeitos das alterações climáticas no seu desenvolvimento e no impacto aos mais desfavorecidos.

O embaixador da França em Angola, Jean-Claude Moyret, considerou "ambiciosas" as contribuições de Angola para o novo acordo climático, sobretudo porque prevêem impulsionar o seu sector energético.

"Chegou a altura de as Partes da Convenção fazerem as grandes escolhas, sem perderem de vista que não é fácil tomar uma posição quando se trata de salvar a vida de milhares de pessoas", disse.

"Não é fácil juntar mais de 200 países para uma negociação e para que em conjunto façam esforços para salvar o clima do planeta", concluiu o embaixador da França Jean-Claude Moyret.

10.7 Desafios ambientais

Jornal de Angola
19 De Novembro de 2015

A aposta nas energias renováveis e limpas deixou de ser um luxo dos nossos tempos para passar a uma necessidade vital. O aquecimento global é uma realidade em todo o mundo e a necessidade de controlo sobre as emissões de gases poluentes da atmosfera tornou-se fundamental para continuidade da vida hoje e amanhã em condições normais no nosso planeta. Este debate, sobre a necessidade de se controlar melhor os índices de poluição, não pertence apenas aos países desenvolvidos que, como se sabe, são os que mais poluem.

Nem se trata de uma moda dos tempos modernos falar sobre as consequências do aquecimento global por causa das actividades humanas consideradas "inimigas do ambiente e da atmosfera". Contrariamente à ideia segundo a qual não temos um desenvolvimento industrial e aparentemente níveis de poluição que justifiquem falar sobre o controlo das emissões, não é inteligente esperar pelos problemas para agir. Isto, além de estar comprovado por vários estudos que as regiões do planeta que mais sofrem com os efeitos graves da poluição ambiental e atmosférica envolvem os países menos desenvolvidos e algumas denominadas economias emergentes.

O continente africano encontra-se entre as regiões que mais sofrem com os efeitos das alterações climáticas, razão pela qual urge repensar políticas e procedimentos que invertam não apenas os efeitos mas também as causas que derivam a degradação ambiental e atmosférica.

Como africanos faz todo o sentido estarmos preocupados com a tendência das emissões de gases poluentes da atmosfera e investir na criação de condições para abraçarmos as energias renováveis e limpas. Angola, que passou a ter um representante permanente junto da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), desde o dia 17, implementa numerosos programas que visam garantir a segurança energética e a sustentabilidade.

Atendendo à importância que possui um órgão da dimensão da IRENA, acreditamos que as parcerias que se estabelecem vão resultar em vantagens para o país. Com programas já em curso tais como o Programa de Acção 2025, para atestar a segurança energética, e o Projecto "Aldeia Solar", para a produção de energia, vai ser proveitosa a parceria com a instituição criada com a finalidade de promover o uso das energias renováveis. Tratando-se de uma agência intergovernamental, vai ser estimulada a troca de experiências entre os Estados, a eventual ajuda e acompanhamento na prossecução de projectos que contribuam para um ambiente e atmosfera limpos.

Embora tenhamos condições favoráveis para implementar projectos hidroeléctricos para gerar energia eléctrica, o Executivo tem reafirmado o seu compromisso com a produção de energias renováveis e limpas. O Executivo está a implementar em todas as zonas rurais o Projecto "Aldeia Solar" com o objectivo de assegurar energia eléctrica às escolas e hospitais.

Na parte sul do país, mais concretamente na província do Namibe, há um potencial muito grande para a exploração de energia eólica cuja capacidade de produção de energia pode ter uma palavra a dizer no desenvolvimento sustentável de Angola. Caminhamos bem na procura das melhores soluções para a preservação de condições ambientais e atmosféricas que estejam livres dos índices elevados de poluição.

Há lugares e regiões do mundo em que as chamadas partículas finas suspensas sobre o ar atmosférico são já uma ameaça grave à saúde pública. Inaláveis, as partículas resultam muitas vezes da degradação ambiental, das emissões de gases poluentes por parte das fábricas, aparelho de frio, o funcionamento de motores, a queima de combustível fóssil, entre outros artefactos, que lesam gravemente a saúde dos seres humanos.

Temos muito trabalho pela frente na contenção das irregularidades verificadas na exploração de inertes um pouco por todo o país por parte de várias empresas. Temos leis ambientais inovadoras e

dispositivos normativos que condicionam a realização de projectos com forte impacto ambiental, mas precisamos de evoluir muito mais.

Precisamos de criar condições para que as nossas instituições que superintendem o ambiente tenham mecanismos de controlo das emissões de gases poluentes e porque não ponderar a instalação de estações de medição da qualidade do ar. Numa altura em que o país evolui gradualmente para se transformar em país de rendimento médio, esta realidade acentua o crescimento económico, alarga e modifica consideravelmente o "modus vivendi" das comunidades e com fortes implicações ambientais.

A saúde das pessoas está muito ligada à qualidade do ar que respiram, razão pela qual importa continuarmos a envidar esforços para aplicação das melhores práticas ambientais. Mas satisfaz saber que Angola não é seguramente dos países mais poluentes do mundo, nem pretende como modelo para o seu desenvolvimento sustentável padrões que acentuem a degradação ambiental e atmosférica. Em matéria de prevenção dos efeitos gravosos das alterações climáticas, redução da poluição ambiental e atmosférica, precisamos de nos antecipar aos desafios ambientais.

10.8 Árvores são abatidas sem controlo

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2015

O abate Indiscriminado de árvores para fabrico de carvão feito por centenas de famílias camponesas é motivo de preocupação, disse ontem ao Jornal de Angola o chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Cuando Cubango.

Leonardo Tavares lamentou que as actividades agrícolas tenham sido relegadas para segundo plano e que "muitas espécies florestais e animais" estejam a ser extintas, "o que causa mudanças no sistema ecológico".

As vias entre Menongue e Bié e entre Menongue e Cuito Cuanavale foram as mais atingidas por serem "alvos constantes de queimadas para o fabrico de carvão", disse Leonardo Tavares, que informou haver já desertificação na zona sul da província, sobretudo em Savate, Cuangar e Dirico.

Leonardo Tavares também lamentou que o Instituto de Desenvolvimento Florestal no Cuando Cubango tenha "apenas 25 fiscais", insuficientes para controlar

toda a província e disse que devido à situação foi elaborado um programa de acções de sensibilização das comunidades para a inconveniência do abate indiscriminado de árvores.

No Cuando Cubango há 14 madeireiros autorizados, mas a maioria não exerce a actividade por falta de recursos financeiros.

Uma equipa técnica do Instituto de Desenvolvimento Florestal terminou recentemente no Cuando Cubango a primeira fase de uma inventariação dos recursos florestais nos municípios de Menongue, Cuchi, Cuangar e Cuito Cuanavale para definir "as espécies para produção de madeira em grande escala".

O chefe de departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal disse que nesta acção foram recolhidas amostras de seis espécies diferentes que vão ser analisadas em laboratórios de Luanda, "para se determinar o tipo predominante em cada município, bem como o tamanho, ciclo vegetativo e tempo de vida".

Das unidades de amostras, três foram obtidas no Cuangar e as outras no Cuchi e Cuito Cuanavale.

Leonardo Tavares afirmou que o estado de degradação das picadas impediu que a acção se estendesse aos municípios de Calai, Dirico, Nancova, Rivungo e Mavinga, mas as amostras recolhidas permitem ao IDF conhecer as espécies de árvores predominantes em toda a província. "Excepto as zonas que fazem fronteira com a Namíbia e a Zâmbia, que durante a guerra estiveram sujeitas ao abate indiscriminado de árvores para produção de madeira". Os recursos florestais da província "estão praticamente virgens", faltando apenas serem inventariados para exploração, explicou Leonardo Tavares, que sublinhou que "o Cuando Cubango tem boas espécies de madeira, como o girassonde, mussivi, mumué, mupanda e muienia, que bem exploradas podem ser a mola impulsora do desenvolvimento socioeconómico da província".

Leonardo Tavares disse que seis apicultores dispostos a instalar colmeias modernas vão frequentar em Dezembro, em Luanda, uma acção de formação para ficarem aptos a formar técnicos em vários pontos da província. Leonardo Tavares recordou que o Cuando Cubango foi no período colonial grande produtor de mel e cera e que o objectivo é fazer com que volte a produzir estes bens em grande escala.

10.9 Acordo com Inamet vai avançar

Jornal de Angola

21 De Novembro de 2015

Texto: Josina de carvalho

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) e o Centro Comum de Investigação da União Europeia vão assinar, no decurso do primeiro trimestre do próximo ano, um Memorando de Entendimento de Cooperação na área de Investigação, no âmbito do Acordo "Caminho Conjunto" existente entre Angola e a União Europeia desde Julho de 2012.

O anúncio foi feito pelo secretário de Estado para o Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Pedro Luís da Fonseca, ontem, durante uma conferência de imprensa, em Luanda. Pedro Luís da Fonseca informou que o Memorando de Entendimento visa o reforço da capacidade institucional do INAMET na área de agro meteorologia e acompanhamento hidrológico, formação, intercâmbio de dados e de modelos e produtos agro meteorológicos e hidrológicos.

"O Memorando de Entendimento está concluído. Falta apenas a sua tradução em língua portuguesa, para que as duas versões possam reflectir de forma fiel o que foi acordado nesta matéria", referiu. O secretário de Estado para o Planeamento e Desenvolvimento Territorial também deu a conhecer que Angola e a União Europeia avaliaram, na quinta-feira, em Luanda, o estado de aplicação das acções definidas na reunião ministerial realizada no ano passado e definiram outro conjunto de acções e projectos nos domínios político, económico, energia, alterações climáticas, investigação e inovação, que devem ser realizadas até à próxima reunião prevista para Outubro de 2016. Pedro Luís da Fonseca disse que as acções definidas no Plano de Acção para o período 2016-2017 vão ser executadas com base nas prioridades estabelecidas pelo Executivo angolano, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

O Acordo "Caminho Conjunto", explicou, é um meio através do qual o Executivo angolano aplica a sua estratégia de Desenvolvimento. Durante a reunião ministerial que decorreu em Luanda, Angola e União Europeia registaram resultados positivos na aplicação das várias acções realizadas até ao momento, entre as quais a Conferência sobre Segurança Marítima e Energética, a preparação da 21ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre as

Alterações Climáticas, que terá lugar em Paris, no próximo mês.

A assinatura do Programa Indicativo Nacional 2014-2020 para Angola em 26 de Outubro foi também um avanço registado. Para este programa, o 110 Fundo Europeu para o Desenvolvimento alocou 210 milhões de euros para os sectores da agricultura sustentável, água, saneamento básico, ensino e formação profissional.

O programa referente a 2008-2013 gastou 214 milhões de euros e de 2002-2006 um total de 146 milhões de euros.

O embaixador da delegação da União Europeia em Angola, Gordon Kricke, presente na conferência de imprensa, afirmou que Angola e a União Europeia estão a desenvolver esforços para aumentarem a cooperação existente.

Gordon Kricke considerou Angola um parceiro importante para a União Europeia e sublinhou que o Estado angolano tem assumido um papel de liderança na resolução dos conflitos em África e no mundo.

A próxima reunião ministerial Angola-União Europeia realiza-se em Outubro de 2016 em Bruxelas.

10.10 Novos espaços verdes

Jornal de Angola

21 De Outubro de 2015

Texto: Maximiano Filipe

Novos espaços verdes vão ser criados, ainda este ano, em Benguela para despertar nos cidadãos a consciência ecológica e aumentar a qualidade ambiental da província, anunciou ontem o director provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

Cipriano Avelino, que falava aos órgãos de comunicação social, revelou que a criação de novos espaços verdes deve-se a uma "forte necessidade" da população em abraçar acções das autoridades locais na preservação do património ambiental!

Para o êxito do programa de povoamento e repovoamento florestal na província de Benguela, assegurou Cipriano Avelino, já foram preparados viveiros de plantas, entre as quais estão cedros, acácias e eucaliptos. "Com as condições criadas, pretendemos arborizar todas as zonas urbanas da província, com a distribuição de dez mil plantas até Dezembro de 2015", declarou Cipriano

Avelino, que reconheceu que já existem na província cidadãos com um elevado nível de conhecimento

ligado à educação ambiental e sustentabilidade do repovoamento florestal, uma realidade resultante das acções de sensibilização que o Instituto de Desenvolvimento Florestal tem realizado junto das comunidades.

O director do IDF acentuou que têm distribuído anualmente plantas às escolas e aos mercados paralelos.

10.11 Seca afecta população e gado em Olupale

Jornal de Angola
22 De Novembro de 2015
Texto Nicolau Vasco

A aldeia de Olupale, município do Cuangar, no limite entre a província do Cuando Cubango e Namacunde (Cunene) e a região namibiana de Okongo, vive momentos difíceis devido à seca. Os cerca de quatro mil habitantes da região dependem em exclusivo da agricultura de subsistência e da pastorícia.

As únicas infra-estruturas de carácter definitivo de Olupale são uma escota de quatro salas do ensino primário, um posto médico, cinco apartamentos para professores e enfermeiros e o posto da Polícia de Guarda Fronteira.

Olupale é uma zona de difícil acesso. Fica a 162 quilómetros da sede municipal do Cuangar, mas para lá chegar, as autoridades administrativas e a população têm de entrar em território namibiano até à cidade de Okongo e a partir desta percorrer 30 quilómetros até à aldeia.

A região é de vegetação pouco densa, o que facilita a pastorícia, a principal riqueza dos habitantes, uma mistura de cuanhamas e ganguelas que ali se fixaram para a prática da agricultura e criação de animais. As casas dos habitantes distam entre si 15 quilómetros ou mais.

Uma comitiva governamental encabeçada por Eusébio de Brito Teixeira, então governador do Cuando Cubango, visitou esta localidade pela primeira vez em 2010, alertada pelas constantes queixas dos populares, que acusavam os criadores namibianos de invasão do local, com grandes manadas de gado em busca de pasto. A situação foi

solucionada depois de contactos com as autoridades da região de Ohangwena.

Neste momento, no Olupale existe um pouco mais de 70 mil cabeças de gado bovino, além de caprinos e suínos, e é a região do Cuando Cubango mais rica neste domínio. Devido à escassez de chuvas, que afecta várias regiões da província, homens e animais partilham o mesmo bebedouro.

O soba António Cambinda disse ao Jornal de Angola que, além do gado, as culturas de milho, massambala e massango, alimentos mais consumidos pela população, estão ameaçadas porque há muito não chove e o rio Cubango, o mais próximo, fica a 120 quilómetros da aldeia de Olupale.

Os habitantes uniram esforços e abriram furos artesanais, mas para encontrar água foi preciso escavar a grande profundidade. Nem todos conseguem manter reservas de água na época do Cacimbo, o que torna complicada a vida dos camponeses. Nos meses de Maio até Setembro, são forçados a percorrer longas distâncias até à comuna do Savate, onde passa o rio Cubango.

Transumância do gado

De acordo com o soba António Cambinda, no período de Maio a Setembro assiste-se aos maiores movimentos de transumância de gado até às margens do rio Cubango. Quem não quiser passar por essa situação, é obrigado a pagar de duas a quatro cabeças de gado a membros da comunidade especialistas em escavar poços de água.

No Olupale existem mais de mil criadores de gado. Os menos abastados têm cerca de 60 cabeças de gado, mas a maioria tem mais de 600 animais, e só conseguem manter o gado na região com pastos frescos e água em abundância quando as chuvas caem com regularidade.

A tarefa de dar de beber a uma grande manada na localidade é esgotante, pois pode levar até três horas devido à grande profundidade em que é retirada a água.

O soba aproveitou a presença do administrador adjunto do Cuangar, João Henrique Malaquias, que acompanhou os jornalistas ao Olupale, para solicitar uma vez mais às autoridades provinciais que resolvam o mais rápido possível o problema da água na localidade.

Outra situação que inquieta os criadores de gado, sobretudo na época do Cacimbo, é a invasão do território por grandes manadas oriundas da Namíbia em busca de pastos. "Na volta, acusam os pastores

angolanos, arrastam consigo os nossos animais que encontram pelo caminho", disse. Por esta razão. António Cambinda pediu ao Governo Provincial do Cuando Cubango e à Administração do Cuangar para que, junto das entidades da região de Ohangwena, em particular da cidade de Okongo, voltem a tratar desse assunto e alertem os criadores namibianos para deixarem tais práticas, de modo a evitar conflitos.

Abandono escolar em alta

O director da única escola, Fausto Sacundino, disse que a falta de água é uma das causas de abandono escolar. As crianças deixam de estudar para ajudarem os pais na transumância do gado para Savate, junto às margens do rio Cubango, onde chegam a permanecer cerca de cinco meses.

O professor disse que o alto grau de absentismo também é provocado pelas longas distâncias entre a escola e os diferentes aglomerados populacionais, que estão muito afastados uns dos outros, um problema que o Governo tem de resolver com as autoridades tradicionais, no sentido de se definir um novo padrão de vida destas comunidades.

No presente ano lectivo, foram matriculados 517 alunos do ensino primário e do primeiro ciclo. Mais de metade já abandonou as aulas por falta de condições para prosseguir os estudos.

Lineke Ndumani, 13 anos, mantém-se na escola. Vive a 15 quilómetros e participa com regularidade nas aulas. A adolescente vai todos os dias à escola na companhia dos dois irmãos. Utilizam o burro oferecido pelo pai como meio de transporte.

Tal como Lineke, muitas outras crianças utilizam este animal como meio de transporte e só persistem na escola aqueles que têm grande vontade de aprender e espírito de sacrifício. O facto de cada família constituir o próprio sobado contribui para o atraso escolar. Alguns habitantes não falam português. O administrador adjunto do Cuangar, João Henrique Malaquias, disse que este ano vão ser instalados no Olupale três sistemas de captação, alimentados por placas solares, que vão bombear água a partir de furos. Geradores eléctricos devem também ser instalados, assim como estão previstas acções de incentivo à agricultura e pecuária.

Novas infra-estruturas

A construção de mais uma escola está também prevista, assim como a ampliação do posto de saúde e a instalação de vários bebedouros para o gado, com mangas de vacinação e tanque banheiro.

No quadro das boas relações bilaterais existentes entre a Namíbia e Angola, está para breve a extensão de uma linha de transporte de energia de média e baixa tensão até à localidade de Olupale, a partir de Okongo, bem como a terraplenagem do troço de 126 quilómetros desde o Savate.

10.12 Luanda responde a calamidades naturais

Jornal de Angola

26 De Novembro de 2015

Texto: Nilza Massango

A província de Luanda passa a contar nos próximos dias com um Plano de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Calamidades.

Desde terça-feira, decorre em Luanda um seminário para a elaboração do plano, com a participação de técnicos das comissões Nacional e Provincial de Protecção Civil, administradores municipais e distritais, autoridades tradicionais, consultores e representantes das Nações Unidas.

O secretário de Estado do Interior Eugénio Laborinho afirmou, na abertura do seminário, que termina hoje, que a projecção de cenários de risco, a implementação de centros de coordenação operacional e a elaboração de planos provinciais de contingência são recomendações saídas de um encontro nacional realizado em Malanje, com o objectivo de se reforçarem as comissões provinciais de protecção civil.

As províncias do Cunene, Namibe, Huíla, Cuanza Norte e Uíge já contam com planos de contingência de calamidades, bem elaborados e testados com sucesso.

Eugénio Laborinho encara a elaboração do plano de Luanda como um dos processos mais complexos do planeamento provincial, visto que se trata da província com maior população do país e que concentra a estrutura central de governação.

"Tendo em conta as alterações climáticas, a degradação ambiental e os vazios no planeamento territorial, como causas principais do aumento das vulnerabilidades, urge a necessidade do aumento da protecção das populações através de acções e compromissos claros que reduzam o risco e melhorem a capacidade de resposta da província, das administrações municipais e locais".

O secretário de Estado apelou às instituições técnicas e científicas a contribuírem no processo, transmitindo as informações necessárias para uma compreensão detalhada sobre as ameaças existentes, e tendo em conta que o sector privado, como motor fundamental da dinâmica económica da província deve ser chamado a colaborar nas acções em curso. O secretário de Estado lembrou que o Executivo estabeleceu como actividades prioritárias a gestão de riscos, a redução das suas causas e a protecção das pessoas e dos investimentos públicos e privados.

"A Comissão Nacional de Protecção Civil aprovou dois planos fundamentais para o desenvolvimento das acções de redução dos riscos e atenção aos desastres no país, sendo o Plano Estratégico de Prevenção e Redução do Risco de Desastre e o Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Desastres 2015-2017", disse.

A vice-governadora provincial de Luanda para a área Política e Social, Jovelina Imperial, em representação do governador Graciano Domingos, na qualidade de coordenador da Comissão Provincial de Protecção Civil, assegurou que o plano provincial de contingência vai ajudar a colmatar as várias necessidades que surgem, tendo em conta as calamidades que se abatem sobre a província de Luanda.

Cazenga acautelado

Para o administrador municipal do Cazenga, Tany Narciso, a elaboração do plano provincial de contingência vem reforçar as acções desenvolvidas pela Comissão Municipal de Protecção Civil.

Com as últimas chuvas na província, o administrador municipal revelou que cerca de 33 escolas ficaram inundadas, mas a administração soube dar uma resposta imediata com os meios disponíveis, nomeadamente moto bombas e carros de sucção. Ficou assim garantida a continuidade das aulas, visto que os alunos estavam em época de provas.

O município do Cazenga tem 32 áreas ou zonas de risco já identificadas. Tany Narciso revelou que o número de mortes por afogamento reduziu consideravelmente, mas lamenta o facto de haver muitas mortes por electrocussão, principalmente em tempo de chuva, facto que geralmente acontece por negligência da própria população. Por isso, reforçou a importância de alertar e informar as populações sobre como agir diante das várias situações de risco.

10.13 Chuvas deixam ao relento 40 famílias na província da Huíla

Jornal Correio Sul
27 De Novembro de 2015
Texto: Elias Kabango

Uma forte tempestade que se abateu sobre a sede municipal de Chicomba, a 232 km do Lubango, terá deixado ao relento perto de 40 famílias, na última sexta-feira, 13, segundo fontes oficiais deste jornal que seguiram de perto o curso dos acontecimentos, naquela região do eixo nordeste da Huíla.

A forte tempestade acompanhada de ventos fortes e granizo pesado terá descoberto mais de 40 casas, duas escolas do ensino primário e uma do ensino secundário, a única pensão da sede municipal, as residências do comandante municipal da polícia nacional e do delegado dos serviços de segurança do estado, SINSE, bem como a destruição parcial da administração municipal. O rasto de destruição da enxurrada, terá igualmente se estendido aos templos religiosos, aos estabelecimentos comerciais, e ao mercado municipal concluído há dias, e que seria inaugurado no próximo dia 10 de Dezembro, por altura das comemorações da fundação do MPLA.

Em declarações à imprensa local, o administrador municipal adjunto de Chicomba, Carlos Guerra, adiantou que a tempestade destruiu 35 residências de populares, e que se só não houve vítimas humanas, porque as chuvas começaram perto das 19 horas, numa altura em que a maioria já se encontrava recolhida nos seus aposentos. Carlos Guerra lançou um SOS, para acudir as populações sinistradas, uma vez que o seu 'pelouro' não dispõe de meios suficientes para atender à população afectada.

De acordo ainda com o administrador adjunto de Chicomba, a tempestade terá durado cerca de uma hora e meia, mas deixou um cenário catastrófico, que exige a conjugação de vontades e meios para que as comunidades afectadas refaçam os seus abrigos.

Fontes transversais no local asseveram que, para além dos prejuízos materiais com as famílias, as escolas e a administração municipal ficaram mais prejudicadas com a destruição da documentação, porquanto, o cenário deu-se ao princípio do fim-de-semana e as águas permaneceram quase 24 horas no interior das instituições, ante uma intervenção incipiente e com poucos meios dos serviços municipais de protecção e bombeiros.

Refira-se, entretanto, que, a sede municipal de Chicomba tem sido palco de correntes e estranhas calamidades naturais.

Em 2003 e 2006 a vila foi sacudido por um tremor sísmico que, para além de ter deixado em pânico as populações e as autoridades locais, também deixou fissuras e quebra de telhado de residências e uma rachadura enorme sobre a ponte da povoação de Chelequela, na região sul do município.

Curiosamente, esse fenómeno voltou a ser sentido em Junho do ano passado, mas as autoridades ao nível central, tanto prometeram enviar técnicos para avaliar se a zona é ou não vulnerável aos fenómenos sísmicos, até à data não se conhecem estudos sobre essa matéria ao nível da região. E perante esse quadro alguns munícipes já estão a condicionar a implementação de projectos pessoais, como a construção de residências de média e alta renda, lojas e outros estão a criar ideias de abandonar o município, face à sequência de imprevisíveis calamidades naturais, tal como salientou a este jornal, João Kundi, professor e dirigente da JMPLA em Chicomba.

10.14 Mudanças climáticas mitigadas

Jornal de Angola
27 De Novembro de 2015

A secretária de Estado da Biodiversidade e Áreas de Conservação do Ministério do Ambiente manifestou ontem, em Luanda, o desejo do Executivo e parceiros continuarem a trabalhar para mitigar os efeitos das alterações climáticas, sobretudo na vertente agrícola.

Paula Francisco falava na conferência de validação do projecto de integração da resiliência climática nos sistemas de produção agrícola e agro pastoril, por meio da gestão da fertilidade do solo em áreas-chave para a produção, realizada em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura (FAO)

"O impacto das alterações climáticas tem estado a afectar a biodiversidade angolana, sobretudo no que toca a agricultura e outros programas que visam o combate à pobreza", afirmou a secretária de Estado, que apelou ao reforço da implementação de políticas de integração de forma inclusiva da mulher e jovens em projectos e programas voltados ao empreendedorismo.

O Executivo trabalha com os parceiros na identificação das áreas afectadas pela estiagem em todo território, e os métodos que devem ser tidos em conta para mitigar os efeitos climáticos, assegurou a secretária de Estado.

O projecto agrícola e agro pastoril começa em Janeiro de 2016. A secretária de Estado referiu que o projecto contribui para o combate à fome e à pobreza

nos 14 municípios seleccionados para a fase-piloto de implementação.

O representante do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura em Angola, Mamoudou DiaIlo, referiu que o projecto reforça a cooperação entre o Ministério do Ambiente, a instituição que dirige e o Fundo Global. O projecto, garantiu, fortalece a produtividade e a competitividade entre os pequenos agricultores.

10.15 Um olhar sobre um "bairro de tropas" na cidade do Lobito

Jornal Correio do Sul
27 De Novembro de 2015
Texto: Pedro Dumbo

Cerca de trinta e oito famílias provenientes das províncias do Huambo, Bié e Moxico, que fugiram da guerra civil que assolou o país, continuam refugiadas arredores do bairro da Caponte, no município do Lobito, Província de Benguela. Há mais de duas décadas que vivem em condições desumanas. O acesso às necessidades básicas como alimentação, educação, emprego, água potável, saneamento básico, entre outras, é, à partida, para essa população, um sonho. Além de viverem num bairro de trapo, são alvo constante de maus tratos da polícia.

Junto do acampamento de quase setenta e cinco cabanas feitas de chapas, com papelão e com panos rasgados, a reportagem do Correio do Sul conversou com as famílias que ali residem. O conceito de pobreza é aqui onde mora. Neste bairro não há vitrina. As necessidades fisiológicas são feitas na rua. As refeições também.

No contacto com este jornal, Joaquim António, 47 anos, coordenador do bairro, disse que, no local, vivem cerca de cinquenta e duas pessoas, entre as quais, dezoito crianças, que no período do conflito armado, se deslocaram ao litoral em busca de protecção, mas também de melhores condições de vida. O resultado nenhuma nem outra foram bem sucedidas. Depois da conquista da paz em 2002, muitos deles voltaram às suas zonas de origem, mas já não tinham encontrado os seus parentes, daí decidirem voltar ao Lobito e se instalar no referido local para refazer a vida. Este desejo se esfumou com o tempo devido a muitos entraves que têm encontrado no meio social.

Adiante, Joaquim António conta que a sua família já foi rejeitada várias vezes ao aderir os serviços de Identificação e de Saúde, por falta de um único documento que possa justificar a paternidade dele e

dos seus restantes filhos. Visivelmente triste com a situação, o nosso interlocutor não guardava lágrimas e questionava insistentemente sobre o destino das trinta e oito famílias que vivem ao ar livre há mais de vinte anos.

Com esperança de uma vida melhor totalmente fracassada, Joaquim António, que é o rosto do bairro de trapo, disse que, tudo já foi feito junto das autoridades do município, mas até agora, nada se fez para resolver o estado de coisas e todas intenções das autoridades locais nunca passaram de promessas.

Disse ainda que, há dois anos uma equipa do Ministério da Assistência e Reinserção Social fez a recolha de dados de todos, mas até a presente data, não têm qualquer resposta do referido órgão, para uma provável integração social.

Somos vistos como lixo

Ana Maria, 41 anos, fala das condições desumanas a que estão expostas as famílias. Segundo ela, "o lixo, o mau cheiro dos mangais e os mosquitos são as nossas companhias, sem qualquer protecção e aponham-os muitas doenças e não conseguimos ir ao hospital, porque não temos dinheiro para pagar o tratamento", desabafou.

As vezes, segundo disse, pensa que nasceram para sofrer e que o melhor que podia acontecer para aquela comunidade é o facto de estarem em vida. "Vivemos como lixo, dormimos no lixo e somos vistos como lixo".

Paulino António, diz que para sobreviver, faz pequenos serviços, como desentupir, foças e vender garrafas. E através deste trabalho que consegue sustentar a família.

Por seu turno, o idoso Gaspar Afonso, provavelmente o mais velho do acampamento, diz estar cansado com as sucessivas corridas que a polícia tem estado a dar a eles, na tentativa de expulsá-los do local.

O grito de solidariedade que nunca foi ouvido

Já não restam dúvidas que a realidade das trinta e oito famílias acantonadas junto dos mangais do Bairro da Caponte é bastante desoladora. E o mais grave é que todo grito de apoio nunca foi atendido pelas autoridades governamentais.

O porta-voz do grupo, salienta que "temos estado a pedir apoios às autoridades, mas infelizmente, nunca fomos atendidos, por razões que desconhecemos".

Apesar da ignorância das autoridades, Joaquim, volta a solicitar apoios a fim de pôr termo ao sofrimento que os aflige há mais de duas décadas. Para minimizar a carência, contam com ajuda instituições religiosas, que têm feito chegar os seus apoios atenuar o sofrimento daqueles populares.

A nossa reportagem procurou obter um esclarecimento junto da administração municipal do Lobito, mas o nosso esforço não foi bem sucedido.

10.16 Ausência de chuvas dificulta abertura da campanha agrícola

Jornal de Angola

29 De Novembro de 2015

Texto: Carlos Paulino

A província do Cuando Cubango vive dificuldades para proceder à abertura oficial do ano agrícola de 2015-2016 devido à falta de chuvas.

Centenas de associações e cooperativas de camponeses e agricultores familiares prepararam as terras, mas estão impossibilitados de lançar as sementes devido à estiagem que assola toda a província, disse à reportagem do Jornal de Angola o director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Manuel Alexandre.

Pelo facto de ainda não se ter registado precipitação desde o início da época chuvosa, em Setembro último, a preparação das terras e o início das sementeiras estão atrasados, explicou Manuel Alexandre.

Os camponeses e agricultores foram aconselhados a cultivar em zonas baixas ou próximas dos rios.

Para a presente campanha de 2015-2016, previa-se o cultivo de 186 mil hectares em toda a província, para produzir mandioca, milho, massango, massambala, feijão, batata-doce, inhame, abóbora e legumes.

O ministério da Agricultura entregou ao Cuando Cubango dez toneladas de sementes de milho, 200 charruas de tracção animal e 25 toneladas de adubo do tipo 12-24-12, para apoiar 67.203 famílias camponesas, sobretudo as que tiveram grandes prejuízos na campanha anterior por causa da estiagem e invasão dos campos por animais selvagens, explicou ao Jornal de Angola Manuel Alexandre.

Devido à escassez de inputs agrícolas, alguns camponeses foram sensibilizados para utilizar as reservas de sementes da época passada, informou o director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, que aconselhou:

"Apesar desta situação preocupante, os camponeses da província não devem baixar a cabeça ou ficar desanimados, mas arregaçarem as mangas para que até ao final desta época agrícola, produzam alimentos com fartura para o sustento das famílias."

No ano transacto, referiu Manuel Alexandre, as chuvas caíram com alguma regularidade nos municípios de Menongue, Cuchi, Cuito Cuanavale e Savate, mas este ano, a situação está a prolongar-se, o que constitui uma grande preocupação para o Governo Provincial do Cuando Cubango.

A situação de seca é influenciada pelo clima do Deserto do Kalahari. As temperaturas variam entre os 30 e 40 graus.

Situação de emergência

O director provincial da Agricultura, Mateus Alexandre, disse à reportagem do Jornal de Angola que, na campanha agrícola passada, a seca afectou mais de 40 mil famílias camponesas, com maior agressividade nos municípios de Calai, Cuangar, Dirico, Rivungo, Mavinga e Nancova, que já fizeram ouvir o seu pedido de socorro motivado pela necessidade urgente de assistência alimentar.

Neste momento, as empresas locais Fratchicote, Minga e Bela e Filhos lideram um projecto de recolha de bens de primeira necessidade para socorrer as vítimas da seca do município de Mavinga, acção que, segundo os promotores, pode estender-se a outras regiões atingidas.

Manuel Alexandre sublinhou que a Direcção Provincial do Ministério de Assistência e Reinserção Social também está atenta à situação e, logo que tenha condições, vai distribuir alimentos a centenas de famílias camponesas que perderam as culturas em mais de 70 por cento devido às altas temperaturas.

A produção de milho é a que mais prejuízos sofre nestas condições, uma vez que o crescimento dessa planta necessita de água com regularidade. Os tubérculos, sobretudo as variedades de mandioca precoce, batata-doce, inhame e alguns cereais como a massambala e massango, conseguem resistir.

Por esta razão, a Direcção Provincial da Agricultura tem apostado na intensificação do cultivo de mandioca, por forma a colmatar os efeitos da seca que assola o Cuando Cubango há quatro anos consecutivos.

As constantes avarias nos equipamentos da Mecanagro, empresa vocacionada para a preparação de terras, é outro motivo de preocupação, pelo que

os camponeses foram aconselhados a optar por charruas de tracção animal.

Campanha anterior

Manuel Alexandre explicou à reportagem do Jornal de Angola que, para evitar danos maiores, a instituição que dirige está a trabalhar, em coordenação com as administrações municipais, na orientação dos agricultores, sobretudo aqueles que vivem próximo dos rios, para produzirem nas zonas ribeirinhas de modo a mitigar a fome nos próximos tempos.

Na época passada, foram produzidas 128 toneladas de mandioca, 44.937 toneladas de milho, 11.100 toneladas de massango, 8.107 toneladas de batata-doce, 6.906,6 toneladas de massambala, 5.644 toneladas de batata-rena, 3.759 de feijão vulgar, 2.998 de hortícolas, 2.035 de amendoim, 1.444,8 de feijão macunde e 1,5 toneladas de arroz.

Participaram na campanha 57.687 famílias camponesas, 408 associações e 27 cooperativas agrícolas, que produziram no total 212.921,8 toneladas de culturas diversas, numa área de 174.265 hectares.

O director provincial da Agricultura disse que, no período em referência, foram distribuídas aos agricultores 30 toneladas de massambala, 30 toneladas de massango, 30 toneladas de feijão macunde, 25 toneladas de milho, 3.075 quilos de mandioca, 50 toneladas de adubo, 20 toneladas de sulfato de amónio e 17 toneladas de ureia, 20 toneladas de har, 500 charruas de tracção animal e 271 enxadas.

Crédito agrícola

O director provincial da Agricultura lamentou, ao Jornal de Angola, o facto de os camponeses da região ficarem, pelo terceiro ano consecutivo, sem acesso ao crédito agrícola de campanha, no quadro do Programa de Combate à Fome e à Pobreza, para a compra de motobombas, adubos e sementes. Como resultado da estiagem, os camponeses utilizaram as poucas reservas alimentares que possuíam e o crédito agrícola de campanha era a única fonte para os agricultores relançarem a produção e fazer face aos quatro anos subsequentes de estiagem que assola a província.

Manuel Alexandre sublinhou que o Cuando Cubango possui grandes extensões de terras aráveis e recursos hídricos para a prática de uma agricultura em grande escala, mas faltam financiamentos para os projectos e maiores incentivos aos camponeses.

"Não temos dúvidas de que, solucionada esta situação nos próximos tempos, a província vai destacar-se na produção de hortícolas e cereais, que podem ser exportados para outras regiões do país ou até mesmo para a Namíbia, como acontece com o arroz produzido na Fazenda Agro-industrial do Longa."

Produção de peixe

Manuel Alexandre anunciou que dois empresários nacionais estão a trabalhar na construção de sete tanques para a produção de peixe, dos quais quatro na comuna do Missombo e três no bairro da Missão Católica, arredores da cidade de Menongue, no quadro do projecto de aquacultura.

Os tanques, a serem construídos no bairro da Missão Católica, têm uma dimensão de 60x20 metros e os do missombo 25x20 metros e estão na fase de conclusão. Com cerca de 40 por cento dos recursos hídricos do país, com inúmeros rios, com destaque para o Cubango, Cuando, Cuanavale, Cuito, Cuebe, Cuelei e Cuchi, a província possui excelentes condições para desenvolver este tipo de projectos, afirmou Manuel Alexandre. A falta de financiamentos tem sido a grande dificuldade para o desenvolvimento desta actividade na província. As cooperativas de pesca artesanal debatem-se com falta de equipamentos e meios financeiros para aumentar os níveis de captura de pescado.

O director provincial explicou que a sua instituição controla 33 cooperativas de pescadores, que desenvolvem a actividade de forma precária, sobretudo com redes adaptadas com mosqueteiros e anzóis, equipamentos que não permitem a captura de grandes quantidades de peixe.

"As nossas cooperativas necessitam de barcos, redes, anzóis, bóias, caixas térmicas para a conservação do peixe, entre outros instrumentos para desenvolverem a actividade pesqueira em grande dimensão, o que também só é possível com o apoio do microcrédito", concluiu Manuel Alexandre.

10.17 Construção em áreas de risco é sancionada

Jornal de Angola
30 De Novembro

O governo está a preparar legislação para responsabilizar os chefes de família que edificam habitações em zonas de risco, pondo em perigo a família e para se evitar situações menos boas que

ocorrem sempre que chove, anunciou o governador de Luanda, Graciano Domingos.

Em entrevista à Angop, o governador reconheceu que não há fiscalização que seja suficiente para estar em todo lado e a toda hora para impedir as construções em zonas de risco. "Acho que uma das grandes apostas que devemos fazer é na educação e consciencialização das pessoas; não podemos agir como se fôssemos irracionais".

Para Graciano Domingos, existe uma anormalidade mental, "porque é inconcebível que um chefe de família, sabendo do risco que corre, erga a casa em área de risco, pondo em perigo toda a sua família".

"Tem de haver aqui a intervenção dos assistentes sociais e até mesmo de psicólogos", frisou, tendo anunciado a actualização anual do Plano Provincial de Contingência e o reforço na educação das populações no sentido de não construírem em áreas de risco.

Graciano Domingos disse que o Governo Provincial de Luanda tem um plano provincial de contingência, que é actualizado todos os anos.

"Nós actuamos em cadeia. Há responsabilidades municipais, provinciais e responsabilidades do nível central. Por exemplo, sempre que ocorrem chuvas, o primeiro a actuar é o município e se este se sentir incapacitado acciona a província e este, por sua vez, recorre ao Ministério do Interior", explicou.

Segundo o governador, no que diz respeito à prevenção de desastres, tem de se continuar a insistir na educação das populações no sentido de não construírem em áreas de risco.

Plano Director de Luanda

O Plano Director Geral de Luanda, que aborda de modo integrado o desenvolvimento da província, possui soluções técnicas para a situação dos transportes na capital do país, disse o governador provincial, Graciano Domingos.

O governador adiantou que naturalmente que os recursos escasseiam para a sua implementação.

"Mas neste momento já existem obras a decorrer, como a questão do metro de superfície, a ligação ao novo aeroporto, a construção da via rápida para autocarros. Mas achamos que, para se melhorar a mobilidade em Luanda é necessário que se distribua a actividade económica por todo o território da província", esclareceu o governante. Segundo Graciano Domingos, neste momento, notam-se movimentos pendulares, onde de manhã todos saem

da periferia para o centro e a tarde o inverso. A periferia pratica' mente desempenha a função de dormitório, o que faz com que todos tenham que se deslocar para o centro da cidade para resolvermos mais variados problemas.

O responsável adiantou que se existirem os serviços espalhado por toda província de Luanda não haverá necessidade de alguém que vive em Viana ter de vir ao centro para levantar dinheiro, pagar uma multa, procurar emprego ou tratar um bilhete de identidade.

"Logo, é necessário que haja investimento na periferia, pulverizemos o desenvolvimento pelo território e evitemos ao mínimo possível os movimentos pendulares que actualmente notamos na nossa vida quotidiana", referiu. Quanto à conclusão das vias de Estádio 11 de Novembro/Estalagem e Benfica/11 de Novembro, o governador acredita que os "timings" serão cumpridos. No entanto, como a obra está a ser dirigida pelo Ministério da Construção ela é a melhor propriedade para fazer referência a isto.

Falando sobre o número de acidentes e suas consequências, Graciano Domingos adiantou que existem em Luanda 6,5 milhões de habitantes num espaço bastante exíguo, é natural que quando acontece um acidente existam graves consequências, mas deve-se continuar a investir na prevenção rodoviária e na colocação de mais agentes de fiscalização na via e evitar que pessoas alcoolizadas, desencartadas conduzam.

Serviço de Migração e Estrangeiros registou a entrada de 16.054 cidadãos e a saída de 16.020, tendo-se constatado o aumento de 1.100 na entrada e uma redução de 3 13 na saída de cidadãos.

11.2 Mais angolanos regressam da Zâmbia

Jornal de Angola

5 De Novembro de 2015

Texto: Carlos Paulino

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) no Cuando Cubango registou, de Janeiro a Outubro deste ano, o regresso definitivo de 35 cidadãos, que viviam na condição de refugiados nos campos de Mayukuayukua, Mungo e Naguengi, na Zâmbia, revelou ontem a instituição do Ministério do Interior, em comunicado.

Os cidadãos entraram no país a partir do posto fronteiriço do município do Rivungo, limítrofe com a localidade zambiana de Shangombo, no quadro do processo de repatriamento voluntário.

O Serviço de Migração e Estrangeiros refere que nos últimos tempos muitos cidadãos nacionais que emigraram para a Namíbia e Zâmbia devido à guerra que assolou o país têm manifestado interesse de regressar a Angola.

A maior parte dos cidadãos que manifesta o desejo de regressar ao país é originária das províncias do Huambo, Bié, Benguela, Huíla e Cunene. Uma das principais preocupações que as comunidades angolanas na Namíbia e Zâmbia colocam tem a ver com o acesso à documentação, com realce para o registo de nascimento e a obtenção do Bilhete de Identidade.

Recentemente, a direcção municipal da Assistência e Reinserção Social no Chitembo, Bié, começou a entregar chapas de zinco e bens de primeira necessidade às famílias regressadas da vizinha República da Zâmbia. O Serviço de Migração e Estrangeiros convidou 12 estrangeiros de diversas nacionalidades a abandonarem o território nacional, por infringirem a lei migratória. Foram igualmente aplicadas multas a 40 outros por infringirem igualmente a lei angolana. O Serviço de Migração e Estrangeiros realizou 55 diligências em diversos locais, nomeadamente estabelecimentos comerciais, empresas e unidades hoteleiras e similares para detectar cidadãos estrangeiros em situação irregular.

11.3 Crise 'enxota' mamadou

II. MIGRAÇÃO

11.1 Imigrantes ilegais expulsos no Zaire

Jornal de Angola

02 De Novembro de 2015

A Polícia Nacional no Zaire deteve sábado, no município do Soyo, 187 estrangeiros da República Democrática do Congo por entrada e permanência ilegal em território nacional, informou ontem o porta-voz da corporação, inspector-chefe Luís Bernardo.

Os elementos, já repatriados para país de origem, foram detidos no âmbito da operação policial denominada "Viúva Negra". O inspector-chefe Luís Bernardo referiu que durante a operação, que envolveu efectivos de diversos ramos do Ministério do Interior, foram também apreendidas 100 viaturas por infracções ao Código de Estrada.

O porta-voz do Comando Provincial do Zaire da Polícia Nacional informou que acções de busca e recolha de estrangeiros em situação migratória irregular vão continuar para desencorajar este fenómeno.

Dados do Serviço de Migração e Estrangeiros indicam que de 8 a 14 de Outubro foram expulsos mais de 800 cidadãos da República Democrática do Congo, que residiam em situação migratória ilegal no país.

As expulsões realizadas por via administrativa (864) e judicial (quatro) ocorreram de 8 a 14 de Outubro, sublinhando que foram sancionados com multas neste período 108 cidadãos de diversas nacionalidades, incluindo 20 empresas.

Em relação aos actos migratórios, a nível dos postos de fronteira terrestre, fluvial, aérea e marítima, o

Jornal O PAÍS
 06 De Novembro de 2015
 Texto: Afrodite Zumba

A dificuldade de acesso ao dólar americano, tem levado aos cidadãos estrangeiros provenientes essencialmente da África Ocidental, nomeadamente do Mali, Serra Leoa, Guiné Conacri, Senegal, Líbano entre outros, a encerrarem os armazéns e cantinas do qual são proprietários.

O PAÍS visitou algumas das zonas de maior confluência desses negociantes' também conhecidos por "mamadou ", onde mantivemos conversa com alguns deles bem como os consumidores.

Nas imediações do mercado dos "Kwanzas", o cidadão libanês que falou sob anonimato, disse que há mais de quatro anos abandonou o seu país à busca de melhores oportunidades de negócios em Angola, está senda, abriu três armazéns, duas lojas, devidamente legalizadas, comprou quatro carrinhas para o transporte de mercadorias e estes empreendimentos garantiam o sustento de mais de cinco famílias.

No entanto, a fonte salientou que com a desvalorização do Kwanza face ao Dólar, cenário que caracteriza a economia angolana nos últimos meses, os seus negócios não têm rendido os lucros esperados.

Nesta vertente, afirmou que viu-se obrigado a fechar os três armazéns e uma loja, assim como a estacionar duas carrinhas e a dispensar três funcionários porquanto não tem capacidade para pagar os seus salários. Argumentando que "trava uma guerra para manter a única loja que lhe resta aberta".

O comerciante ressaltou ainda que as constantes visitas dos agentes da Polícia Nacional dificulta muito mais o seu trabalho. Pois que, apesar de apresentar os seus documentos e o Alvará Comercial, frequentemente é "convidado" a subir no carro de patrulhamento para oferecer dinheiro vulgo "gasosa". Acrescentando que os agentes cobram de acordo com a aparência do dono do armazém. " Olham para nossa roupa e telefones, depois estipulam os preços. Está difícil trabalhar em Angola", lamentou.

Por sua vez, Idrissa Jallot, proveniente da Serra Leoa, disse a O PAÍS que encontra-se em Angola há oito anos, e durante esse período sempre dedicou-se à actividades comercial. Explicando ainda que era proprietário de dois armazéns, nomeadamente, um onde comercializava alimentos não perecíveis e

produtos de higiene a grosso e a retalho e outro só de roupas provenientes da Síria.

"Está tudo muito caro. Há seis meses atrás, por dia, vendia mercadorias no valor de 400 mil Kwanzas. Actualmente, vendo apenas no valor de 150 mil Kwanzas, com muita dificuldade". Idrissa Jallot afirmou que já pensou em regressar ao seu país, tal como os inúmeros conterrâneos, que desfizeram-se dos armazéns e respectivas cantinas.

Por outro lado, um comerciante maliano residente em Talatona enfatizou que não lhe resta outra alternativa a não ser mudar de negócio. "Vou viajar para os Estados Unidos da América e para o Dubai para comprar telefones. Em meses anteriores com 100 mil kwanzas enchia um hiace com mercadorias, que abastecia a cantina para o mês todo. Agora nem com 200 mil Kwanzas é possível", declarou.

Preços "desmotivam"

O actual quadro económico do país não desmotiva apenas os negociantes' como também os consumidores, tal como apuramos nos arredores do bairro do Tchinguari, no Benfica. De acordo com dona Alice, moradora na zona há quatro anos, é preocupante a "onda" de encerramento dos armazéns, uma vez que é neles onde compra grande parte dos produtos alimentares.

Disse ainda que lamenta a galopante subida de preços que se registam nos poucos estabelecimentos de proximidade que ainda se mantêm abertos. Por outro lado, Vina Ventura, vendedora de pinchos na rua dos armazéns disse a OPAÍS que sentia-se muito satisfeita por tê-los próximo de sua casa. Todavia os preços da caixa de carne já não produz lucros.

"Uma caixa de 10 quilogramas de entrecostos custava 3750 kwanzas, agora compro-a por 5000 kwanzas. Os clientes não aceitam comprar o pincho ao preço de ISO kwanzas" , destacou. Concluiu dizendo que estas unidades comerciais fazem falta. Entretanto, anseia que os produtos voltem a ser comercializados nos preços antigos.

11.4 Onde de sequestros preocupa comunidade chinesa em Luanda

Jornal Expansão
 13 De Novembro de 2015
 Texto: Cândido Mendes

A comunidade chinesa em Luanda convocou nesta segunda-feira uma conferência de imprensa, em que se manifestou "assustada" com a tendência de aumento da onda de ataques contra os seus cidadãos, registando, apenas desde Outubro, a ocorrência de um sequestro em cada dois dias.

Os sequestros, afirma, ocorrem sempre nos troços rodoviários entre Zango-Viana, e Cidade do Kilamba-Via Expresso Cacucaco-Benfica.

Associação de Amizade Angola-China reportou mais de 10 casos de sequestros, cujos perpetradores exigiram somas em dinheiro que variavam entre 20 milhões Kz e 100 milhões Kz por cada sequestro. As vítimas são trabalhadores ou empreendedores chineses.

"Para salvar a vida e segurança do trabalhador, maioria das empresas opta por negociar com os delinquentes", disse Yan Xing Du, secretário-geral da Associação. Em face destas práticas que os delinquentes levam a cabo, a não se tomarem medidas atempadas e sérias, referiu, a continuidade dos investidores estrangeiros poderá ser posta em causa, resultando no desinvestimento e fuga de capitais.

Com descontos feitos, números avançados apontam para um valor global de 15 milhões Kz pagos pelos sequestros.

Fazendo menção à última visita efectuada à China pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, os chineses consideram que os acordos assinados não se limitam apenas ao âmbito económico, mas dão, também, um especial relevo em matéria relacionada com a segurança dos investidores, daí que instam o Executivo a concretizar esta parte do convénio.

Preocupado com os incidentes, embaixador chinês em Angola, CuiAiMin, teve já reuniões como ministros do Interior, da Defesa, das Relações Exteriores, e com o secretário do Conselho de Ministros, Edeltrudes da Costa.

"Casos antigos nem foram encerrados e novos estão a surgir", disse em entrevista o primeiro secretário da Embaixada Chinesa, Zhao Haihan.

"Apresentamos as provas, oferecemos ajuda técnica para efectuar investigações que levem à captura dos delinquentes e até agora não vemos nada", frisou Zhao, acrescentando que os incidentes são "um golpe sério e forte ameaça aos investimentos chineses em Angola".

Vítimas passam por verdadeiro 'filme de terror' A Associação de Amizade Angola-China apresentou quatro das vítimas dos recentes assaltos que se disponibilizaram em relatar as peripécias por que passaram, típicas de filmes de Hollywood.

As vítimas, duas do sexo masculino e duas do feminino, contaram cenas arrepiantes que viveram em cativo, geralmente de uma noite a um dia, tempo que levava o pagamento do resgate.

Uma das vítimas (mais testemunha do que vítima) é um jovem empreendedor angolano do ramo da construção civil, que viu o seu sócio chinês ser arrancado da viatura por dois indivíduos armados, empunhando metralhadoras automáticas do tipo AKM, enquanto outros dois aguardavam numa viatura, no final de mais um dia de trabalho.

"Obrigaram-nos a parar, apontaram armas e bateram-me com uma coronhada nas costelas. Agarraram o meu sócio chinês, levaram-no nas calmas sem se preocuparem com o trânsito ao redor. Não me revistaram, não pediram nada, e arrancaram sem pressas", contou o jovem que solicitou o anonimato. "Pareciam saber exactamente o que estavam a fazer", acrescenta.

Tanto o modus operandi como a área de acção são invariáveis. O resgate é pago sempre no mesmo eixo viário, de dia, com o carro do pagador parado e quem recolhe o dinheiro vem de mota, minutos depois fornece os detalhes da localização da vítima, essa invariabilidade é que faz as autoridades chinesas acreditarem que seja fácil capturar os indivíduos.

Outro detalhe é a existência de falantes de inglês entre os sequestradores. "Os bandidos têm todas aparências africanas", realçam as vítimas.

Indagado sobre a possibilidade de haver mão da Máfia chinesa nos raptos, Zhao, primeiro secretário da embaixada, reconheceu que no passado isso foi admitido, mas que depois foi posto fora de hipótese.

"Mas que a Polícia angolana investigue e nos diga. Se existirem chineses envolvidos, nós saberemos como lidar com eles.

A iniciativa tem de ser da parte angolana. A China tem efectivos da sua polícia no país, mas cabe a Angola aceitar ou rejeitar o seu auxílio", apontou.

Yan Xing Du, da Associação, terminou com uma frase que pode ser indicativa do que podem fazer se as coisas continuarem como estão: "Se és hóspede em casa do teu irmão e ele não te protege, o que você vai fazer é começar a proteger-se sozinho."

Entretanto, alguns chineses vão fechando os seus estabelecimentos e negócios, outros recusam-se a sair à rua e há ainda os que começam a partir, de regresso à China. O número dos que entram para Angola reduziu consideravelmente, reportam.

Polícia só reage depois Contactado por telefone, o Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional mostrou-se indisponível para reagir às denúncias chinesas, por alegadamente estarem envolvidos nas actividades comemorativas dos 40 anos da independência nacional.

"Não podemos falar por enquanto. "Temos de falar pessoalmente, mas só depois do dia 12", referiu Mateus Rodrigues, do Comando Provincial de Luanda.

11.5 Chineses vítimas de raptos escrevem ao Presidente

Jornal O País

14 De Novembro de 2015

Texto: André Mussamo

A comunidade estrangeira em Angola, particularmente a chinesa teme pela sua integridade física e a segurança de seus investimentos depois de nas últimas semanas se terem intensificado raptos e sequestros de que são alvos.

Em carta endereçada ao Presidente da República, a Associação de Amizade Angola-China e a Câmara de Comércio Angola-China relatam que na última semana do mês de Outubro instalou-se um ambiente de "pânico no seio de seus membros", pois os delinquentes sequestraram vários cidadãos estrangeiros o que lhes permitiu arrecadar valores que podem variar entre os 20 à 100 milhões de kuanzas em pedidos de resgate.

Contam, que para salvaguardar a integridade dos raptados ou sequestrados, a maior das empresas chinesas optam por negociar com os raptos o que culmina sempre no pagamento do resgate uma vez que a operação despoletada pela Polícia Nacional não logrou êxitos. A maior parte dos sequestros ocorrem na Via Expresso, no troço estádio 11 de Novembro/Estrada de Catete.

Na onda de sequestros não estão a ser alvos apenas os chineses. No dia 28 do mês passado um grupo de 6 cidadãos cubanos foi interpelado por marginais que exigiram "avultadas somas monetárias" que ao não

serem entregues custaram a vida a 2 sequestrados. No dia seguinte, 29 de Outubro, um cidadão vietnamita foi atingido com uma bala por delinquentes. Transportado para hospital, sucumbiu antes de receber socorro. As ocorrências parecem estar a mexer com os circuitos diplomáticos. A embaixada da China terá sido a primeira a manifestar-se e terá já encaminhado as suas preocupações aos diferentes departamentos ministeriais com destaque para as Relações Exteriores, Interior e a Defesa.

Na extensa carta, os estrangeiros visados pedem "socorro" exigindo medidas profícuas para combater tais práticas bem como desmantelar as redes de marginais às tais associadas.

11.6 Decresce comércio com a China

Jornal de Angola

14 De Novembro de 2015

As trocas comerciais entre Angola e China contraíram em 44,93 por cento nos primeiros nove meses de 2015, em relação ao período homólogo do ano passado, registando um volume de 15.564 milhões de dólares.

As exportações chinesas para o mercado angolano caíram 24,34 por cento, o que representou menos 2.938 milhões de dólares, enquanto as importações atingiram 12.626 milhões de dólares, menos de 48.21 por cento. Os dados foram divulgados pela agência MacaHub, na sequência de um encontro entre os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e a China, realizado ontem em Macau.

Nos primeiros nove meses, o comércio entre a China e os PALOP manteve a tendência de queda, tendo apresentado uma contracção de 25,45 por cento para 76.477 milhões de dólares. De Janeiro a Setembro de 2014, o valor das trocas comerciais entre a China e os oito países de língua portuguesa ascendeu ai 02.587 milhões de dólares.

O valor das trocas comerciais registadas no período em análise resultou de exportações chinesas no montante de 28.667 milhões de dólares, menos de 13.76 por cento, e importações chinesas no montante de 47.809 milhões de dólares, menos de 3 1,06 por cento.

Com o Brasil, o principal parceiro comercial da China em termos mundiais, as trocas comerciais ascenderam

a 55.608 milhões de dólares, menos 18,51 por cento, tendo a China exportado mercadorias no valor de 21.968 milhões de dólares, menos de 14,51 por cento, e importado bens no valor de 33.639 milhões de dólares, menos de 20,92 por cento. Portugal surge no terceiro lugar, depois de Angola, bem distante com trocas comerciais bilaterais no valor de 3.382 milhões de dólares, menos de 6,39 por cento, em resultado de exportações chinesas no montante de 2.195 milhões de dólares, menos de 5,89 por cento, e exportações portuguesas no valor de 1.187 milhões de dólares, menos de 7,3 por cento.

Moçambique aparece, como habitualmente, em quarto lugar, com um comércio bilateral avaliado em

1.789 milhões de dólares, menos de 23,18 por cento, como resultado de exportações chinesas no valor de 1.450 milhões de dólares, mais de 17,84 por cento, e exportações moçambicanas que atingiram 338 milhões de dólares, menos de 69,16 por cento. O comércio da China com os restantes países de língua portuguesa, como Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe, atingiu nos primeiros nove meses do ano 133 milhões de dólares.

Em Setembro último, o valor das trocas comerciais da China com os países lusófonos caiu 5,62 por cento para 8.637 milhões de dólares, com exportações chinesas no montante de 2.820 milhões de dólares, menos de 7,63 por cento, e importações asiáticas no montante de 5.817 milhões de dólares, menos de 4,61 por cento.

Texto: Natacha Roberto

Um programa de mapeamento para a descoberta de novas reservas mineiras vai ser desenvolvido pelo Conselho Mundial de Diamantes em parceria com os países membros do Processo Kimberley (PK), com o objectivo de aumentar a produção mundial, anunciou ontem o presidente Edward Asscher.

O presidente do Conselho Mundial de Diamantes garantiu à margem da conferência sobre o Processo Kimberley que as novas medidas vão dar resposta a várias situações no mercado internacional. "Existe um grande futuro nesta indústria. Por ISSO, todos os governos e empresas do sector diamantífera devem engajar-se para aumentar a produção mundial, disse.

O responsável da organização mundial acredita que os preços vão subir nos próximos tempos e o mercado vai observar uma melhoria significativa na venda dos diamantes.

A organização vai apoiar alguns países-membros para o cumprimento das directrizes recomendadas pela sua instituição. "Apesar das dificuldades geradas pela baixa do preço do diamante, a indústria tem desempenhado um papel fundamental para o crescimento das suas economias", referiu. A baixa do preço do minério no mundo fez reduzir o financiamento pelos bancos centrais, devido à desconfiança das instituições financeiras. "Devemos unir esforços para que o processo kimberley ganhe mais credibilidade", disse, acrescentando que mais de 100 mil mineiros garantem a produção artesanal certificada em todo o mundo. O Conselho Mundial de Diamantes vai enviar uma equipa para monitorizar a RCA e peritos vão à Venezuela com o objectivo de apoiar a sua reintegração no Processo Kimberley. "A RCA é uma das grandes atenções do PK porque vive ainda uma situação de conflito.

Estamos dispostos a realizar uma avaliação do país, para cumprirmos de forma digna o seu papel de membro na organização", sublinhou.

O presidente do Conselho Mundial de Diamantes felicitou Angola pelos 40 anos de paz e estabilidade política e a forma exemplar na presidência do Processo Kimberley, O vice-presidente do processo Kimberley Ahmed Bin Sulayem, disse que Angola, apesar de ser um país emergente, superou as expectativas.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Mais fiscalização trava exploração ilegal de inertes

Jornal de Angola
03 De Novembro de 2015

O governo da província do Moxico ordenou o reforço da fiscalização pela administração municipal do Luena da exploração de inertes, para prevenir eventuais danos ao meio ambiente.

Um comunicado emitido no final da 4.8 sessão ordinária do governo refere que a administração municipal deve colaborar e interagir com as empresas que exploram os inertes na cidade do Luena, para a regularização da actividade.

Os membros do governo analisaram igualmente questões ligadas à indústria da madeira, tendo recomendado a tomada de medidas para combater a exploração anárquica das florestas.

Os participantes receberam informações sobre a execução do Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO), para a prospecção de recursos minerais, que entrou na fase final. A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE), bem como o Programa de Investimentos Públicos (PIP), referentes a 2016, foram igualmente analisados.~

12.2 Plano aumenta reservas de pedras preciosas

Jornal de Angola
19 De Novembro de 2015

12.3 Com nova presidência

Novo Jornal

20 Novembro de 2015

Texto: Faustino Diogo

OS EMIRADOS Árabes Unidos vão assumir no próximo ano a presidência rotativa do processo de Kimberley, depois da disputa renhida com a Austrália, que durou quase um ano.

A confirmação da nova presidência foi feita na reunião plenária da organização, que termina hoje em Luanda e marca também o fim da presidência angolana do referido processo.

A garantia da presidência dos Emirados Árabes Unidos para 2016 foi possível depois de longas negociações durante a presidência de Angola, com o sinal positivo a surgir no passado mês de Setembro, quando a Austrália aceitou retirar a sua candidatura em troca da vice-presidência durante o mandato dos Emirados Árabes Unidos.

Com a vice-presidência no próximo ano, a Austrália garante a presidência do processo de Kimberley em 2017, adiando em um ano a sua pretensão inicial.

Ao longo desta disputa, a Austrália contou com o apoio das organizações da sociedade civil, manifestado na reunião de intercessão que Luanda acolheu no passado mês de Junho, porque no entender destas organizações os Emirados Árabes Unidos não deveriam ser eleitos porque não exploram diamantes, apesar de serem um dos melhores mercados de venda.

"Temos vindo a fazer grandes esforços, mas notamos que ainda há resistência da sociedade civil; devemos ser optimistas e vamos continuar a trabalhar", disse na altura o engenheiro Bernardo Campos, presidente do processo de Kimberley.

Já os Emirados Árabes Unidos, ao longo desta "batalha", contaram com o apoio da presidência angolana, manifestado desde que este país se candidatou à vaga em Novembro de 2014, na plenária de Guangzhou, China.

Devido ao impasse na escolha da vice-presidência, que durou quase um ano, Bernardo Campos, enquanto presidente da organização, deixou no ar a ideia da necessidade de se alterar o sistema de eleição que exige unanimidade.

"No meu discurso de abertura (na reunião de intercessão em Junho) levantei esta situação, dizendo que precisamos de rever os métodos de eleição. Felizmente o próprio Comité de Regras e Procedimentos, liderado pela Rússia, também fez menção disso, no sentido de que provavelmente

temos que adoptar outras formas de votação, como, por exemplo, as que se usam nas Nações Unidas.

O processo de Kimberley é um sistema de certificação internacional que regula o comércio de diamantes em bruto, impedindo o comércio dos denominados diamantes de sangue vindos de zonas em conflito. Foi criado em 2003 e integra 82 países.

Balanço positivo

A presidência angolana do processo de Kimberley termina no dia 31 de Dezembro e segundo o ainda presidente do processo de Kimberley, Angola teve uma presidência positiva, pelos bons resultados alcançados em diversas situações.

Para reforçar a sua posição, Bernardo Campos socorre-se das várias acções realizadas com sucesso, a começar pelo levantamento do embargo na venda de diamantes à República Centro Africana, decisão saída na reunião de intercessão que Luanda acolheu no passado mês de Junho.

Reunião que ficou também marcada pela presença da Venezuela, que no próximo ano deverá readquirir o seu estatuto de membro de pleno direito, depois de alguns anos fora da organização

Durante o mandato de Angola foram também monitorizadas as actividades que envolvem os fluxos de diamantes brutos a nível mundial e acompanhadas as visitas de revisão a países como Côte D'Ivoire, República Centro Africana, Suazilândia, integrantes da União Europeia e aos Emirados Árabes Unidos.

"Estes e outros factos que foram desbloqueados e que eram na verdade assuntos pendentes e sensíveis no início do nosso mandato, temo-los hoje resolvidos; por isso, podemos considerar o balanço positivo", disse o ainda presidente do Processo Kimberley.

Bernardo Campos agradeceu o apoio do grupo de trabalho liderado pela União Europeia, Rússia e China.

"Trabalhámos com a Coligação da Sociedade Civil, com vista a manter a credibilidade do Processo Kimberley e a fortalecer a coesão no seio da organização", concluiu.

12.4 País com prestação positiva no processo kimberley

Jornal Manchete

20 De Novembro de 2015

Angola teve uma prestação positiva ao nível de organização do Processo Kimberley (PK), apesar dos preços dos diamantes registarem baixas no mercado, considerou quarta-feira, em Luanda, o presidente do Conselho Mundial dos Diamantes, Edward Asscher.

Em declarações à imprensa, Edward Asscher disse acreditar numa melhoria significativa dos preços nos próximos anos. Os preços hão de subir e o mercado vai ser estável.

Quanto à situação que ainda prevalece na República Centro Africana, sublinhou que este país figura nas atenções do PK uma vez que ainda se encontra em conflito.

Por isso, disse, "nós vamos manter uma equipa que vai monitorar a situação na RCA para pudermos avaliar a situação política que ocorre, e também vamos fazer um levantamento das empresas públicas que trabalham no ramo diamantífero de forma que possam exercer o seu trabalho de forma digna", apontou.

Quando à sociedade civil que traçou duras críticas ao futuro presidente do PK, Asscher lamentou o facto, sobretudo, porque este grupo não vai poder participar nas plenárias de 2016, no Dubai.

Para o conselho mundial dos diamantes, a sociedade civil e as organizações não governamentais e os governos são parceiras importantes para o Processo Kimberley.

Por seu turno, o vice-presidente do PK, Ahmed Bin Sulayem, realçou que foi boa a presidência de Angola no PK, "conseguiu superar as expectativas a julgar pelo número de membros que sempre estiveram presentes nos encontros de trabalho convocados pela presidência do processo" .

Em declarações à imprensa, Ahmed Sulayem, sublinhou que os Emiratos Árabes Unidos apreciou o trabalho desempenhado por Angola, um país que possui uma das economias emergentes e que está em franco desenvolvimento e com uma forte liderança na região.

Esclareceu que o controlo de preços dos diamantes a nível mundial não depende apenas de um só país, mas de várias situações do mercado. Quanto à sociedade civil que terça-feira criticou duramente os Emiratos Árabes Unidos no que respeita a falta de transparência nas actividades relacionadas com o PK, Sulayem garantiu que tais situações serão ultrapassadas e se chegará a um consenso.

O Emiratos Árabes Unidos é o actual vice-presidente do Processo Kimberley.

Segundo as regras e procedimentos do Pk, este torna-se automaticamente presidente no fim do seu mandato.

12.5 Diamantes são apostados no aumento da receita

Jornal Grandes Notícias
21 De Novembro de 2015

O Executivo vai continuar a apostar no crescimento do sector diamantífero para arrecadar mais receitas que permitam a execução de investimentos nas infra-estruturas económicas e sociais, no quadro da estratégia de desenvolvimento de longo prazo 2013-2017.

A criação do certificado de origem dos diamantes garantiu a estabilidade político-militar e o crescimento económico com a construção de hidroeléctricas. "A adopção do certificado de dimensão internacional permitiu reconstruir os caminhos-de-ferro, estradas, pontes e equipamentos industriais para reforçar a indústria nacional, "Conseguimos contribuir para a promoção da paz e diversificação da economia e o desenvolvimento económico:"

Os diamantes produzidos em Angola, Libéria, Serra Leoa e a República Democrática do Congo (RDC) seriam objecto de embargo por serem considerados na época de guerra civil "diamantes de sangue", "A ideia do embargo forçou a vinda de Robert Fowler a Luanda onde foi recebido pelo Presidente da República que sugeriu a criação do certificado de origem como estratégia para acabar com a exploração ilícita:" as medidas tomadas pelo Presidente da República e Robert Fowler resultaram num relatório enviado à Assembleia Geral das Nações Unidas, que depois criou o Sistema de Certificação do Processo Kimberley.

A primeira Reunião sobre Processo Kimberley em Maio de 2000, na África do Sul, em Pretória impulsionou a realização de mais encontros semelhantes nas cidades do Gabão, Washington, Moscovo, Interlaken, Bruxelas, Joanesburgo e Londres.

Em 2006, o Processo Kimberley controlou exportações avaliadas em 35,7 mil milhões de dólares que correspondiam a 480 milhões de quilates. Acrescentou que em 2013 alcançado exportações na ordem dos 14,10 mil milhões de dólares resultantes de cerca de 130,44 milhões de quilates.

Objectivos alcançados

o presidente do Processo Kimberley, Bernardo Campos, informou que Angola, na presidência do Processo Kimberley, trabalhou para certificar mais cooperativas de exploração artesanal e cooperou com o grupo de estatística dos Estados Unidos e do Conselho Mundial de Diamantes que garantiram o êxito do trabalho efectuado.

Bernardo Campos agradeceu o apoio do grupo de trabalho liderado pela União Europeia, Rússia e China. "Trabalhámos com a Coligação da Sociedade Civil, com vista a manter a credibilidade do Processo Kimberley e fortalecer a coesão no seio da organização!"

12.6 Namibe com novas técnicas na exploração de mineiros

Jornal de Angola

26 De Novembro de 2015

Texto: João Upale

As autoridades do Namibe pretendem alterar o actual quadro da exploração de minérios e madeira na província. O director provincial da Indústria, Geologia e Minas, Armando Valente, disse que esses recursos são transportados para outras regiões do país e para o estrangeiro.

Armando Valente disse, durante fórum da Indústria, Geologia e Minas da província do Namibe, realizado durante a primeira feira provincial do sector, que o sector controla na província 138 unidades industriais e exploração mineira, com um total de 1.171 trabalhadores. "Esse número é bastante insignificante, tendo em conta os recursos explorados."

No caso particular da indústria de transformação de madeiras, Armando Valente comentou as influências "muito negativas" do mercado, com os comerciantes a preferirem a aquisição de artefactos no exterior, muitas vezes de fraca qualidade ou mesmo de qualidade duvidosa.

"O que o sector pretende é que essa situação mude, apostando mais na indústria local, em que eventualmente qualquer dano pode ser imputado, desde que seja bem cumprido período de garantia do fabricante."

Quanto aos alumínio, Armando Valente disse existir na província uma indústria com "muita qualidade",

que pode substituir de forma paulatina a grande corrida ao mercado internacional.

Novas técnicas de exploração

O primeiro Fórum da Indústria, Geologia e Minas da Província do Namibe foi marcado por uma intensa troca de informações sobre o estado actual e as perspectivas de desenvolvimento do sector, com vista a diversificação da economia.

O certame juntou temáticas que provocaram muitas intervenções dos participantes. Ao apresentar o tema "Rochas Ornamentais do Namibe, Técnicas de Extracção e Métodos Sustentáveis de Exploração", Pedro Nsunda fez uma exposição sobre as zonas potenciais em mármore na província.

O geólogo e docente universitário referiu-se em particular às serras da Lua e da Nascente, à Serra da Macota e à Umbia e outras já a ser exploradas. Pedro Nsunda propôs às autoridades que seja criada uma brigada de prospecção e registo de novas áreas, para recolher amostras e catalogar outros minerais.

Pedro Nsunda citou os granitos em exploração no Calumbobolo, granito vermelho (vulgo granito rosa) da Lucira e granito cinza do Caraculo. Falou também de constrangimentos, como a falta de acessos, energia eléctrica, água potável e todo o material de consumo corrente, que elevam os custos de produção.

Pedro Nsunda recordou que a exploração de mármore e granitos na província do Namibe começou entre 1950 e 1960, com as empresas Continuar, Margran, Granimar e Kisker. Em 1974, deu-se a paralisação total de exploração de rochas em todo o país, retomada apenas em 1978 com a criação da empresa Roremima UEE, que tinha três unidades de produção no Namibe, Lobito e Tchiquatite.

Em 1992, começou a revolução em termos de exploração. Pela primeira vez, foi utilizado o fio diamantado em Angola (no Tchiquatite), pela empresa Metarocha. Entre 1999 e 2000, a mesma tecnologia foi usada pela primeira vez na Namíbia (na Serra da nascente), pela Angostone.

"Antes disso, recorria-se ao uso de explosivos e os cortes eram feitos com grades e barrenas, o tombo de urna massa era feito com cabos de aço, utilizando crapô ou urna pá carregadora. Foram momentos difíceis", recordou Pedro Nsunda. O geólogo disse que o mármore utilizado no Memorial Dr. António

Agostinho Neto foi extraído no Namibe, assim como a campa do antigo Presidente do Congo Brazzaville, Marien Ngouabi, isto depois do contrato firmado, em

1987, entre o Governo e a Bulgária Geominas para a exploração de granito cinzento e rosa, assim como algum mármore, utilizado também na reabilitação do Hospital Central Dr. António Agostinho Neto, do Lubango.

Criação de leis

Uma indústria mineira sustentável pode impulsionar o desenvolvimento económico, disse Alfredo Sanecanvu George, que dissertou sobre "Ocorrências Mineiras no Namibe, Potencialidades e Qualidades".

O geólogo sugeriu que se façam colectas de amostras, análise laboratorial e comparação do pegmatito local com outros de boa mineração. Adiantou que já foi realizado algum trabalho nesse sentido em determinadas áreas da província, cuja metodologia de investigação qualitativa se baseou em observações dos locais e inquérito aberto e contou com apoio técnico do laboratório mineiro.

Como resultados da observação, concluiu-se que as formações geológicas de Angola e, em particular, as do Namibe, são parte da formação geológica continental que pertence ao mesmo velho continente antes da separação.

"Pode assumir-se que a semelhança de algumas montanhas na Namíbia, Namibe e no Brasil são a confirmação desta hipótese", afirmou, tendo revelado que as análises laboratoriais confirmam a existência de minerais na província, não apenas na forma de ocorrências, mas também ao nível de prova. Isto constitui um ponto de partida para os investidores e uma alavanca para o desenvolvimento, acrescentou.

O geólogo garantiu que a província do Namibe tem grande potencial mineral intacto, que pode ser explorado de uma forma positiva para facilitar o investimento directo, acelerar o desenvolvimento económico e contribuir para o PIB do país, bem como criar postos de trabalho nos sectores primário e secundário.

Alfredo George recomendou a formulação de estratégias e de leis adequadas para o sector mineiro, tendo em conta o seu desenvolvimento sustentável.

Corredor do Namibe

Outro tema em análise foi "O corredor Ferroportuário do Namibe, Alavanca Segura no Desenvolvimento dos Sectores Industrial e Mineiro da Província", dissertado pelo delegado do Caminho de Ferro de Moçâmedes (CFM), Manuel Candacanda.

O eixo do Namibe ao Cuando Cubango, com 907 quilómetros de extensão, foi todo reabilitado e

modernizado, e permite velocidades até 100 quilómetros por hora. As antigas travessas metálicas e de madeira e o carril de 30 quilogramas por metro foram substituídas por travessas de betão e carril de 50 quilogramas por metro, e instalada sinalização e comunicações em todo o troço, através de fibra óptica.

"Com os investimentos postos à disposição ao Caminho de Ferro de Moçâmedes, torna-se necessário a sua optimização", disse, referindo que o objectivo é utilizar todo o seu potencial e tornar a empresa competitiva no âmbito da inter-modalidade do corredor do Namibe, em função da melhoria e da capacidade de transporte de carga e de passageiros. O Caminho de Ferro de Moçâmedes possui perto de 1.500 colaboradores, entre directores, responsáveis técnicos, operários qualificados e não qualificados. A empresa desenvolve a formação e capacitação constante dos seus colaboradores no país e no estrangeiro, para responderem aos desafios do momento, assegurou o responsável.

Primeira feira no país

A primeira Feira da Indústria, Geologia e Minas contou com a participação de 47 expositores, todos da província do Namibe, tendo sido presenciada pelo ministro da Geologia e Minas, Francisco Queirós, que disse esperar ver a mesma ser replicada noutras províncias.

O governador provincial, Rui Falcão, referiu que a realização da feira surgiu depois de um estudo aturado sobre as potencialidades do Namibe. "Fala-se muito da existência de recursos minerais, mas não são confirmadas. Era preciso, em primeiro lugar, fazer-se um levantamento realista daquilo que o Namibe tem, porque até hoje, verdade seja dita, ninguém sabia", disse, informando que foram expostos 54 produtos, dois dos quais ninguém imaginava que existissem no Namibe.

O governador provincial disse que tudo quanto seja explorável no território da província tem de ser tratado na perspectiva de criar mais-valias locais. Deu o exemplo do granito que é retirado das minas locais melhorado noutras províncias como a Huíla ou Benguela, sem benefícios para o Namibe. Rui Falcão revelou que está em montagem na província do Namibe aquela que vai ser a maior unidade de tratamento de mármore e granitos de África.

12.7 Uns pretendem que o processo kimberley perca credibilidade

Semanário Angolense

27 De Novembro de 2015

SA - Quais são as principais reivindicações que a sociedade civil está a apresentar ao ponto de tomar a decisão de um boicote, de não participar das reuniões do PK enquanto os EAU estiverem na presidência?

BC -A sociedade civil diz que não vai comparecer no Dubai durante o mandato dos Emirados Árabes Unidos porque alega que há vários problemas que os Emirados não resolveram e alguns deles têm a ver com os preços nas vendas de diamantes, tem a ver com alguma falta de respeito com as instituições da sociedade civil. São essas acusações.

SA - E isso procede?

BC -Aqui há alguns aspectos que é importante ressaltar. A sociedade civil é um pilar que deve apoiar. Ela também é, por um lado financiado e por outro lado apoiado nas suas posições por vários países, particularmente ocidentais. Os Emirados Árabes Unidos foram eleitos de acordo com as regras e procedimentos do Processo Kimberley. E não houve oposição nenhuma. Portanto, se não houve oposição nenhuma. Os apoiantes da Sociedade Civil apoiaram a candidatura dos Emirados.

SA - Os apoiantes que também são membros do PK.

BC -Então não faz sentido, que depois de não terem apresentado qualquer oposição, queiram boicotar o funcionamento desta instituição. E nós queremos dizer que o boicote significa auto suspensão das actividades. A auto suspensão tem um tratamento próprio.

Quem auto suspende-se no momento que quiser voltar à organização vai ter que cumprir vários requisitos.

SA - Esses requisitos do regresso são mais rígidos?

BC -Exactamente. Como aconteceu com a Venezuela.

SA - Então existe uma posição ambígua de determinados países que enquanto membros do PK agem de uma maneira e por trás apoiam e incitam a «Sociedade Civil»?

BC -Acreditamos que sim. Tanto mais que durante o debate de hoje (20/11/2015) solicitamos várias vezes que clareassem melhor, que não poderíamos estar com ambiguidades. Era importante clarificar melhor para nós sabermos que posição tomar. Se quer trabalhar com a organização, está bem, é um pilar. Se não quer trabalhar, é um pilar que está fora. E isso tem tratamento próprio. Só isso. Acreditamos que eles vão repensar. Entretanto, o Conselho Mundial de

Diamantes comprometeu-se a intermediar um entendimento. Pronto! É um diálogo que fica aberto. Que intermedeie.

SA - Essa é uma das pendências que acabaram por ficar da Plenária do Processo Kimberley, mas não se apresenta necessariamente preponderante. Que consequência tem?

BC - Essa é uma pendência que poderá ter até implicações negativas por parte da "Sociedade Civil".

SA - E também no âmbito dessas consequências, a ausência da «Sociedade Civil» poderia, assim, dar menos credibilidade ao Processo Kimberley?

BC -Os que apoiam a «Sociedade Civil» pretendem dizer que na ausência da "SC" o Processo Kimberley poderá ser uma instituição com menos credibilidade. Mas os produtores apelam para que haja engajamento.

Quando há uma reclamação, essa reclamação deve ser fundada. Há uma visita de revisão que foi feita recentemente aos Emirados Árabes Unidos em que todos que quiseram, candidataram-se, e a própria «Sociedade Civil» também estava presente. Portanto, deveriam aguardar - se não houvesse essas ambiguidades, se houvesse uma posição de total boa fé deveriam aguardar pela saída do relatório e as recomendações.

SA - E esse relatório já saiu?

BC -Não, não saiu. Portanto, nem faz sentido o que a "SC» vez, logo no primeiro dia dizer que no próximo ano não vai trabalhar. Quer dizer que não veio aqui para conversar, veio com uma posição irreduzível. Contra produtor. Essas são questões que devem ser resolvidas nos próximos tempos e acredito que com o engajamento de outros membros poderá evidentemente se encontrar, digamos assim, uma solução.

SA - Parece que o presidente recém-eleito, o representante dos Emirados, mostrou-se um tanto ressentido.

BC -Naturalmente ele agradeceu os esforços feitos (por Angola) e um dos melhores resultados foi justamente a eleição dos Emirados. Agora, quanto a sociedade civil, o óptimo seria se não houvesse complicações entre nós, dificuldades de relacionamento. Mas, quando elas existem quem sai ferido não é Angola, quem sai ferido não são os delegados. São aqueles que criam complicações onde elas não devem existir

SA - Como quem?

BC -Exactamente a «Sociedade Civil».

SA - Diante dessa rija parece que a harmonia está longe. Ela não começa por A nem por Z, como o senhor disse no seu pronunciamento. Começa por onde, então?

BC - Só para ilustrar que harmonia começa com H, não é? Exactamente. As pessoas não podem ter posições extremas. Se queremos ter harmonia, devemos abandonar as posições extremas e vir aqui pelo meio encontrar um ponto de equilíbrio. Ok? O "H» está mais ou menos aqui pelo meio e não nos extremos. Essa é uma figura de estilo que eu utilizei.

12.8 Chineses tornaram-se os melhores compradores de diamantes por causa da escassez do dólar

Jornal República
28 De Novembro de 2015

Muitos Cidadãos Chineses, empresários com negócios diversificados em Angola, com bastante "cash flow" e grande acúmulo de moeda Nacional (Kwanza), sem poderem cambiar e transferir dólares para o exterior (concretamente para a China), oportunamente estarão a traficar diamantes, levando-os para a China, de maneiras a conseguirem tirar o maior proveito da situação.

Deste modo, os Chineses tornaram-se os maiores compradores de diamantes em Angola, criando alternativa ao dólar com a compra destas pedras preciosas, que alterna a possibilidade de exportação de capital.

Deste momento, em Angola, todo o tráfico de diamantes está a ser praticado com a participação dos Chineses, devido, para além do valor intrínseco que as pedras de diamante representam, à fácil mobilidade que as pedras proporcionam, transformando-se na "principal" moeda de troca nas transacções, em substituição da moeda americana (Dólar).

O Jornal A REPÚBLICA sabe que outros bens também estão a ser envolvidos como moeda de troca, rubis, água-marinha, chifres de rinocerontes, peças em marfim, algumas espécies raras de aves, madeiras exóticas, etc., etc.

A par desta situação, vários Angolanos estão a optar por este bem de troca, comprando diamantes no valor em kwanza, levando-os para a China, de onde importam mercadorias em vários contentores, para posteriormente venderem, e assim sucessivamente, sem nunca precisarem da moeda americana (Dólar), que, ao que tudo indica, será cada vez mais difícil de obter, devido à dificuldade que o Governo Angolano encontra na sua compra.

12.9 Líder sindical processado por antigos colegas

Jornal Grandes Notícias
28 De Novembro de 2015

Desta feita, os contentores não são mais a ENDIAMA e a empresa portuguesa SPE que se haviam desentendido e, no princípio deste mês, chegaram a acordo. Os actores são outros.

De um lado está como queixoso um grupo de antigos trabalhadores da mineradora e do outro está o homem que os representava sindicalmente, de nome Domingos Manecas, a quem acusam de se ter apropriado de parte substancial do dinheiro das indemnizações. A história desse caso conta-se em poucas linhas.

Em Outubro de 2011, o então ministro da Geologia e Minas e Indústria, Joaquim David, exarou um decreto executivo, com o nº 159, no qual revogava a licença de exploração da SML, empresa em que eram sócias a estatal angolana ENDIAMA e a portuguesa SPE, proprietária em 81 % do Estado lusitano.

Na ocasião, o governante invocou a paragem da mina por mais de um ano para tomar tal decisão, em obediência à lei que obriga ao encerramento de qualquer empresa do ramo que pare por três meses consecutivos ou seis alternados. Na SML, a parte angolana detinha 51 % das acções e a segunda 49%.

A paragem da actividade da mina levou a várias manifestações e greves por parte dos trabalhadores, que reclamavam uma indemnização justa, visto que haviam perdido os seus empregos que, à partida, tinham como duradouros, em função do tempo de vida útil da concessão.

Como a situação tornou-se insustentável, mesmo tendo tido largos prejuízos em virtude do fim da produção na mina, a ENDIAMA entendeu satisfazer as reivindicações - justas, diga-se - dos trabalhadores por haverem perdido os seus empregos.

É neste trecho da caminhada que entrou Domingos Manecas o Enquanto responsável da Comissão

Sindical, os cerca de três mil trabalhadores confiaram-lhe a liderança das negociações para as rescisões contratuais e respectivas indemnizações.

O sindicalista negociou com a direcção da ENDIAMA os termos das rescisões contratuais e a correspondente indemnização. Ao que parece, tudo terá corrido bem.

Ou seja, a diamantífera estatal terá pago a totalidade do dinheiro exigido e cada um dos beneficiários terá recebido o que lhe cabia na divisão do milionário "bolo".

Agora, porém, à julgar pela atitude de parte substancial desses antigos trabalhadores da SML, parece que as contas não foram bem-feitas na hora de distribuir o dinheiro.

Por isso, quase um terço desses servidores entendeu levar Domingos Manecas a tribunal por, supostamente, se ter locupletado com parte do dinheiro das indemnizações. A acusação é de apropriação indevida de bem alheio.

Os queixosos decidiram dar este passo depois que se aperceberam que o antigo líder sindical é proprietário de uma nutrida frota de camiões, algo que em condições normais não teria possibilidades de adquirir, dado o seu ordenado de trabalhador da SMLA que "não era algo por aí além": como disse ao nosso jornal um dos insatisfeitos com a compensação que recebeu.

Ao que o nosso jornal apurou, Domingos Manecas, com quem não conseguimos chegar à fala, terá dito a pessoas próximas que se alguém não recebeu justa compensação a culpa é da ENDIAMA.

Por isso, aliás, instou antigos trabalhadores nesta condição a fazerem uma manifestação na capital da Lunda Norte, província onde estava sediada a SML.

Mas ninguém lhe deu ouvidos e a maioria está disposta a reaver a outra parte do dinheiro por via judicial.

Nas próximas semanas a queixa deverá dar entrada no Tribunal Provincial da Lunda Norte.

Apesar de não "envolverem" a ENDIAMA nessa acção judicial, esses antigos servidores da SML estão desapontados com o silêncio da companhia, a qual acusam de ter "medo" de supostas influências de que goza Domingos Manecas.

Também não entendem o mutismo do Ministério da Geologia e Minas, cujo responsável, na opinião deles, está mais preocupado em promover a sua imagem na

comunicação social, de modo a manter-se no "poleiro" que provavelmente lhe rende chorudos proventos.